

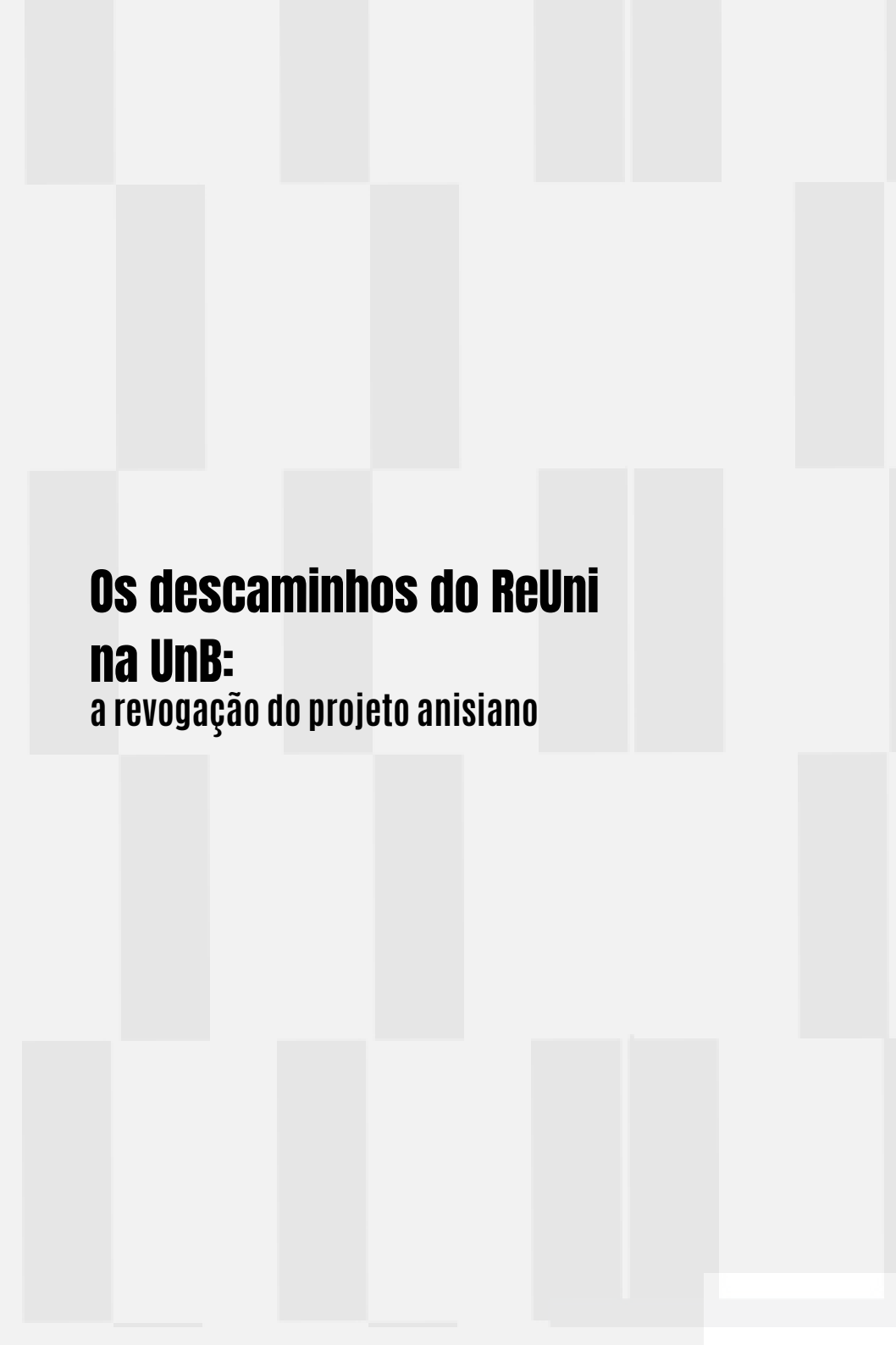
Os descaminhos do ReUni na UnB: a revogação do projeto anisiano

Norivan Lustosa Lisboa Dutra

Apresentação de Remi Castioni

Prefácio de João Augusto de Lima Rocha





Os descaminhos do ReUni na UnB: a revogação do projeto anisiano

Editora Culturatrix.
| publicações acadêmicas |

Direção editorial | Editora de Publicação

Rosa Maria Ferreira da Silva

Editor assistente

Cairo Mohamad Ibrahim Katrib (UFU)

Conselho Editorial | Publicações Acadêmicas

Altina Abadia da Silva (UFCAT)

Eliane Martins de Freitas (UFCAT)

Emília Saraiva Nery (FACEMA)

Euclides Antunes de Medeiros (UFT)

Floriania Rosa da Silva (SRE-MG)

Iara Toscano Correia (UFU)

Helena Maria Ferreira (UFLA)

Luís André Nepomuceno (UNIPAM)

Marcos Antônio de Menezes (UFG)

Miguel Rodrigues de Sousa Neto (UFMS)

Olívia Cormineiro (UFT)

Regma Maria dos Santos (UFCAT)

Remi Castioni (UnB)

Renato Jales Silva Júnior (UFMS)

Ricardo Vidal Golovaty (IFG)

Rita de Cássia Marques (UFMG)

Sandro Prado Santos (UFU)

Simone Aparecida dos Passos (UFU)

Tadeu Pereira dos Santos (UNIR)

Copyright 2023 © Norivan Lustosa Lisboa Dutra

* Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 19.02. 1988, de Direitos Autorais.

** O conteúdo desta obra, bem como sua originalidade é de inteira responsabilidade da autora.

Editora de Publicação: Rosa Maria Ferreira da Silva

Projeto Gráfico e Capa: Igor Ferreira

Diagramação: Studio Escrita & Criação

Revisão gramatical e ortográfica: Varlene Rocha Brandão Bandeira

Catálogo na publicação

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

D978d

Dutra, Norivan Lustosa Lisboa

Os descaminhos do ReUni na Unb: a revogação do projeto anisiano / Norivan Lustosa Lisboa Dutra; Apresentação de Remi Castioni; Prefácio de João Augusto de Lima Rocha. – Uberlândia-MG: Culturatrix, 2023.

Livro em PDF

286 p., Il.

ISBN 978-65-998181-5-8

DOI 10.4322/978-65-998181-5-8

1. Teixeira, Anísio, 1900-1971. 2. Ensino Superior. I. Dutra, Norivan Lustosa Lisboa. II. Castioni, Remi (Apresentação). III. Rocha, João Augusto de Lima (Prefácio). IV. Título.

CDD 378

Índice para catálogo sistemático

I. Teixeira, Anísio, 1900-1971 : Ensino Superior

Editora Culturatrix | Publicações Acadêmicas

Rua Nordau Gonçalves de Mello, 1116, Santa Mônica.

CEP: 38 408 218. Uberlândia, MG. Tel. (34) 3305 9314/

Cel./WhatsApp: (34) 9 9766 8930 - CNPJ: 26 896 970/0001-00

www.culturatrix.com – contato.culturatrix@gmail.com



Norivan Lustosa Lisboa Dutra

Os descaminhos do ReUni na UnB: a revogação do projeto anisiano

Esta publicação foi viabilizada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal -
FAP-DF no âmbito do Edital 04/2017 (Demanda Espontânea)



2022



SUMÁRIO

Apresentação	6
Por Remi Castioni	
Prefácio	10
Por João Augusto de Lima Rocha	
Prólogo	14
Introdução	17
Capítulo 1.	23
A universidade brasileira no século XXI	
Capítulo 2.	74
Os projetos do ReUni na UnB	
Capítulo 3.	166
UnB: crises, disputas, desafios e perspectivas	
Considerações Finais	258
Referências	268
Sobre a autora	286

*Aos adolescentes, jovens e adultos que sonham
com o acesso à universidade pública, gratuita e
de qualidade como defendeu Anísio Teixeira.*

*À minha família e aos meus amigos, que me
ajudam a trilhar o caminho com fé e resiliência.*

Apresentação

Por Remi Castioni

No final dos anos de 1980, logo após o restabelecimento do regime democrático, com a nova Constituição Federal de 1988, uma consulta a qualquer biblioteca ou mesmo livraria não encontraria sequer uma obra do mestre Anísio Teixeira. Foi aí que entrou em cena um grupo de conterrâneos, admiradores e pessoas que reclamavam que obras do ilustre baiano não eram encontradas em nenhum local. A organização da Fundação Anísio Teixeira e posteriormente da sua primeira morada em Caetité-BA, a Casa Anísio Teixeira, proporcionou o resgate da sua obra tão vital para se entender o seu esforço de erguer a educação desde os anos de 1920, quando fora o equivalente a Secretário de Educação.

Foi um apagamento consentido, revelado depois pelo esforço incansável do professor João Augusto de Lima Rocha, da UFBA, um engenheiro especializado em estruturas, que, com a mesma paixão que ensinava derivadas e integrais, dedicava-se a resgatar o pensamento do seu conterrâneo.

Seu esforço e o da Fundação Anísio Teixeira foram recompensados. Toda a produção do mestre Anísio foi reimpressa pela Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A Universidade Federal da Bahia disponibilizou seus textos em meio digital, boa parte deles divulgados pela primeira

revista em educação, a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos – RBEP, do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, que logo em seguida incorporou o nome de Anísio Teixeira.

A partir dos anos de 1990 e 2000, uma série de estudos sobre a obra de Anísio Teixeira foi sendo conhecida, como os estudos de Clarice Nunes, Ana Valeska e Libânia Xavier, por sinal todas do Rio de Janeiro, onde o mestre Anísio Teixeira teve larga tradição à frente dos órgãos de educação, tanto locais como federais, antes da sua transferência para Brasília.

Já no século XXI, e a partir da minha chegada à Universidade de Brasília, questionava-me por que não havia um único registro sobre Anísio Teixeira em relação à UnB, sendo ela lembrada como uma universidade anisiana. Certo dia, antes da sua partida, encontrei o ex-reitor Lauro Morhy e perguntei-lhe se Anísio não merecia mais do que o nome de um “barracão”, uma vez que fora ele, como reitor, que, felizmente, fez alguma alusão a Anísio Teixeira, dando o nome a um dos prédios com esta característica, os chamados pavilhões que foram os primeiros a serem construídos ao Norte, depois do Minhocão. Lauro sorriu e dias depois me ligou e me deu duas fotos para que eu entregasse ao saudoso Haroldo Lima, que continha registros das reuniões da Ação Popular – AP, movimento ligado à igreja católica durante a ditadura militar, no famoso seminário do Rio de Janeiro, onde ele e Haroldo estavam. Parece que não há nenhum sentido nisso, mas Haroldo, principal artífice da criação da Fundação Anísio Teixeira, seu tio, retribuiu.

Em 2012, organizei, junto com o saudoso professor Luiz Villar, um seminário denominado Diálogos entre Anísio e Darcy, em alusão aos 50 anos da UnB. Desse seminário, posteriormente, um importante movimento se consolidou, o de passar a limpo o

que de fato aconteceu entre os dias 14 e 15 de março de 1971, em que Anísio Teixeira desapareceu dentre nós. A partir desse seminário, posteriormente, primeiro, a Comissão da Verdade da UnB e, depois, a Comissão Nacional acolheram o pedido entregue pela família de encontrar, nos arquivos oficiais, o que de fato teria acontecido. Posteriormente, o professor João Augusto de Lima Rocha desvendou, numa pesquisa exaustiva, que a versão oficial da queda do elevador fora uma farsa. O processo segue ainda hoje.

No entanto, faltava mais. Estimulado por meus alunos e alunas e tendo como fundamento a concepção de políticas públicas, no âmbito da Faculdade de Educação, criamos o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre as contribuições de Anísio Teixeira para a educação brasileira – GEPAT. O grupo visa dar um contorno teórico e desvelar, por meio da pesquisa em teses e dissertações, as iniciativas de Anísio Teixeira tão necessárias para a melhoria da educação brasileira e em particular a partir da análise da implementação de políticas públicas.

E é com este espírito que duas importantes pesquisas realizadas nestes últimos anos sobre o mestre Anísio Teixeira chegam a um público mais amplo do que àquele da academia.

O livro de Márcia Amâncio retrata um capítulo pouco conhecido entre nós, a existência de um Plano Nacional de Educação, o primeiro elaborado depois da promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, em 1961. O livro resgata o pensamento anisiano de pensar a educação como um todo e revela iniciativas empreendidas como as que lançaram as bases do FUNDEB atual.

O trabalho de Norivan Dutra revela, por outro lado, a descaracterização e a revogação do Plano Orientador da UnB, realizado no período recente de expansão da universidade

brasileira a partir do ReUni. O trabalho de Norivan, ancorado no pensamento norteador de Anísio Teixeira, demonstra, a partir de exaustiva pesquisa sobre o processo recente de expansão da UnB, como precisamos ainda estar alertas ao banimento consentido do mestre Anísio.

Espero que os leitores e leitoras recepcionem o esforço do resgate do mestre Anísio Teixeira, e que suas ideias sigam ainda nos norteando para de fato afirmarmos um projeto de educação ao Brasil a serviço do seu povo.

Remi Castioni

Professor Titular da Faculdade de Educação da Universidade
de Brasília e coordenador do GEPAT

Prefácio

Por João Augusto de Lima Rocha

A atuação de Anísio Teixeira no âmbito da educação superior, não somente no Brasil, foi muito marcante. Ao conceber, e depois implantar, em abril de 1935, a Universidade do Distrito Federal (UDF), no Rio de Janeiro, ele inovou ao criar a primeira instituição de educação superior embebida integralmente na cultura brasileira, pois as atividades de pesquisa, junto com o ensino, já estavam presentes desde o primeiro dia da universidade. Para o notável educador, “a universidade é a única instituição humana especializada na finalidade de organizar e reorganizar continuamente a cultura”, entendida essa palavra em seu sentido mais amplo, isto é, tudo o que o ser humano produz em sociedade. E essa foi a base para a construção de uma instituição que reuniu, além de um bom número de professores estrangeiros que vieram para cá a seu convite, nomes de grande destaque nacional, a exemplo de Cecília Meireles, Gilberto Freyre, Lourenço Filho, Heitor Villalobos, Candido Portinari e Mário de Andrade.

Porém, a UDF foi desmontada, em 1939, no rastro da onda reacionária iniciada no final do ano de 1935 e sacramentada pelo Estado Novo, de 1937 a 1945. Mediante um golpe baixo, no qual se uniu a cúpula da igreja católica com a parte mais conservadora do governo federal, o então ministro Gustavo

Capanema sepultou, em nome de inacreditáveis normas burocráticas, a iniciativa mais promissora de universidade moderna que até aquele momento foi intentada em nosso país.

Afastado da direção da educação no Distrito Federal, em dezembro de 1935, em que realizou memorável gestão, de 1931 a 1935, Anísio Teixeira exilou-se em seu próprio país, escondido no interior do sertão baiano, de onde só conseguiu sair dez anos depois, em 1946, para participar da organização da Unesco na condição de conselheiro de ensino superior e, logo em seguida, dirigir pela segunda vez a educação baiana, de 1947 a 1951.

A ideia de criar a Universidade de Brasília, lançada no final da década de 1950, resulta da tentativa de reeditar a UDF, em um momento novo, prenhe de novas possibilidades para a democracia no Brasil, quando a necessidade de reconstrução da educação nacional exigia uma instituição universitária avançada, concebida e posta em funcionamento pelo que havia de melhor na vida cultural brasileira.

Anísio Teixeira, que acumulava a secretaria geral da Capes, a direção do Inep e a presidência da SBPC, foi incumbido por Juscelino Kubitschek, em 1955, de organizar e pôr em funcionamento o Plano Educacional de Brasília. Anísio atrai Darcy Ribeiro para o projeto, e o encarrega da parte do plano relativa à educação superior. Foi deles dois, então, que surgiu a ideia original da Universidade de Brasília (UnB).

A UnB seria, no dizer de Darcy, o projeto máximo da intelectualidade brasileira, que trazia dentro de si o intuito tanto de buscar a integração cultural do Brasil com o resto da América Latina quanto de implantar a pós-graduação no Brasil para começar a formar mestres e pesquisadores de que carecia a universidade brasileira. Essa seria a forma de combater o caráter cartorial e politiqueiro que predominava no mundo conservador

da vida universitária brasileira, marcada pelo caráter elitista que atravancava a modernização das instituições de educação superior em nosso país. Assim é que a UnB, em seu primeiro dia, já incluía a pós-graduação em todas as áreas.

O livro de Norivan Dutra tem como mérito principal questionar a decisão absolutamente anti-histórica de uma recente direção da UnB, de romper, sem meias palavras, com a salutar memória das inovações que Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro introduziram, pioneiramente, na origem da universidade, em 1961, enfrentando, no processo da implementação, a ação reacionária explícita e prioritária da ditadura militar de 1964. Tanto é que a ação contra a UnB ocorre imediatamente após o golpe militar, com a invasão armada truculenta ocorrida no dia 9 de abril de 1964, quando o Reitor Anísio Teixeira foi arrancado de seu mandato, sem obediência a qualquer regra institucional. Observa-se, a propósito, que esta é também a data do Ato nº 1, o AI-1, primeiro de uma série que chegaria, em 13 de dezembro de 1968, ao fatídico AI-5, responsável por instalar completamente as trevas na vida democrática brasileira.

Somente mais tarde, as inovadoras ideias de Anísio e Darcy para a UnB viriam a ser adotadas nos países mais desenvolvidos do mundo, a exemplo do que hoje ocorre na União Europeia, sacramentadas pela Declaração de Bolonha. Entretanto, a UnB, exatamente neste novo momento da vida universitária mundial, opta por renegar a contribuição de dois de seus criativos construtores!

Outro mérito do livro é traçar o roteiro histórico da implantação da educação superior no Brasil, terminando por comparar as duas iniciativas de entrada da UnB para o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – ReUni, a primeira (R1), de 2007, logo

abandonada, e a segunda (R2), de 2008, a adotada, na qual se sacramenta o distanciamento da UnB em relação a Anísio e Darcy. Norivan documenta com riqueza de detalhes e análise percuciente todo o andamento do processo de expansão de vagas e introdução de novos caminhos conceituais para a graduação e a pós-graduação em nossas instituições federais de educação superior, promovidos no segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A prioridade colocada em uma disputa interna, envolvendo o reitor Timothy Mulholland e a comunidade universitária, ele que foi um entusiasta do ReUni e da retomada, dentro deste, da expansão das universidades com base nas ideias de Anísio e Darcy, terminou com a sua injusta exclusão da UnB. Mais tarde a Justiça reverteu o equívoco da cúpula da UnB ao expulsar o reitor Mulholland, mas isso levou a nova direção da universidade a optar pela interrupção da aplicação da proposta R1, e partir para a construção da nova proposta, a R2.

Concluo com uma citação, retirada do texto do livro de Norivan, que sintetiza o objetivo de seu oportuno trabalho de pesquisa que, em muito boa hora, deverá ter a difusão ampliada, ao ser lançado na forma de livro: “O ápice de todos esses acontecimentos, mediados pela equipe do R2, se deu com a efetivação da meta para a elaboração do Projeto Político Pedagógico Institucional, o qual coloca um fim nas propostas de seu idealizador, Anísio Teixeira, uma vez que o documento legitimado pelo Consuni, no ano 2018, ratificando o dito anteriormente, ‘revisa, atualiza e substitui o Plano Orientador de 1962, elaborado por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira’”.

João Augusto de Lima Rocha

Outubro/2022

Prólogo

Este livro é uma adaptação da tese de doutoramento de minha autoria, defendida no ano de 2019, na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). Trata-se de um estudo sobre o Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (ReUni) na UnB. Cabe ressaltar que o ReUni foi inspirado nas ideias de Anísio Teixeira, o educador baiano que desenvolveu uma proposta inovadora para a educação superior brasileira, criando a Universidade do Distrito Federal (UDF), na década de 1930, e a Universidade de Brasília, na década de 1960. Porém, ambas as instituições foram vistas como ameaça, primeiro por Getúlio Vargas e depois pela Ditadura Militar, que usaram a mesma justificativa de “manter a ordem e a disciplina” para interromper os projetos de universidade anisiana (Salmeron, 2012).

No início do século XXI, surgiu uma nova tentativa para resgatar o projeto de universidade de Anísio Teixeira, mas dessa vez sob a liderança de professores, pesquisadores e discípulos do mestre. No ano de 2007, o Ministério da Educação criou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), caracterizado por ser um conjunto de programas que envolvem as etapas, os níveis e as modalidades da educação escolar brasileira. No PDE estava inserido o ReUni, que objetivava a ampliação do acesso de

brasileiros ao ensino superior público, sendo os Bacharelados Interdisciplinares o núcleo da proposta, conforme idealizava Anísio Teixeira. Contudo, parte da comunidade acadêmica não aceitou a ideia, foi resistente ao projeto e, numa tentativa de impedir as adesões das universidades ao ReUni, fortaleceu o movimento estudantil, em todo o país, com palavras de ordem e ocupação de reitorias, mas, ainda assim, 100% das universidades aceitaram fazer parte do ReUni.

No caso da UnB, diferentemente de outras universidades, não houve tamanha resistência ao plano de reestruturação, de modo que saiu à frente, sendo então a primeira instituição a apresentar o projeto ao Ministério da Educação, obtendo a validação e autorização para início dos trabalhos. No entanto, no início de 2008, a UnB se viu diante de uma crise interna que coadunou com a renúncia do reitor e, por conseguinte, a nomeação de nova gestão institucional. Com efeito, a proposta do ReUni, inicialmente aprovada, foi suspensa e outra foi elaborada e novamente apresentada ao MEC, sendo também aprovada.

Assim, a UnB passou a ser a única universidade do país que apresentou dois projetos de reestruturação. E, apesar de ter sido a primeira a entregar o plano e receber a aprovação, foi uma das últimas a iniciar a implantação das metas e estratégias do ReUni. Isso significou uma série de efeitos (atrasos e mais atrasos) que trouxe transtornos para a universidade, em especial para os estudantes.

É, portanto, sobre os projetos do ReUni na UnB que a discussão deste livro se desenvolve. A ideia é identificar as características de ambos os planos – ReUni 1 (R1) e ReUni 2 (R2) da UnB, buscando os porquês de a primeira proposta não ser aceita pela gestão *pro-tempore*, identificar o que mudou, por que mudou e o que representou, para a instituição, as alterações do R1 pelo R2. Em outras palavras, a pesquisa perseguiu a ideia de

problematizar em que medida o projeto fundador da UnB se aproximou ou não dos planos de adesão apresentados pela UnB. Para tanto, resgatou a concepção original da UnB a partir do seu Plano Orientador, elaborado pela comissão de notáveis educadores coordenada por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. Nessa direção, buscou caracterizar em que medida o ReUni na UnB atualizou ou se distanciou do desejo de seus fundadores.

O resultado da investigação indica o poder de influência de atores nas deliberações para a elaboração e/ou implementação do Plano de Reestruturação da UnB, de modo que o R2 representou a manutenção do conservadorismo histórico e elitista de acesso às universidades públicas federais.

Ressalta-se que não houve pretensão de findar as possibilidades interpretativas sobre a temática, mas ampliar a discussão de modo a potencializar novas inquietações, novas problemáticas e novas pesquisas que se direcionem para a elaboração e implantação de políticas públicas, em especial as políticas educacionais que promovam o acesso e a permanência à educação superior pública e gratuita, assim como foram idealizados por Anísio Teixeira.

Por isso, convido você a realizar uma leitura mais global deste trabalho, na espera que tais reflexões contribuam para a ampliação da visão sobre o campo educacional, em especial da UnB, seus avanços e potencialidades, assim como suas tensões e ambiguidades. Convido também a conhecer outras produções do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre as contribuições de Anísio Teixeira para a Educação Brasileira (GEPAT)¹ ao qual este trabalho está ligado.

1 O GEPAT é coordenado pelo professor Dr. Remi Castioni, na Faculdade de Educação na UnB. Link de acesso: <http://gepatunb.com>

Introdução

Às vésperas de completar meio século de existência, em 2007/2008, a UnB teve a oportunidade de expandir suas fronteiras por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – ReUni. No entanto, a instituição se viu em meio a uma crise interna que inviabilizou a execução de uma proposta em detrimento de outra que foi elaborada posteriormente.

O ReUni teve suas bases nas ideias de Anísio Teixeira (1900-1971), educador baiano conhecido por ser ousado, “homem de cultura, fértil imaginação e ideias originais brotando com espontaneidade, tornando as conversas inesquecíveis para os interlocutores, gozava de prestígio nos meios intelectuais e no mundo dos educadores” (Salmeron, 2012, p. 53). Nas palavras de Darcy Ribeiro, Anísio era “um homem urbano, letrado [...] aquele intelectual magrinho, pequeninho, feinho, indignadozinho, que falava furioso de educação popular, que defendia a escola pública com um calor comovente” (Ribeiro, 1990, p. 112). Defendeu como ninguém a modernização da educação brasileira e lutou para que a universidade superasse o modelo obsoleto, rígido e ultrapassado, além de propor a articulação entre o ensino e a pesquisa; a flexibilização às mudanças e aos acontecimentos da sociedade.

Anísio advogava pela educação pública, gratuita e laica. Para ele, a educação é um direito e, sendo assim, não se limita a alguns – deve ser aberta e acessível a todos. Anísio criticava o sistema educacional brasileiro nos moldes em que estava organizado e desejava contribuir para sua melhoria. Suas ideias, no entanto, incomodavam inúmeras pessoas, inclusive a Igreja Católica que defendia o ensino religioso nas escolas. A postura de resistência de Anísio fez com que fosse perseguido, ameaçado de prisão e acusado de subversão. Até sua morte, defendeu como ninguém a educação brasileira – deixando, com isso, um legado educacional com seus inúmeros livros e artigos publicados.

Em 2006, quase meio século depois da criação da UnB, surge uma proposta de reestruturação curricular, idealizada pelo também baiano professor Naomar de Almeida Filho, denominada posteriormente de Universidade Nova. A proposta nasceu na campanha à reeleição ao cargo de reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), momento em que o professor¹ apresentou à comunidade acadêmica um programa que previa “abertura de cursos experimentais, interdisciplinares e com novas modalidades; renovar os projetos acadêmico-pedagógicos; reduzir as barreiras entre os níveis de ensino; modificar a arquitetura curricular, e não apenas tímidos rearranjos institucionais e financeiros” (Almeida, 2018, p. 364).

A UnB apresentou a proposta de adesão, ainda em 2007, sendo uma das primeiras instituições a obter a aprovação da pré-proposta de adesão “A UnB Rumo aos 50 anos: Autonomia, Qualidade e Compromisso Social”, a qual foi aprovada na 333ª Reunião do Conselho Superior (CONSUNI) da UnB, em 19 de outubro de 2007. No entanto, antes mesmo de iniciar a execução do

¹ Durante o ano de 2005, algumas iniciativas foram tomadas pela UFBA, mas foram bloqueadas pela reação de algumas unidades institucionais.

projeto, a instituição se viu diante de uma crise interna que barrou qualquer possibilidade de seguir adiante com o plano ReUni na UnB, na gestão de Timothy Martin Mulholland. Este foi acusado de improbidade administrativa em decorrência de denúncias envolvendo recursos financeiros da instituição, administrados por uma das Fundações de Apoio credenciadas, a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC) – com a denúncia de compras superfaturadas de lixeiras para a mobília do apartamento destinado à moradia oficial do reitor, num prédio da própria UnB.

Diante dos fatos, os estudantes ocuparam a Reitoria reivindicando a renúncia do dirigente máximo da instituição, fato que ocorreu 15 dias depois (Faria, 2012). Não é demais lembrar que, no mesmo período, inúmeras reitorias de universidades públicas foram ocupadas como forma de resistência à implantação do ReUni, mas no caso da UnB a ocupação só aconteceu após as denúncias contra o reitor, momento em que o Plano/ReUni já havia sido aprovado e parte dos recursos financeiros liberada pelo Ministério da Educação.

No caso da UnB, após a mobilização dos estudantes, houve a nomeação do reitor *pro tempore* que assumiu a gestão dessa universidade e iniciou a tramitação para alteração da proposta. Na ocasião, nomeou sua equipe e entre os profissionais escolhidos estava a professora Márcia Abrahão Moura², como Decana de Graduação. Foi ela quem conduziu os trabalhos de reformulações da proposta do ReUni apresentada ao MEC, sob a

² A professora Márcia Abrahão foi eleita como a primeira mulher reitora da instituição – cujo mandato foi de novembro de 2016 a 2020. Vale informar que, no ano de 2012, na disputa pelo cargo de gestor máximo da UnB, a professora Márcia disputou com o professor Ivan Marques de Toledo Camargo. Na ocasião, ela, a pessoa que geriu essa política na UnB, obteve 46,5% dos votos válidos, ficando em segundo lugar na disputa pela gestão da Reitoria da UnB.

alegação de que havia necessidade de ajustes. Assim, passados seis meses do ano de 2008, o novo plano de adesão foi submetido ao MEC e também obteve a aprovação.

Não é de se estranhar que o movimento que se organizou para frear o ReUni na UnB tenha se aproveitado de outra situação, neste caso, a denúncia envolvendo o reitor, fato que serviu de justificativa para a ocupação da Reitoria. Dessa forma, a renúncia do dirigente máximo da universidade e, consequentemente, a saída da equipe que elaborou o primeiro Projeto/ReUni (R1) abriram espaço para que outros atores assumissem a gestão da UnB e promovessem as mudanças administrativas e alterassem o projeto ReUni da instituição.

Se por um lado a Universidade Nova foi inspirada nas ideias de Anísio Teixeira e serviu de base para o projeto ReUni, de outro lado, a UnB, a única instituição de educação superior pública localizada nas proximidades dos centros decisórios da política nacional, atraiu interesses de atores que desejavam conquistar maior espaço de influência nas decisões institucionais. Assim, a definição do projeto ReUni/UnB, naquele contexto (sendo ele ou não baseado nas ideias de Anísio Teixeira³ e Darcy Ribeiro), definiria o futuro da instituição e os rumos da formação acadêmica, com potencialidade de influenciar outras regiões do país. Era, portanto, o momento propício para fazer valer os interesses atrelados ao futuro da universidade e, por conseguinte, da formação.

A universidade está inserida num contexto social, que impacta diretamente a sua dinâmica de trabalho – incluindo o

³ Em 1955, no governo de Juscelino Kubitschek, criou-se o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), ligado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), presidido por Anísio Teixeira e pertencente ao MEC. Nesse contexto, Anísio convidou Darcy Ribeiro para assumir a direção científica do CBPE (Ribeiro, 1990).

papel do Estado e da política pública. Nesse sentido, julgou-se importante esclarecer que o Estado se diferencia de governo – o primeiro é formado por um conjunto de instituições permanentes (órgãos legislativos, tribunais e exércitos, dentre outros), as quais possibilitam a ação do governo. Esse, por sua vez, constitui-se como conjunto de programas e projetos que parte de diferentes setores da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil, movimentos sociais e outros), que gera demandas no sentido de orientar as políticas que o governo assumirá e desempenhará, em determinado período, as funções de Estado (Höfling, 2001). Assim, políticas públicas representam a ação do Estado, ou seja, o governo atua em nome do Estado na implantação de projetos, através de programas e ações voltadas para setores específicos da sociedade.

Assim, considerando os interesses no âmbito das políticas públicas, incluindo as educacionais, coloca-se à baila uma investigação sobre o ReUni na UnB. Nesse processo, optou-se pela estruturação textual organizada em três capítulos. No primeiro, a partir da revisão bibliográfica e da pesquisa documental, objetivou-se situar brevemente a universidade no governo de Fernando Henrique Cardoso, bem como no de Lula da Silva, momento em que houve maior expansão do ensino superior público, via ReUni.

No segundo capítulo, são apresentados os projetos ReUni na UnB (R1 e R2), considerando os pontos que ambas as propostas pensaram para a instituição. Nesse capítulo, o principal documento analisado foi o Processo nº 23000.030326/2007-41, que se encontra nos arquivos da Secretaria de Educação Superior do MEC (SESu). Visitou-se também o *site* da UnB e ainda foram utilizados dados disponíveis nos anuários estatísticos e relatórios de gestão da UnB. Outros *sites* oficiais também foram visitados,

a exemplo do Inep, que disponibiliza o Censo do Ensino Superior.

No terceiro capítulo, apresentam-se as crises, disputas e contradições no processo de implantação do Plano de Reestruturação na UnB. Os documentos utilizados são os dois projetos do ReUni da UnB, o Plano Orientador da UnB, de 1962, as atas de reuniões do Consuni, o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), além das falas dos atores entrevistados.

Finalmente, as Considerações Finais retomam, em linhas gerais, as questões iniciais, buscando apreender o objeto de estudo nos seus principais aspectos, com o fito de avançar o debate sobre a temática em tela e contribuir de maneira crítica para a construção de uma universidade pública, democrática, autônoma e de qualidade no Brasil, que são bandeiras anisianas. O estudo sobre o presente objeto investigado visa contribuir criticamente para a reflexão sobre a universidade pública federal como espaço democrático a ser preservado para o exercício do questionamento, da dúvida, da crítica, de novas descobertas, do ir além, do desenvolvimento da ciência, da formação para a cidadania e para a busca de soluções para os problemas que afetam a vida social.

Capítulo 1

A Universidade Brasileira No Século XXI

1.1. A reforma universitária em perspectiva

Nos anos de 1990, o Brasil aderiu às políticas neoliberais e ao mundo globalizado com mais intensidade, a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1995-1998; 1999-2002). Esse presidente promoveu a reforma do Estado e aprovou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB-Lei nº 9394/96), que causou impactos diretos na educação em todos os níveis. Para a reforma do Estado, foi criado o Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), sob o comando de Luiz Carlos Bresser-Pereira, no ano de 1995, que promoveu a elaboração do documento intitulado “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado”, a partir da Emenda Constitucional nº 19/1998, com a justificativa de que havia uma crise que precisava ser contida. Essa crise estava atrelada ao papel do Estado frente às políticas públicas. E a estratégia seria fortalecê-lo, utilizando, para isso, a reforma¹ – o instrumento indispensável para

¹ A reforma “deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento” (Brasil, 1995, p. 12).

assegurar a consolidação e a estabilização do crescimento econômico do país.

Na prática, o Estado redefiniu seu papel, deixando de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social e passando a dar ênfase à função de promotor e regulador desse desenvolvimento. Desse modo, estabeleceu-se o processo de “publicização”, representado pelo setor público não estatal² da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas que devem ser subsidiados por ele. Nesse setor são colocados os serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica.

Instituída a reforma do Estado³, o passo seguinte foi a aprovação da LDB-Lei nº 9.394/96⁴, a qual deu base para impulsionar a expansão do setor privado no âmbito da educação superior. A partir de então, o ensino superior teve crescimento acelerado, com destaque para o setor privado⁵.

2 Materializa-se nas organizações sociais.

3 Cabe registrar que a reforma do Estado deu respaldo para a publicização, além da privatização e terceirização.

4 Registra-se também que as mudanças no ensino superior brasileiro ocorreram de maneira atrelada às orientações dos organismos internacionais, em especial do Banco Mundial, que traçou as diretrizes a serem seguidas e que foram explicitadas em documentos oficiais da instituição, a exemplo do texto *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia*, publicado em 1994. Esse apresenta as orientações quanto à necessidade de diferenciação das instituições e das fontes de financiamento, redefinição das funções do governo em relação ao ensino superior e promoção das medidas para viabilizar a qualidade e a equidade do ensino (Banco Mundial, 1994). Em 2003, o BM publicou outro documento, *Construir sociedades del conocimiento: nuevos desafíos para la educación terciaria*, com o objetivo de ser um referencial para as reformas⁴ dos sistemas de ensino dos países em desenvolvimento (Banco Mundial, 2003).

⁵ Segundo Amaral (2008), entre os anos de 1995-2003, com destaque para o governo de Fernando Henrique Cardoso, houve uma redução drástica do financiamento público para investimentos e manutenção das Instituições Federais de Ensino Superior.

Em 1994, as instituições de educação superior pública representavam 25,6% do total, enquanto o setor privado 74,4%; e em 2007 esse número saltou para 89,1%, enquanto o número de IES do setor público ficou proporcionalmente menor, representando apenas 10,9% do total. O acelerado crescimento do setor privado deu-se especialmente no governo de FHC, período em que houve aprovação de diferentes documentos oficiais direcionados para tais fins: leis, decretos, portarias, diretrizes etc. Observa-se a tendência de queda no número de IES do setor privado no período do ReUni, mas nos anos seguintes houve recuperação do crescimento.

No que se refere às matrículas, o número saltou de 970.583, em 1994, para 6.373.274 em 2018, só no setor privado houve uma diferença a mais de 5.492.691 de novas matrículas. Enquanto isso, as IES públicas contabilizaram um crescimento de apenas 1.387.031 nas matrículas, no mesmo período. Parte desse crescimento deve-se à implantação do ReUni (2008-2012) nas universidades públicas.

Assim, considerando o forte crescimento do ensino superior no país nos últimos anos, com ênfase no setor privado, bem como as influências dos organismos internacionais e das mudanças sociais, políticas e econômicas no contexto globalizado e, ainda, o Plano Nacional de Educação (PNE)⁶, aprovado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que determina a meta de ofertar na educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos, em meio aos vetos de FHC às metas

⁶ A Lei do PNE em vigor é de nº 13.005/2014, que estabelece como meta para o ensino superior a elevação da taxa bruta de matrícula para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas no segmento público.

relacionadas aos recursos orçamentários, tornou-se iminente a necessidade de se repensar a reforma universitária.

Ao obter a vitória nas eleições, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010) iniciou suas atividades instituindo, no primeiro ano de governo, um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)⁷ por meio do Decreto nº 4.861, de 20 de outubro de 2003. Esse GT foi encarregado de, no prazo de 60 dias, analisar a situação atual das instituições federais de ensino superior e apresentar plano de ação visando à reestruturação, ao desenvolvimento e à proposta para a democratização do ensino (Brasil, 2003a).

Esse GT elaborou o documento intitulado “Bases para o enfrentamento da crise emergencial das universidades federais e roteiro para a reforma universitária brasileira”, o qual foi dividido em quatro partes. A primeira refere-se às ações emergenciais para o enfrentamento das dificuldades situacionais das universidades federais; a segunda faz referência à necessidade da implantação efetiva da autonomia universitária; a terceira parte diz respeito à complementação de recursos (financiamento); e a quarta parte indica as etapas para a implementação da Reforma Universitária brasileira (Brasil, 2003a).

O documento parte do reconhecimento da crise do ensino superior brasileiro, em especial das universidades públicas, que estão atreladas à crise fiscal do Estado e à acelerada velocidade nas mudanças do conhecimento e das inovações tecnológicas no

⁷ O Grupo de Trabalho Interministerial, criado pelo Decreto nº 4861, de 20 de outubro de 2003, foi composto por 12 membros, seis titulares e seis suplentes, dos seguintes órgãos: do MEC, a coordenação do GT ficou sob a responsabilidade de Cristovam Buarque e Carlos Antunes; da Casa Civil da Presidência da República, Kátia dos Santos Pereira e Edison Collares; da Secretaria Geral da Presidência da República, Luiz Soares Dulci e Luiz Tadeu Rigo; do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Marcelo Feitosa de Castro e Luiz Eduardo Alves; do Ministério da Ciência e Tecnologia, Hélio Barros e Wanderley Guilherme dos Santos; e do Ministério da Fazenda, Jairo Celso Correia Marçal e Gustavo Sampaio.

mundo globalizado. Estas incidem sobre os recursos humanos, manutenção e investimentos para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e extensão, ampliação de vagas e criação de novos cursos. Tal realidade soma-se ao crescimento acelerado das IES do setor privado, que alcançou, em 2002, a porcentagem de 63,5% do total de cursos de graduação e 70% das matrículas, e que agora enfrenta a ameaça de uma inadimplência generalizada (Brasil, 2003a). Dado a este contexto, o relatório propõe a reforma universitária⁸, seguindo o novo desenho, que servirá de fundamentos para se pensar o futuro da universidade, entre os quais:

a) a definição e a regulamentação de carreiras e recursos de formação, incluindo-se aqui aspectos como a duração dos cursos, a formação continuada, o sistema de créditos, o reconhecimento e mobilidade dos diplomas, o reconhecimento de notório saber adquirido em processos extra-universitários de aprendizagem, a implementação de novas carreiras e diplomas, as modalidades de pós-graduação, a introdução de técnicas de ensino a distância, revisão do marco regulatório do ensino superior etc.;

b) as formas de ingresso nas atividades acadêmicas, incluindo novas turmas de vestibular e aspectos como as cotas para minorias e portadores de necessidades especiais, a avaliação progressiva do desempenho pré-universitário, etc.;

⁸ Os seminários organizados pelo MEC/SESu, pela Comissão de Educação do Senado e Comissão de Educação da Câmara foram: a) Seminário “Universidade: por que e como reformar?” nos dias 6 e 7 de agosto de 2003; b) Conferência Nacional de Educação, de 16 a 19 de outubro de 2003, em Brasília; c) o Seminário Internacional sobre a Universidade XXI, nos dias 25, 26 e 27 de novembro de 2003, em Brasília. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133968por.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2018.

c) os novos métodos de ensino e convivência universitária, incluindo a universidade aberta e todas as formas de ensino a distância, os reconhecimentos internacionais de saber, os riscos da mercantilização do ensino superior, a formação permanente e a validade dos diplomas;

d) a autonomia e os modelos de institucionalização do ensino superior, incluindo-se aqui a definição do Sistema Nacional de Ensino Superior, das categorias de cursos e instituições, das alternativas de propriedade das instituições, dos conceitos de estatais, públicas, particulares, comunitárias, inclusive da gratuidade para todos ou para determinados cursos, das formas de financiamento, dos modelos de gestão, da avaliação e credenciamento, da relação com o setor produtivo, da responsabilidade social, da internacionalização, da regionalização e interiorização das atividades acadêmicas etc. (Brasil, 2003a, p. 1).

As recomendações do Grupo de Trabalho Interministerial-GTI apontam a necessidade de se repensar o conceito de instituições estatais, públicas, particulares e comunitárias como ponto de partida para reflexões acerca da diversificação das fontes de financiamento das universidades públicas.

No dia 12 de dezembro de 2003, Cristovam Buarque, então Ministro de Estado da Educação, enviou um documento ao presidente da República solicitando a aprovação de uma Medida Provisória com a justificativa de que o ensino superior requeria uma avaliação mais completa, rigorosa, de modo a contribuir para o aperfeiçoamento dos instrumentos utilizados atualmente. Na exposição de motivos, Cristovam salientou que a universidade brasileira do século XXI precisa ajustar-se aos novos paradigmas sociais – éticos, tecnológicos e de globalização –, pois o conhecimento que ela produz deve servir para a construção de um Brasil melhor e, por isso, a avaliação da qualidade do ensino superior deve ser acompanhada de um sistema de avaliação

eficaz, capaz de acompanhar todas as etapas do processo educacional, incluindo: o processo de ensino; o processo de aprendizagem; a capacidade institucional e a responsabilidade do curso com a sociedade em geral (Brasil, 2003b).

No dia 15 de dezembro de 2003, o governo federal sancionou a Medida Provisória nº 147, instituindo o Sistema Nacional de Avaliação e Progresso do Ensino Superior (SINAPES). Enquanto a MP tramitava no Congresso Nacional, recebeu algumas alterações e, quatro meses depois, foi convertida na Lei nº 10.861 e sancionada pelo presidente no dia 14 de abril de 2004, instituindo assim o SINAES com a finalidade de promover:

[...] a qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (Brasil, 2004, § 1º).

No processo de reflexões sobre as mudanças no ensino universitário, o MEC criou o Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior por meio da Portaria nº 3.620, de 4 de dezembro de 2003. O então ministro da Educação Cristovam Buarque constituiu um grupo de trabalho com a finalidade de formular propostas para a organização e regulação de um sistema nacional de educação superior, no prazo de aproximadamente 90 dias para a apresentação do relatório. Entretanto, em janeiro de 2004, Cristovam Buarque foi exonerado do cargo e o advogado Tarso Genro foi nomeado como o novo Ministro da Educação.

Tarso Genro decidiu suspender, pela Portaria nº 351, de 29 de janeiro de 2004, por 60 dias, as atividades do GT nomeado anteriormente. Dias depois, autorizou nova publicação de Portaria de nº 410, de 12 de fevereiro de 2004, instituindo o Grupo Executivo da Reforma do Ensino Superior e explicitando, no artigo 8º, que os membros do GT suspenso trabalhariam em colaboração com o Grupo Executivo que fora instituído, mediante apresentação permanente dos resultados de seus trabalhos.

Esse GT tinha a responsabilidade de refletir sobre os assuntos inerentes à universidade brasileira no contexto globalizado e propor melhorias para a qualidade, por meio da reforma, analisando os seguintes itens:

I – papel da universidade, tanto pública, como não pública, na construção de uma nação democrática, socialmente justa e coesa; II – relação da universidade com a sociedade na época atual; III – contribuição da universidade no desenvolvimento da educação superior; IV – políticas de pós-graduação e sua importância na formação de grupos de excelência; V – acesso democrático ao ensino superior, sem exclusão; VI – currículo do ensino superior; VII – financiamento da universidade pública; VIII – gestão dos recursos humanos; IX – autonomia universitária. (Brasil, 2004, Art. 2º).

Após meses de intensos trabalhos do GT, o MEC divulgou, em agosto de 2004, o documento intitulado “Reafirmando Princípios e Consolidando Diretrizes”, que serviria de base para a reforma universitária a ser proposta pelo governo federal. Entretanto, o documento tornou-se alvo de intensas críticas de diferentes setores da sociedade, especialmente daqueles “que historicamente lutam em defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade, democrática, laica, socialmente referenciada e livre das imposições de mercado”, afirma o professor do Departamento de Filosofia da UnB, secretário-geral e presidente eleito

da Associação dos Docentes da UnB⁹ (ADUnB), à época, Rodrigo Dantas. De acordo com esse professor, cuja entidade é vinculada ao Andes,

[...] a coerência da reforma proposta neste documento com as políticas e orçamentos praticados pelo MEC e os processos de privatização e mercantilização da educação superior por ela induzidos nos últimos anos é inquestionável. Neste sentido, não há dúvida de que o “elevado grau de consenso” supostamente expreso neste documento só pode ser encontrado entre “atores” como o Banco Mundial, a ONU, as personificações do capital e seus intelectuais orgânicos, o lobby das empresas privadas de ensino superior, o governo federal, os partidos, as centrais sindicais e toda a rede de ONGs que dele dependem, os representantes do capitalismo acadêmico e da lógica dos interesses privados e todo o baronato acadêmico-corporativo-burocrático encastelado no MEC, nas administrações, nas fundações de direito privado e nas agências de fomento. (Dantas, 2004, p. 9).

No dia 13 de agosto de 2004, a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), representando as Instituições de Ensino Superior particulares, divulgou um documento intitulado “A reforma da educação superior – princípios e diretrizes”, explicitando não haver “necessidade de uma reforma da educação superior. Basta a alteração de alguns dispositivos da atual LDB”. O documento solicita: a) a eliminação da exigência de credenciamento e credenciamento das IES e de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores; b) eliminação do excesso de regulamentação, uma vez que gera

9 Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB) foi fundada no dia 24 de maio de 1978, ainda no período da ditadura militar. Atuou como uma das principais resistências pela manutenção do ensino superior público de qualidade no país e representou, dentro da universidade, a luta democrática travada pela sociedade brasileira contra o regime autoritário (ADUnB, 2019).

insegurança jurídica e fragiliza o processo de planejamento e gestão acadêmico-administrativa; c) a legislação deve ser alterada com vistas a coibir a inadimplência; d) os títulos de especialista, mestre e doutor, expedidos no Brasil ou no exterior, devem ter o reconhecimento da Fundação Nacional de Desenvolvimento de Ensino Superior Particular (FUNADESP) e da comunidade acadêmica, por deliberação do colegiado superior da IES; e) o MEC deve reservar espaço aos representantes da ABMES no processo de elaboração de políticas e fixação dos padrões de qualidade (ABMES, 2004).

Diante das intensas críticas e resistências ao projeto de reforma universitária, fizeram-se necessários os ajustes para adequações e reivindicações de representantes da comunidade acadêmica e da sociedade, incluindo entidades universitárias (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES), Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras (FASUBRA), União Nacional dos Estudantes (UNE), associações das universidades particulares), entidades da sociedade civil e personalidades do mundo acadêmico e da sociedade em geral. Nesse processo, o pré-projeto de reforma ganhou três versões¹⁰. Assim, em 29 de julho de 2005, Tarso Genro distribuiu, em 29 páginas, as justificativas para a apresentação do

¹⁰ Em dezembro de 2004, o governo apresentou uma proposta de anteprojeto de reforma universitária, que “Estabelece normas gerais para a educação superior, regula o Sistema Federal da Educação Superior, e dá outras providências” (Primeira versão) e, no dia 30 de maio de 2005, depois de seis meses de debates, o MEC divulgou a segunda versão com o título: “Estabelece normas gerais para a educação superior, regula a educação superior no sistema federal de ensino e dá outras providências”. Dois meses depois foram suficientes para que a terceira versão fosse concluída e encaminhada ao Presidente Lula (julho de 2005), no mesmo instante em que Tarso Genro se despedia do MEC, abrindo passagem para o seu secretário executivo, Fernando Haddad. (Cunha, 2008).

anteprojeto de lei da reforma da educação superior, a qual tinha como propósito:

[...] estabelecer normas gerais para a educação superior no país, regular a educação superior no sistema federal de ensino, altera a Lei nº 5.540 de 28 de novembro de 1968; a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994; a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997; a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997; a Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999; o Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001; a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002; a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. (Genro, 2005, p. 31).

Após os acalorados debates, o projeto de lei foi encaminhado à Câmara dos Deputados, recebendo o nº 7200/06, e lá recebeu mais de 300 emendas, sendo a grande maioria voltada para beneficiar as IES do setor privado (criação, funcionamento e flexibilização da regulação governamental sobre elas). Assim, “atolado nas emendas, a tramitação do projeto parou e não se fala mais em reforma universitária, a não ser nas palavras de ordem de certos segmentos do movimento estudantil predominantemente contra”. (Cunha, 2008, p. 7).

Dessa forma, o governo federal deu continuidade aos programas criados por FHC, como exemplo, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)¹¹, e criou outros projetos e ações voltadas para a ampliação do acesso e permanência dos estudantes de nível superior. Em 2004, pela Lei nº 11.096/2005, criou-se o

¹¹ O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa do MEC destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos na forma da Lei 10.260/2001. Os possíveis candidatos ao financiamento deverão ser estudantes matriculados em cursos superiores com conceito validado pelo MEC/Inep. A taxa de juros é em média de 6,5% ao ano, pois um dos objetivos é a manutenção do programa, contribuindo para a inclusão social e a democratização do ensino superior.

Programa Universidade para Todos (PROUNI) com a finalidade de conceder bolsas de estudo integrais ou parciais de graduação em instituições do setor privado. Em 8 de julho de 2006, estabeleceu-se, pelo Decreto nº 5.800, o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) para viabilizar a ampliação e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, especialmente para cursos de licenciatura.

No que se refere às universidades públicas, o governo federal promoveu a expansão em três ciclos¹²: interiorização; reestruturação; integração e internacionalização. O primeiro ciclo foi denominado Programa Expandir e ficou conhecido como Pré-ReUni, pois aconteceu no período de 2003 a 2006. Esse programa teve como propósito aumentar o acesso ao ensino superior nas universidades federais, via política de interiorização, com a criação de novas universidades e consolidando ou instalando novos *campi*¹³, beneficiando diferentes municípios brasileiros, especialmente no interior do país.

Promoveram-se, desse modo, a criação e a ampliação da oferta e de novas oportunidades educacionais para diferentes regiões do país, numa tentativa de combater, também, as desigualdades sociais/regionais.

¹² O termo Ciclo aparece no Decreto-Lei nº 464/69, que estabeleceu normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. Esse documento faz referência aos primeiros ciclos.

¹³ Como resultado desse Programa, destaca-se a criação dos *campi* Planaltina, Ceilândia e Gama. Cabe ressaltar que o Parecer CNE/CES nº 204/2010 estabelece que as universidades poderão criar campus fora de sede, o qual deverá ser integrado ao conjunto da universidade e não gozará de prerrogativas de autonomia. Curioso observar que, em vez do termo *campus*, a UnB recebeu o nome de *unidade* àquelas estruturas que foram criadas fora da sede administrativa (UnB/Brasília), nesse caso Planaltina, Ceilândia e Gama. Considerando que os termos não alteram o sentido do que o fato representa, ora utilizamos *campus* ora *unidade* quando fizermos referências às unidades/campus da UnB.

O segundo ciclo deu-se com a aprovação do Decreto nº 6.096/2007, que instituiu o ReUni, e o terceiro ciclo se consolidaria com a expansão e integração regional e internacional com a criação de novas universidades, como: Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Chapecó-SC, criada pelo Projeto de Lei nº 3.774, sancionado pelo Presidente em 15/09/2009; Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Santarém-PA, criada pelo Projeto de Lei nº 2.879 e sancionado pelo Vice-Presidente em 05/11/2009; Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu-PR; Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Redenção-CE.

Não é de se estranhar que nessa arena tenham acontecido intensos debates, objetivando maior espaço de influência dos atores nas definições e deliberações das diretrizes reformistas. De um lado, o governo federal defendia seus propósitos e, de outro lado, os sindicatos de docentes¹⁴ e de funcionários, bem como de partidos opositores que criticavam a primeira versão do anteprojeto, por este estar pautado pelas exigências dos organismos internacionais – Banco Mundial e FMI –, sem se esquecer daquelas entidades aglutinadoras das IES privadas que acusaram o governo “de tentar submetê-las ao controle de organizações políticas extra-acadêmicas e de privilegiar suas rivais federais” (Cunha, 2008, p. 5). Após os acalorados debates, o Projeto de Lei nº

¹⁴ Um dos objetivos do Andes explicitados no item 37 da Resolução do 51º CONAD é lutar contra as reformas do governo Lula, com destaque para as reformas universitárias, sindical e trabalhista. Essa ideia é ratificada no item 109: “*Lutar contra a aprovação do Projeto de Lei nº 7.200/06, que trata da Reforma da Educação Superior, encaminhado pelo Governo Federal ao Congresso Nacional, promovendo debates em conjunto com as demais entidades do setor da Educação com vista a denunciar os efeitos nefastos desse PL à educação superior pública*” (ANDES, 2006, p. 13; grifos do autor).

7.200/2006¹⁵ foi encaminhado à Câmara dos Deputados, permanecendo até o presente momento em tramitação¹⁶.

Foi no período do governo de Lula da Silva que aconteceu a retomada das discussões sobre a reforma universitária brasileira, mas também foi o momento em que se marcou definitivamente uma divisão no movimento docente das universidades públicas. De um lado, o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN)¹⁷, até então predominante desde a democratização do país, que se nega constantemente ao diálogo e faz crítica aberta à iniciativa – exemplo disso aconteceu no final da década de 1990 quando professores das IFES começaram a reclamar do “enrijecimento político do ANDES e de que suas políticas privilegiavam o enfrentamento, e não a negociação. Esse processo acabou por afastar a categoria da Direção e restringir os espaços de debates” (ADURN, 2004, p. 1).

As divergências entre os integrantes do Andes tiveram seu ápice em maio de 2004, no momento em que ocorreu a eleição da diretoria da entidade. De outro lado, um grupo de professores contrário ao posicionamento do Andes se organizou e criou o Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior (PROIFES), que significou a expressão considerável dos professores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) em não mais considerar o Andes-SN como sua representação.

¹⁵ Após inúmeras emendas, ficou inviabilizado em decorrência das pressões do setor privado, bem como do ANDES. Dentre outras ações, publicou-se um documento intitulado “Análise do Projeto de Lei nº 7.200/2006 - a educação superior em perigo! No intuito de alertar sobre os riscos da lei para a categoria.

¹⁶ Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=327390>. Acesso em: 12 jan. 2018.

¹⁷ Tem sede em Brasília (DF) e seções sindicais nos locais de trabalho, que representam professores de ensino superior e ensino básico, técnico e tecnológico no país. O Andes-SN é filiado à Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas).

Na concepção de Alberto (2012), o grupo derrotado nas eleições se organizou e fundou o PROIFES, que hoje se constitui em uma federação nascida no bojo expansionista das universidades federais. Oliveira, Figueiredo e Brandão (2013, p. 1) advertem que

[...] a chapa de oposição ganhou as eleições – por 8.839 a 8.434 – no chamado “Setor das Federais”, onde votam os professores de Instituições Federais do Ensino Superior (IFEs) – categoria representada pelo PROIFES. E só foi derrotada após a validação de urnas violadas, computação do resultado de votações em “seções sindicais” onde não estava claro que iria ser realizado o pleito, dentre outros “procedimentos”. Isso porque, na ANDES, as eleições não se dão em um clima isento – as Comissões Eleitorais têm representante da direção da entidade e, além disso, outros membros são eleitos em plenárias onde essa mesma direção possui maioria.

Assim, sem espaço para o diálogo, a divisão da categoria foi inevitável, coadunando com a criação de outro sindicato, o PROIFES-Sindicato. A organização dos docentes federais se deu primeiramente no Fórum de professores das IFES, basicamente porque o Andes não aceitava participar das discussões que afetariam o trabalho da categoria. Assim, entre críticas e acusações, o grupo se fortaleceu e se constituiu em um sindicato nacional e posteriormente no embrião de uma Federação de Sindicatos de base municipal, intermunicipal ou estadual. Com o isolamento do Andes, o Proifes passou a ser o principal interlocutor do movimento docente e participa ativamente até os dias de hoje das principais conferências de educação com os demais sindicatos da educação básica enquanto o Andes se excluiu das Conferências Nacionais de Educação (CONAE) e dos debates sobre o Plano Nacional de Educação (PNE).

1.2. A Universidade Nova como proposta

Em meio a tantas discussões sobre a reforma universitária, o professor Naomar de Almeida Filho¹⁸ apresentou uma proposta de reforma que consistia em uma reestruturação profunda na arquitetura acadêmica da educação universitária. Essa seria articulada com as ideias de Anísio Teixeira e com o Modelo Norte-Americano (de origem *flexneriana*) e também com o Modelo Unificado Europeu (Processo de Bolonha). Com sua organização em regime de ciclos, o primeiro tem por base os bacharelados interdisciplinares¹⁹ (BIs); o segundo refere-se à formação profissional; e o terceiro ciclo compreende a formação acadêmica científica de pós-graduação *stricto sensu*, estrutura que caracteriza a universidade nova. Os BIs constituem-se como “programa de formação em nível de graduação de natureza geral, que conduzem a diploma, organizados por grandes áreas do conhecimento” (Brasil, 2010, p. 4).

Essas áreas são campos de saberes, práticas, tecnologias e conhecimentos, definidos de modo amplo e geral, as quais possibilitam uma variedade na articulação da estrutura curricular, o que possibilita a interdisciplinaridade, maior aproximação das práticas integradas tanto no ensino quanto na pesquisa e extensão, flexibilização curricular, além da valorização do trabalho em equipe. Constituem exemplos de grandes áreas: Artes; Ciências da Vida; Ciência e Tecnologia; Ciências Naturais e Matemáticas; Ciências Sociais; Humanidades e outras (Brasil, 2010).

18 Nascido em Buerarema, município rural do sul da Bahia, em 1952, Naomar transferiu-se para Salvador na adolescência, estudando em colégios públicos da capital, até ingressar na Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, onde se graduou em 1975.

19 Foi somente em 2010 que o Documento “Referenciais orientadores para os bacharelados interdisciplinares e similares” foi aprovado.

No entendimento de Almeida Filho (2007), a estrutura da universidade nova poderá promover o intercâmbio de professores, pesquisadores, discentes e gestores, os quais trarão novidades para os *campi* universitários, além de promover as trocas de conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural com diferentes instituições nacionais e internacionais. Nesse sentido, Almeida Filho (2007) afirma que a universidade como instituição de criação e produção crítica dos saberes, atuando democraticamente, servirá de estratégia para poder se resgatar:

[...] o ensino superior e a produção criativa de tecnociência e da arte & cultura como potencial articulador tecnológico e estético (e também econômico) da criação de redes de solidariedade intercultural. A universidade terá enfim uma chance de se tornar instrumento para a integração social e cultural entre povos e nações, firmemente comprometido com seu ideário original de justiça, equidade e paz. (Almeida Filho, 2007, p. 257).

No dia 5 de abril de 2004, em Brasília, aconteceu a conferência sobre a universidade no mundo contemporâneo, promovida pelo Ministério da Educação, com a presença do ministro Tarso Genro. Na ocasião, Boaventura de Sousa Santos foi um dos palestrantes, e um dos ouvintes foi o professor Naomar de Almeida Filho, então reitor da Universidade Federal da Bahia.

Ainda que houvesse consenso de que numa sociedade global a universidade brasileira necessitava de reformas urgentes com vistas a reestruturá-la, renová-la ou recriá-la, Santos e Almeida Filho (2008) destacaram a existência de militantes políticos que se negavam “a considerar a mera possibilidade de reestruturar a instituição universitária, alegando que reforma universitária sempre fez parte dos projetos de dominação ideológica e econômica do imperialismo capitalista” (Ibidem, p. 108). Além disso, os inflamados discursos de lideranças sindicais defendiam

a necessidade de fazer uma contrarreforma para combater a reforma universitária. Para o autor, “nas arenas oficiais de discussão da matéria, é fácil notar a cegueira conceitual dos que se pretendem formuladores de questões e propostas de reforma” (Santos; Almeida Filho, 2008, p. 110).

Apesar de tal resistência, o professor Naomar acreditava que era “chegada a hora de construir um tipo diferente e renovado de instituição universitária, capaz de atuar como instrumento eficiente de internacionalização da educação superior, orientado para o desenvolvimento com justiça e bem-estar social” (Santos; Almeida Filho, 2008, p. 111). Entendendo assim, o professor passou a intervir ativamente na temática, propondo inclusive um ambicioso e inovador projeto de reforma da sua universidade (UFBA), projeto esse denominado Universidade Nova²⁰.

Para Almeida Filho (2007, p. 260), o Brasil ainda adotava o modelo de universidade europeu, cujas características são fragmentação do conhecimento, distância da realidade profissional e acadêmica e sem interação da instituição com os sistemas de base. Além disso, “os programas das carreiras profissionais mostram-se cada vez mais estreitos, bitolados, com pouca flexibilidade e criatividade, distanciando das demandas da sociedade e longe, mas muito longe mesmo” (Idem), de cumprir o que defendia Anísio Teixeira – universidade como formadora da inteligência humana e cultura nacional. Com efeito, os graves problemas destacados são aqueles elencados no quadro 1:

²⁰ No dia 2 de dezembro de 2006, na cidade de Salvador-BA, foi divulgado pelos Reitores de Universidades Federais Brasileiras pela Reestruturação da Educação Superior no Brasil o Manifesto da Universidade Nova.

QUADRO 1. Síntese dos problemas a serem combatidos nas universidades brasileiras

Excessiva precocidade nas escolhas de carreira profissional;
Seleção limitada, pontual e “traumática” para ingresso na graduação;
Viés monodisciplinar na graduação, com currículos estreitos e bitolados;
Enorme fosso entre graduação e pós-graduação;
Submissão ao mercado, perda de autonomia;
Elitização da educação universitária;
Incompatibilidade quase completa com modelos de arquitetura acadêmica vigentes em outras realidades universitárias, especialmente de países desenvolvidos;
Incultura: formação tecnológico-profissional, quando eficiente, culturalmente empobrecida;
Anacronismo: dissonância da formação universitária com a conjuntura contemporânea.

Fonte: Almeida Filho (2007, p.157).

Com a chegada de Lula da Silva à Presidência da República, a temática da reforma ganha forças. Na ocasião, “ocorreram intensos debates entre dirigentes da rede federal de educação superior, que culminou na elaboração de um documento intitulado Proposta da Andifes para a reestruturação da educação superior no Brasil (Almeida Filho, 2007, p. 184). Com efeito, após três anos de debates e várias versões da proposta, o governo federal encaminhou à Casa Civil o Projeto de Lei da Reforma do Ensino Superior (PL 7.200/2006), como já anteriormente referido.

No período em voga, as discussões sobre a reforma universitária não se limitaram ao Brasil, mas se faziam presentes nos

países da Europa que, juntos, assinaram o documento denominado “Processo de Bolonha”. Essa propõe uma arquitetura curricular de formação

Básica interdisciplinar, integrada à graduação e à pós e projetar condições mais qualificadas para a pesquisa, num modelo próprio, ajustado à diversidade brasileira e, por isso mesmo, capaz de valorizar a extensão universitária. Superar o elitismo e a exclusão social inerentes à universidade tradicional. Viabiliza a integração das universidades brasileiras à rede mundial de instituições acadêmicas cultural e cientificamente qualificadas, que proporcionará um novo trânsito internacional de docentes, pesquisadores, estudantes e gestores nos circuitos mundiais de produção e circulação de conhecimentos e de cultura no século XXI. (Mulholland, 2006, p. 9 *apud* Almeida Filho, 2007, p. 8).

Faria e Maia (2012) acrescentam que o fito do BI era certificar estudantes no âmbito superior e com duração de dois a três anos, dependendo da área do conhecimento, período em que o estudante teria contato com as disciplinas mais gerais. A partir de então, o aluno teria a opção de escolher, para a continuidade dos estudos, um curso profissionalizante específico, com duração de 1 a 5 anos, podendo ainda ter a continuidade na pós-graduação (*lato ou stricto sensu*), de modo que o estudante teria diferentes possibilidades de escolha para a sua formação. Considerando tais possibilidades, os estudantes teriam a oportunidade de escolher a carreira num momento posterior, mais amadurecido, mais consciente, reduzindo com isso os índices de evasão e desistência, um dos problemas mais evidentes nas universidades brasileiras e que está entre as dimensões do ReUni.

Além dos componentes acima, o egresso do BI poderá fazer a opção pelo mundo do trabalho, uma vez que haverá diplomação de bacharel em área de conhecimento, a depender de

cada organização institucional, podendo ser em Artes, em Humanidades, em Ciências ou Tecnologias (Almeida Filho, 2007). Aqueles que desejarem continuar os estudos poderão ingressar na área da docência, fazendo a opção pela licenciatura específica, com duração de um ou dois anos. Ou, ainda, se

[...] vocacionados para carreira específica, selecionar-se para cursos profissionais que concluirão com mais dois a cinco anos. Aos alunos destacados pelo talento e desempenho poderão também se submeter a processos seletivos específicos em programas de pós-graduação (mestrado profissionalizante, mestrado acadêmico e doutorado, para futuros professores e pesquisadores). Além do novo desenho curricular, por créditos multi e interdisciplinares, com parâmetros mais uniformes entre as instituições, tal sistema também possibilitaria maiores facilidades para a mobilização, tanto do corpo docente como discente e dos funcionários. (Faria; Maia, 2012, p. 11).

A proposta dos BIs reúne, na mesma modalidade de curso de graduação, características importantes, tais como: “ampliação de conhecimentos e competências cognitivas dos estudos superiores; flexibilização do currículo com componentes optativos; dispositivos para integrar conteúdos disciplinares; e adiamento de escolhas profissionais precoces” (Faria; Maia, 2012, p. 11).

O amadurecimento dos BIs pelos reitores das universidades federais, em especial as Universidades da Bahia e de Brasília, que se inspiraram nas ideias de Anísio Teixeira, serviu para a formulação de uma nova proposta de universidade. No período de 2006 a 2007, o professor Naomar realizou diversas palestras nas universidades do país para apresentar a proposta. Entre os eventos, citam-se o I Seminário Universidade Nova na UFBA em Salvador-BA e, no final de março de 2007, o II Seminário

Universidade Nova na UnB em Brasília-DF. Nas palavras de Faria e Maia (2012, p. 9):

UFBA e UnB juntam-se para reabrir a discussão de um novo modelo de instituição universitária pública, a partir das ideias de Anísio Teixeira. Outras universidades agregam-se a este projeto. Participam também na liderança do processo a Universidade do Piauí (UFPI), a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e a Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), além do apoio do dirigente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e de grande interesse da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

No dia 24 de abril de 2007, o governo federal lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) contendo cerca de quatro dezenas de medidas, entre elas o Decreto nº 6.096, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – ReUni, cujas características já foram referenciadas neste trabalho, sendo a UnB uma das primeiras a entregar a proposta de adesão.

Registra-se que já vigorava o PNE, dado pela Lei nº 10.172/2001, que tinha como meta alcançar, até o final de 2011, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos. Na contramão dessa meta, outras nove foram vetadas pelo governo FHC, as quais estavam relacionadas ao aumento de recursos e investimentos para a educação, ciência e tecnologia, dentre elas a da ampliação de 7% do PIB para a educação, fato que comprometeu a execução do PNE.

Diante do cenário criado e do compromisso firmado durante a campanha presidencial, explicitado no seu programa “Uma Escola do Tamanho do Brasil” no âmbito do ensino superior, o governo de Lula da Silva viu-se diante de um grande desafio:

- promoção da autonomia universitária e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nos termos constitucionais (artigo 207 da CF);
- reconhecimento do papel estratégico das universidades, em especial as do setor público, para o desenvolvimento econômico e social do país;
- consolidação das instituições públicas como referência para o conjunto das IES do país;
- expansão significativa da oferta de vagas no ensino superior, em especial no setor público e em cursos noturnos;
- ampliação do financiamento público ao setor público, revisão e ampliação do crédito educativo e criação do programa de bolsas universitárias, com recursos não vinculados à educação;
- defesa dos princípios constitucionais da gratuidade do ensino superior público (artigo 206, IV, da CF);
- envolvimento das IES, em especial as do setor público, com a qualificação profissional dos professores para a educação básica, em cursos que garantam formação de alta qualidade acadêmico-científica e pedagógica e associem ensino, pesquisa e extensão.

Destarte, enquanto as discussões sobre o ensino superior eram intensificadas entre a comunidade acadêmica e os sindicatos, o governo de Luís Inácio Lula da Silva planejava ações visando ao crescimento e desenvolvimento da economia brasileira, através de investimentos em obras de infraestrutura em diferentes áreas, com o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado no dia 28 de janeiro de 2007. Inserido nesse “pacote” estava

o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)²¹, também conhecido como PAC da Educação, pois era constituído por um conjunto de ações voltadas para a melhoria da educação brasileira, em todas as suas etapas do sistema educacional.

Em entrevista concedida a Cunha *et al.* (2013), no ano de 2013, o ministro Haddad salienta que a crise do “mensalão”²² contribuiu para sua nomeação ao cargo de Ministro da Educação e, além disso, o então presidente da República, Lula da Silva, conhecia seu trabalho, desde que participou da elaboração de documentos que resultaram na Lei sobre as Parcerias Público-Privadas (PPP). O presidente foi otimista diante da crise e acreditava ser passageira. Havia confiança e ele a transmitia aos que estavam por perto. Nesse cenário, Lula da Silva “solicitou a Fernando Haddad não um programa, mas um plano de educação de longo prazo” (Haddad, 2013 *apud* Cunha *et al.*, 2016). Portanto, foi nesse momento que o PDE começou a surgir.

A essa altura, também o discurso do presidente Lula, diferentemente dos primeiros tempos de seu governo, passou a conferir à educação uma posição de prioridade sem precedentes históricos. Desse modo, pode-se admitir a hipótese de que a crise do “mensalão” acabou por favorecer a política educacional, pois, a partir dela e da designação de Fernando Haddad para ministro da Educação, o presidente abriu um enorme espaço para permitir ao MEC atuação mais consistente e organizada na condução da política educacional. Desde então, o presidente Lula não perderia nenhuma oportunidade para sobrelevar a relevância da educação, seja nas mensagens presidenciais enviadas

²¹ O PDE foi lançado oficialmente em 24 de abril de 2007, concomitante à promulgação do Decreto nº 6.094, que dispõe sobre o “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, considerado o carro-chefe do PDE.

²² É o nome dado ao escândalo de corrupção política proveniente da compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional, que ocorreu entre os anos de 2005 e 2006.

ao Congresso Nacional, seja em outras ocasiões, pela imprensa falada ou escrita. Luiz Inácio Lula da Silva se colocou como verdadeiro paladino da educação, procurando ressaltar a importância desta para o desenvolvimento do país e para a redução das desigualdades e injustiças. (Cunha *et al.*, 2016, p. 302).

Assim, o PDE foi estruturado em seis pilares, sendo eles: 1) visão sistêmica da educação; 2) territorialidade; 3) desenvolvimento; 4) regime de colaboração; 5) responsabilização; e 6) mobilização social. [...] Seus programas podem ser organizados em torno de quatro eixos norteadores: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização (Brasil, 2007d, p. 11; 15). Destacam-se como proposta para o ensino superior:

i) expansão da oferta de vagas, dado ser inaceitável que somente 11% de jovens, entre 18 e 24 anos, tenham acesso a esse nível educacional, ii) garantia de qualidade, pois não basta ampliar, é preciso fazê-lo com qualidade, iii) promoção de inclusão social pela educação, minorando nosso histórico de desperdício de talentos, considerando que dispomos comprovadamente de significativo contingente de jovens competentes e criativos que têm sido sistematicamente excluídos por um filtro de natureza econômica, iv) ordenação territorial, permitindo que ensino de qualidade seja acessível às regiões mais remotas do País, e v) desenvolvimento econômico e social, fazendo da educação superior, seja enquanto formadora de recursos humanos altamente qualificados, seja como peça imprescindível na produção científico-tecnológica, elemento-chave da integração e da formação da Nação. (Brasil, 2007d, p. 26).

Portanto, o PDE surge num contexto de grandes desafios na educação brasileira com a finalidade de enfrentar estruturalmente as desigualdades sociais, possibilitando maiores oportunidades de acessos educacionais. Assim, as ações de incentivo à

expansão do ensino superior abrangeram: a Universidade Aberta do Brasil (UAB); o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES)²³; o Programa Nacional de Pós-Doutorado; o Programa Incluir: a Acessibilidade na Educação Superior; o Apoio Financeiro à produção de conteúdos educacionais digitais multimídias; o Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT); Nova Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); o *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais* (ReUni)²⁴, e o Banco de Professores-equivalente (Brasil, 2007d; grifos nossos).

1.3. O ReUni em questão

A proposta da Universidade Nova seria implantada, inicialmente, na Universidade Federal da Bahia (UFBA). No entanto, fez-se necessário apresentar a proposta na reunião da Andifes e vários reitores apoiaram a ideia (Santos; Almeida Filho, 2008). A discussão ganhou proporção nacional e os reitores se uniram

23 Fies é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos na forma da Lei 10.260/2001. Para participar, o candidato precisa ser matriculado em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

24 De acordo com a UnB (2008, p. 227), ReUni foi “contemplado do Plano Plurianual 2008-2011 (Lei nº 11.653/2008) como ação, sob o código 8282 – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, dentro do Programa 1073 – Brasil Universitário, caracterizado como Programa Finalístico. Seu produto (unidade de medida) é “vaga disponibilizada”. Para os anos de 2008, 2009, 2010 e 2011, estão previstas 15 mil, 45 mil, 90 mil e 150 mil vagas, respectivamente, em nível nacional. A meta financeira prevista para os anos respectivos é de R\$ 153,5 milhões, R\$ 960 milhões, R\$ 1,4 bilhões e R\$ 1,9 bilhões, conforme anexo atualizado do PPA (publicado em consonância com o disposto no § 1º do art. 16 da Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008)” [sic].

[...] em uma rede de discussão e acompanhamento do projeto, com grupos de trabalho e seminários locais e nacionais. Isto tudo significou decisiva ampliação do escopo original da proposta, influenciando a proposta de governo que veio a se chamar REUNI – Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais [sic]. (Santos; Almeida Filho, 2008, p. 199).

O decreto que legitima o ReUni tem oito artigos, os quais orientam o processo de transformação das universidades públicas brasileiras. No artigo 1º, por exemplo, são explicitados os objetivos do Plano: “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” (Brasil, 2007c, p. 1). No artigo 2º, a apresentação se volta para as diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; e

VI - articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica. (Brasil, 2007c, p. 1).

A justificativa se deu em virtude da necessidade de superação do modelo de formação acadêmica ultrapassada, com fragmentação do conhecimento, estrutura curricular pouco ou nada flexível e com forte viés disciplinar. Além disso, o processo seletivo para acesso ao ensino superior, fortemente excludente, obrigava o estudante a escolher, precocemente, a carreira profissional. Com efeito, os índices de evasão de estudantes eram altos e, em alguns casos, apresentavam níveis alarmantes. A rigidez da formação profissional distanciava-os do mundo do trabalho (Brasil, 2007b, p. 8).

Ao programa se somavam também as propostas do governo federal na consolidação da política expansionista da educação superior em atendimento às metas do PNE (Lei nº 10.172/2001), que estabelece a ampliação da oferta em cursos de nível superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década. Com tais objetivos, o ReUni definiu como “meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano” (Brasil, 2007c, p. 4). Além desses pontos, há ainda outros aspectos que se somam para justificar a implantação do ReUni no âmbito nacional, sendo eles:

1. Os atuais cursos de graduação são orientados quase que exclusivamente para a formação profissional e, mesmo aqueles que não têm essa natureza, como os

bacharelados em áreas básicas, mantêm currículos concentrados, sem abertura para outras áreas do conhecimento.

2. A aprovação de propostas curriculares inovadoras enfrenta grandes dificuldades por conta de sua incompatibilidade com as regras de classificação, organização e oferecimento de componentes curriculares.

3. A universidade pública brasileira ainda não conseguiu implementar, por falta de decisão política interna, na maioria das IFES, e de recursos financeiros, uma política de ações afirmativas, com efetiva garantia de permanência de estudantes que apresentem condições sociais desfavoráveis.

4. Os dois princípios norteadores básicos dos currículos contemporâneos, flexibilidade e interdisciplinaridade, são praticados por um número muito reduzido de cursos de graduação e os que os aplicam optam por um dos princípios, ao invés de conciliá-los.

5. As práticas pedagógicas, adotadas nos cursos de graduação, são tradicionais, com predominância de aulas expositivas e uso incipiente de recursos tecnológicos e outras formas inovadoras de ensino.

6. As turmas apresentam, em geral, reduzido número de estudantes em componentes curriculares cuja natureza não requer essa baixa relação professor/aluno, predominando o padrão da formação em pequenos grupos.

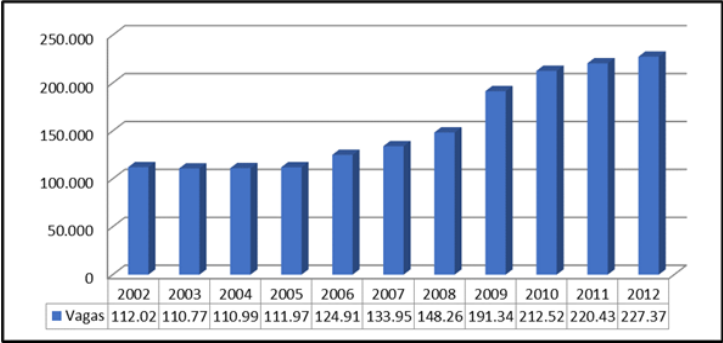
7. Os espaços físicos das unidades universitárias registram, não raramente, considerável ociosidade no período noturno.

8. Os índices de evasão de estudantes nos cursos de graduação atingem, em alguns casos, níveis alarmantes. (Brasil, 2007b, p. 8).

Diante de tal realidade, a projeção para o crescimento do número de vagas e matrículas no âmbito do ReUni, considerando

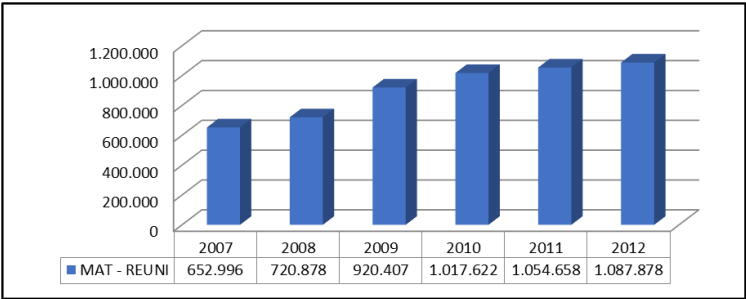
somente universidades federais, em cursos presenciais de graduação pensados pelo MEC, foi estimada da seguinte maneira:

GRÁFICO 1. Projeção de crescimento no número de vagas nas UFs (2002-2012)



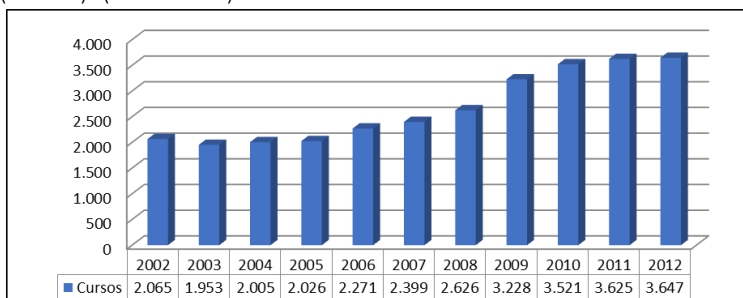
Fonte: ReUni – Diretrizes Gerais (BRASIL, 2007b).

GRÁFICO 2. Projeção de crescimento do número de matrículas nas UFs (2007-2012)



Fonte: ReUni – Diretrizes Gerais (Brasil, 2007b).

GRÁFICO 3. Projeção de crescimento do número de cursos nas UFs (em mil) -(2002-2012)



Fonte: ReUni – Diretrizes Gerais (Brasil, 2007b).

Sobre o orçamento, a estimativa era de que o investimento chegasse ao total de 2 bilhões de reais no período de 2008 a 2011. Nesse processo, os recursos projetados para cada universidade poderiam elevar em 20% do total previsto para 2007, considerando o orçamento de custeio e pessoal.

TABELA 1. Previsão de acréscimo orçamentário a partir do Decreto nº 6.096/2007 (valores em milhares de reais)

ANO	2008	2009	2010	2011	2012
Investimento	305.843	567.671	593.231	603.232	-
Custeio /pessoal	174.157	564.247	975.707	1.445.707	1.970.205
Total	480.000	1.131.918	1.568.938	2.048.939	1.970.205

Fonte: ReUni – Diretrizes Gerais (Brasil, 2007b, p. 3).

A divisão orçamentária dos investimentos seria distribuída da seguinte maneira: “500 milhões de reais serão alocados considerando-se o número de matrículas projetadas [...]. O valor restante, da ordem de 1,5 bilhão, será distribuído considerando-se um valor de referência-SESu de cinco mil reais para cada nova matrícula projetada”. (Brasil, 2007b, p. 3).

1.3.1 A resistência

O ReUni foi amplamente contestado pela comunidade universitária. Os estudantes alegavam que não houve debates suficientes com a comunidade acadêmica para esclarecimentos dos pontos divergentes do programa, existindo, ainda, receio na queda da qualidade do ensino. Diante de tal realidade, o Diretório Acadêmico de Fonoaudiologia da Universidade Federal da Bahia, filiado à Diretoria Executiva Nacional dos Estudantes de Fonoaudiologia (DENEFONO) e à União Nacional dos Estudantes (UNE), elaborou um dossiê intitulado: *O Livro Cinza do ReUni*²⁵, com o propósito de denunciar as consequências do ReUni e solicitar a revogação do Decreto Presidencial nº 6.096/2007.

Esse documento explicita a manifestação contrária dos estudantes quanto à maneira com que o Plano estava sendo aprovado nas universidades federais. Eles solicitavam a reabertura das discussões sobre o real significado do projeto ReUni. Para isso, os estudantes elencaram dez motivos, dentre outras justificativas de suas reivindicações:

- O ReUni aumenta a relação professor/aluno, que já é baixa hoje (1/9), para 1/18;
- Para a diminuição na relação professor/aluno, o ReUni pretende dar bolsas para que pós-graduandos deem aula no lugar dos professores;
- O ReUni cria profissões desregulamentadas através da fragmentação dos currículos de cursos já existentes;
- O ReUni condiciona o repasse de verbas à

25 Este documento foi endereçado ao presidente da República Luís Inácio Lula da Silva, ao ministro da Educação Fernando Haddad, ao Congresso Nacional e ao povo brasileiro (uma versão em 2008 e outra em 2009).

aprovação de 90% dos alunos ingressantes no tempo previsto pelo curso;

- O ReUni amplia a vaga sem ampliar o programa de assistência estudantil;
- O ReUni fere o princípio da autonomia da universidade em decidir sobre o seu gerenciamento;
- O ReUni cria os bacharelados interdisciplinares que são diplomas de ensino superior de formação em nada;
- O ReUni foi imposto pelos Conselhos Universitários, sem discussão, em quase todas as universidades;
- O ReUni duplica as vagas com um aumento de apenas 20% nas verbas;
- O ReUni não prevê contratação de funcionários proporcional à ampliação. (CNERR, 2009, p.11).

A proposta do dossiê continha dados, informações e depoimentos dos estudantes de diferentes universidades federais do país que lutavam pela revogação do ReUni. Muitos deles relatam suas experiências de resistência e suas angústias em relação à aprovação do ReUni em suas instituições. Outros explicitam as possíveis consequências do ReUni para a comunidade acadêmica, como, por exemplo, salas superlotadas, laboratórios precários, ameaça de terceirização de funcionários e ranqueamento nas produções acadêmico-científicas nos núcleos de pesquisa da universidade. Há ainda aqueles que relatam as invasões à reitoria e o cenário em que aconteceu a aprovação do Plano de Reestruturação de sua respectiva instituição.

No caso da Universidade Federal de Goiás (UFG), a aprovação do relatório de adesão ao ReUni foi marcada por intensa mobilização dos estudantes. Esses se organizaram com

apitos, faixas e palavras de ordem, numa tentativa de barrar a reunião do Consuni, que aconteceu na sede da Justiça Federal no centro de Goiânia (Lacerda, 2007, p.1). Em carta aberta à comunidade acadêmica, um dos representantes dos DCE/UFG declarou:

[...] em 2007 a reitoria desta universidade, após lançar projeto sobre expansão noturna, pôs em discussão a sua adesão ao Reuni. Nós fizemos oposição a este projeto ocupando por duas vezes o CONSUNI, escrevendo um contra-projeto, demonstrando as inconsistências do projeto e finalmente derrubando a espinha central: os BAGs – Bacharelado em Grandes Áreas. Porém, a Reitoria que nos parecia muito aberta convocou o CONSUNI final para aprovar o REUNI na sede da Justiça Federal. Além de ser um ambiente fora da universidade, cercaram a entrada com presença de policiais federais e militares. Diante disto, ocupamos o Centro de Seleção, sofremos um processo e pouca coisa da pauta de reivindicação assinada pelo Reitor foi cumprida[sic]. (DCE/UFG, 2009, p. 1).

Na Universidade Federal de Pernambuco, os estudantes se mobilizaram em marcha, fizeram assembleia, houve discussões e utilizaram megafones e faixas com dizeres contra o ReUni durante a ocupação da reitoria. Entretanto, o projeto foi aprovado pelo Consuni em uma reunião marcada às pressas. Esse fato contribuiu para o não comparecimento da maioria dos conselheiros – dos 70, apenas 26 estavam presentes. Isso significa que a aprovação do ReUni se deu com o quórum abaixo do necessário e sem uma discussão ampla com a comunidade acadêmica (OCUPA-UFPE, 2007, p. 1).

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, cerca de 150 estudantes ocuparam o hall de entrada da reitoria contra a aprovação do projeto. Reitorias de outras universidades também

foram ocupadas, como na UFPR (Paraná), Unifesp (Guarulhos), UFSCar (São Carlos), UniRio e Universidade Rural (ambas no Rio de Janeiro). Também ocorreram ocupações na Universidade Federal de Juiz de Fora, UFCE (Ceará), UFU (Uberlândia), UFSC (Santa Catarina) e UFF (Federal Fluminense), uma das últimas a aprovar o projeto, fato que aconteceu “no Palácio da Justiça de Niterói, sob forte escolta policial, onde estudantes, sindicalistas e conselheiros tiveram barrada a sua entrada. Os policiais militares usaram spray de pimenta e ameaçaram estudantes e professores de prisão” (GTPE-ADUFF/Sind, 2013, p. 26).

Na UFBA (Bahia), os estudantes ocuparam a reitoria desde o 1º dia de outubro de 2007, em protesto “contra a atual (falta de) política de assistência estudantil da gestão do reitor Namar de Almeida Filho e contra o decreto que institui o ReUni, além de pretenderem amadurecer o debate e a luta por um modelo de universidade realmente popular” (OCUPA-UFBA, 2007, p.1).

Importa salientar que a resistência dos estudantes ao ReUni teve apoio de diferentes entidades, dentre as quais o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN). Este, por sua vez, mobilizou a comunidade acadêmica e provocou reflexões contrárias à publicação²⁶ de diversos comunicados das possíveis consequências para as universidades após a aprovação do ReUni. Essa entidade ainda financiou o movimento estudantil conforme registro do Relatório 52º CONAD, que assumiu o compromisso de destinar valores na casa de 450 mil reais em apoio a mobilizações contrárias ao ReUni (Oliveira *et al*, 2013).

Se por um lado a proposta adquiriu adeptos, que viram nela uma possibilidade de promover a reestruturação curricular

²⁶ Site da instituição: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=3482>.

radical dos programas de formação universitária; por outro lado, conquistou inúmeros adversários que entenderam a proposta como ameaça para a universidade. De acordo com Tonegutti e Martinez (2008, p. 3), o “desenho curricular proposto no projeto Universidade Nova assemelha-se à fracassada implantação, pela Reforma Universitária de 1968, dos Ciclos Básicos”. Os autores atrelam o insucesso da educação na década de 1960 à implantação dos ciclos, os quais potencializaram os problemas nas universidades, tais como: grande quantidade de estudantes nos cursos de maior demanda, alto índice de repetência, ausência de disciplinas humanísticas para as áreas de tecnologia e saúde, padronização do ensino, fixação de currículo. Assim, em desacordo com a proposta da Universidade Nova, Tonegutti e Martinez (2008) salientaram que a efetivação dessa implicará

[...] brutal ampliação das vagas de ingresso, sem a contratação de novos professores, com uma nova e perversa estrutura curricular e com os 90% de aprovação, o que podemos inferir é que as turmas vão crescer, e muito. E, por consequência, o atendimento deve diminuir bastante. Caso adotado o modelo da universidade nova, nos dois ou três primeiros anos, (BI) serão turmas com excessivo número de alunos e conteúdos genéricos. Certamente nesse nível, deixa de haver a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, pilares essenciais para a existência da Universidade. Com o BI, as IFES deixam de ser uma opção atraente para os potenciais candidatos egressos do ensino médio e que, hoje, concorrem com boas chances de sucesso no ingresso. Eles não vão querer entrar num curso genérico para 2 ou 3 anos depois passarem por outra seleção para um curso profissional. Vão preferir procurar outra instituição (privada ou estadual) que ofereça o curso desejado. [Além disso] a precarização está institucionalizada para o quadro de docentes, gerando uma sobrecarga de trabalho e a ausência de condições objetivas para garantir a qualidade do ensino. A perda da qualidade e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa

e extensão como propostas no REUNI acarretará consequentemente a perda de credibilidade e de legitimidade das Universidades Federais. Se tomarmos como parâmetro unicamente a meta de aprovação de 90% de estudantes, esta já desqualificaria a credibilidade, uma vez que esta meta não é atingida nem pelos países da OCDE, que gira em torno de 70%. Os parâmetros de financiamento são incompatíveis com a qualidade de ensino e a sobrecarga de atividades que as novas matrículas vão causar, devem piorar as condições de gestão das IFES nos próximos anos, caso haja a adesão. (Tonegutti; Martinez, 2008, p. 15-16).

Não é de se estranhar que a fala dos autores compactua com a opinião de outros adversários ao ReUni, pois tanto o professor Cláudio Antônio Tonegutti quanto a professora Martinez atuaram em entidades sindicais ligadas ao Andes-SN. O primeiro atuou, desde 1992, como diretor da Associação dos Professores da UFPR-SSind, participando ativamente em mais de cinco gestões. No contexto, contribuindo para que a entidade se tornasse uma das maiores seções sindicais do ANDES-SN. A segunda atuou como diretora de imprensa e representante dos docentes aposentados da APUFPR-SSind, entidade filiada ao Andes-SN.

Chama-se atenção para o fato de que a Coordenação Geral do Diretório Central dos Estudantes da UnB, no ano de 2007, era Fábio Félix²⁷, um dos fundadores do PSOL, que, por conseguinte, foi um dos partidos que apoiou a ocupação da reitoria e tornou-se forte opositor ao ReUni na UnB (Faria, 2008).

²⁷ Em 2018 foi candidato a deputado distrital, sendo eleito com mais de 10 mil votos, pela coligação PSOL e PCB.

1.3.2 A adesão

Em consonância ao artigo 1º, parágrafo 2º, do Decreto nº 6.096/2007, o MEC publicou o documento intitulado *Diretrizes Gerais do REUNI*, elaborado pelo Grupo Assessor²⁸ constituído por meio da Portaria nº 552. Esse documento serviu de base orientadora para as instituições interessadas na adesão ao programa. No dia 25 de setembro de 2007, foi publicado no Diário Oficial da União o extrato da Chamada nº 10, e em sua íntegra no sítio do MEC. O resultado parcial da Chamada Pública foi divulgado no dia 7 de dezembro de 2007, e 33 instituições tiveram seus planos aprovados pelo MEC. Entre essas, estava a UnB.

De caráter voluntário, a adesão ao ReUni implicava a cada universidade exercer sua autonomia, discutindo amplamente com a comunidade acadêmica a viabilidade ou não do aceite. Segundo Chauí (2002), o termo autonomia vem do grego *autós* (por si mesmo), *nómos* (leis, normas), que significa a capacidade de dirigir-se e governar-se por suas próprias leis ou regras, independência. Não é demais dizer que autonomia está intrinsecamente ligada à democracia (*démos*, *kratía*), governo do povo, que é inseparável do exercício da cidadania. Trata-se, pois, “da participação do homem nas decisões, em condições de igualdade” (Dutra, 2014, p. 24). É nesse sentido que a autonomia universitária significa liberdade e capacidade de gerir-se, produzir conhecimento, promover o saber de maneira desinteressada.

²⁸ Alex Bolonha Fiúza de Mello, Antônio Carlos Pedroza Iguatemy, Maria de Lucena Martins, Leandro R. Tessler, Luis Davidovich, Manuel Fernando Palácios da Cunha e Melo, Murilo Silva de Camargo, Naomar Monteiro de Almeida Filho, Orlando Afonso Valle do Amaral, Paulo Eduardo Nunes de Moura Rocha, Paulo Speller, Ricardo Siloto da Silva, Roberto da Silva Fragale Filho e Rodrigo de Araújo Ramalho Filho.

Entende-se a autonomia universitária como a liberdade de ação para o cumprimento da sua missão de forma transparente, competente e responsável, a Constituição Federal, no artigo 207, explicita que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Assim, sendo autônoma, a universidade tem sua própria forma “de realização na esfera do ensino e da pesquisa e, portanto, diferentes do que rege o mundo dos negócios e do poder. É indissociável ainda do reconhecimento da educação e da cultura como direitos da sociedade e dos cidadãos, inerentes à constituição da democracia, da cidadania e da justiça” (Coêlho, 2004, p. 28). Nas palavras de Almeida Filho, a autonomia dos fins acadêmicos da universidade brasileira

[...] tem sido convencionalmente (e constitucionalmente, não custa insistir) definida como a tríade ensino-pesquisa-extensão, prevista para ser realizada de modo, mais que articulado e orgânico, necessariamente indissociável. Nessa condição, em vez de terem sua autonomia dos meios confirmada, já que isto é garantido pela Constituição Federal, as universidades brasileiras encontram-se travadas por aparato normativo que compromete tanto seu dever de buscar eficiência e economicidade como instituição pública quanto sua missão acadêmica de formar sujeitos críticos e produzir conhecimento, arte e cultura com criatividade e inovação. (Almeida Filho, 2019a, p.1).

Apesar da garantia constitucional, a “autonomia universitária” ainda não foi regulamentada. E, no contexto mais recente, os ataques a essa instituição têm se intensificado, especialmente pelo governo federal que desconsidera a indicação da escolha da comunidade acadêmica e nomeia reitores a partir de uma vinculação com seus propósitos. O fato é que, em que pese o enorme

espaço que as universidades federais tiveram nos governos Lula e Dilma, suas propostas de regulamentação do artigo 207 não prosperaram por divergências internas dos próprios reitores. A Andifes chegou a realizar três comissões para discutir a regulamentação da autonomia, mas nenhuma angariou apoio suficiente para pressionar o governo federal a regulamentá-la e, no caso específico, na nomeação dos reitores, o MEC tem seguido mais o seu desejo de ver à frente reitores que possam imprimir um novo estilo de gestão mais alinhado ao Palácio do Planalto do que a vontade da comunidade universitária.

Retomando a autonomia no âmbito do ReUni, cada instituição tinha autonomia para adesão ao Plano. Contudo, a liberação dos recursos financeiros estava condicionada ao cumprimento das metas do programa (Brasil, 2007b), o que põe em xeque a autonomia universitária.

Nesses moldes, cada instituição deveria entregar um plano de reestruturação para apreciação do MEC, com base nos critérios publicados no Diário Oficial da União. Nesse caso, as universidades deveriam usar de sua autonomia para propor o projeto. A chamada pública impulsionou a participação das universidades e, no dia 7 de dezembro de 2007, foi divulgado²⁹ o resultado preliminar dos planos aprovados pelo MEC. Vê-se:

QUADRO 1. Primeiras IES que tiveram os planos aprovados – ReUni, 2007

Fundações universitárias	Universidades
Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre	Universidade Federal da Bahia
Fundação Universidade de Brasília	Universidade Federal da Paraíba
Fundação Universidade do Amazonas	Universidade Federal de Campina Grande
Fundação Universidade do Rio Grande	Universidade Federal de Goiás
	Universidade Federal de Juiz de Fora

²⁹ Diário Oficial da União, seção 3, p. 55.

Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	Universidade Federal de Lavras
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso	Universidade Federal de Minas Gerais
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	Universidade Federal de Pernambuco
Fundação Universidade Federal de Pelotas	Universidade Federal de São Paulo
Fundação Universidade Federal de São Carlos	Universidade Federal do Ceará
Fundação Universidade Federal de São João del-Rei	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Fundação Universidade Federal de Sergipe	Universidade Federal do Pará
Fundação Universidade Federal de Viçosa	Universidade Federal do Paraná
Fundação Universidade Federal do Acre	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Fundação Universidade Federal do Amapá	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Fundação Universidade Federal do Piauí	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Fundação Universidade Federal do Tocantins	Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Fonte: DOU (2007).

Destaca-se, nessa lista, a UnB, objeto desta discussão, como uma das primeiras a ter o projeto aprovado. As outras instituições que não estão na lista tiveram o prazo prorrogado para o início de 2008. Ao final, o quadro ficou assim distribuído:

QUADRO 2. Universidades que tiveram o Projeto de Reestruturação aprovado – ReUni, por etapa de implantação, 2008

Para implantação do programa no 1º semestre 2008			
UnB	UFPB	UFT	UFRA
UFPI	UFRR	UFPEL	UFSJ
UFV	UFPA	UFBA	FURG
UFRJ	UFGD	UFC	UFRGS
UFTM	UFERSA	UFJF	UNIRIO
UFAC	UFES	UFLA	UFAM
UFRN	UFSCar	UFMS	UNIFAP
UFPE	UFPR	UFMG	UNIR
UFCG	UFG	UFS	UFCSPA
UNIFESP	UFSC	UFRRJ	UFF
UFMA	UFMT		
Para implantação do programa no 2º semestre de 2008			
UFAL	UFVJM	UNIFEI	
UFOP	UNIFAL	UTFPR	
UFRB	UFMS	UNIVASF	
UFRPE	UFU		

Fonte: Relatório do primeiro ano do ReUni, 2009, adaptado.

Apesar de todas as manifestações e resistência da comunidade acadêmica, 100% das universidades aderiram ao ReUni.

Ao final do primeiro ano de implantação do ReUni, das 54 universidades federais existentes no país, 53 aderiram ao programa, levando em consideração que a Universidade Federal do ABC (UFABC) foi criada em 2005 e não participou do programa por já ter nascido com todas as inovações pedagógicas preconizadas pelo ReUni (Brasil, 2009).

De acordo com Camargo e Lazarte (2012), o projeto da UFABC³⁰ teve início no ano de 2004, quando o secretário da SESu/MEC, Nelson Maculan Filho, convidou o professor Luiz Bevilacqua, da UFRJ, para elaborar um projeto inovador de universidade a ser sediada em São Paulo, de modo que atendesse às demandas do século XXI. Assim, com o desafio aceito, o professor convidou outros 40 profissionais docentes para juntos, em comissão, promoverem as discussões e planejar a proposta de universidade. Com efeito, o Projeto Pedagógico começou a ser implementado no ano de 2006, quando a UFABC iniciou suas atividades, contando inicialmente com 1500 discentes matriculados. Para os autores, a UFABC apresenta semelhanças com o Plano Orientador da UnB³¹, no que diz respeito às unidades complementares e acadêmicas, ensino interdisciplinar e flexibilidade para construção do itinerário formativo. Essa proximidade com o

³⁰ Em 7 de julho de 2004, o Ministério da Educação encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei 3962/2004 que previa a criação da Universidade Federal do ABC (UFABC), em uma conjuntura na qual havia uma política de Estado voltada para a expansão da rede federal de ensino superior. Essa Lei foi sancionada pelo Presidente da República, em 26 de julho de 2005, sob o nº 11.145, sendo posteriormente alterada pela Lei nº 13.110, de 25 de março de 2015, que confirmou o caráter de fundação pública da UFABC, dotada de personalidade jurídica de direito público. (UFABC/PPI, 2017).

³¹ Foi o primeiro livro publicado pela Editora Universidade de Brasília e sua impressão foi concluída em 31 de maio de 1962. O livro apresenta o desenho arquitetônico da UnB, a concepção de universidade, a estrutura acadêmica e as formações dos estudantes, além de outras informações concernentes à proposta de universidade de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro.

modelo inovador espelhado nas ideias de Anísio foi fortalecida com a Universidade Nova e, na sequência, com o ReUni.

1.3.3. A expansão

O ReUni possibilitou ampliação do número de universidades em todo o país, em 2003 eram 45 universidades, no decorrer do governo petista foram criadas mais 18 universidades, sendo 14 no governo Lula e 4 no governo de Dilma Rousseff, totalizando 63 em 2014. Merece destaque, entre os presidentes que mais investiram na criação das universidades, Luiz Inácio Lula da Silva, que alcançou a marca de 14 unidades.

Se somarmos os quatro anos do governo de Dilma Rousseff, o total chegará a 18 universidades criadas no governo petista:

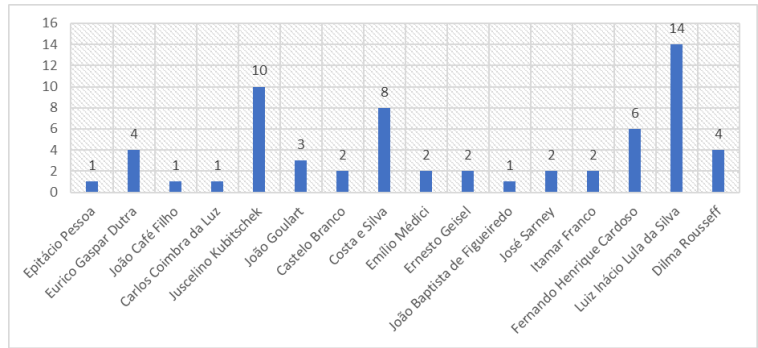
UNIFAL	UFGD	UNILA
UFVJM	UFRB	UNILAB
UFTM	UFCSPA	UFESBA
UFERSA	UNIPAMPA	UNIFESSPA
UFTPR	UFFS	UFCA
UFABC	UFOPA	UFOB

Esse número equivale ao número de criação dessas instituições em todo o período do governo militar.

O governo JK registrou dez unidades e, apesar de ter planejado e encaminhado todo o processo para criação da décima primeira universidade (UnB), a que viria ser o marco para a nova capital, o projeto não foi aprovado pelo Congresso Nacional em

tempo hábil e, somente após o fim de seu mandato, o projeto da UnB foi sancionado por João Goulart. Se for considerada a criação de universidades pelos presidentes, tem-se a seguinte evolução:

GRÁFICO 4. Número de universidades criadas, por presidentes



Fonte: Elaboração própria.

QUADRO 4 Evolução do nº de cursos, vagas, ingresso, matrícula e concluintes (2007 a 2012)

Modalidade	2007			2012			Variação % (2007 / 2012)	
	Total geral	Total nas IES públicas federais	%	Total geral	Total nas IES públicas federais	%	Total geral	IES públicas federais
Cursos	23.488	3.030	12,9	31.866	5.978	18,6	39,92	97,29
Vagas	2.823.942	155.040	5,5	4.653.814	322.538	6,9	64,79	108,04
Ingresso	1.808.970	172.334	9,5	2.747.089	334.897	12,2	51,85	94,33
Matrículas	4.808.381	615.542	12,8	7.037.688	1.087.412	15,4	46,36	72,65
Concluintes	756.799	89.257	11,8	1.050.413	111.165	8,9	38,79	27,90

Fonte: Elaboração própria a partir do Censo da Educação Superior (Inep) anos de 2007 e 2012.

Vale salientar que até 2002 o país possuía 148 *campi* universitários e, nos governos Lula e Dilma, foram criados mais 173, totalizando 321. O número de municípios atendidos também cresceu, subindo de 114, em 2002, para 275 em 2014, fato que favoreceu a interiorização das instituições federais (Brasil, 2012). A expansão no número de unidades de educação superior pública federal refletiu na criação de novos cursos e vagas, ampliação no número de matrículas e concluintes. Vê-se:

De acordo com os dados do Inep, o ensino superior cresceu em todo o país entre os anos de 2007 e 2012, com ênfase no setor privado, mas sem desmerecer a evolução do setor público, que passou por um processo expansionista no mesmo período. Foram criados 2.948 novos cursos de graduação, o que equivale 97,29% a mais de novas possibilidades para os candidatos, só nas instituições públicas federais. Além disso, o número de vagas mais que dobrou, chegando a 167.498, equivalendo a uma porcentagem de 108,04% a mais em relação ao ano de 2007. Em âmbito nacional (público e privado), o número de ingressantes subiu em todo o país, saiu de 4.080.381 matrículas para 7.037.688, apresentando um crescimento de 2.957.307 (40,5%) novos estudantes no ensino superior, no mesmo período.

No caso das públicas federais, havia, em 2007, o total de 615.542 matrículas e em 2012 o número chegou a 1.087.376, equivalendo a uma expansão de 471.834 (76,65%) novas matrículas. O número de concluintes também cresceu, saiu de 89.257 em 2007 para 111.165 em 2012, ou seja, uma diferença de 21.908 novos profissionais formados nas instituições públicas federais, no período do ReUni. No entanto, esse dado sinaliza que, apesar da expansão no acesso, o número de formados está bem aquém do esperado, considerando que o número de ingresso em 2012 foi de 334.897 e os que conseguiram concluir o curso ficou abaixo

da metade (111.165), representando apenas 33,1%. Em outras palavras, mais de 66% dos ingressantes não concluíram em tempo hábil o curso de graduação, o que evidencia um dos graves problemas da educação brasileira, evasão/abandono. De acordo com Silva *et al.* (2018, p. 102), os altos índices de evasão registrados na educação superior revelam a necessidade de se pensar “políticas públicas que visem minimizar as diversas perdas envolvidas, tais como perdas no nível pessoal, social e financeiro”. Não é demais lembrar que

A evasão da educação superior tem suas consequências em diversos níveis, seja no âmbito dos alunos, das Instituições de Ensino Superior (IES) e seja no âmbito da sociedade. Embora para os alunos a mudança de curso, que constitui evasão do mesmo, possa se configurar como positiva e possa se refletir em benefícios pessoais, para a IES e até para a sociedade, em termos de investimentos, as consequências são igualmente prejudiciais – seja ela pública ou privada, uma vez que a vaga ocupada não terá como desfecho um concluinte daquele curso. É sob essa perspectiva que este estudo se coloca investigando as propriedades abarcadas pelas IES a partir do conceito de evasão de curso, isto é, o encerramento do vínculo do aluno com a unidade que realizou sua matrícula no primeiro período examinado. (Silva *et al.*, 2018, p. 103).

De acordo com Aguiar (2016), as políticas adotadas pelo governo de Lula da Silva para o ensino superior mostraram-se bem severas. Embora houvesse reconhecimento de educadores da ampliação no número de vagas, cursos e acesso ao ensino superior público, as críticas em relação à maneira como a expansão foi conduzida apontam precariedade das novas universidades públicas, a partir do ReUni. Precarização no trabalho docente, uma vez que amplia o número de estudantes nas instituições sem, no entanto, crescer o número de professores, de maneira

proporcional. Ademais, a tendência de maior quantitativo de estudantes por turma, bem como indicação de “aprovação automática”, com vistas à “garantia da elevação da taxa de alunos concluintes, e da criação de cursos de curta duração e/ou ciclo (básico e profissionalizantes), representando uma qualificação aligeirada, superficial, desvinculada da pesquisa, com perspectiva polivalente, conformadas às demandas do mercado” (Lima, 2008, p. 75).

O cenário das universidades brasileiras de 2012, na perspectiva do Andes, era bem diferente do que o governo noticiava, registrava-se situação preocupante, a saber: 1) aumento da contratação de professores temporários; 2) morosidade na contratação de professores efetivos; 3) laboratórios não instalados; falta de bibliotecas; 4) ausência e/ou inadequação de restaurantes universitários, entre outras condições de permanência estudantil; 5) obras previstas e não iniciadas, interrompidas ou não concluídas; 6) condições de infraestrutura comprometidas pelo passivo de anos de sucateamento (Andes, s. d.).

A comissão³² instituída pelo MEC, incumbida de acompanhar as ações do Plano de Reestruturação, apresentou os resultados do ReUni no ano de 2012, indicando que o orçamento do programa de expansão em 2007 foi de R\$ 440.031.705, incluindo os valores de custeio R\$ 73.154.311 e investimentos R\$ 366.877.394. No ano de 2012, o número chegou a R\$

³² Portaria nº 126, de 19 de julho de 2012, e nº 148, de 19 de setembro de 2012, composta por dois representantes da Associação de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), dois representantes da União Nacional de Estudantes (UNE), dois representantes da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) e dois representantes da Secretaria de Educação Superior do MEC (SESu). Membros: Adriana Rigon Weska – MEC; Antônio Simões Silva – MEC; Daniel Iliescu – UNE; Hercília Melo do Nascimento – ANPG; João Luiz Martins – ANDIFES; Leandro Cerqueira – MEC; Maria Lúcia Cavalli Neder – ANDIFES; Tamara Naiz Silva – ANPG; Yuri Pires Rodrigues – UNE.

1.991.826.164, sendo R\$ 1.041.007.761 para os custeios e R\$ 950.818.403 para investimentos. Considerando o total de investimento entre 2007 e 2012, o crescimento foi de 352,7%. Vê-se, ano a ano, a distribuição dos recursos financeiros:

TABELA 2. Recursos orçamentários do programa de expansão 2005-2012

Ano	Custeio	Investimento	Total
2005	2.640.396	64.840.709	67.481.106
2006	52.279.785	331.778.298	384.058.083
2007	73.154.311	366.877.394	440.031.705
2008	177.551.293	759.881.047	937.432.341
2009	332.843.609	1.283.763.854	1.616.607.463
2010	535.092.380	1.210.613.309	1.745.705.690
2011	890.924.058	1.922.229.625	2.813.153.683
2012	1.041.007.761	950.818.403	1.991.826.164
TOTAL	3.105.493.594	6.890.802.640	9.996.296.234

Fonte: Brasil/MEC (2012).

Cada universidade teve autonomia para ajustar seu respectivo Plano de Reestruturação e cronograma de execução aos recursos orçamentários, o que, segundo a Comissão de Avaliação, pode justificar as variações de valores entre os anos. Porém,

A tendência do aumento de disponibilização de recursos de custeio está atrelada diretamente ao crescimento do número de matrículas. Os recursos de investimento têm seu ápice no período de 2009 a 2011, quando houve fortes investimentos em obras e aquisições de equipamentos. Em 2012, verifica-se uma redução nesse montante, que pode ser justificado pelo período de finalização das obras e de aquisição destes equipamentos. (Brasil, 2012, p. 15).

Houve ampliação no número de vagas, matrículas e na contratação de novos servidores. No que se refere aos docentes (considerando visitantes, substitutos e efetivos), os números chegaram a uma margem de 26% entre os anos de 2007 e 2012. No período de implantação do ReUni, o governo federal autorizou 21.786 novas vagas, aumentando o número de docentes efetivos e a consequente redução de 64% de docentes substitutos (Brasil, 2012). Segundo os dados levantados pela Comissão de Avaliação do ReUni, no período de implantação do Plano de Reestruturação ficou evidenciado um salto na contratação de docentes efetivos, pois houve

[...] a autorização de 21.786 novas vagas docentes e a consequente redução de 64% de docentes substitutos. Esse movimento pode ser compreendido como uma estratégia para qualificar o ensino na educação superior, uma vez que a contratação de professores efetivos garante a constituição de um coletivo mais comprometido com o ensino, a pesquisa e a extensão. Houve também uma ampliação aproximada de 22% no quantitativo de professores visitantes. (Brasil, 2012, p. 16).

No que se refere às obras realizadas no período em tela, em especial construções de salas de aula, laboratórios, bibliotecas, áreas multifuncionais, espaços administrativos, auditórios e a infraestrutura, estima-se que 1.588 obras foram concluídas, perfazendo um total de 3.065.735,17m², além de outras tantas que ainda estavam em processo de construção que não foi contabilizado no relatório (Brasil, 2012).

QUADRO 5. Número de obras concluídas em m² nas universidades federais de 2003 a 2012

Titulação	Número	M²
Laboratório	368	321.055,11
Salas de aula	292	550.025,41
Bibliotecas	43	58.414,97
Restaurantes	61	67.671,35
Moradias	33	38.174,12
Espaços Administrativos	182	181.552,70
Áreas multifuncionais	260	770.724,22
Apoio à comunidade	67	47.231,43
Área esportiva	43	107.050,97
Auditórios	27	44.169,92
Infraestrutura	212	879.664,97
TOTAL	1.588	3.065.735,17

Fonte: Brasil (2012, p. 20).

É certo que, apesar da ampliação no número de acesso e permanência de estudantes à educação superior pública, no período em tela, o Programa também evidenciou certas dificuldades no que se refere à infraestrutura, uma vez que a execução das obras tornou-se motivo que causou desconforto nos âmbitos administrativo e pedagógico. Isso devido aos atrasos nas entregas, o que comprometeu o acolhimento dos estudantes dos novos cursos criados. Assim, diferentes fatores estavam relacionados, citando-se, entre os entraves: problemas “licitatórios, contratos cancelados, atrasos nas emissões de licenças ambientais assim como pelo aquecimento do mercado da construção civil” (Brasil, 2012, p. 31). A comissão encerra o relatório indicando a necessidade de novo ciclo do ReUni, com vistas à consolidação do

programa. Nesse termo, a ampliação de recursos tornar-se-á uma garantia para a permanência dos estudantes na Academia. Salienta ainda que a nova expansão deve considerar as dimensões políticas, pedagógicas e estruturais (Brasil, 2012).

Capítulo 2

Os projetos do ReUni na UnB

2.1. As propostas do ReUni da UnB

A UnB, a primeira a apresentar o projeto de adesão/ReUni ao MEC, saiu à frente para iniciar a implantação do Plano de Reestruturação.

A equipe responsável apresentou a proposta ao Consuni e ao MEC, obteve a aprovação em ambas as esferas, realizou a pactuação e iniciou o processo de planejamento para a execução proposta, considerando os seguintes eixos.

QUADRO 1. Eixos da proposta (ReUni 1)

1	Elementos da política de organização curricular proposta	• Cada curso poderá ser dividido em um conjunto de subáreas e créditos contabilizados em cada subárea, de acordo com a especificidade do curso; • Modelo de formação por objetivos; • Objetivos formativos baseados em acúmulo de crédito nas diversas áreas de um curso; • Desenvolvimento de competências e habilidades; • Estrutura curricular flexível; • Várias trajetórias para um mesmo diploma.
		• Áreas • Ciências da Vida • Ciências Humanas e Sociais

2	Criação de cursos de Bacharelados em Grandes Áreas (BGAs)	• Ciências Exatas e Tecnologias • Letras e Artes • Criação de 2.400 novas vagas nos Bacharelados em Grandes Áreas até 2012, 50% delas no noturno. • Definição de equivalência entre as disciplinas dos BGAs e a dos cursos existentes. • Inicialmente, manter, ou ampliar, a pedido das unidades, as vagas de acesso aos cursos existentes e abrir novas vagas nos BGAs. • Ao longo do tempo, reservar um conjunto de vagas dos cursos existentes para os egressos dos BGAs. Orientação dos estudantes ingressantes nos BGAs para conduzirem seus cursos com vistas a atingir objetivos de cursos específicos pretendidos em formações posteriores.
3	Reestruturação pedagógica e acadêmica propostas:	• Processo ensino-aprendizagem centrado no estudante. • Organização dos créditos como atividades realizadas pelo estudante: • Aulas práticas, estudos orientados, extensão, pesquisa, seminário, atividade na comunidade, apoio à docência, atividades complementares etc. • Repactuação entre as unidades acadêmicas para se ter as unidades curriculares necessárias às formações para os vários diplomas da UnB. • Alguns tipos de atividades didáticas: Aula expositiva, aulas práticas, seminários, estudos orientados, extensão e atividade na comunidade, pesquisa etc. • Reorganização da docência: professores, tutores, extensão e atividade na comunidade, pesquisa, monitores (organização de programa de iniciação à docência para estudantes de graduação e do estágio de docência de estudantes da pós-graduação de forma a contribuir para a sua formação, sem comprometer seu curso). • Criação de Núcleo de Orientação, Acompanhamento e Apoio Estudantil. • Instituição de programas de auxílio estudantil. • Validação e concessão de crédito para conhecimentos adquiridos anteriormente (cf. LDB/96).

		• Avaliação para verificação e validação de competências (proficiência). • Mobilidade estudantil entre cursos, <i>campi</i>, instituições e países (sistema de créditos + acreditação). • Construção, reestruturação, modernização, equipamentos de salas de aula, laboratórios e espaços de aprendizagem (bibliotecas, salas de estudos, acesso à internet etc). • Criação do Núcleo de Apoio à Docência para a capacitação dos professores no uso de tecnologias e no domínio de práticas pedagógicas para o ensino superior: línguas estrangeiras, língua portuguesa, informática etc.
--	--	--

Fonte: Elaboração própria a partir do MEC/SESu/PROCESSO (Brasil, 2007, p. 67).

No entanto, antes mesmo que se iniciasse a efetivação dos trabalhos, a UnB se viu dentro de uma crise interna que barrou a execução do projeto¹. Nesse contexto, o Reitor pediu exoneração e, em seguida, o vice-reitor, fato que implicou a substituição de toda a equipe que elaborou o projeto do ReUni.

Com efeito, um novo reitor, *pro tempore*, foi nomeado² até que novas eleições acontecessem³. Este, no entanto, tomou

¹ No período de implantação do ReUni 1 – a Reitoria era composta pelos seguintes membros: Reitor: Prof. Timothy Martin Mulholland (15/11/2005 a 12/04/2008); Vice-Reitor: Prof. Edgar Nobuo Mamiya; Decano de Ensino de Graduação: Prof. Murilo Silva de Camargo (responsável pela elaboração do R1); Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Márcio Martins Pimentel; Decana de Extensão: Profa. Leila Chalub Martins; Decano de Assuntos Comunitários: Prof. Pedro Sadi Monteiro; Decano de Administração: Prof. Erico Paulo Siegmar Weidle.

² Roberto Armando Ramos de Aguiar foi reitor *pro tempore* da UnB de 13 de abril a 20 de novembro de 2008. (Faleceu em 12/07/2019).

³ Candidato eleito Prof. José Geraldo de Sousa Júnior conclui seu doutorado em junho de 2008 (cinco meses antes da eleição), fato que favoreceu a sua candidatura ao pleito. Sua equipe foi formada pelos seguintes membros: Vice-Reitor: Prof. João Batista de Sousa; Decana de Ensino de Graduação: Profa. Márcia Abrahão Moura; Decana de Pesquisa e Pós-Graduação: Profa. Denise Bomtempo Birche de Carvalho; Decano de Extensão: Prof. Wellington Lourenço de Almeida; Decana de Assuntos Comunitários: Profa. Rachel Nunes da Cunha;

todas as providências para que um novo projeto de adesão ao ReUni fosse (re)elaborado e aprovado pelo MEC.

Assim, diferentemente de outras universidades, a UnB teve um tempo maior para elaboração do projeto e, ao final, ficou com duas propostas aprovadas junto ao MEC, sendo a primeira (R1) anulada, em detrimento da segunda (R2) aprovada em 2008⁴.

Considerando a elasticidade dos prazos, pode-se entender que aquela que seria a primeira tornou-se uma das últimas a iniciar a implantação do plano de reestruturação.

Na apresentação do projeto (R2), os idealizadores⁵ fizeram referência à 333ª Reunião do Consuni realizada em 19 de outubro de 2007, a qual aprovou um documento intitulado “A UnB Rumo aos 50 anos: Autonomia, Qualidade e Compromisso Social”, como carta de intenções para adesão ao ReUni, e a respectiva tramitação dada, junto ao MEC, para posterior assinatura do termo de acordo e metas com esse ministério, no dia 13 de março de 2008 (Brasil, 2007a).

Na sequência, são listados dez pontos utilizados como justificativas para embargar a primeira proposta e solicitar, à Secretaria de Educação Superior (SESu), autorização e concessão de um prazo maior, para (re)discutir a proposta com a comunidade acadêmica e promover eventuais alterações e ajustes no projeto.

Diante dos fatos, o MEC concede prazo para a nova gestão da UnB promover as adequações na proposta de adesão da

Decano de Administração: Prof. Pedro Murrieta Santos Neto; Auditor Interno: José Avelar dos Santos; Secretário de Planejamento: Hélio Marcos Neiva; Secretário de Recursos Humanos: Afonso de Souza.

⁴ A UnB teve a aprovação do R2, porém, recebeu inúmeras recomendações de ajustes.

⁵ Entre eles o Decanato de Graduação, representado pela professora Márcia Abrahão Moura.

instituição, que já havia sido aprovada em 2007. Nesse cenário, foram criadas quatro comissões para elaboração das diretrizes gerais do ReUni, com os seguintes objetivos:

- a) estabelecimento e priorização de critérios para a sistematização da proposta e das demandas das Unidades;
- b) Proposição de alternativas de fortalecimento institucional;
- c) Avaliação do ingresso por área de conhecimento;
- d) Avaliação da viabilidade de implantação de cursos de formação geral.

Vê-se:

QUADRO 7. Motivos/justificativas para elaboração do ReUni 2

1	Projeto específico submetido ao MEC em 29 de outubro não havia sido aprovado pelo Conselho Universitário – CONSUNI, apesar de constar que uma ata da 333ª do CONSUNI ter sido encaminhada ao MEC comprovante da aprovação no Conselho Superior da UnB, requisito estabelecido pelo Decreto nº 6096/2007 para submissão de propostas de adesão ao ReUni. A ata encaminhada ao MEC em 2007 foi submetida ao CONSUNI para apreciação apenas em abril deste ano [2008], pela administração <i>pro tempore</i> da UnB, ocasião em que o CONSUNI se recusa a aprovar aquele documento e solicitou a degravação da reunião e elaboração de nova ata, o que está sendo feito pela Administração <i>pro tempore</i> da UnB.
2	A proposta encaminhada ao MEC estava fundamentada nos chamados “Bacharelados em Grandes Áreas (BGAs)”, estrutura curricular que não havia sido aprovada pela maioria das Unidades Acadêmicas e no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE da UnB.
3	Dos 27 cursos novos propostos pelas Unidades Acadêmicas e constantes do documento “A UnB Rumo aos 50 anos: Autonomia, Qualidade e Compromisso Social”, apenas dez haviam sido incluídos na proposta final encaminhada ao MEC, os quais estavam previstos para começar em 2012, sem que houvesse justificativa conhecida para tais definições.
4	A proposta da UnB não contempla acréscimo de vagas de ingresso em cursos de graduação existentes, o que havia sido solicitado por 22 cursos de graduação, conforme disposto no documento “A UnB Rumo aos 50 anos: Autonomia, Qualidade e Compromisso Social”.

5	A previsão de investimentos contida na proposta da UnB privilegiava a construção de grandes auditórios e de centros de convenções nos quatro <i>campi</i> e não contemplava a construção e reforma de laboratórios de Unidades Acadêmicas proponentes da expansão no campus Darcy Ribeiro, o que poderia inviabilizar a implementação do projeto.
6	A proposta da UnB continha equívocos nos dados de pós-graduação e não informava o aumento de cursos de Mestrado e Doutorado da UnB, o que estava em desacordo com os dados oficiais da Universidade e a beneficiava nos indicadores finais do ReUni, especialmente na taxa RAP.
7	A proposta da UnB continha equívocos na duração de alguns cursos de graduação, como Geologia e Engenharias, para menos, o que beneficiava a UnB nos indicadores finais do ReUni;
8	A proposta da UnB continha dados de número de egressos de alguns cursos de graduação mais elevados do que os dados oficiais da UnB demonstravam, o que beneficiava a UnB nos indicadores finais do ReUni.
96	O TCU, em 16 de abril de 2008, havia determinado a devolução aos cofres da União de R\$ 30.742.529,30, referente à parcela de rubrica, investimentos estabelecidos para 2007 no âmbito do ReUni, o que implicaria descumprimento do cronograma estabelecido no Acordo de Metas; e
10	Havia um sentimento de necessidade de maiores discussões sobre o ReUni por parte da maioria da comunidade acadêmica.

Fonte: MEC/UnB/PROCESSO (Brasil, 2007a, p. 67, adaptado).

Essas comissões apresentaram os resultados dos trabalhos em seminário (espécie de audiência pública) realizado no dia 6 de junho de 2008, intitulado “O ReUni na UnB: construção de uma proposta coletiva” (Brasil, 2007a). Sem ainda concluir os trabalhos, a UnB solicita novas prorrogações do prazo ao MEC, para julho de 2008, momento em que a proposta do ReUni/UnB,

⁶ A UnB foi obrigada a devolver aos cofres públicos 34 milhões de reais destinados à sua expansão, 4 milhões referentes à implantação do campus de Ceilândia e 30 milhões do ReUni, pois o Tribunal de Contas da União concluiu a existência de irregularidades na transferência do dinheiro para uma das fundações de apoio da Universidade de Brasília (Melo, 2013, p. 113).

na perspectiva R2, foi submetida ao Consuni na 339ª reunião, obtendo a aprovação das seguintes metas e estratégias:

QUADRO 8 – Síntese da proposta (ReUni 2)

Metas gerais			
1. Criação de novos cursos e expansão dos já existentes, sobretudo no período noturno, como forma de melhorar o aproveitamento do espaço físico; 2. Abertura de novos cursos com perfis interdisciplinares – parcerias entre diferentes unidades acadêmicas; 3. Reestruturação pedagógica; 4. Criação de mobilidade inter e intrainstitucional; 5. Criação de políticas de fortalecimento institucional; 6. Redução da evasão; 7. Ampliação da inclusão social; 8. Fortalecimento das licenciaturas.			
Estratégias para alcançar as metas			
1	Para fundamentar e orientar o desenvolvimento do Projeto	1.1	Elaboração do Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), balizador das demais estratégias;
		1.2	Realização de Ciclos de Seminários Internos (início em ago./2008) – elaboração de diagnóstico detalhado da instituição, discussão de linhas gerais e temas prioritários, detalhamento das estratégias propostas neste projeto, elaboração de programas e do PPPI.
2	Para o fortalecimento das unidades acadêmicas e	2.1	Readequação de espaços físicos (reformas e construções);
		2.2	Compra de novos equipamentos, ampliação do quadro docente e de servidores;

	cursos já existentes	2.3	Reavaliação das práticas pedagógicas (sobre-tudo nas disciplinas de serviços) ⁷ ;
		2.4	Aproximação entre pós-graduação e a graduação (suporte pedagógico);
		2.5	Incremento do apoio técnico-administrativo.
3	Para melhoria dos serviços	3.1	Reformulação na gestão dos órgãos de apoio, como, por exemplo, Centro de Processamento de Dados, Bibliotecas, Prefeitura, Restaurante Universitário, Moradia Estudantil etc., assim como seu fortalecimento com a contratação de serviços técnico-administrativos e aquisição de equipamentos.
		3.2	Construção de restaurante universitário (nos 4 <i>campi</i>) e de moradia estudantil.
		3.3	Readequação e modernização da Biblioteca.
		3.4	Reforma, ampliação e readequação de espaços físicos para a administração da Universidade, contemplando a melhoria do atendimento aos estudantes (DAC, DEX, SAA).
4	Para reestruturação pedagógica	4.1	Aperfeiçoamento do Programa de Orientação Acadêmica, inclusão profissional e acompanhamento pedagógico (2009).
		4.2	Criação do Programa de Tutoria, em parceria com a pós-graduação, com o intuito de fornecer apoio à disciplina de serviços oferecidos nos semestres iniciais de diversos cursos, como turmas com grande número de alunos.
		4.3	Normatização de atividades sob responsabilidade de tutores, incluindo a carga horária

⁷ São disciplinas que estão no currículo de determinado curso, mas também são oferecidas por outro, a exemplo da psicologia da educação, história da educação, sociologia da educação.

			semanal mínima e máxima para os estudantes de pós-graduação;
		4.4	Aperfeiçoamento do sistema de avaliação de docente empregado na UnB, visando aperfeiçoamento do sistema;
		4.5	Estabelecimento de tratamento pedagógico diferenciado para disciplinas do ciclo básico, assim como as disciplinas de serviços já existentes.
		4.6	Incentivo a professores mais experientes para trabalhar com turmas iniciais;
		4.7	Consolidação da infraestrutura computacional de apoio à aprendizagem, com criação de salas de estudo informatizadas;
		4.8	Adequação dos espaços de ensino e de aprendizagem, sobretudo laboratório de ensino e salas de estudo.
		4.9	Elaboração dos espaços de ensino para Aperfeiçoamento das Práticas Pedagógicas e Incentivo à Docência;
		4.10	Aperfeiçoamento do sistema de avaliação de docente empregado na UnB, com propostas para sua revisão.
5	Para o reaproveitamento de vagas ociosas	5.1	Mudanças de curso na UnB – definição e aprovação nos conselhos da universidade de normas que flexibilizem a reocupação de vagas ociosas por estudantes da própria instituição.
		5.2	Transferência facultativa para a UnB – definição e aprovação nos conselhos da universidade de normas que flexibilizem a reocupação de vagas ociosas remanescentes por estudantes de outras IES, mantendo a qualidade dos ingressantes.

		5.3	Flexibilização da equivalência entre disciplinas de diferentes cursos da UnB e de outras IES – edição de normas que fixem tempo de análise e critérios de avaliação.
		5.4	Flexibilização dos editais internos de duplo curso, dupla habilitação e de mudança de curso.
6	Para criar mobilidade	6.1	Implantação de Sistema de Ingresso por Área de Conhecimento reunindo diversos cursos com afinidade epistemológica e curricular, nos termos definidos pelo CEPE.
		6.2	Minimização da oferta de disciplinas restritas.
		6.3	Uniformização de ementas e de nomes de disciplinas da UnB de mesmo conteúdo, assim como a flexibilização da normatização para mudança de curso.
		6.4	Aperfeiçoamento de convênios com outras instituições públicas de ensino superior, visando promover uma real mobilidade interinstitucional.
		6.5	Viabilização de acordos de cooperação entre universidades para mobilidade acadêmica por meio de estratégias relacionadas à assistência estudantil aos estudantes (moradia estudantil, bolsas etc.)
		6.6	Flexibilização do aproveitamento de estudos realizados por meio de intercâmbios nacionais e internacionais.
7	Para ampliar a inclusão social	7.1	Fortalecimento de programa de divulgação no ensino médio dos cursos e programas oferecidos na Universidade.
		7.2	Ampliação do programa de apoio à permanência estudantil, incluindo o número de bolsas.
		7.3	Ampliação do atendimento de estudantes com necessidades especiais.

		7.4	Ampliação de programa de moradia estudantil da UnB.
		7.5	Ampliação dos programas de moradia e extensão existentes e sua integração com o ensino e a pesquisa.
		7.6	Consolidação dos sistemas de avaliação interna DEX.
		7.7	Ampliação da participação da comunidade estudantil da universidade em projetos de extensão de ação contínua.
		7.8	Aumento do número de bolsas de permanência, iniciação científica, iniciação à docência, extensão, monitoria etc.
		7.9	Ampliação das expectativas e oportunidades de acesso e permanência na Universidade de Brasília aos estudantes das escolas públicas do Distrito Federal e seu entorno.
		7.10	Ampliação da inclusão social e das ações afirmativas.
8	Para fortalecer as licenciaturas	8.1	Oferta de disciplina da área da educação nos ciclos básicos, estimulando a procura por licenciaturas.
		8.2	Estreitamento das relações de professores das diversas licenciaturas, sobretudo aquelas ligadas às práticas de ensino e ao Pibid, com as comissões de ingresso por área de conhecimento.
		8.3	Aumento do número de bolsas de iniciação à docência.
		8.4	Integração institucional e ampliação das diversas ações realizadas junto ao ensino básico público, promovendo melhorias da educação pública e formando professores sintonizados com a realidade da educação básica.

Fonte: MEC/UnB/PROCESSO (Brasil, 2007a, p. 167-171; adaptado).

De acordo com as regras de adesão ao ReUni, as universidades deveriam preencher um formulário apresentando os objetivos institucionais para os próximos cinco anos, prazo de vigência do ReUni (2008-2012), sendo uma das exigências a elevação de, no mínimo, 20% nas matrículas de graduação. Para orientar as instituições no preenchimento, foi disponibilizado um documento⁸ contendo os pontos indispensáveis na elaboração do projeto. Cada universidade deveria apresentar o diagnóstico institucional, referente a cada item indicado nas dimensões do plano de reestruturação, incluindo as metas, estratégias, etapas, cronogramas e indicadores de acompanhamento:

QUADRO 2. Dimensões do plano de reestruturação (ReUni)

Ampliação da oferta de Educação Superior Pública
Reestruturação Acadêmico-Curricular
Renovação Pedagógica da Educação Superior
Mobilidade Intra e Interinstitucional
Compromisso Social da Instituição
Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação.

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa.

Além das dimensões acima, a universidade poderia acrescentar outras ações, caso não fosse contemplada, mas sem deixar de acrescentar o plano geral de implantação da proposta, que abrange: 1) reordenação da gestão acadêmica das IFEs (formação docente; programação da transição entre modelos, quando for o caso; plano de contratação de pessoal docente e técnico; e plano diretor simplificado de infraestrutura física); 2) cronograma geral de implementação e execução; 3) orçamento parcial e global detalhado de todas as etapas (investimento, manutenção

⁸ Diretrizes Gerais do ReUni – disponíveis no portal do MEC.

e pessoal); 4) plano de acompanhamento e avaliação da proposta, apresentando os indicadores de processo relativo às metas globais do Decreto 6.096/2007; 5) plano de acompanhamento de indicadores de qualidade utilizando os instrumentos nacionais de avaliação disponíveis para graduação e pós-graduação; 6) impactos globais (expectativas de transformação da universidade ao final do programa); e 7) quadro síntese da proposta conforme o sistema fornecido pela SESu (Brasil, 2007a).

Como já foi referenciado anteriormente, a Universidade de Brasília apresentou dois projetos de reestruturação: o primeiro, em 2007, o qual foi denominado de ReUni 1 (R1)⁹, e o segundo, apresentado em 2008, denominado ReUni 2 (R2)¹⁰. Vê-se o que foi pensado para a instituição, em cada projeto (R1 e R2).

Os dados do processo expansionista da UnB, no século XXI, deram-se a partir do Programa de Desenvolvimento Institucional (2002 a 2006) com a definição das instalações de três *campi*, sendo eles: Planaltina, Ceilândia e Gama, os quais receberam recursos financeiros do Programa de Expansão do Governo Federal, em curso desde 2005, bem como de emendas de parlamentares e do Governo do Distrito Federal. Na mesma linha, o governo federal aprovou, em 2007, o Plano de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais como proposta de melhor aproveitamento das instalações das universidades com vistas à ampliação do acesso à educação superior (Brasil, 2007a). Dessa forma, os projetos de expansão foram assumidos pelo ReUni.

Ambos os projetos (ReUni 1 e ReUni 2) reconheceram a representatividade da proposta que deu origem à universidade,

⁹ Nome do dirigente que aparece no processo (apresentação da proposta) é Timothy Martin Mulholland.

¹⁰ Nome do dirigente que aparece no processo (apresentação da proposta) é Roberto Armando Ramos de Aguiar.

criada para estabelecer um novo padrão de instituição formadora de cientistas e técnicos atuantes e inovadores na promoção do desenvolvimento do país e do Distrito Federal (FUB, 1962).

Na sequência, a referência é dada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI – 2006 a 2010)¹¹, esclarecendo que a Missão da UnB é “Produzir, interagir e divulgar conhecimento, formando cidadãos comprometidos com a ética, a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável” (FUB, 2006).

Comparando o crescimento institucional no período entre 1990 e 2004, a UnB apresenta uma elevação considerável – saindo de 8.769 para 21.771 estudantes matriculados. Na mesma linha, os cursos de graduação cresceram de 42 para 60¹², sendo 15 deles no período noturno. Já no âmbito da pesquisa, a UnB registrou, em 1995, cerca de 90 grupos de pesquisa cadastrados.

No ano de 1998, após a implantação de mecanismo de apoio à investigação científica, o número foi ampliado, chegando em 2004 com 338 – os quais passaram a registrar maior participação/envolvimento de pesquisadores e estudantes¹³ (Brasil, 2007a).

O crescimento e a consolidação das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na UnB são justificados pelos

¹¹ O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI é o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES) no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver (UnB, 2012, p. 32). No ano de 2014, entrou em vigência um novo PDI compreendendo (2014-2017) na 393ª Reunião do Consuni, realizada em 16/10/2019, na qual foi aprovado o Desenvolvimento Institucional da UnB 2018 a 2022: Versão Atualizada.

¹² Foram encontradas dificuldades para identificar os reais números da UnB, pois o mesmo dado varia de um relatório para outro (número de cursos, vagas, matrículas e outros).

¹³ Esta ampliação da participação do corpo discente em programa de pesquisa é resultado direto do esforço de institucionalização, ampliação e consolidação dos programas de pós-graduação existentes na UnB e da vinculação desses cursos a atividades de iniciação científica.

resultados provenientes do crescimento de ações junto à comunidade local e de sua região de influência, a exemplo dos atendimentos realizados por docentes e discentes vinculados a projetos comunitários; além do atendimento no hospital universitário, no núcleo de práticas jurídicas e nas oficinas e práticas desportivas.

A expansão institucional se deu também no âmbito assistencial, com vistas a atender segmentos de baixa renda, além da criação do Núcleo de Igualdade Racial, Racismo e Xenofobia, o Centro de Convivência Negra, entre outras ações intrinsecamente ligadas ao programa de Ações Afirmativas.

A assistência social aos estudantes se dá mediante a concessão de bolsas estudantis, contribuindo tanto para a permanência dos beneficiados ao ambiente acadêmico quanto para a redução das taxas de evasão. Para a comunidade externa, as ações se voltam para a ampliação do acesso à educação superior, utilizando, entre outras estratégias, eliminação do custo com os exames admissionais.

De modo geral, no item característica da instituição, ambos os projetos (R1 e R2) apresentam as mesmas informações. A diferença aparece, apenas, em pequenas alterações no texto, visto que R2 reescreve ratificando a informação.

Ao fazer o diagnóstico da UnB, no que se refere à ampliação de vagas à educação superior, os idealizadores do R1 apresentaram os dados do Inep/MEC, em especial do quantitativo das IES no país. De acordo com esses dados, no ano de 2005, o Brasil contabilizava 2.165 instituições, sendo 231 públicas e 1.934 privadas (Brasil, 2007a, p. 68).

Apesar do crescimento no número de matrículas na educação superior, a defasagem ainda permanecia alta entre jovens na faixa etária de 18 a 24 anos – em 1995 a participação desse público era de 9,6% e, em 2005, o percentual subiu para, aproximadamente, 20,1%, ficando bem abaixo do esperado.

QUADRO 3. Evolução dos números do Ensino Superior no DF (1995 a 2005)

INFORMAÇÕES	1995	2000	2005
População Brasil*	155.822.440	169.872.856	184.184.264
População Brasil (18-24)*	21.040.013	23.365.185	24.405.518
População na educação superior Brasil**	1.759.703	2.694.245	4.453.146
Jovens de 19-24 na educação superior no Brasil*	1.102.450	1.705.768	2.761.865
Jovens de 18-24 na educação superior no Brasil	5,24%	7,30%	11,32%
População do Brasil matriculada na educação superior	1,13%	1,59%	2,42%
População do Distrito Federal*	1.737.813	2.051.146	2.333.108
População do Distrito Federal (18-24 anos)*	269.810	333.428	345.208
Matrículas na educação superior do DF**	38.686	67.250	115.840
Jovens de 18-24 anos na educação superior no DF*	25.886	44.157	69.430
Jovens de 18-24 anos na educação superior no DF	9,59%	13,24%	20,11%
População do DF matriculada na educação superior	2,23%	3,28%	4,97%
Número de estudantes na UnB**	12.811	17.777	18.679
Participação da UnB em matrículas na educação superior no DF	33,12%	26,43%	16,12%

Nota 1: *Dados do IBGE; **Dados do Inep/MEC.

Fonte: MEC/SESu/PROCESSO (Brasil, 2007a, p. 69; 172).

No âmbito do Distrito Federal, somente a Universidade de Brasília (única instituição pública federal de educação superior) “disponibilizou de 4.100 vagas para graduação, das mais de 65.000 oferecidas¹⁴ no ano de 2005 naquele ano” (Brasil, 2007a, p. 68), registrando, no mesmo período, 18.679 (16,47%)¹⁵ de todos os estudantes de graduação do DF¹⁶.

Referindo-se aos dados do Questionário Sociocultural aplicado pelo Centro de Seleção e Promoção de Eventos (CESPE)¹⁷, R1 adverte haver indícios no crescimento da

¹⁴ De acordo com o Inep (Censo da Educação Superior), o DF registrou, no ano de 2005, o total de 75.662 no número de vagas, sendo 4.128 públicas (4.048 federal e 80 estadual) e 71.534 no setor privado.

¹⁵ Em 1995, a UnB concentrava 33,12% dos estudantes no DF.

¹⁶ De acordo com o Inep (Censo da Educação Superior), o DF registrou 115.840 matrículas, sendo 19.079 públicas (18.679 federal e 400 estaduais) e 96.761 no setor privado.

¹⁷ Hoje Cebraspe.

exclusão de estudantes egressos das escolas públicas à educação superior, com destaque para os alunos que ingressaram na UnB por meio de processos seletivos tradicionais (vestibular). Além disso, a análise do questionário sinalizou a necessidade de se promover ações com vistas a facilitar o acesso de jovens das classes menos favorecidas à UnB (Brasil, 2007a).

Ao elaborar a proposta para o Plano de Reestruturação, R1 estabeleceu como meta a ampliação do número de vagas, superior a 60%, ainda que o compromisso exigido pelo MEC fosse de apenas 20%. Para tal, criar-se-iam cursos estruturados em quatro bacharelados: Ciências da Vida; Ciências Exatas e Tecnologias; Letras e Artes; e Ciências Humanas e Sociais. Em relação às estratégias pensadas para alcançar as metas de expansão de cursos e vagas, destacam-se as seguintes ações: a criação de cursos¹⁸ e a ampliação daqueles já existentes, bem como do reaproveitamento das vagas ociosas.

Assim, a criação dos Bacharelados em Grandes Áreas (BGAs) serviria de base para a criação de cursos que pudessem se apoiar nessa premissa comum. Para R1, o principal objetivo desses cursos é potencializar a formação em uma estrutura altamente flexível, “de modo que as disciplinas das etapas iniciais dos cursos existentes em uma dada área possam contabilizar créditos para o bacharelado daquela grande área” (Brasil, 2007a, p. 72).

Não é demais lembrar que a ideia de flexibilidade, inovação e superação do modelo rígido e ultrapassado da universidade brasileira já estava nos planos de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, quando projetaram a institucionalização da UnB. Para ambos os educadores, “apenas uma universidade nova,

¹⁸ Seriam priorizados cursos “que possam se beneficiar de troncos comuns já existentes ou compartilhar uma base comum com outros novos cursos”. (Brasil, 2007a, p. 72).

completamente planejada para novos propósitos, baseada em fundamentos mais flexíveis, pode abrir caminho para novas perspectivas do ensino superior no Brasil” (Teixeira; Ribeiro, 1962, p. 1).

Nesse sentido, a proposta de criação dos BGAs, na perspectiva do R1, era que esse modelo se tornasse uma das principais estratégias para atender à demanda, uma vez que viabilizaria a ampla oferta de vagas e, conseqüentemente, maior acesso à universidade. Assim, os cursos inseridos nos BGAs teriam como características e premissas os seguintes pontos:

QUADRO 4. Características e Premissas dos cursos BGAs na UnB (R1)

Características	Premissas
• Servem de base para diversos cursos da instituição; • Facilitam a mobilidade entre os cursos; • Atenderem à demanda social por cursos superiores com formação mais ampla e em tempo mais reduzido; • Exigem a gestão acadêmica integrada para garantia da qualidade e quantidade necessária; • São baseados na integração com a pesquisa, a extensão e a pós-graduação; • Tem perfil próprio.	• Revigoramento e reorientação pedagógica institucional (novo PPI); • Contratação de professores e servidores técnico-administrativos; • Uso intensivo de tecnologias de apoio à aprendizagem; • Construção de prédio de sala de aula e espaços de aprendizagem, reforma e equipamentos de anfiteatros e de laboratórios; • Modernização da Biblioteca Central (BCE).

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa.

Com vistas a contemplar o amplo acesso à universidade, R1 propôs a oferta de 4.280 ingressos, até o ano de 2012, com ênfase nos cursos que pudessem ser derivados de troncos de cursos já existentes, com prioridade para o turno noturno, desde que obedecendo ao interesse da unidade acadêmica e da demanda social.

O ReUni 2 (R2), por sua vez, após ratificar o diagnóstico apresentado pelo R1, no que se refere aos desafios da UnB para a ampliação do acesso à educação superior, propôs a elevação da

oferta para ingresso com a criação de 4.306 vagas em novos cursos¹⁹ nos quatro *campi* na UnB (Darcy Ribeiro, Planaltina, Ceilândia, Gama)²⁰.

A ampliação dar-se-ia distribuída em 862 novas vagas em cursos já existentes (32 no período diurno e 10 no noturno). A maior parte desse quantitativo seria executada no ano de 2009, com 530 novas ofertas, no campus Darcy Ribeiro. Soma-se a esses números o montante de 2.244 vagas provenientes da criação de 32 novos cursos (13 diurnos e 19 noturnos), totalizando 3.106 vagas.

O restante (1.200 vagas) seria distribuído com os *campi*²¹: Planaltina teria a criação de 2 novos cursos noturnos (Gestão Ambiental) e um diurno (Licenciatura em Educação do Campo), com 220 vagas anuais (2/2008) e aumento de 20 vagas anuais em 1 curso diurno já existente (2/2009); Ceilândia ficaria com um total de 480 vagas anuais em 5 novos cursos (Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Saúde Coletiva), 2º/2008; no Gama haveria a criação de 480 vagas anuais em 4 cursos (Engenharia Automotiva, Engenharia de Energia, Engenharia de Software, Engenharia Eletrônica), 2º/2008.

Na tabela 3, são explicitadas as projeções de vagas de ambos os projetos para o período de 2008 a 2012, no âmbito do ReUni:

¹⁹ Propôs a criação de 32 novos cursos, sendo 19 no período noturno.

²⁰ Campus Darcy Ribeiro: Recebe variados cursos e o setor administrativo; Campus Planaltina: Recebe os cursos de Ciências Agrárias; Campus Gama: Recebe os cursos de Engenharia; Campus Ceilândia: Recebe os cursos da área da Saúde.

²¹ Nos campi Planaltina, Ceilândia e Gama, houve a pactuação com SESu/MEC, Fase I do Programa de Expansão.

TABELA 3. Projeção de vagas (R1 e R2) – 2008 a 2012

ANO	R1		R2	
	Vagas	Noturno	Vagas	Noturno
2007	4.178	910	4.188	910
2008	4.978	1.150	4.828	998
2009	6.058	1.350	6.072	1.374
2010	7.258	1.990	7.778	2.350
2011	7.858	2.590	8.074	2.490
2012	8.458	2.830	8.494	2.650
Acrécimo	4.280	1.920	4.306	1.740
(2007 a 2012)	(102,44%)	(210,99%)	(102,81%)	(191,20%)

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa.

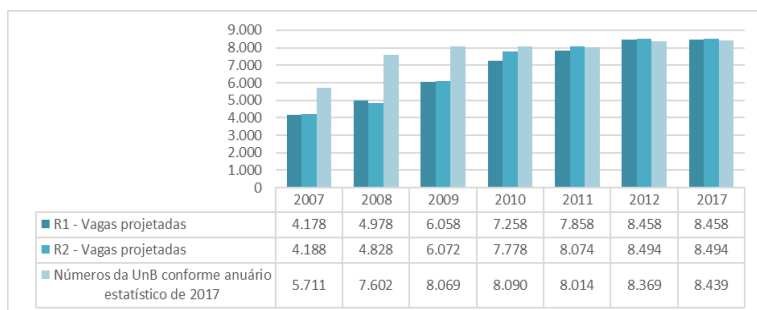
Observa-se que, apesar das oscilações de vagas no decorrer da implantação do ReUni, tanto R1 quanto R2 planejaram um acréscimo de, aproximadamente, 102% no número de vagas, considerando o ano base de 2007. No que se refere às vagas do noturno, a estimativa de R1 supera R2 em 19,79%, o que evidencia maior prioridade para o turno, conforme proposto pelo Decreto nº 6.096/2007.

No processo de implantação do ReUni, as vagas projetadas, por ambos os projetos, são apresentadas a seguir. No ano de 2007, a UnB criou 3.582 vagas por meio das novas modalidades de ensino e apresentou queda em relação a 2006, no que se refere à criação de vagas em cursos já existentes, pois saiu de 1.905 para 1.677, respectivamente. A partir de 2008, as possibilidades de criação de novas vagas²², por meio do ReUni, foram ampliadas. A primeira proposta (via R1) estimou que o crescimento na oferta

²² Ressalta-se que, além das vagas propostas para o Campus Darcy Ribeiro, a UnB já tinha pactuado com a SESu/MEC a criação de novos cursos nas unidades de Planaltina, Gama e Ceilândia, até 2009. Para tal, os recursos viriam da Fase I do Programa de Expansão do Ministério da Educação, que somariam 1.280 novas vagas, além da contratação de novos servidores (docentes e técnico-administrativos).

de vagas chegaria a 8.458 até o ano de 2012. A segunda proposta (via R2) projetou para 8.494 o quantitativo de vagas ofertadas pela UnB, no mesmo período.

GRÁFICO 1. Vagas oferecidas pela UnB (projetadas e alcançadas) – R1 e R2 (2007/2017)



Fonte: Elaboração própria a partir do Anuário Estatístico da UnB de diversos anos.

Considerando que o R2 foi o projeto ReUni adotado na UnB, pode-se identificar que as vagas ofertadas até o ano de 2012 ficaram pouco abaixo da meta estabelecida (8.494), ainda que nos anos anteriores tenham superado as expectativas nessa questão. No entanto, ao se efetuar a subtração do quantitativo de vagas ofertadas nos anos de 2012 e 2007 (8.369 – 5.711), tem-se uma diferença de 2.658.

O resultado da subtração representa certo crescimento no período do ReUni, porém, quando se considera a projeção de R2 de ampliação para 4.306 em cinco anos, pode-se concluir que R2 ainda precisaria de mais 1.648 novas vagas para atingir o objetivo almejado.

No que se refere à criação de cursos no período em tela (2008 a 2012), considerando as duas propostas apresentadas, tem-se o seguinte cenário de cursos projetados:

TABELA 4. Número de cursos projetados (2007 a 2012)

	PROJETADAS				Números da UnB conforme Anuário Estatístico 2016	
	R1		R2		Nº cursos	Nº cursos noturno
	Nº cursos	Nº cursos noturnos	Nº cursos	Nº cursos noturnos		
2007 ²³	61	15	66	15	71	15
2008	67	17	78	17	80	18
2009	75	21	88	23	91	24
2010	75	21	102	33	103	31
2011	75	21	105	34	136	32
2012	85	25	110	36	138	35

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa.

Entre os anos de 2008 e 2012, com a evolução no número de cursos de graduação, houve superação das estimativas do R2, uma vez que em 2012 a instituição alcançou o quantitativo de 138 cursos de graduação, representando um crescimento 94,36%. Os cursos noturnos chegaram ao total de 35 em 2012, com crescimento de 113,46%.

Entre os cursos a serem criados por R2, seis deles: 1) Arte e Comunicação Social, 2) Ciências Ambientais, 3) Gestão de Política Pública, 4) Estudos Culturais (noturno), 5) Turismo, 6) Música Popular (diurno) seriam integrados ao grupo interdisciplinar, ou seja, os cursos fariam parcerias entre diversas unidades acadêmicas no desenvolvimento das atividades universitárias, os chamados consórcios de cursos. Os outros cursos manteriam a estrutura de acesso e organização curricular praticados pela instituição.

²³ Ratifica-se a inconsistência dos dados da UnB, ainda que a informação faça referência ao ano de 2007, já fechado no contexto da elaboração dos projetos, os números divergem entre si. Em ambas as propostas (R1 e R2) apresentadas ao MEC, a universidade afirma ter, em 2007, o total de 64 cursos de graduação, sendo 15 no período noturno.

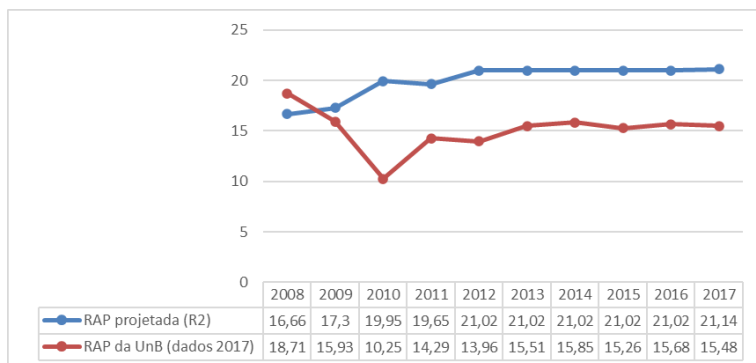
A Relação Aluno/Professor (RAP) é outro ponto destacado pela proposta do ReUni/MEC, que estabeleceu como meta 18/1 estudantes de graduação presencial por professor. Para Weska (2012), a estimativa dada para essa meta vai ao encontro das determinações dadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996, art. 57, que

[...] considera uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais para os professores e salas de aula com 40 (quarenta) alunos de graduação. Tendo por base um curso de graduação com 3.000 (três mil) horas, valor médio a partir da resolução nº 2, de 18 de junho de 2007, do Conselho Nacional de Educação – CNE, com duração de 09 (nove) semestres, ou seja, 4,5 (quatro vírgula cinco) anos, e onde cada semestre possui 15 (quinze) semanas, têm-se que $[(3.000 \text{ horas} / 9 \text{ semestres}) / 15 \text{ semanas}] = 22,2 \text{ horas semanais}$. Se cada professor ministra 10 (dez) horas de aula por semana, há a necessidade de $(22,2 \text{ horas semanais} / 10 \text{ horas semanais}) = 2,2 \text{ professores}$. Assim, a Relação Aluno/Professor foi obtida por meio da equação $(40 \text{ alunos por sala} / 2,2 \text{ docentes}) = 18 \text{ alunos}$. (Weska, 2012, p. 28).

Nesses moldes, tanto R1 quanto R2 projetaram ir além – o primeiro propôs atingir a meta de 21,43 até 2012 e o segundo (R2) almejou o quantitativo de 21,02 (RAP). Com a expansão da UnB a partir de 2008, a RAP saiu de 18,71 para 13,96 no ano de 2012, distanciando-se em muito da meta que foi estipulada, chegando a 2017 com 15,48. Assim, em vez de elevar a RAP no período do ReUni, os dados foram de baixa. Considerando o que foi proposto pelo projeto implantado (R2) na instituição e o que a universidade atingiu no período, pode-se afirmar que a UnB não alcançou a meta desejada²⁴.

²⁴ O Cálculo proposto pelas diretrizes do ReUni da Relação Aluno/Professor (RAP) considera: Matrícula Projetada em Cursos de Graduação Presenciais

GRÁFICO 2. Número de alunos em tempo integral/prof. equivalente – RAP (2008 a 2017)



Fonte: Elaboração própria a partir do Relatório de Gestão da UnB, 2017.

A redução das taxas de evasão nos cursos de graduação da UnB foi destacada por R1 e ratificado pelo R2 como um dos problemas a ser combatido na instituição. A UnB contabilizou, no período de 2001 a 2005, o total de 26.180 estudantes deixando a Universidade. Desse total, 15.195 estudantes (58%) se formaram e os outros 10.985 (42%) saíram por diferentes realidades: 24% abandonaram a universidade; 16% foram desligados da instituição, sendo um dos motivos o baixo desempenho acadêmico; 2% foram transferidos para outras IES (Brasil, 2007a). Assim, diante de tal realidade, ambas as propostas (R1 e R2) criaram metas e estratégias para superação das dificuldades. No caso do R1, as vagas ociosas na graduação seriam plenamente ocupadas

(MAT), Docentes com Equivalência de Dedicção Exclusiva (DDE), Dedução da Pós-Graduação (DPG). Cabe salientar que foram solicitados à instituição (DPO) os dados básicos para efetuar o cálculo (RAP/ReUni), e a resposta obtida foi que as informações sobre este item estavam disponibilizadas nos Relatórios de Gestão. No entanto, esta não é a metodologia proposta pelo ReUni, uma vez que utiliza informações diferentes (Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente). Não tendo sido possível o acesso aos dados que compõem a memória de cálculo, optou-se por utilizar os dados disponibilizados nos relatórios de gestão da UnB.

e a taxa de evasão seria reduzida a níveis não superiores a 15% até 2012.

R2, por sua vez, optou pelo aumento gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação (TCG) presenciais para 90% até 2012. Então, são vistas as metas projetadas e efetivadas no período de 2008 a 2012:

TABELA 5. Evolução de matrículas, formados e taxa média de conclusão de cursos (projetadas e executadas) 2007 a 2012

	PROJETADAS			R2			Alunos registrados e formados		
	Mat.	Formados	TCG	Mat.	Formados	TCG	Registro	Formados	TSG
2007	19.771,90	2.904	0,73	19.767,71	3.379	0,85	23.414	3.431	0,75%
2008	22.393,66	2.934	0,74	22.955,18	3.484	0,87	25.314	3.513	0,77%
2009	25.935,30	3.167	0,80	28.966,35	3.684	0,93	27.944	4.319	0,72%
2010	29.925,45	4.054	1,02	36.683,40	3.788	0,95	29.775	4.202	0,76%
2011	31.920,52	5.191	1,25	38.023,00	3.865	0,92	34.627	3.843	0,60%
2012	34.626,40	6.439	1,54	39.892,40	4.533	1,08	36.105	3.789	0,59%
Acréscimo	14.854,5	3.535	-	20.121,7	1.154	-	12.691	358	-
%	75,1%	121,7%	-	101,7%	34,1%	-	54,2%	10,4	-

*TSG²⁵

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa.

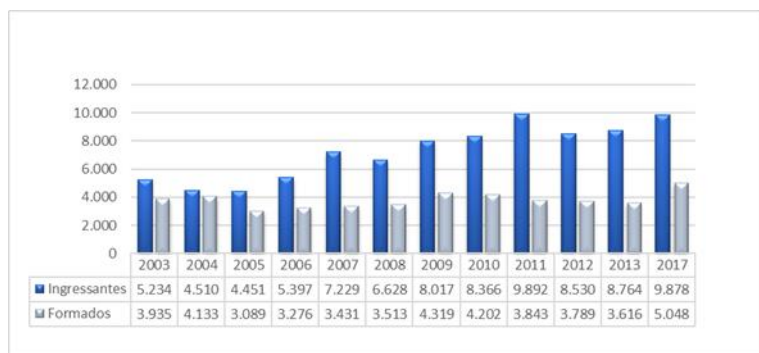
A estimativa de R1 ficou na porcentagem de 75,1% de crescimento das matrículas, no período do ReUni, com ênfase dada ao número de formados, quando projetou um acréscimo de 121,7% em cinco anos. R2, por sua vez, planejou um crescimento de, apenas, 34,1% no número de formados em relação ao ano de 2007. A projeção para o crescimento no número de matrícula foi de 101,7% no mesmo período.

²⁵ Para o Ministério da Educação (MEC/ReUni), a Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação (TCG) é um indicador calculado considerando o número de diplomados nos cursos de graduação presenciais (DIP) num determinado ano e o total de vagas de ingresso oferecidas pela instituição (ING) cinco anos antes. Para o TCU, o cálculo TSG = Número de diplomados / Número total de alunos ingressantes nos cursos de graduação presenciais. Pela ausência de dados nos anuários estatísticos e nos relatórios de gestão da UnB, com o termo explícito TCG, optou-se por utilizar o TSG, uma vez que se trata de indicador análogo.

No entanto, os dados disponibilizados no anuário estatístico de 2016 evidenciam que a UnB avançou apenas 54% no número de matrículas na graduação entre os anos de 2007 a 2012. No que se refere ao número de formados, o crescimento foi de apenas 10,4%, ficando bem abaixo do planejado e esperado por R2. Considerando os dados da tabela 5, na última coluna, a Taxa de Sucesso dos cursos de graduação caiu de 0,75 para 0,59, enquanto a meta de R2 era elevar a porcentagem para 1,08. Esse fato evidencia o não cumprimento da meta estabelecida por R2, que foi requerida pelas diretrizes do ReUni, nesse caso, a redução das taxas de evasão.

Ao analisar os números de ingressantes e formados na UnB no período em tela, observa-se que, apesar do crescimento no quantitativo de estudantes ingressantes (saindo de 7.229 em 2007 para 8.539 no ano de 2012), mais de 50% dos estudantes que entraram não conseguiram chegar ao final do curso. Vê-se por outro ângulo:

GRÁFICO 3. Evolução dos números de ingressantes e formados na UnB (2003 a 2017)



Fonte: Elaboração própria a partir do Anuário Estatístico da UnB (2017).

Considerando tais números, pode-se dizer que a UnB conserva, portanto, os mesmos problemas apontados no

diagnóstico inicial feito por R1 e ratificado por R2, com altas taxas de evasão. Ainda que o R2 tenha implantado suas estratégias para combater o problema, a meta de aumentar a taxa de conclusão média dos cursos de graduação (TCG) presenciais para 90% até 2012 não foi atingida. Nesse aspecto, a UnB reconheceu o insucesso e prorrogou o prazo, junto ao MEC, para o ano de 2017.

No ano de 2007, a UnB apresentava um TCG equivalente a aproximadamente 72%, considerando os alunos ingressantes e formados que ingressaram por vestibular e Programa de Avaliação Seriada (PAS). Em 2013, [...] a Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação (TCG) foi de 79%. Esse número está próximo das metas estabelecidas. Após a adesão ao REUNI, a UnB firmou, junto ao MEC, a meta de atingir, até 2017, a TCG de 90%[sic]. (UnB, 2013, p. 100).

Situação análoga aconteceu com a proposta de ocupação de vagas ociosas. Na perspectiva de R1, a UnB tem dedicado esforços para o preenchimento de todas as vagas no início dos cursos de graduação ao realizar várias chamadas dos candidatos aprovados nos processos seletivos (Vestibular e PAS). Ainda assim, apresenta dados que indicam declínio no aproveitamento das vagas – no final dos anos 1980, a Universidade ocupava quase 30% das vagas geradas por desligamento e em 2006 pouco mais de 5%. Para se ter uma ideia, em 2005, a universidade recebeu 4.436 novos estudantes de graduação. No mesmo ano, 3.167 jovens concluíram seus cursos e outros 2.248 abandonaram ou foram desligados da Universidade. Assim, considerando o total de vagas ociosas, geradas pela evasão, nesse ano

[...] apenas 108 (5%) foram reocupadas por meio de transferência facultativa. Embora esses dados representem uma leitura pontual, a média do percentual de reocupação de vagas ociosas na universidade é de 5,2% nos últimos dez anos. Em várias outras grandes universidades

federais do Brasil, há mecanismos em funcionamento que reocupam a quase totalidade dessas vagas. Nesse sentido, há muito o que fazer na UnB. (Brasil, 2007a, p. 75).

TABELA 6. Evolução dos números de ingressantes e formados na UnB (2007 a 2012)

	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Ingressantes (vestibular)	5.761	5.208	6.075	6.201	7.545	4.737
Ingressantes (PAS) ²⁶	958	984	1.302	1.590	1.441	1.815
Ingressantes outras vias*	510	436	640	575	906	1.978
Subtotal de ingressantes (Vest. + PAS + outras vias)	7.229	6.628	8.017	8.366	9.892	8.530
Alunos formados	3.431	3.513	4.319	4.202	3.843	3.789
% formados	47,4/%	53%	53,8%	50,2%	38,8%	44,4%

Fonte: Elaboração própria a partir do Anuário Estatístico da UnB (2016).

* Nota: Outras vias – Transferência Obrigatória, Transferência Facultativa, Acordo Cultural, Portador de Diploma de Curso Superior, Programa Estudante-Convênio, Matrícula de Cortesia e Convênio Interinstitucional.

Diante de tal realidade de R1, foram estabelecidas as seguintes estratégias: a) a definição e implantação de novas políticas de organização curricular a fim de promover maior flexibilidade aos cursos; b) definição e criação de quatro novos cursos, de caráter não profissional, denominados Bacharelados em Grandes Áreas, nesta nova concepção curricular, baseados em unidades curriculares de cursos de graduação da UnB; c)

²⁶ O Programa de Avaliação Seriada (PAS) é a nova modalidade de acesso ao ensino superior, de iniciativa da UnB. Trata-se de um sistema de avaliação gradual e progressiva, com provas realizadas ao final dos três anos regulares do ensino médio. Tem por objetivo a ampliação do processo de interação da universidade com o ensino médio e a redução do impacto da passagem dos estudantes para o ensino superior.

Estabelecimento de normas que facilitassem o acesso de estudantes ou egressos de BGAs a cursos específicos da área, ou vice-versa, uma vez que possuem base de formação semelhante. Além disso, R1 propôs a implementação de “banco de dados”, com vistas a acelerar a ocupação das vagas ociosas, considerando os seguintes casos:

1. Facilitar mudanças de cursos internas e disponibilizar vagas remanescentes, por meio de editais de transferência facultativa, para alunos oriundos de outras IES;
2. Implementação de sistema de validação de crédito, agilizando o aproveitamento de disciplinas feitas em outras instituições, com vistas a permitir que alunos transferidos possam graduar-se em menor tempo;
3. Regulamentação de normas que permitam a reocupação de vagas nas etapas terminais de cursos específicos por portadores de diploma de cursos superiores.

Na proposta para preenchimento das vagas ociosas, R2 estabeleceu a reocupação plena dessas vagas nos cursos de graduação, com meta para ser alcançada até 2012. Para tal, promoveria:

- A. Mudança de curso na UnB - definição e aprovação nos conselhos da universidade de normas que flexibilizem a reocupação de vagas ociosas, por estudantes da própria instituição;
- B. Transferência facultativa para a UnB - definição e aprovação nos conselhos da universidade de normas que flexibilizem, sem perder a qualidade, a reocupação de vagas ociosas remanescentes por estudantes de outras IES;
- C. Flexibilização da equivalência entre disciplinas de diferentes cursos da UnB e de outras IES - edição de

normas que fixem tempo de análise e critérios de avaliação.

De acordo com o Relatório de Avaliação Institucional (2013), a UnB desenvolveu estudos ao longo do período de implantação do ReUni para combater tal problema. Nesse processo, as vagas ociosas geradas por evasão dos estudantes foram devolvidas para os cursos, na forma de vagas para o ingresso primário (PAS e Vestibular) durante os processos seletivos semestrais.

Entretanto, apesar das iniciativas, o número de vagas ociosas cresceu em decorrência da falta de candidatos aprovados nos processos seletivos. No ano de 2007, foram 54.585 inscritos nos processos seletivos na UnB e em 2012 chegou ao total de 60.967 candidatos para ingresso à educação superior. Tais números evidenciam a demanda elevada para o acesso aos cursos de graduação no DF, bem como o funil que os candidatos precisam passar para serem aprovados numa instituição de educação superior pública, uma vez que o tradicional vestibular é altamente excludente e insuficiente para medir o conhecimento e a intelectualidade do candidato. No entendimento de Anísio Teixeira,

A prova consiste em considerável massa de perguntas e problemas, não visando apurar o que os alunos saibam, mas a sua ignorância, sendo algumas perguntas e problemas quase diríamos capciosas. Geralmente, ao contrário dos demais exames, este não se preocupa em relacionar-se com o que foi *ensinado* ao aluno, nem sempre se limitando ao programa da escola secundária. Diante disto, é claro que o exame é uma prova no escuro. O aluno aprovado sente-se um pouco como se tivesse tirando um prêmio na loteria. A expressão social é a de ter sido *feliz* no exame, no sentido de ter tido *sorte*. Este aluno *feliz* chega à escola com uma dose apreciável de euforia e até com certo orgulho, o que lhe dá elementos para se sentir motivado e curioso do que seja o ensino superior. Tal

motivação geralmente se apaga no primeiro ano, salvo raras exceções. (Teixeira, 2005, p. 231).

Tal situação, no entanto, pode causar sentimento de vazio nos estudantes, uma vez que terão frustração, não sendo contemplados com o curso que, de fato, desejam. Com efeito, as possibilidades de evasão e abandono são ampliadas. Sobre essa situação, Anísio Teixeira, colocando-se na posição de crítico das restrições de acesso aos espaços da universidade, defende a abertura dos portões desta instituição para a juventude que termina o Ensino Médio²⁷, especialmente para aqueles que desejam conhecer os espaços acadêmicos, “alimentar-se” pelo saber e pelo desejo de continuar a busca por mais conhecimento em âmbitos superiores.

Para contextualizar a instituição no item Reestruturação Curricular, R1 faz referência ao projeto arrojado e inovador desenvolvido por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro na década de 1960. Projeto esse que acaba com o sistema de cátedra, até então muito praticado nas universidades brasileiras, “e estabelecia um sistema acadêmico baseado em um modelo duplo integrado de institutos e faculdades. Nesse modelo, os institutos e as faculdades tinham funções específicas e atendiam, em suas áreas de competências específicas, a toda universidade” (Brasil, 2007a, p. 76).

O Plano Orientador da UnB era caracterizado pela flexibilização curricular e revolução na abordagem pedagógica, o que representou inovação no contexto acadêmico brasileiro. As aulas magnas eram direcionadas a um número grande de estudantes e complementadas com atividades práticas, além de estudos dirigidos e avaliação personalizada. Apesar de ser inovador, o projeto pedagógico institucional idealizado por Anísio Teixeira e Darcy

²⁷ O ensino médio era secundário, na época.

Ribeiro deixou gradativamente de ser executado, por diferentes circunstâncias, entre elas a imposição do regime militar.

Além desses pontos, R1 destaca que, no contexto de elaboração do Plano ReUni, a UnB não tinha um Projeto Pedagógico Institucional (PPI)²⁸ em execução que servisse de guia e base para a formação na graduação, pós-graduação e que, por isso, deixava a instituição em débito com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES/2004).

Com efeito, as faculdades e institutos traçavam caminhos que, por vezes, se divergiam entre si, dificultando a flexibilidade curricular e o trabalho interdisciplinar. A ausência de um PPPI refletiu de diferentes formas, como exemplo:

- Dificuldade na oferta de “disciplina de serviço” – as disciplinas que institutos e faculdades oferecem para cursos de outras unidades, seja na qualidade ou no número de vagas ofertadas;
- Sobrecarga de horas-aula de discentes e docentes – muitas aulas expositivas e poucas atividades alternativas de aprendizagem;

²⁸ As siglas PPI ou PPPI foram utilizadas por R1 e R2, respectivamente, mas ambos fazem referência ao mesmo documento, o Projeto Institucional. O Projeto Pedagógico difere do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do plano estratégico – pois é um instrumento de gestão acadêmica para projetar a Universidade para frente, ir além, é pensar o futuro, buscar um rumo, uma direção estabelecendo diretrizes que levem o contínuo desenvolvimento institucional. Devendo, portanto, ser um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas internos, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade. É “político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. [...] Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade. Político e pedagógico têm assim uma significação indissociável”. (Veiga, 2014, p. 2).

- Lentidão nas reestruturações curriculares necessárias ao cumprimento da legislação e dos requisitos do mundo do trabalho;
- Organização acadêmica e práticas pedagógicas pouco eficientes (excesso de aulas expositivas e sobrecarga de tarefas para o professor);
- Dificuldade na estrutura de cursos de graduação com característica multidisciplinar, cada dia mais solicitados, tendo em vista as demandas de cursos de graduação em novas áreas de acordo com a dinâmica imposta na era do conhecimento;
- Baixa integração, em muitos cursos, da pesquisa e da pós-graduação com a graduação.

Outro ponto a destacar é a ineficiência do sistema de controle das atividades acadêmicas – a implantação do Sistema de Graduação (SIGRA)²⁹ não contemplava todas as necessidades na instituição, pois não apresentava flexibilidade, limitando-se a registrar basicamente disciplinas de graduação, fato que sobrecarregava os coordenadores e técnicos no trabalho de registro e acompanhamento de outras atividades acadêmicas (Brasil, 2007a).

Diante da realidade apresentada, R1 propôs o desenvolvimento de um PPPI que estabelecesse as bases, diretrizes e orientações pedagógicas e acadêmicas nos cursos de graduação e formação dos estudantes. A proposta R2, embora tenha colocado o PPPI como prioridade em outros itens da proposta do REUNI, neste (revisão da estrutura acadêmica) se limitou a indicar a

²⁹ O Siga é uma plataforma de gerenciamento de matrícula defasada. Foi desenvolvida no início dos processos de informatização nos anos de 1980. A UnB está em vias de adotar uma plataforma mais avançada e está negociando há vários anos com a UFRN para um sistema desenvolvido por ex-técnicos da UnB, que se transferiram para a UFRN e lá criaram o SIGAA, hoje o principal sistema de gestão acadêmica do sistema federal.

flexibilização das normas institucionais para mudanças de cursos e transferências, ampliação do auxílio ao estudante, por meio de apoio à permanência e moradia estudantil, e bolsa de iniciação científica, docência, extensão e monitoria, bem como melhoria no âmbito da gestão da instituição (Brasil, 2007a).

QUADRO 12. Metas para revisão da estrutura acadêmica (R1 e R2)

R1	R2
Desenvolvimento do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) que estabeleça as bases, diretrizes e orientações pedagógicas e acadêmicas nos nossos cursos de graduação e formação de nossos estudantes (2008).	Flexibilização da normatização para mudança de cursos e transferência facultativa.
Definição de um sistema de gestão acadêmica responsável pelo gerenciamento dos Bacharelados em Grandes Áreas de modo a garantir que as disciplinas iniciais sejam ofertadas por professores mais experientes e motivados (2008-2010).	Ampliação do programa de apoio à permanência estudantil.
Repactuação entre as unidades acadêmicas de maneira a garantir a oferta adequada das disciplinas de serviço, necessárias a diferentes cursos, e definir um sistema de equivalência entre estas disciplinas e as atuais (2008-2010).	Ampliação do programa de moradia estudantil da UnB em 60%.
Redução do número de horas-aula expositivas com aumento das atividades dos estudantes nas unidades curriculares, respeitando as especificidades de diferentes áreas (2008-2012).	Aumento do número de bolsas de permanência, iniciação científica, iniciação à docência, extensão e monitoria.
Reorganização da estrutura acadêmica de modo a se obter um sistema integrado de institutos e faculdades, no qual cada unidade atenda a toda a	Avaliação, aperfeiçoamento e modernização da gestão de órgãos de apoio e de informação.

universidade em sua área de competência (2008-2012).	
Evolução dos cursos específicos, quando viável, de forma a sincronizar suas etapas iniciais com os Bacharelados em Grandes Áreas (2008-2012).	
Etapa inicial dos cursos realizada em cogestão com a administração superior da Universidade a fim de garantir a oferta necessária com garantia de qualidade (2008-2012).	

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa.

Para alcançar tais metas, R1 criou diferentes estratégias, entre elas destaca-se o desenvolvimento do PPI, o qual contemplaria os seguintes pontos: a) aumentar a flexibilidade curricular, com possibilidade de diferentes trajetórias formativas para um mesmo diploma; b) revisão da gestão acadêmica, a fim de garantir que cada unidade acadêmica fosse responsável pela formação, para a universidade, em sua área de competência; c) abordagem ativa no processo ensino-aprendizagem, a fim de favorecer o desenvolvimento da autonomia do aprendiz; d) revisão da estrutura da docência, contando com a participação de monitores e tutores no apoio aos professores no processo de ensino-aprendizagem (Brasil, 2007a, p. 77).

Para garantir que os estudantes recém-chegados à universidade tivessem contato com disciplinas ministradas por professores mais experientes e motivados, foi proposta pelo R1 a definição de um sistema de gestão acadêmica responsável pelo gerenciamento dos Bacharelados em Grandes Áreas. Ao mesmo tempo, seria realizada “uma pactuação entre as unidades acadêmicas de maneira a garantir a oferta adequada das disciplinas de serviço, necessárias a diferentes cursos, e definir um sistema de

equivalência entre estas disciplinas e as atuais” (Brasil, 2007a, p. 77).

No que se refere ao pedagógico, R1 propôs a redução do número de horas-aula expositivas, com aumento das atividades dos estudantes nas unidades curriculares, respeitando as singularidades de cada área. E o ponto mais representativo dessa proposta foi a possibilidade de

[...] reorganização da estrutura acadêmica de modo a se obter um sistema integrado de institutos e faculdades, no qual cada unidade atenda a toda a universidade em sua área de competência. [...] Além disso, pretende-se que os cursos específicos evoluam, quando viável, de forma a sincronizar suas etapas iniciais com os Bacharelados em Grandes Áreas. Nesse sentido, a etapa inicial dos cursos será realizada em cogestão com a administração superior da Universidade, a fim de assegurar a oferta necessária com garantia de qualidade. (Brasil, 2007a, p. 77).

Sem apresentar as estratégias para o item em questão, R2 listou, apenas, as etapas de execução, nas quais estão a realização de Ciclo de Seminários Internos, além de reforma, ampliação e/ou (re)adequação dos espaços físicos da UnB, incluindo laboratórios, biblioteca, blocos de salas de aula, estudos e de tutorias, aquisição de mobiliário e contratação de docentes e servidores técnico-administrativos.

R1 destaca a existência de alguns problemas crônicos, que também fazem parte de outras IES públicas federais do país e que precisam ser combatidos, são eles: a) gargalo de acesso ao ensino superior público; b) dificuldade dos ingressantes em definir seus cursos de preferência e, quando necessário, muda de curso, o que gera índice de evasão que pode ser reduzido; c) problemas em disciplinas de serviços – as disciplinas que institutos e faculdades oferecem para cursos de outras unidades – tais como vagas insuficientes, altos índices de reprovação, oferta centrada

e professores substitutos; d) dificuldade de alunos para obtenção de vagas em muitas disciplinas; e) sobrecarga de horas-aula de alunos e docentes. Entre as dificuldades existentes, um dos fatores de peso é a inexistência do PPPI, portanto, a sua estruturação torna-se base para o fortalecimento institucional.

Em outra frente, ao reproduzir o diagnóstico elaborado por R1, R2 reconhece as dificuldades apontadas e acrescenta a superposição ou redundância na oferta de disciplinas similares por diferentes unidades na UnB e propôs as seguintes metas:

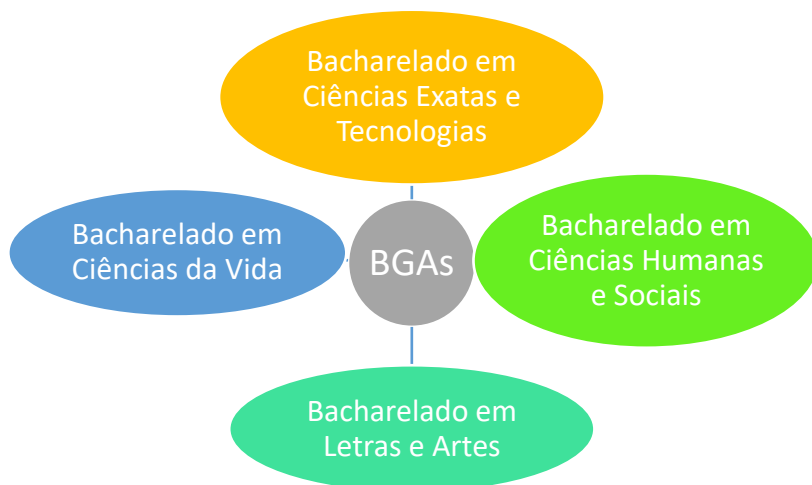
QUADRO 13. Metas para a reorganização dos cursos de graduação

R1	R2
Fortalecimento quali-quantitativo das bases de todos os cursos de graduação da UnB até 2012.	Implementação de Sistema de Ingresso por Área de Conhecimento, reunindo diversos cursos com afinidade epistemológica e curricular. <u>Cada área oferece um “ciclo básico”</u> , com duração variada de acordo com a área, e ao final do básico o estudante faz opção por um curso dos cursos (2010).
Atualização dos cursos para melhor atender às diretrizes curriculares e às demandas da sociedade.	Criação de Programa de Tutoria, em parceria com a pós-graduação, com o intuito de fornecer apoio à disciplina de serviços, oferecida nos semestres iniciais de diversos cursos, com turmas com grande número de alunos (2009).
	Elaboração do Plano Estratégico para Aperfeiçoamento das Práticas Pedagógicas e Incentivo à Docência (2009).
	Aperfeiçoamento do sistema de avaliação docente empregado na UnB (2009).
	Normatização das atividades sob responsabilidade de tutores, incluindo a carga horária semanal mínima e máxima para os estudantes de pós-graduação (2009).
	Criação de cursos de natureza interdisciplinar.
	Otimização da oferta de disciplina e eliminação de redundâncias.

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa.

Observa-se, neste item, certa proximidade entre as metas do R2 e as pretendidas do R1. No entanto, são propostas diferentes, uma vez que R1 propôs os cursos em Bacharelado em Grandes Áreas (BGAs), distribuídos em quatro áreas, são elas: 1) Bacharelado em Ciência da Vida; 2) Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnologias; 3) Bacharelado em Ciências Humanas e Sociais; 4) Bacharelado em Letras e Artes (Brasil, 2007a).

FIGURA 1. Bacharelados em Grandes Áreas BGAs (R1)



Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa.

Na perspectiva de R1, essa proposta possui alta possibilidade de mobilidade entre os cursos e de flexibilidade política de organização curricular para os novos cursos. Viabiliza, portanto, a “definição de um sistema de equivalências entre os mesmos e de cada um deles com outros cursos de graduação da mesma área” (Brasil, 2007a, p. 79).

QUADRO 14. Etapas de execução para a reorganização dos cursos de graduação (R1 e R2)

R1	R2
A definição e implementação da nova política de organização curricular.	Ciclo de Seminário para definição e implementação da nova política de organização curricular (2008 a 2010).
Repactuação entre as unidades acadêmicas para a definição das disciplinas de serviços adequadas aos vários cursos da universidade.	Repactuação entre as unidades acadêmicas para definição das disciplinas de serviços adequadas aos vários cursos da universidade (2008 e 2009).
Definição e implementação dos BGAs, baseados nas disciplinas repactuadas nas unidades acadêmicas, propiciando a mobilidade interna e o fortalecimento das bases iniciais de todos os cursos das universidades.	Elaboração e implantação de Plano Estratégico para Aperfeiçoamento das Práticas Pedagógicas e Incentivo à Docência (2009 e 2010).
Definição de equivalência entre as disciplinas dos cursos específicos com aquelas repactuadas nas unidades acadêmicas, quando do interesse do curso.	Implantação do Sistema de Tutoria (2009).
	Implantação do Sistema de Ingresso por Área de Conhecimento, nos termos aprovados pelo CEPE (2010).

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa.

Enquanto R1 propõe uma nova política de organização curricular, R2 salienta a necessidade de aperfeiçoamento das práticas pedagógicas existentes, necessitando, para tanto, de elaboração e implantação de plano estratégico. Tal indicação reforça a ideia de manutenção de um sistema que é criticado por diferentes educadores, incluindo Anísio Teixeira, que pensou numa UnB inovadora, moderna, flexível, servindo de modelo para muitas outras instituições do país.

Um dos pontos destacados por R2 foi a meta de otimização da oferta de disciplina e eliminação de redundâncias. Redundância essa que se faz presente em diferentes cursos no contexto atual da instituição, que oferta as disciplinas com conteúdos análogos, como é o caso dos cursos de licenciatura, e que poderia,

de fato, ser otimizados de modo a potencializar o trabalho docente, são exemplos das disciplinas: didática, políticas educacionais, sociologia, psicologia e filosofia da educação.

Na meta em que R2 explicita o termo “ciclo básico” semelhante à proposta do R1, não foram seguidos os mesmos padrões dos BGAs, mas se criaram os Consórcios de Cursos no intuito de atender a essa demanda, porém, somente alguns cursos fizeram parte e por um curto período de tempo. O projeto não vingou e a organização curricular permaneceu como estava – semi seriada, com disciplinas obrigatórias, optativas e de módulo livre.

A gênese e as reformas do sistema educacional brasileiro produzem inúmeras titulações com grau reduzido de interarticulação entre as áreas do conhecimento (a exemplo da licenciatura e do bacharelado), denominações profissionais específicas, diploma de tecnólogo. Diante de tal realidade, a reestruturação da arquitetura curricular da UnB torna-se uma demanda que urge por mudanças.

Para R1, os problemas advindos da estrutura curricular vigente no país provocam, entre outros, o ensino elitista no âmbito da universidade pública, precocidade na escolha da carreira profissional, seleção limitada e pontual para ingresso na graduação, “estreiteza dos currículos dos cursos de graduação, distanciamento entre graduação e pós-graduação, [além] da dificuldade crescente de intercâmbio de estudantes, devido à incompatibilidade curricular com instituições de ensino superior de outros países” (Brasil, 2007a, p. 81).

Nesse sentido, toda e qualquer proposta de estrutura curricular deve buscar a superação de tais problemas e ainda promover, de preferência, aproximações e/ou compatibilidade com os modelos vigentes nas IES no âmbito internacional. Portanto, é nesse cenário que a UnB precisa conjugar esforços de uma

comunidade para o enfrentamento dos desafios, de forma a implementar um projeto que promova impactos positivos no desenvolvimento econômico e social do DF e seu entorno (Brasil, 2007a). Sendo assim, o R1 apresenta uma proposta alternativa para a superação dos desafios que afetam a educação do país, a qual foi inspirada nas ideias de Anísio Teixeira.

QUADRO 15. Desafios e demandas da educação (R1)

	DESAFIOS	DEMANDAS
1	Formação fundamental sólida que favoreça o aprendizado ao longo da vida;	Ampliação do acesso à universidade;
2	Alta qualidade e eficiência na formação universitária, sem duplicação de esforços;	Desenvolvimento de habilidades e competências voltadas ao exercício da cidadania ativa pelos egressos dos cursos superiores;
3	Mobilidade estudantil;	Projeto pedagógico que favoreça a interdisciplinaridade;
4	Estrutura compatível com modelo de ensino superior do resto do mundo;	Possibilidade de estruturação multidisciplinar para cursos de graduação;
5	Escolhas profissionais mais amadurecidas pelos estudantes;	Oportunidades de experiências acadêmicas e profissionais em várias áreas, favorecendo a satisfação e a permanência bem sucedida dos estudantes;
6	Integração entre estudantes com interesses e perfis distintos;	Desenvolvimento de práticas didático-pedagógicas integradoras, interdisciplinares e comprometidas com a inovação.
7	Modalidade de formação com variadas terminalidades;	
8	Estruturação de cursos de graduação na perspectiva da interdisciplinaridade;	
9	Alta flexibilidade curricular favorecendo a criação de novos cursos.	

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa.

O diagnóstico de R2, neste item, apresenta reflexões das comissões do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) acerca da implantação do ReUni, colocando em pauta as consequências da escolha precoce do estudante nos cursos de graduação, o que gera a elevação nos índices da evasão, proveniente da troca de curso e baixo rendimento nas disciplinas. Além do mais, R2 salienta que “as estruturas de currículos em vigor apresentam, de forma geral, elevado grau de rigidez³⁰, com cerca de 70%³¹ dos créditos em disciplinas obrigatórias” (Brasil, 2007a, p. 190). Nesse sentido, alguns cursos estão flexibilizando os créditos obrigatórios, ofertando disciplinas organizadas em cadeias de seletividade, em que o estudante faz o seu itinerário, escolhendo as disciplinas pré-fixadas, mas essa ação não era generalizada.

Nesse cenário, há, ainda, a necessidade de aperfeiçoar a oferta das disciplinas optativas, melhorar o aperfeiçoamento de atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação, de forma a estimular que elas se constituam efetivamente numa oportunidade de integração do estudante com a sociedade. Diante do exposto, ambas as propostas apresentam as seguintes metas:

³⁰ R2 entra em contradição nessa questão ao defender, anos depois, esse modelo de organização curricular.

³¹ Essa organização curricular está explicitada no artigo 89 do regimento interno da UnB - § 2º As disciplinas obrigatórias de cada curso constituem, no máximo, 70% (setenta por cento) dos créditos exigidos para conclusão do curso. § 3º As disciplinas do Módulo Livre são de livre escolha do aluno entre as disciplinas oferecidas pela Universidade e correspondem a 24 (vinte e quatro) créditos, pelo menos, para os cursos regulares de duração plena. (UnB, 2011).

QUADRO 16. Metas para a diversificação das modalidades de graduação

R1	R2
Criação e implantação de quatro cursos de graduação com características não profissionais BGAs, até 2009. • Ciências da Vida, • Ciências Humanas e Sociais, • Ciências Exatas e Tecnologias, • Letras e Artes.	Elaboração do PPPI, fundamental e balizador das estratégias deste projeto, permitindo a consolidação da Universidade como um conjunto harmonioso, composto por 4 <i>Campi</i>, reconhecendo a importância do equilíbrio entre ensino, extensão e pesquisa, e estabelecendo as bases, diretrizes e orientações pedagógicas e acadêmicas, assim como as estratégias para o aperfeiçoamento da gestão universitária - 2008/2009.
Criação de um programa para pesquisa e acompanhamento dos egressos dos BGAs até 2011.	Criação e implantação de seis cursos de graduação interdisciplinares, por meio de parceria entre diversas unidades acadêmicas, até 2012: • Ciências Ambientais, • Arte e Comunicação Digital, • Estudos Culturais, • Gestão de Políticas Públicas, • Museologia e • Turismo.
	Implantação de sistema de ingresso por áreas de conhecimento, nos termos definidos pelo Cepe - 2010.

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa.

Para alcançar tais objetivos, R1 estabelece como principal estratégia a definição de um PPI para a UnB, ainda no ano de 2008, com vistas a estabelecer requisitos para uma nova arquitetura curricular que supere os problemas apontados anteriormente. Entre as principais características dos BGAs, estão a formação

acadêmica sólida e o desenvolvimento de competência e habilidades gerais relacionadas a uma grande área do conhecimento.

Os BGAs deverão propiciar formação universitária de amplo espectro em uma grande área do conhecimento, que poderá, ou não, anteceder a formação de graduação específica nas áreas acadêmicas ou profissional ou artística ou na pós-graduação. Os bacharelados em grandes áreas representam uma alternativa avançada de estudos superiores que permitirão reunir, numa única modalidade de curso de graduação, um conjunto de característica que hoje vem sendo requerida pela sociedade e pelo mundo do trabalho. O egresso dos bacharelados em grandes áreas recebe diploma de graduação e com preparo para atuar no mundo do trabalho com profissionais com base sólida na grande área de formação, adequada para progredir sua trajetória profissional. Também poderão continuar numa formação em cursos de graduação específicos. (Brasil, 2007a, p. 82).

Foi pensando nos problemas advindos da formação precoce/prematura do estudante, que a UnB, em sua gênese, foi estruturada em Institutos Centrais e Faculdades, de modo que os alunos tivessem acesso aos cursos introdutórios para serem preparados intelectual e cientificamente para seguir os cursos profissionais nas Faculdades. Sobre os Institutos, esses

[...] funcionarão em quatro níveis: o introdutório (2 anos), que pode ser estendido por mais um ano para o bacharelado (3 anos), o treinamento especializado (5 anos) e a pós-graduação (7 anos), ao nível de doutorado. As faculdades receberão estudantes já preparados nos cursos introdutórios de dois anos dos Institutos e lhes darão treinamento especializado para exercer uma profissão. A graduação nestas carreiras tradicionais será possível após o número mínimo de anos de estudo exigido por lei para cada tipo de ensino superior. (Teixeira; Ribeiro, 1962, p. 1).

Sendo assim, o estudante tem a oportunidade de se examinar e se descobrir e, com mais maturidade, ter condições de fazer suas opções – ou “de deixar a universidade por não ser feito para ela, ou de achar que lhe bastam os conhecimentos adquiridos, ou de escolher uma das carreiras acadêmicas, ou uma das carreiras profissionais” (Teixeira, 2010, p. 156). Pode ainda optar pela continuidade dos estudos na pós-graduação de pesquisa ou magistério superior.

A proposta estratégica de R2, direcionada para a diversificação das modalidades de graduação, dar-se-ia pela realização de Ciclos de Seminários visando à elaboração e implantação do PPPI, além de estabelecimento de sistema de ingresso por área de conhecimento, reunindo voluntariamente diversos cursos com afinidade epistemológica e curricular. Cada área oferece um “ciclo básico”, com duração variada de acordo com a área e, ao final do básico, o estudante faz a opção por um dos cursos. Dessa forma, R2 acredita que tal modelo evitará

[...] a escolha precoce da profissão, permitindo que esta seja feita mais tardiamente, após o estudante conhecer melhor as estruturas dos cursos e suas possíveis alternativas profissionais; amplia o leque de opções profissionais dentro de enfoques epistemológicos e curriculares similares; permite a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos diferenciados; propicia a mobilidade estudantil e contribui para reduzir as taxas de evasão. (Brasil, 2007a, p. 191).

Outras estratégias foram incluídas pelo R2, a saber: a flexibilização na equivalência entre disciplinas cursadas dentro da própria universidade e em outras IES; minimização da oferta de disciplinas restritas, que são direcionadas a estudantes de apenas um curso; criação de cursos de graduação interdisciplinares, com participação de diversas unidades, visando possibilitar formação

de estudantes para a atuação na sociedade em áreas que demandem conhecimento e abordagens multi e transdisciplinares.

A realidade da UnB, no item implementação de regimes curriculares e sistema de títulos que possibilitem a construção de itinerário formativos, era caracterizada por ser uma estrutura acadêmica constituída de faculdades, institutos e órgãos complementares. Estrutura essa responsável pela oferta das diferentes disciplinas de graduação e pós-graduação na instituição, com suas particularidades. Então são vistos: a) Organização curricular semi seriada baseada em disciplinas obrigatórias, optativas e de módulo livre; b) currículos dos cursos baseados em fluxo, normalmente rígido e com longas cadeias de disciplinas obrigatórias; c) regime de matrículas em disciplina; d) sistema de créditos (1 crédito corresponde a 15 horas-aula); e) currículo dos cursos com alto índice de disciplinas optativas (>30%), disciplinas módulo livre (> 24 créditos); f) concepções pedagógicas de cursos sem coerência ou guia institucional. Além disso, a UnB, assim como outras IES do país, tem entrada específica e a certificação somente após a conclusão do curso (geralmente quatro anos).

R2, por sua vez, ratifica o diagnóstico feito por R1, reafirmando a não existência do PPPI. Diante do cenário, R2 estabeleceu como meta a elaboração desse documento, fundamental e balizador das estratégias desse projeto, prevendo a construção de itinerários diferenciados (2008/2009), bem como a implantação de Sistema de Ingresso por Áreas de Conhecimento, nos termos definidos pelo Cepe (2010).

QUADRO 17. Metas para implantação de regimes curriculares e itinerários formativos

R1	R2
Definição e implementação de uma nova política de organização curricular mais flexível (até 2009).	Elaboração do PPPI, prevendo os itinerários formativos (2008/2009).
Definição e implementação dos BGAs (até 2009).	Implementação de Sistema de Ingresso por Área de Conhecimento (CEPE – 2009).

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa.

R1 propôs mais flexibilidade no processo com a implementação de uma nova política de organização curricular até 2009 – os BGAs. Esta nova política seguiria os modelos de concepções existentes em várias universidades da América do Norte, Europa e Ásia, onde se enfatizam a flexibilidade e a formação com atendimento de objetivos institucionais de áreas específicas (Brasil, 2007a, p. 83).

A reestruturação curricular dos cursos de graduação será um modelo de formação por objetivos – a principal ideia nessa proposta “é que há um conjunto de objetivos institucionais de áreas específicas que devem ser satisfeitos pelos estudantes para a obtenção de um diploma. Desses objetivos, destaca-se a necessidade de contabilização de um número específico de crédito em cada curso” (Brasil, 2007a, p. 83). O modelo é formativo, com base em acúmulo de créditos nas diversas áreas de um curso, bem como no desenvolvimento de competências e habilidades no âmbito das áreas ou característica institucional. Em outras palavras, com característica estrutural de flexibilidade, com possibilidade de o estudante ter várias trajetórias formativas para a obtenção do mesmo diploma (Brasil, 2007a).

R1 salienta ainda que o modelo é de fácil implementação, podendo inserir gradativamente o modelo vigente, sem, no

entanto, provocar mudanças drásticas na instituição – “num primeiro momento, as disciplinas obrigatórias podem ser vistas como únicas possibilidades de créditos em suas respectivas áreas. Em momentos posteriores, a flexibilidade pode ser adicionada, incorporada alternativas de disciplinas e créditos àquelas obrigatórias” (Brasil, 2007a, p. 83).

Assim, integrada a essa flexibilidade curricular, os novos cursos em grandes áreas permitirão a implementação de um sistema de titulação mista – os cursos específicos podem ser iniciados e concluídos em um único ciclo ou, também, podem ser realizados a partir de um ciclo inicial, a exemplo do bacharelado em grandes áreas, que permitirá maior flexibilidade curricular.

Como estratégia para tais metas, R2 reproduz as mesmas ações propostas do R1, acrescentando: o estabelecimento de sistema de ingresso por área de conhecimento, reunindo diversos cursos com afinidades epistemológicas do PPPI; flexibilização dos editais internos de duplo curso, dupla habilitação e mudança de curso; ampliação da participação da comunidade estudantil da universidade em projetos de extensão de ação contínua; implantação de um sistema simplificado de reconhecimento de proficiência (Brasil, 2007a).

Embora não houvesse obrigatoriedade³² de complementos neste item, R1 faz a opção de enriquecer a informação e apresenta pontos a serem superados na UnB, especialmente no que se refere ao processo de transição de modelo, são eles: 1) atual estrutura acadêmica da instituição; 2) política de organização curricular; 3) rigidez curricular; 4) regime de matrículas em disciplinas; 5) sistema de créditos; 6) concepções pedagógicas dos cursos sem coerência institucional; 7) baixa mobilidade estudantil dentro da universidade; 8) entrada específica para o curso.

³² Somente R1 apresenta esclarecimento neste item.

Nesse cenário, R1 propôs realizar o processo de transição entre os modelos preservando a qualidade dos cursos e das atividades de pesquisa, pós-graduação e extensão da universidade até 2012. Tal iniciativa consistiria nos seguintes pontos: PPI, implantação de nova política de organização curricular, definição e implementação dos BGAs, repactuação entre as unidades acadêmicas para atendimento institucional das disciplinas de serviço, readequação dos cursos de graduação ao novo PPPI e criação de novos cursos específicos. Para tal, algumas ações serão implantadas e, entre as já citadas, incluem:

QUADRO 18. Proposta de ações R1 para a transição de modelo

2008 e 2009	Repactuação entre unidade acadêmica das disciplinas de serviços que atendam a toda a universidade.
2008 e 2009	Concepções e estruturação dos BGAs de acordo com a nova política de organização curricular e com as unidades curriculares resultantes da repactuação realizada com as faculdades e institutos.
2009	Implantação dos BGAs, compartilhando potencialmente a base inicial dos vários cursos de graduação específicos da UnB.
2008 a 2012	Revisão curricular dos atuais cursos de graduação para adequação ao novo projeto pedagógico institucional.
2009	Implantação de sistema de mobilidade estudantil entre cursos.
2009 a 2012	Criação de novos cursos de graduação específicos em sintonia com o novo projeto pedagógico institucional e com os BGAs.

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa.

Na UnB, existem diferentes ações dispersas que buscam integração/aproximação da universidade com a educação básica, a exemplo do Programa de Avaliação Seriada (PAS) e da realização de estágio de estudantes de cursos de licenciatura nas escolas do Governo do Distrito Federal (GDF), porém, ambas não se interagem.

Não é demais deixar registrado que, nos últimos anos, a UnB deixou de ser uma opção de educação superior para

estudantes das escolas públicas. O nível de desligamento é crescente em decorrência do baixo desempenho acadêmico, especialmente no início dos cursos, o que sinaliza haver problemas, tanto no processo seletivo praticado pela instituição quanto na receptividade do graduando na universidade, além de problemas na formação realizada no ensino médio. Formação essa, por vezes, direcionada para os processos seletivos, uma espécie de treinamento em detrimento da formação mais conceitual e ampla. Além disso, o abandono e/ou mudança de cursos é elevado, o que evidencia desconhecimento das características dos cursos por parte dos alunos (Brasil, 2007a).

QUADRO 19. Metas para articulação da educação superior com a educação básica

R1	R2
A integração institucional e ampliação das diversas ações realizadas junto ao ensino fundamental público, a fim de promover melhoria sistêmica da educação pública, até 2012;	Integração institucional e ampliação das diversas ações realizadas junto ao ensino básico público, a fim de contribuir para a melhoria sistêmica da educação pública e formar estudantes sintonizados com a realidade da educação básica (2010);
Ampliar as expectativas e oportunidades de acesso e permanência na Universidade de Brasília aos estudantes das escolas públicas do Distrito Federal e seu entorno, até 2012;	Ampliação das expectativas e oportunidades de acesso e permanência na UnB aos estudantes das escolas públicas do DF e seu entorno (2012);
Incrementar o envolvimento da universidade no processo de formação continuada dos professores da rede pública de ensino do Distrito Federal e seu entorno, até 2012.	Ampliação do número de licenciados formados, particularmente nas áreas de maior demanda por docente para o ensino médio.

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa.

R1 estabelece como estratégia o investimento no incremento de programas de extensão de ação contínua que aproximam a UnB da escola pública, além de criação de um programa

de formação dos professores do ensino médio da rede pública do GDF (especialização e mestrado) através do programa Universidade Aberta do Brasil (UAB)³³; aprimorar os processos seletivos de acesso à universidade, de maneira a favorecer uma formação de melhor qualidade do ensino médio; estabelecer programa anual de divulgação da UnB e seus cursos junto às escolas públicas do DF e entorno, melhorando o nível de informação geral. Propôs, também, o estabelecimento de parceria junto ao GDF, que possibilite a todos os alunos da rede pública a participação no PAS para acesso à UnB³⁴.

Buscar-se-iam parcerias com os municípios do entorno para que os alunos das escolas públicas dessas regiões também tivessem as taxas de inscrição custeadas pelo governo. O PAS seria utilizado como instrumento de avaliação da qualidade do ensino nas escolas da rede pública do GDF, com vistas à definição de políticas de aprimoramento do ensino (Brasil, 2007a).

Entre as etapas de execução está o incremento de envolvimento da universidade no processo de formação continuada dos professores da rede pública do GDF e entorno; integração institucional e ampliação das diversas ações realizadas junto ao ensino fundamental público, a fim de melhoria sistêmica da educação pública; ampliar as expectativas e oportunidades de acesso e permanência na UnB aos estudantes das escolas públicas do GDF e entorno.

R2 estabelece as seguintes estratégias: a) incremento de programas de extensão de ação contínua que aproximam a UnB da escola pública, destinando número definido de bolsas de extensão para estudantes de graduação e bolsa de iniciação à docência; b) criação de programa institucional envolvendo os

³³ No ato de elaboração do projeto, este ponto já estava em fase de planejamento.

³⁴ Ação já em processo, com possibilidade de início em 2008.

cursos de licenciatura e pedagogia, a exemplo do Pibid, em parceria com Decanato de Extensão (DEX), Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) e Governo do Distrito Federal (GDF), entre outras instituições, a fim de sistematizar e aperfeiçoar as práticas pedagógicas nas escolas de ensino básico; c) ampliar a participação das unidades acadêmicas que oferecem cursos de licenciatura no Fórum Permanente de Professores (Cespe/UnB); d) avaliação pelos órgãos colegiados competentes dos processos seletivos de acesso à universidade; e) estabelecimento de um programa de divulgação da UnB e seus cursos junto às escolas públicas do DF e seu entorno, melhorando o nível de informação geral; f) consolidação de parceria junto ao GDF que possibilite aos alunos da rede pública de ensino do DF participarem do Programa de Avaliação Seriada (PAS) para acesso à UnB (essa ação teve início em 2008); g) busca de parceria com municípios do entorno para que seus alunos de escolas públicas também tivessem as taxas de inscrição custeadas pelo governo; h) discussão e aprovação em órgãos colegiados competentes de formas de democratização do acesso à UnB.

Retomando os projetos do ReUni, um outro item proposto pelo R2 foi a ampliação do número de licenciados formados, particularmente nas áreas de maior demanda por docente para o ensino médio. Vê-se então a evolução dos números da UnB, no âmbito das licenciaturas no período do ReUni, com ênfase nos cursos de maior demanda no sistema da educação de base. Nesse contexto, consideram-se as áreas explicitadas pela Lei nº 13.478, de 30 de agosto de 2017, a qual destaca os seguintes cursos: Pedagogia, Letras, Química, Matemática, Física e Ciências Biológicas.

Embora os números não estejam completos, em decorrência da não disponibilização dos dados de três dos cinco anos em que vigorou o ReUni na UnB (2009, 2010 e 2012), é possível

observar que em todos os cursos há demanda suficiente para o preenchimento das vagas. Ainda assim, a UnB acumulou vagas ociosas em todos os cursos com exceção de Pedagogia, que apresentou o número de ingressantes maior que o quantitativo de vagas, no período de 2007 a 2012, isso em decorrência da oferta de cursos EaD no ano de 2007.

Entre os cinco cursos em tela, o de Física é o que apresenta a menor concorrência na relação candidato por vaga (4,8), o curso de Biologia (10,3) é o mais concorrido, seguido pelo curso de Pedagogia (6), Letras (5,29) e Química (5,27). Quando se considera o número de ingressantes e o número de formados, no mesmo período, a diferença chega a 732 no curso de Pedagogia; 441 no de Letras; 33 no de Biologia; 207 no de Matemática; 133 no de Física e 87 no de Química. Essa diferença indica a existência de problemas durante a vida acadêmica do estudante. Problemas esses que comprometeram a continuidade do curso e elevaram os índices de evasão na instituição.

R1 e R2 criticaram a organização da maioria das disciplinas da UnB, as quais são direcionadas para um grupo relativamente pequeno e apenas um único professor é o responsável por todas as atividades. Tal fato impacta a sobrecarga do docente, bem como o pouco aproveitamento do potencial desses profissionais quanto à dificuldade de o aluno desenvolver maior autonomia na aprendizagem.

Outro ponto a destacar são as práticas pedagógicas utilizadas no início da UnB, as quais foram abandonadas ao longo dos anos, em decorrência, sobretudo, dos condicionamentos culturais trazidos pelos professores vindos de outras IES.

Não é demais lembrar que a maioria das universidades brasileiras, incluindo a UnB, não se utiliza das práticas

pedagógicas³⁵ já consagradas em diferentes universidades no âmbito internacional, as quais oferecem atividades diversificadas – como estudo individualizado nos momentos anteriores e posteriores às aulas, que são apresentadas para grandes grupos, atividade de fixação de conceitos, práticas e conhecimentos, trabalho em grupo, produção de texto, ensaios, relatórios, trabalhos de laboratório, trabalho de campo, atividade de pesquisa, mesmo nos cursos de graduação, atividade de exposição oral, seminários, arguição, atividade de inserção social, integração com atividades culturais, participação em disciplinas de outras áreas do conhecimento e em atividades multidisciplinares (Brasil, 2007a).

O excesso de horas-aula consome o tempo que poderia ser dedicado ao estudo individual ou em grupo, bem como às atividades culturais, sociais e multidisciplinares.

A prática comumente utilizada pelos cursos prioriza a incorporação cada vez maior de “conhecimento, informação e conteúdos especializados, em detrimento de uma formação conceitual mais sólida, estendendo o tempo de formação e dificultando a adaptação às mudanças do contexto decorrente da evolução das áreas de conhecimentos” (Brasil, 2007a, p. 86). Assim, considerando tal realidade, R1 e R2 propõem as seguintes metas:

QUADRO 20. Metas para atualização de metodologia (e tecnologia) de ensino-aprendizagem

R1	R2
Diminuição do número de horas-aula expositivas nas disciplinas, complementadas com atividades de estudo dirigido, práticas orientadas e estudos individuais e em grupos por parte dos alunos (2008 a 2012);	Revisão das práticas pedagógicas complementadas com atividades de estudos dirigidos, práticas orientadas, atividades de extensão e estudo individual e em grupo por parte dos alunos (2008 a 2012);

³⁵ Metodologias Ativas e Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) são alguns exemplos.

Aumento da autonomia de aprendizagem dos alunos (2008 a 2012);	Integração de atividades de pesquisa, de extensão, de responsabilidade social e multidisciplinaridade, em cursos e disciplinas de graduação (2008 a 2012);
Estímulo ao desenvolvimento da capacidade de trabalho colaborativo, em grupo (2008 a 2012);	Estruturação das práticas docentes de acordo com as demandas específicas de cada área, integrando professores, tutores, monitores e as diferentes atividades de aprendizagem (2008 a 2012);
Integração de atividades de pesquisa, de extensão, de responsabilidade social e multidisciplinares, em cursos e disciplinas de graduação (2008 a 2012);	Consolidação da infraestrutura computacional de apoio à aprendizagem, com criação de salas de estudo informatizadas (2008 a 2009);
Estruturação das práticas docentes de acordo com as demandas específicas de cada área, integrando professores, tutores, monitores e as diferentes atividades de aprendizagem (2008 a 2012);	Adequação dos espaços de ensino e de aprendizagem, sobretudo laboratórios de ensino e salas de estudo (2008 a 2009).
Consolidação da infraestrutura computacional de apoio à aprendizagem (2008 a 2009);	
Adequação dos espaços de ensino e de aprendizagem (2008).	

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa.

Considerando tais metas, as estratégias estabelecidas pelo R1 se fundamentam na adequação de 18 anfiteatros, com acústica adequada, equipamento de som, projetor, tela e computador com conexão à rede, rede sem fio para os alunos, câmera para transmissão permanente das aulas pela rede, controle de acesso, bem como de gerenciamento de alocação de espaço, de hora em hora e das 7h às 23h (disponibilidade de 16 horas por dia por anfiteatro). O espaço a que se refere tem capacidade de, no mínimo, 150 pessoas, podendo chegar a 270 alunos (expectativa para adequação ainda em 2008).

Além dessas ações, R1 estimou a construção de mais 20 anfiteatros, com capacidade para 180 alunos cada, igualmente

estruturados como os anteriores. Nesse processo, serão construídas 60 salas ao total, distribuídas uniformemente entre os novos anfiteatros, com o propósito de servir de apoio para as atividades complementares – trabalho em grupo, estudos dirigidos, seminários, atividades expositivas e outras. Além disso, cada conjunto de sala será contemplado por um espaço para estudo de, aproximadamente, 2.000 m², com acesso à rede, de modo que possa atender, com flexibilidade, a demanda de estudantes que buscam um local para o estudo individual ou em grupo, bem como momento de tirar dúvidas com monitores (estimativa para implantar no ano de 2008).

Há também, como estratégia do R1, a instituição de programa de avaliação comparativa das disciplinas que forem se reestruturando; instituição de programa de orientação pedagógica dos alunos; implantação de programas de tutoria e monitoria para apoio à aprendizagem; utilização do Núcleo de Apoio à Docência para apoiar os professores a maximizar a utilização das práticas pedagógicas e tecnológicas disponíveis.

Para que tais estratégias sejam implementadas, R1 planejou a execução em etapas, as quais são divididas em: 1) implementação do PPPI, no que diz respeito à diminuição do número de horas-aula expositivas; 2) integração de atividades de pesquisa, de extensão, de responsabilidade social e multidisciplinaridades, em cursos e disciplinas de graduação; 3) estruturação das práticas docentes de acordo com as demandas específicas de cada área, integrando professores, tutores, monitores e as diferentes atividades de aprendizagem; 4) consolidação da infraestrutura computacional de apoio à aprendizagem; 5) adequação dos espaços de ensino e de aprendizagem (Brasil, 2007a).

As estratégias do R2 para alcançar as metas propostas são: a) adequação dos anfiteatros já existentes, com acústica adequada e equipamentos audiovisuais; b) criação de núcleos de

orientação acadêmica e profissional e acompanhamento pedagógico, com ênfase no apoio ao estudante ingressante na universidade; d) criação de Programa de Tutoria, em parceria com a pós-graduação, com o intuito de fornecer apoio às disciplinas de serviços, oferecido nos semestres iniciais de diversos cursos, com turmas com grande número de alunos. Esse programa criará seus indicadores de avaliação; e) estímulo ao desenvolvimento da capacidade de trabalho colaborativo, em grupo (2008 a 2012); f) elaboração de Plano Estratégico para Aperfeiçoamento das Práticas Pedagógicas e Incentivo à Docência – docentes, tutores, monitores EaD, entre outros, incluindo a criação de indicadores de avaliação das práticas pedagógicas; g) aperfeiçoamento do sistema de avaliação docente; h) criação de novos espaços (sala de tutoria e salas de estudo informatizadas); i) redefinição do conceito de crédito, de forma a incluir o conjunto de todas as atividades acadêmicas realizadas pelo aluno numa disciplina. (Brasil, 2007a).

No contexto de elaboração do projeto R1, o sistema de contratação de professores considera, em geral, apenas a formação técnica nas áreas específicas do conhecimento. Assim, a grande maioria dos docentes contratados não possui habilidades no magistério superior e a capacitação depende de iniciativas individuais. Vale salientar que a UnB não tem tradição de formação continuada do corpo docente com práticas pedagógicas para o ensino superior. Diante de tal realidade, a ênfase dada se voltará para a reorganização das atividades pedagógicas, capacitando os professores para atuação no novo modelo. Ainda há um número considerável de docentes que tem dificuldades de uso das tecnologias, o que demanda cursos de capacitação.

Além disso, a atuação docente está, também, diretamente ligada aos altos índices de reprovação e abandono de disciplinas,

com ênfase nas áreas de serviços. Tal fato impacta a ampliação dos números de evasão e desligamento dos cursos.

QUADRO 21. Metas para programas de capacitação pedagógica

R1	R2
Ter todos os professores com formação adequada à orientação do novo PPI (até 2012).	Criação e implantação de programa institucional de estímulo e orientação à docência (2009 e 2010).
Diminuição gradual da evasão e aumento do índice de aproveitamento nas disciplinas.	Revisão e aperfeiçoamento de avaliação acadêmica institucional interna (2009).
Capacitar todos os professores integrantes da UnB na utilização de ferramentas de apoio à aprendizagem, a partir de 2008.	Revisão e aperfeiçoamento de avaliação acadêmica institucional – externa (2010).
Oferecer, anualmente, programas de atualização pedagógica em educação superior aos professores da UnB, a partir de 2009.	Avaliação e aperfeiçoamento do sistema de avaliação docente por discentes empregados na UnB (2009).

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa.

Entre as estratégias de R1 para tais metas está a implantação de um Núcleo de Apoio à Docência (NAD), objetivando a promoção da formação continuada dos professores da instituição, bem como a capacitação daqueles que estiverem em estágio probatório. Além disso, esses profissionais serão incentivados a participar de diferentes programas de atualização em práticas docentes. R1 também pensou em disponibilizar serviços de apoio para utilização adequada dos diversos instrumentos tecnológicos e modalidades pedagógicas.

R2 estabeleceu, como estratégia, a implantação de Plano Estratégico para Aperfeiçoamento das Práticas Pedagógicas e Incentivo à Docência: contando com seminário pedagógico para docentes, com periodicidade definida; programa de formação para tutores; apoio e disseminação aos docentes e tutores de novas tecnologias e instrumentos pedagógicos; regulamentação de normas de avaliação docente e de progressão funcional que

contemple a capacitação docente como critério a ser considerado; implementação de um sistema de avaliação docente por discentes que contemple propostas institucionais de manutenção e fortalecimento das atividades e áreas que são bem avaliadas e propostas de correção e aperfeiçoamento de atividades e áreas com deficiência; aperfeiçoamento da norma para concurso de docentes quanto à avaliação didática do candidato.

O MEC deixou em aberto a possibilidade de a universidade acrescentar outros pontos que achasse necessários. No caso da UnB, somente o R1 utilizou da possibilidade e enriqueceu as informações direcionadas para essa dimensão e que não foi contemplada no Decreto. Assim, considerando que, no bojo da renovação pedagógica a ser implementada na UnB, o PPPI fornecerá as bases para a formação no nível de graduação e, por isso, deverão estar previstas três ações básicas interligadas, são elas:

1. Criação de Centro para Desenvolvimento de Aprendizado Orientado;
2. Programa de Monitoria de Graduação em dois níveis;
3. Programa de Tutoria, exercido por alunos de pós-graduação.

O primeiro item caracteriza-se como sendo um amplo espaço destinado a estudos de disciplinas de serviços nos quais os alunos contarão com infraestrutura facilitadora de aprendizado. Esses espaços serão constituídos por locais para estudos em grupos e individuais, contendo bibliografias específicas das disciplinas, computadores com software auxiliares específicos aos estudos, com a presença de monitores e tutores para suporte durante os estudos e resolução coletiva de exercícios.

A participação dos monitores no processo ensino/aprendizagem já é utilizada pela UnB há muitos anos. No entanto, R1 propõe a reformulação dessa atividade de maneira a diferenciar

os monitores em dois níveis de conhecimento: 1) é exercido por alunos que cursaram a disciplina com bom aproveitamento e, por isso, estão capacitados para auxiliar seus pares, desde que devidamente acompanhados; 2) é exercido por estudantes que passaram pelo nível anterior e, por isso, estão mais aptos para atuarem com maior comprometimento acadêmico. Esse terá oportunidade de maior desenvolvimento didático-pedagógico.

Para potencializar esse programa, estima-se a destinação de bolsas-monitoria, além da implantação de outras iniciativas com vistas a alcançar maior eficiência da ação, são elas: 1) clara definição das atividades exercidas por cada nível de monitoria; 2) definição de uma ampla grade horária de atendimento (disponibilizada na rede); 3) implantação de uma coordenadoria específica para acompanhamento e avaliação do sistema; 4) possibilidade de atendimento online a alunos; 5) incentivo à orientação pré-aula; 6) monitores para atendimento e orientação a grupos de estudo; 7) atendimento diferenciado a alunos com risco de desligamento por já terem sido reprovados na disciplina.

Nesse processo de organização, R1 propôs melhor aproveitamento do potencial dos professores e diminuição da sobrecarga correspondente ao ensino de graduação, envolvendo os estudantes/pesquisadores da pós-graduação³⁶ (mestrados e doutorados), num sistema de Tutoria³⁷. Em outras palavras, os objetivos incluem:

- aproveitar o potencial dos alunos de pós-graduação;

³⁶ R1 também prevê a oferta de bolsa de pós-doutorado e o bolsista, em contrapartida auxiliaria nas atividades didático-pedagógicas com vistas à melhoria dos cursos relacionados.

³⁷ A participação do estudante em Tutorias já era prevista pela Capes e UnB, utilizando-se dessa prática, contribuiria para a formação didático-pedagógica na educação superior.

- possibilitar experiência didática supervisionada aos professores em potencial que, em muitos casos, nunca atuaram no magistério;
- aumentar o envolvimento da graduação com a pós-graduação, favorecendo a relação entre pesquisa e ensino;
- propiciar bolsa de mestrado/doutorado a alunos que não as teriam por meio de seus programas de pós-graduação;
- participar da orientação e acompanhamento das atividades dos monitores;
- ter a oportunidade de aprendizagem em práticas pedagógicas em educação superior com professores experientes.

Esse programa apresenta-se como relevante para o estudante de diferentes áreas do conhecimento, uma vez que desenvolve habilidade diretamente ligada ao processo ensino/aprendizagem. A proposta de monitoria/tutoria também está ligada aos projetos de assistência estudantil, pela possibilidade de renda proveniente das atividades executadas dentro da universidade.

Após essa explanação, R1 apresenta o diagnóstico da UnB fazendo referência ao número de alunos registrados no ano de 2007, ao quantitativo de 26.935 e 169 cursos, sendo 64 de graduação, 63 mestrados e 42 doutorados. Nesse cenário, existem aproximadamente 300 bolsas para alunos da graduação atuarem como monitores. No entanto, não há regulamentação eficiente e a monitoria, geralmente, é utilizada para corrigir relatórios ou listas de exercícios, vigiar laboratórios, substituir o professor e cuidar de equipamentos. Diretamente ligado a esse ponto, existe ainda o problema da falta de espaço adequado ao atendimento dos alunos, fato que compromete, inclusive, a atuação do estágio docente, no caso da pós-graduação.

Diante de tal realidade, R1 propôs: 1) a criação do Centro de Desenvolvimento de Aprendizagem Orientado (CDAO) para atendimento da disciplina de serviços (em 2009); 2) criação e implantação do novo Programa de Monitoria de Graduação, com dois níveis de monitores (2008/2); 3) elaboração e implementação de um Programa de Tutoria desenvolvido por alunos de pós-graduação (a partir de 2009); 4) integração dos sistemas citados acima, favorecendo a nova abordagem proposta pelo PPPI (a partir de 2009); 5) Aumento gradual de 300% do número de bolsas de assistência estudantil (até 2012), beneficiando, aproximadamente, 5.000 estudantes, sendo que muitos desses atuarão como monitores; 6) participação de mais de 500 alunos de pós-graduação em atividades de ensino de graduação, por meio do projeto de tutoria (em 2012); 7) envolvimento de 50 doutores, por meio de bolsas de pós-doutorado, nos programas de ensino de cursos de graduação e pós-graduação - até 2012 (Brasil, 2007a).

Entre as estratégias de execução, citam-se: a) construção e readequação de espaços para abrigar os CDAOs, em 2009; b) criação e implantação do novo Programa de Monitoria de Graduação (PMG), com dois níveis de monitores (2008/2); d) elaboração e implementação de um Programa de Tutoria desenvolvido por alunos de pós-graduação (a partir de 2009); e) oferta de mais de 500 bolsas a alunos de pós-graduação que, em contrapartida, atuarão também em atividades de ensino de graduação; f) oferta de 50 bolsas de pós-doutorado a doutores que, em contrapartida, atuarão também no ensino de graduação.

Objetivando a cooperação e o intercâmbio acadêmico, a UnB mantém em vigor acordos com 120 IES e organismos/associações internacionais, espalhados em todos os continentes, além de participar de diferentes programas oficiais de mobilidade e cooperação, a exemplo do Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) e Programa de Estudantes Convênio de Pós-

Graduação (PEC-PG), Matrícula Cortesia (para membros de representação diplomática e seus dependentes), Marca-Mercosul (Mobilidade Acadêmica Regional para as Carreiras Acreditadas). A UnB aderiu ainda ao Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (PROMISSAES) e ao Programa Luso-Brasileiro de Bolsa Santander - Universidade, entre outros, que viabilizaram, em 2006, o registro de 246 estudantes estrangeiros matriculados nos cursos de graduação na UnB (Brasil, 2007a).

Através da Assessoria de Assuntos Internacionais, diferentes ações são implementadas na instituição com vistas à promoção de apoio às demandas de internacionalização, tais como: manutenção e ampliação de novos acordos, incentivo à mobilidade, além de recepção, inserção e manutenção do estrangeiro na instituição, programas de bolsas, auxílio-alimentação e vagas na casa do estudante. Contudo, apesar de tais iniciativas, ainda há um longo percurso a trilhar, sendo duas das dificuldades o idioma e as normas internas de validação de créditos cursados em outras instituições, as quais são rígidas e de aplicação morosa e excessivamente burocrática. No que se refere à mobilidade interna, há grandes dificuldades no processo de mudança de cursos, pela prática rígida e burocrática³⁸ que desmotiva o estudante a usufruir dessa possibilidade, fazendo então a opção por novo vestibular, sendo um dos impactos o aumento do número de vagas ociosas (Brasil, 2007a).

³⁸ Exemplo disso é o fato de que o aluno só poderá solicitar a mudança de curso se acaso tiver obtido escore maior ou igual àquele correspondente ao do último ingressante no curso no mesmo processo seletivo.

QUADRO 22. Metas para mobilidade estudantil

R1	R2
Criação de um novo sistema de contabilização de créditos em atividades estudantis incorporando as diversas atividades acadêmicas, até 2009;	Redefinição do conceito de crédito, de forma a incluir o conjunto de todas as atividades acadêmicas realizadas pelo aluno numa disciplina, até 2009;
Implementação de um sistema de equivalência entre disciplinas dos cursos BGAs e dos cursos específicos de maneira a facilitar mudanças de cursos na instituição e de complementação de formação em cursos distintos, de 2009 a 2012;	Criação de política simplificada de validação de disciplinas cursadas em outras instituições, baseada na acreditação de universidades parceiras em programas de mobilidade estudantil, até 2010;
Implementação de política simplificada de validação de disciplinas cursadas em outras instituições, baseadas na acreditação de universidades parceiras em programas de mobilidade estudantil, até 2009;	Instituição de uma política institucional de estímulo à realização de programas de mobilidade estudantil na graduação, até 2012;
Instituição de uma política institucional de estímulo à realização de programas de mobilidade estudantil na graduação, até 2009.	Criação de mecanismos para flexibilizar o aproveitamento de estudos de disciplinas cursadas em outras unidades da Instituição e em outras IES, até 2009.

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa.

Para alcançar tais metas, R1 propõe a criação de um novo sistema de contabilização de créditos em atividades estudantis, incorporando as diversas atividades acadêmicas, conforme está prevista no PPPI da UnB. Nesse processo, estima-se considerar diferentes atividades, entre elas: práticas, estudos orientados, monografias, extensão, pesquisa, seminários, atividades na comunidade, apoio à docência, atividades complementares, pois contabilizar o número de horas-aula é insuficiente para conhecer e externar o que o estudante aprendeu no âmbito acadêmico.

Além dessa iniciativa, R1 propõe a implementação de um sistema de equivalência entre disciplinas dos cursos BGAs e dos cursos específicos, de maneira a facilitar mudanças de cursos na instituição e das complementações de formações em cursos

distintos. Com o modelo flexível da proposta, foi prevista a definição de um sistema de equivalência entre os quatro BGAs e os outros cursos de graduação, em áreas correspondentes. Vale destacar que o egresso desses bacharelados poderá, também, ingressar nas etapas específicas/profissionais de outros cursos de graduação da instituição. Nesse cenário, a mobilidade entre cursos será fortemente favorecida, bem como a mudança de cursos e de trajetórias acadêmicas a fim de propiciar maiores chances de êxito para os estudantes e o melhor aproveitamento de sua vocação acadêmica e profissional.

O projeto acadêmico proposto pelo R1 também permite a validação de disciplinas cursadas em outras instituições, baseada na acreditação de universidades parceiras em processo de mobilidade estudantil, até 2009. Além dessas ações, R1 propõe a criação de uma política institucional de estímulo à mobilidade acadêmica (Inter e Intrainstituição).

Com vistas a viabilizar acordos de cooperação entre as universidades, R1 prevê ainda: 1) alocação de um conjunto de bolsas de assistência estudantil aos estudantes em mobilidade; 2) reserva de um conjunto de vagas no novo prédio proposto de moradia estudantil para receber estudantes de outras universidades; 3) aperfeiçoamento do sistema de orientação ao estrangeiro nos cursos de graduação; 4) flexibilização curricular no aproveitamento de estudos realizados em outras instituições.

R2, por sua vez, estabeleceu como estratégia os seguintes pontos: 1) elaboração do PPPI da Instituição, contemplando política institucional de estímulo à realização de programas de mobilidade estudantil na graduação; 2) criação de mecanismos para minimizar a oferta de disciplinas restritas; 3) flexibilização dos editais internos de duplo curso, dupla habilitação e mudança de curso; 4) flexibilização dos editais externos para transferência facultativa para a UnB de estudantes oriundos de outras IES; 5)

aperfeiçoamento de convênios com outras instituições públicas de ensino superior, visando promover uma real mobilidade interinstitucional; 6) viabilização de acordos de cooperação entre universidades para mobilidade acadêmica por meio de estratégias relacionadas à assistência estudantil aos estudantes (moradia estudantil, bolsas etc); 7) flexibilização do aproveitamento de estudos realizados por meio de intercâmbios nacionais e internacionais.

A parceria entre as unidades e a administração acadêmica viabiliza o desenvolvimento e implantação de novos e modernos instrumentos de gestão universitária. Gestão essa que necessariamente deve agir sobre a responsabilidade social da instituição. No caso da UnB, o exercício da responsabilidade social abrange dois grupos de ações, são eles: 1) diz respeito ao amparo ao público interno, com vistas a sua promoção social, profissional e humana, bem como à melhoria do nível de qualidade de vida; 2) refere-se ao apoio institucional, por meio de extensão, ao desenvolvimento econômico, tecnológico e social do DF e de sua região de influência, além do seu papel de liderança em ações de inclusão. Exemplo a ser citado são os resultados das ações de extensão no hospital universitário, na ampliação do número de atendimentos à população, o que implica aumento no número de consultas e cirurgias realizadas. Considerando as particularidades do DF, R1 e R2 propõem as seguintes metas:

QUADRO 23. Metas para inclusão social

R1	R2
Negociar com o GDF convênio que permitirá a todos os estudantes oriundos das escolas públicas da rede de ensino médio do DF terem inscrição assegurada no PAS da UnB;	Ampliação do atendimento aos estudantes da UnB com necessidades educacionais especiais até 2012.
Dar aos estudantes a oportunidade de participar de ações de extensão junto à comunidade, com o	Criar programa de democratização do acesso e permanência na universidade até 2012;

intuito de enriquecer o seu processo de formação acadêmica e o exercício da cidadania;	
Fortalecer o Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (PPNE) da universidade;	Ampliar a participação da comunidade estudantil da universidade em projetos de extensão de ação contínua até 2012;
Instalar, por meio das diferentes ações extensionistas, um observatório da juventude do DF e do seu entorno, permitindo que o conhecimento construído no processo possa induzir novas ações extensionistas e políticas públicas condizentes;	Envolver todos os estudantes de graduação dos cursos de licenciatura em projetos relacionados ao fortalecimento da educação básica pública até 2012;
Construir espaço aberto para a comunicação permanente com os diversos setores das comunidades locais e suas problemáticas, em uma perspectiva contextualizada;	Consolidar o Programa de Cotas Raciais (s.d.);
Construir para a formação de profissionais-cidadãos capacitados a responder, antecipar e dar respostas às questões postas por suas comunidades;	
Desenvolver o Projeto “Diálogos Acadêmicos”, incentivando os estudantes das escolas públicas a participarem dos cursos e oficinas de formação;	
Atuar como espaço coletivo de formação caracterizada por uma efetiva aprendizagem recíproca entre professores, comunidade e estudantes, integrando diferentes olhares, conhecimentos e saberes, promovendo mudanças no desenvolvimento local e regional como agente de transformação cultural, política, econômica e social;	
Democratizar o acesso à cultura e fomentar o debate sobre a educação ambiental a partir da integração de saberes e do diálogo a serem estabelecidos entre a UnB e as comunidades onde os núcleos serão implantados;	

Incentivar e atuar no sentido de viabilizar as condições pedagógicas para que os estudantes recém-saídos do ensino médio sintam-se motivados a ingressar na UnB;	
Destinar pontuação extra nos processos seletivos para cursos de graduação aos estudantes que realizaram as três séries do ensino médio em escolas públicas, incluindo o sistema de cotas para os estudantes negros e pardos;	
Criação de um programa de tutoria para nivelamento dos estudantes ingressantes na universidade com deficiências de formação, especialmente em matemática, física e química.	

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa.

Considerando tais pontos, as etapas de execução incluem tornar o PAS³⁹ amplamente acessível aos alunos da rede pública de ensino do GDF; criação de um programa de tutoria para nivelamento dos estudantes ingressantes no ensino superior com deficiência de formação; generalizar a participação da comunidade estudantil da UnB em projetos de extensão de ação contínua; envolver os estudos de graduação dos cursos de licenciatura em projetos relacionados ao fortalecimento da educação básica pública (Brasil, 2007a).

R2 estabeleceu as seguintes estratégias: 1) possibilitar aos estudantes da UnB a oportunidade de participar de ações de extensão junto à comunidade, com o intuito de enriquecer o seu processo de formação acadêmica e o exercício da cidadania; 2) fortalecer o Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais – PPNE da universidade; 3) fortalecer o Projeto “Diálogos Acadêmicos” incentivando os estudantes das escolas

³⁹ Ressalta-se que R1 já havia assinado com o GDF um convênio que permite a todos os estudantes oriundos das escolas públicas da rede de ensino médio do DF ter inscrição assegurada no PAS da UnB.

públicas a participarem dos cursos e oficinas de formação; 4) atuar como espaço de formação caracterizada por uma efetiva aprendizagem recíproca entre professores, comunidade e estudantes, integrando diferentes olhares, conhecimentos e saberes, promovendo mudanças no desenvolvimento local e regional como agente de transformação cultural, política, econômica e social; 5) democratizar o acesso à cultura e fomentar o debate sobre a educação ambiental a partir da integração de saberes e do diálogo a serem estabelecidos entre a UnB e as comunidades onde os núcleos serão implantados; 6) incentivar e atuar no sentido de viabilizar as condições pedagógicas para que os estudantes recém-saídos do ensino médio sintam-se motivados a ingressar na UnB; 7) contribuir para a formação de profissionais-cidadãos capacitados a responder, antecipar e dar respostas às questões postas por suas comunidades; 8) estudar novas estratégias de democratização de acesso e permanência para os estudantes oriundos da rede pública de ensino do DF e entorno.

A UnB, até o momento de elaboração do R1, oferecia aos alunos dois tipos de benefícios: os universais e os de apoio a alunos de baixa renda. Os primeiros são direcionados a todos os alunos regularmente matriculados na instituição, a exemplo da inclusão em programas de bolsas de incentivo à atividade acadêmica e o uso do restaurante universitário (RU). O segundo integra os programas de assistência estudantil destinados aos estudantes em condições de risco socioeconômico da UnB.

Os programas de Assistência Estudantil destinados aos discentes de baixa renda fazem parte de uma política institucional da UnB, cujo objetivo é contribuir para permanência do estudante na instituição. São, em sua maioria, coordenados pelo Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), por meio de sua Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS), que é a responsável pela seleção socioeconômica dos estudantes para participação nos programas

de assistência estudantil, com ênfase na administração do Programa de Bolsa Permanência, Bolsa Alimentação e Vale-Livro, feita em parceria com RU e a editora da UnB, além do Programa de Moradia Estudantil de graduação e pós-graduação. A seleção dos estudantes de baixa renda da UnB é realizada por meio de avaliação feita por uma comissão da DDS.

Os Programas de Ações Afirmativas na universidade têm crescido gradativamente, por meio de diferentes iniciativas, incluindo: Bolsa Alimentação, Bolsa Permanência, Programa Moradia Estudantil, Programa de Assistência Estudantil, Programa Vale-Livro, isenção no pagamento de serviços acadêmicos prestados pelo SAA, desconto no pagamento de taxas de colação de grau (Brasil, 2007a).

Os beneficiados geralmente são oriundos das escolas públicas, usuários do transporte público e desempregados. Esses apresentavam Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) em média superior, em relação a seus colegas de curso. Tal rendimento decrescia significativamente quando se paralisavam os serviços assistenciais. Nesse cenário, considerando a necessidade de ampliação do acesso ao ensino superior e favorecimento à permanência do estudante na graduação, R1 e R2 estabeleceram as seguintes metas:

QUADRO 24. Metas para assistência estudantil

R1	R2
Viabilizar aos estudantes da universidade a aquisição de computadores pessoais e de livros, até 2012;	Ampliação de 400% de bolsas-permanência relacionadas às atividades de monitoria, iniciação à docência, iniciação científica, estágios curriculares e extensão (até 2012);
Ampliação em 300% de bolsas-permanência relacionadas à atividade de monitoria, iniciação à docência, iniciação científica, estágios curriculares e extensão, até 2012;	Elaboração de um programa que vise à construção de uma progressiva associação entre bolsas de assistência estudantil, extensão universitária e iniciação científica, buscando uma melhor formação dos alunos bolsistas (2009);

Ampliação das vagas de moradia estudantil em 50%, até 2012;	Construção de restaurante universitário nos quatro <i>campi</i> (2008 e 2009);
Criação de um programa de tutoria para nivelamento dos estudantes ingressantes na universidade com deficiência de formação, até 2009.	Construção de moradia estudantil no campus Darcy Ribeiro, ampliando para 600 o número de estudantes atendidos (2008 e 2009);
	Ampliação do espaço físico dos Decanatos de Assuntos Comunitários (DAC), Extensão (DEX) e Graduação (DEG), pela reforma do espaço hoje ocupado pelo restaurante universitário (2009);
	Ampliação do quadro de servidores do DAC e do DEX (2009).

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa.

Para alcançar tais metas, R1 planejou trabalhar as seguintes estratégias: 1) criação de bolsas-permanência nas quais os alunos desenvolvam atividades relacionadas a sua formação acadêmica, na UnB; 2) criação de bolsas-permanência associadas a atividades de iniciação à docência, principalmente para estudantes dos cursos de licenciatura; 3) criação de um novo sistema de monitorias com dois níveis a fim de comprometer mais os estudantes com o processo ensino-aprendizagem; 4) criação de novas bolsas para programas de iniciação científica; 5) implantação de um programa de apoio à compra de equipamentos de informática e de livros.

As estratégias de R2 são sintetizadas em duas, a saber: 1) reunir representantes dos sistemas de bolsas PIBEX (extensão), PIC (iniciação científica) e assistência estudantil, a fim de criar estratégias que potencializem os recursos investidos em bolsas; 2) fortalecer os Decanatos de Assuntos Comunitários (DAC) e o Decanato de Extensão (DEX), ampliando seus espaços físicos e quadro de servidores, a fim de ampliarem seus programas.

Importa frisar que a UnB foi a primeira instituição do país a adotar, nos processos seletivos de ingresso, as cotas

raciais⁴⁰. O marco se deu no dia 6 de junho de 2003, quando o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) aprovou o Plano de Metas para Integração Social, Étnica e Racial⁴¹, estabelecendo que 20% das vagas do vestibular seriam destinadas a candidatos negros, além de prever a disponibilização de vagas para indígenas de acordo com demanda específica. A justificativa para tal proposta⁴² foi baseada no problema nacional, segundo o qual

[...] os negros, que representam 45% da população do país, somam apenas 2% da população universitária brasileira; os brancos e amarelos, que representam 54% da população, detêm 98% das vagas atuais do ensino superior; na UnB, 99% dos professores são brancos e em torno de 90% dos alunos são brancos. Já contamos com um contingente suficiente de negros preparados para cursar nossas universidades, porém, que não conseguem vencer a competição desleal com os brancos de melhor renda que pagam cursinhos mais poderosos. Temos que construir uma academia que reflita a diversidade racial e étnica da nossa nação, para que possa pensar melhor as soluções urgentes de que precisamos para resolver os graves problemas da nossa sociedade. (Carvalho; Segato, 2002, p. 31).

Diante de tais dados, a UnB é instada a liderar a ação reparadora, especialmente por sua vocação utópica fundante de ser a universidade da Capital da República, podendo, por isso, ser espelho para uma guinada histórica na tentativa de reverter as

⁴⁰ Em 1996, a Secretaria dos Direitos da Cidadania do Ministério da Justiça convocou um Seminário Internacional na Universidade de Brasília para discutir a discriminação racial no Brasil, momento em que o tema do racismo brasileiro alcançou o máximo de exposição para a sociedade.

⁴¹ Disponível em: <https://noticias.unb.br/images/Noticias/2018/06-Jun/Plano-de-Metas-Cotas-UnB1.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.

⁴² Idealizadores da proposta, professores Rita Segato e José Jorge de Carvalho.

injustiças sofridas pela população negra e indígena do nosso Brasil.

Com efeito, a política de cotas da UnB ganhou visibilidade no âmbito nacional, de modo a influenciar a tramitação e aprovação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que garantiu a reserva de 50% das matrículas nas universidades e institutos federais de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das vagas a estudantes oriundos do ensino médio em escolas públicas. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência (Brasil, 2012).

Como resultado dos avanços na política de cotas, a UnB contabilizou, em 2017, a porcentagem de 33,53% dos ingressantes que se autodeclaravam negros. Além disso, houve a ampliação do quantitativo de graduados negros após a política, sendo, de 2004 a 2018, 7.624 negros ingressantes e 3.422 concluintes, no mesmo período. “O panorama nacional também é positivo: em 2016, 30% dos jovens negros estavam matriculados no ensino superior” (Veloso, 2018, p.1).

Assim, considerando o ReUni e a Lei 12.711/2012, o número de acessos à educação superior aumentou com destaque para os alunos socioeconomicamente vulneráveis que passaram a fazer parte de um quantitativo maior. Nesse cenário, o MEC publicou a Portaria Normativa nº 39/2007, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, cuja destinação era direcionada para estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior.

No dia 19 de julho de 2010, a referida Portaria passa a ser regulada pelo Decreto nº 7.234/2010, objetivando: I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação

superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. O PNAES tem como propósito oferecer aos estudantes com renda per capita familiar de um salário mínimo e meio auxílio, tais como: moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. A escolha de qual subsídio ofertar e a execução dos recursos são de responsabilidade da própria instituição de ensino. Para tal, o governo federal injetou recursos financeiros nas universidades e institutos federais, o que possibilitou a implantação do programa, saindo de R\$ 126.301.633 em 2008 para R\$ 503.843.628 em 2012, aumento aproximado de 300% dos recursos destinados ao PNAES no período em tela (Brasil, 2012).

Não é demais lembrar que o Sistema de Seleção Unificada (SiSU) possibilitou a ampliação de estudantes oriundos das escolas públicas ao ensino superior, e a UnB foi uma das universidades que aderiu ao programa, sendo ainda uma das ofertantes dos cursos em diferentes áreas do conhecimento. No entanto, no dia 27 de junho de 2019, a UnB decidiu, no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe), e sem a devida consulta à comunidade acadêmica, deixar de utilizar o SiSU como forma de ingresso, sob a justificativa de que havia incompatibilidade entre o calendário acadêmico da Universidade e as datas de seleção estabelecidas pelo MEC, no âmbito do SiSU, o que causa atrasos no início das aulas para alguns estudantes. Além disso, o não preenchimento de todas as vagas oferecidas pelo SiSU, na primeira chamada, implicava a necessidade de várias chamadas e isso comprometia o início do semestre letivo (UnB/ASCOM, 2019).

A adesão ao SiSU havia sido aprovada pelo Cepe, em 2013, com um amplo debate com a comunidade acadêmica e um dos incentivos à adesão foi a ampliação do PNAES. De fato, na análise da execução financeira dos anos precedentes à adesão, os

recursos da assistência estudantil mais que dobraram. O SiSU, de fato, tinha essa pretensão, uma vez que, ao permitir que os alunos utilizassem suas notas numa seleção nacional, vários deles somente conseguiam vagas fora do seu domicílio. Dessa forma, a estratégia implícita no SiSU era de compensar esse deslocamento, dando condições às universidades para receberem os estudantes. Resta saber se a UnB, ao se retirar, também perderá os recursos para compensar a sua permanência na seleção nacional.

R1 apresenta a realidade institucional afirmando que, desde 2006, se redesenha, junto à comunidade acadêmica, uma política de extensão universitária que torne “possível engendrar novos perfis discentes e docentes, modos mais complexos e eficazes de organização, mais abertura e maior diversidade de modelos pedagógicos” (Brasil, 2007a, p. 96). Nesse processo, a UnB promoveu debates com os professores, estudantes e técnico-administrativos para a definição conceitual de extensão, bem como de seus princípios, diretrizes e compromissos. Desse modo, compreende extensão “como o mecanismo de participação na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural” (Brasil, 2007a, p. 96), além de ser um apoio no processo de resolução dos problemas da exclusão e discriminação social.

Entendendo dessa forma, a UnB propõe, pela metodologia pesquisa-ação, a execução participativa de projetos de pesquisa, junto à comunidade e organizações sociais, envolvendo-as para a solução de problemas, uma vez que a articulação do interesse social aos interesses científicos e a produção do conhecimento ocorre estreitamente ligada à satisfação de necessidades dos grupos sociais que, se não fossem por essa via, provavelmente estariam impedidos de ter acesso aos conhecimentos gerados. Não é demais dizer que a extensão universitária, nesse caso

na UnB, também está comprometida com a Escola Pública, com a produção e difusão de saber pedagógico, com a pesquisa da educação e com a formação inicial e continuada dos seus professores.

Para R2, a nova Política de Extensão da UnB passou a reconhecer os créditos acadêmicos, certificando, inclusive, os voluntários; implantou Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX); a partir de 2007, a imersão de estudantes em Residência em extensão; organização dos grupos de extensão; implantação do novo Sistema de Informações da Extensão (SIEX). Dentro da nova política de extensão da UnB, a primeira medida foi o reconhecimento de créditos acadêmicos aos Projetos de Extensão de Ação Contínua (PEAC). Outras ações importantes referem-se à:

- implantação do Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), com a equiparação do valor de bolsas de extensão ao da bolsa de pesquisa;
- Residência em extensão, uma oportunidade de imersão social de pelo menos 60 horas em realidade específica, sob a orientação de um professor;
- criação da categoria de extensionista colaborador, oriundo da comunidade externa à UnB e sem vínculo formal com essa;
- organização dos grupos de extensão, por meio de criação de uma base de dados (Diretório dos Grupos de Extensão);
- implantação do novo Sistema de Informação da Extensão (SIEX), que está em curso na Universidade e é fruto de parceria com a UFMS.

Nesse contexto, a extensão universitária da UnB avaliou, pela primeira vez, sua produtividade correspondente ao exercício

2006. Com base nessa avaliação, tem-se que: 324 professores atuam na extensão (23% do quadro docente); 807 estudantes fizeram jus a créditos de extensão em 2006; 146 projetos de extensão de ação contínua foram desenvolvidos em 2006, tendo sido avaliadas 35 unidades de custo.

Com relação ao núcleo de extensão, a UnB registra o de Santa Maria, São Sebastião e o do Gama. O Programa “Diálogos Acadêmicos com o Ensino Fundamental e Médio: aprendendo com Anísio Teixeira” está implantado nos Núcleos e prevê, em princípio, cursos de reforço ao ensino médio e fundamental, educação continuada, inclusão digital, alfabetização de jovens e adultos, formação política e educação ambiental. É importante considerar que, além dos alunos da rede pública de ensino do DF, os núcleos atendem, em seus cursos, pessoas fora do mercado de trabalho, donas de casa, profissionais liberais, funcionários públicos, bem como comerciantes locais. Diante de tal realidade, ambos os projetos estabeleceram as seguintes metas:

QUADRO 25. Metas para o programa de extensão universitária

R1	R2
522 professores atuantes na extensão (50% de crescimento no período, 10% de crescimento ao ano);	Regulamentação do percentual de crédito de extensão nas estruturas curriculares dos cursos de graduação, de acordo com o previsto pela LDB (até 2012)
1210 estudantes com créditos de extensão (crescimento de 50%), em 2012;	Ampliação em 50% dos Projetos de Extensão de Ação Continuada e a participação docente e discente, em 2012;
70% das Unidades de Custo avaliadas com notas superiores a 3, em 2012;	Fortalecimento e ampliação de núcleos de extensão, até 2012.
Instalação e funcionamento de 5 núcleos de extensão nas cidades do DF (Santa Maria, São Sebastião, Gama, Ceilândia e Planaltina).	

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa.

A valorização da extensão é uma das estratégias utilizadas pelo R1/UnB que se dará pelo investimento financeiro e estímulo do trabalho docente (associando a extensão à progressão na carreira). A partir de 2008, parte dos estágios disciplinares das licenciaturas e a atuação dos grupos Programa de Educação Tutorial (PET) em extensão terão como base física os Núcleos de Extensão já instalados, além de incentivo à inclusão de pós-graduandos nos grupos de extensão.

R2, por sua vez, acrescenta ainda como estratégias a ampliação do programa de extensão existente e sua integração com o ensino e a pesquisa e a ampliação da participação da comunidade estudantil da universidade em projetos de extensão de ação contínua.

Nos últimos anos, a pós-graduação da UnB manteve uma média anual de crescimento de 7%, tanto em número de discentes quanto de cursos ofertados. Apesar dessa elevação, a avaliação trienal (2004-2006) mostrou que o crescimento foi menor do que o de outras instituições brasileiras. Além disso, a UnB precisa expandir e modernizar sua infraestrutura (física e de equipamentos) para melhorar as condições do processo ensino/aprendizagem, tanto da graduação quanto da pós-graduação, uma vez que boa parte dessas instalações é utilizada por cursos de ambos os níveis.

A despeito da construção dos pavilhões de salas de aula, Anísio Teixeira e João Calmon, laboratórios, salas de aula e espaços de estudo são em número insuficiente, pequenos, desconfortáveis e muitos em estado deteriorado. Muitos anfiteatros existentes são desconfortáveis e não possuem estrutura tecnológica a contento, sem suporte de áudio e vídeo, fazendo com que o docente tenha de carregar equipamentos por longas distâncias para realizar suas atividades nesses espaços.

Há ainda a necessidade de modernização e ampliação dos laboratórios e seus respectivos equipamentos, bem como de melhores condições técnicas, atendimento a normas de segurança, acondicionamento físico aos experimentos ali realizados, suporte para situações emergenciais como quedas de abastecimento de energia e acidentes etc.

A necessidade de reestruturação também perpassa pela biblioteca (BCE) da UnB, uma vez que não possui acervo suficiente para atender à demanda da graduação e da pós-graduação. O acervo precisa ser ampliado em dimensão e uso. Já os atuais laboratórios de informática para acesso dos discentes à internet são insuficientes e precisam de atualizações. Além disso, a rede sem fio para conexão à internet é pequena e praticamente inexistente fora da BCE.

Diante do cenário, R1 propõe as seguintes metas: 1) o aumento de 10% na oferta de cursos de pós-graduação; 2) aumento de 10% nas vagas oferecidas nos cursos de pós-graduação; 3) aumento de 5% de professores com atuação na pós-graduação; 4) aumento de 15% na oferta de bolsas de pós-graduação (mestrado e doutorado).

QUADRO 26. Metas para a articulação da graduação com a pós-graduação

R1	R2
Aumento de 10% na oferta de cursos de pós-graduação (2008);	Fortalecimento da pós-graduação a partir de recursos (humanos e materiais) recebidos pela graduação e oriundos do ReUni (até 2012);
Aumento de 10% nas vagas oferecidas nos cursos de pós-graduação (2008);	Ampliação em 10% da participação de docentes da UnB em programas de pós-graduação da Instituição (até 2012).
Aumento de 5% de professores com atuação na pós-graduação (2008);	Ampliação em 62% do número de bolsas de mestrado e em 35% do número de bolsas de doutorado (até 2012);

Aumento de 15% na oferta de bolsas de pós-graduação (mestrado e doutorado) (2008);	Criação de Programa de Tutoria de estudantes de pós-graduação a estudantes de graduação, contemplando implementação de sistema de avaliação contínua do programa (2008 e 2009);
Na avaliação trienal (2007-2009), aumentar progressivamente a nota de avaliação Capes dos cursos de pós-graduação (2009);	Ampliação em 10% do número de alunos de graduação envolvidos em atividades de pesquisa (s.d.);
Aumento de 10% na oferta de cursos de pós-graduação (2009);	Ampliação de 10% nos cursos de doutorado (s.d.).
Aumento de 10% nas vagas oferecidas nos cursos de pós-graduação (2009);	
Aumento de 5% de professores com atuação na pós-graduação (2009);	
Aumento de 15% na oferta de bolsas de pós-graduação (mestrado e doutorado) (2009);	
Aumento de 10% na oferta de cursos de pós-graduação (2010);	
Aumento de 10% nas vagas oferecidas nos cursos de pós-graduação (2010);	
Aumento de 5% de professores com atuação na pós-graduação (2010);	
Aumento de 15% na oferta de bolsas de pós-graduação (mestrado e doutorado) (2010);	
Aumento de 10% na oferta de cursos de pós-graduação (2010);	
Aumento de 10% nas vagas oferecidas nos cursos de pós-graduação (2010);	
Aumento de 5% de professores com atuação na pós-graduação (2010);	
Aumento de 15% na oferta de bolsas de pós-graduação (mestrado e doutorado) (2010);	
Aumento de 10% na oferta de cursos de pós-graduação (2012);	
Aumento de 10% nas vagas oferecidas nos cursos de pós-graduação (2012);	
Aumento de 5% de professores com atuação na pós-graduação (2012);	
Aumento de 15% na oferta de bolsas de pós-graduação (mestrado e doutorado) (2012).	

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa.

Para alcançar tais metas, R1 estabeleceu como estratégias: 1) contratação contínua de mais professores; 2) contratação contínua de mais servidores técnico-administrativos; 3) aumento de 40 bolsas pós-doc, 10 bolsas de professor visitante (no contexto de elaboração do R1, a UnB contava com 20 pesquisadores em regime de pós-doc e 10 como professor visitante); 4) construção e ampliação de laboratório para uso conjunto de ensino e pesquisa para graduação e pós-graduação; 5) implantação de créditos de iniciação científica; 6) implantação de disciplinas tutoriais, com incentivo à participação de doutorandos; 7) ampliação do estágio docente a todos os pós-graduandos e a todos os bolsistas ReUni; 8) incentivo à inclusão de graduandos nos grupos de pesquisa e nos projetos de pesquisa; 9) lançamento de editais que promovam grupos de pesquisa atuando metodologias e tecnologias de ensino e aprendizagem aplicadas ao ensino de graduação; 10) identificação e implementação de novos programas/áreas de pós-graduação associados às temáticas relevantes à sociedade do DF e entorno; 11) incentivo à participação de professores na pós-graduação; 12) utilização de indicadores de qualidade relacionadas à pós-graduação na seleção de novos professores.

As estratégias de R2 abrangem: 1) ampliação da participação de discentes de pós-graduação na graduação, por meio da concessão de 550 bolsas (mestrado e doutorado); 2) estimular a ampliação de vagas nos programas de pós-graduação existentes; 3) estimular a criação de programas de pós-graduação interunidades; 4) implantação de sistema de tutoria de alunos de pós-graduação para dar suporte à graduação, com previsão de carga horária semanal mínima e máxima para tutores; 5) estimular grupos de pesquisa que atuem contribuindo para a renovação pedagógica da educação superior; 6) criação de cursos de doutorado nas áreas em que há apenas mestrado; 7) estimular a participação de alunos em atividades de pesquisa; 8) avaliar a possibilidade de alunos

de graduação cursarem disciplinas de pós-graduação como optativas

Os resultados alcançados pela UnB, considerando os anos de 2007 e 2017, no que se refere aos números da pós-graduação são:

TABELA 7. Evolução dos números na pós-graduação na UnB (2007-2017)

Ano	Número de cursos			Alunos registrados (2º semestre)		Títulos outorgados	
	especialização	mestrado	doutorado	mestrado	doutorado	mestrado	doutorado
2007	65	64	43	2.842	1.629	962	274
2008	38	68	53	3.017	1.795	1.022	318
2009	64	68	53	3.065	1.941	975	313
2010	23	73	56	3.309	2.174	874	258
2011	30	74	59	4.442	2.668	1.446	469
2012	15	82	64	5.026	3.047	1.726	561
2017	-	89	69	4.336	3.712	1.551	571
Acréscimo	-76,92%	39,06%	60,46%	52,56%	127,86%	61,22%	108,39%

Fonte: Elaboração própria a partir do Anuário Estatístico da UnB – 2018.

Observa-se que houve crescimento nos números referentes à pós-graduação na UnB, com exceção da oferta de cursos de especialização que caiu progressivamente, chegando a zero a partir de 2014. O número de cursos no mestrado e no doutorado foi expandido, 39,06% e 60,46%, respectivamente. Assim também aconteceu com o número de estudantes, registrando-se 52,46% de mestrandos e 127,86% de doutorandos a mais, no mesmo período.

Tais dados demonstram que R2 superou a ampliação da oferta dos cursos de pós-graduação. O número de títulos outorgados cresceu consideravelmente, sendo 61,22% e 108,39%, respectivamente. Tais dados sinalizam maior envolvimento dos

docentes com a pesquisa. Quanto às bolsas de pós-graduação e de pesquisa, têm-se os seguintes dados da UnB:

QUADRO 27. Oferta de bolsas na pós-graduação (2007 a 2017)

	2007		2008		2009		2010		2011		2012		2017	
	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.
CAPES														
Programa de Fomento à Pós-Graduação (Capes) ¹	630	636	-	717	-	718	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Formação Doutoral Docente – Prodoutoral ²	5	5	-	5	-	2	-	-	-	3	-	1	-	-
Programa de Doutorado no País com estágio no exterior (bolsa-sanduíche)	125	30	-	181	-	187	101	-	-	-	-	126	-	93
Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC/ PG) ³	4	4	-	-	-	6	-	-	-	5	-	14	-	-
Programa de Demanda Social (Capes) ⁴	-	-	-	-	-	-	-	-	-	992	-	1.361	-	1.560
Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores (Produt/Capes) ⁵	-	-	-	15	-	15	-	-	-	4	-	4		
REUNI*	-	-							-	285	-	335	-	-
PNPD**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44	-	61	-	-
Demais bolsas***	-	-	-	-	-	-	-	-	-	206	-	241		
CNPq	-	-	-	-	-	-	-	541	-	576	-	576		
UnB														
Programa de Bolsas de Monitoria II	10	18	66	56	56	58	37	37	-	-	-	-	18	31

* Registram-se bolsas do ReUni nos anos de 2013 (223), 2014 (201) e 2015 (32);

** Registram-se bolsas PNPD nos anos de 2013 (54), 2014 (142), 2015 (261) e 2016 (107); *** Não especificado.

1) Em 2004, a UnB passou a integrar novamente o Programa de Fomento à Pós-Graduação PROF/Capes; 2) Antigo Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica (PICDT); 3) A concessão de bolsas para o Programa PEC/PG é feita uma vez ao ano, sempre no primeiro semestre; 4) Antes, a UnB possuía o programa de Demanda Social (Capes), agora é o Programa de Fomento à Pós-Graduação (PROF).

5) Antigo PROOC.

Fonte: Elaboração própria a partir dos anuários estatísticos da UnB.

Observa-se que, no ano de 2007, foram contabilizadas 1.467 bolsas na pós-graduação e no ano de 2012 chegou a 2.719, com acréscimo de 85,34%. A oferta das bolsas referentes ao ReUni começou a ser tardiamente, somente no segundo semestre de 2011 e se estendeu até 2015, totalizando 1.076 bolsas.

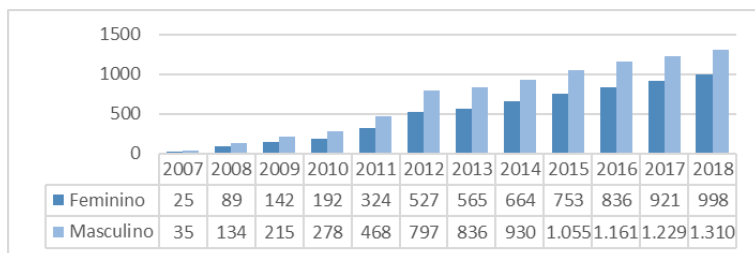
Considerando o número de docentes, o Anuário Estatístico da UnB, no ano de 2016, explicita que a instituição teve um crescimento no número de servidores, no período do ReUni – saindo de 3.410, em 2007, para 5.216 em 2012. Desse total, 2.485 (47,7%) são docentes e 2.731 (52,3%) técnico-administrativos. O crescimento no número de professores, no período de 2007 a 2012, chegou a 84,2%, com a contratação de 1.136 novos profissionais⁴³.

O quantitativo de professores inativos também cresceu no período em tela – saiu de 776 em 2007 (396 doutores, 156 mestres, 56 especialistas, 168 graduados), para 974 em 2012 (555 doutores, 215 mestres, 53 especialistas e 151 graduados), ou seja, 198 (25,5%) professores deixaram o magistério na UnB no período do ReUni.

Com base nas informações coletadas, não foi possível identificar se o docente contratado foi devido ao aumento de vagas proporcionado pela expansão ou por conta do banco de professores equivalentes (BPEQ), que autoriza a substituição de professores quando da sua aposentadoria. Do total de professores, aproximadamente 95% trabalham em regime de dedicação exclusiva e, considerando os professores ativos, substitutos e visitantes, 81% deles possuem doutorado. Assim, a evolução da participação dos docentes na pós-graduação pode ser visualizada no gráfico a seguir:

⁴³ Em 2007, havia 1.349 professores ativos, desconsiderando substitutos e visitantes.

GRÁFICO 4.Docentes dos Programas de Pós-Graduação da UnB (2007 a 2018)



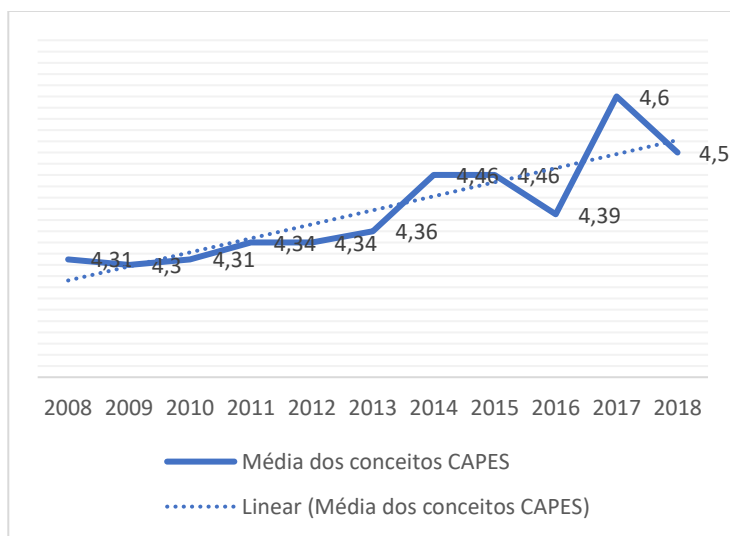
Fonte: Elaboração própria a partir da UnB/SAA/SIPPOS.

Observa-se, no gráfico acima, a elevação no número de docentes atuando na pós-graduação, com destaque para atuação dos professores, apesar do crescimento no número da participação feminina. A qualificação e a atuação desses professores contribuíram para que a Capes mantivesse o conceito dos programas de pós-graduação na média de 4 pontos.

Observa-se que a UnB manteve o mesmo patamar nos anos 2011 e 2012 (4,34) e nos anos 2014 e 2015 (4,46). Em 2017, aumentou para 4,6, com tendência de queda no ano subsequente (4,5). A elevação do conceito em 2017 é reflexo da melhoria da nota em diferentes cursos de mestrado e doutorado na UnB, bem como da melhoria da avaliação dos cursos de pós-graduação pela Capes.

Ainda se observa que o nível de qualificação docente, no mesmo período, flutuou, com queda no ano de 2016, com leve crescimento no ano seguinte. Fato análogo aconteceu com o envolvimento dos discentes na pesquisa, que também teve redução em 2016, com aumento no ano seguinte, porém, mantendo a média dos últimos anos. Apesar da ampliação do número de alunos na graduação e na pós-graduação, a porcentagem de envolvimento na pesquisa manteve-se estável.

GRÁFICO 5. Média dos conceitos da Capes para os programas de pós-graduação (2008 a 2018)



Fonte: Elaboração própria a partir do Relatório de Gestão da UnB, 2018.

Considerando que o índice GEPG avalia o envolvimento mais profundo do estudante com pós-graduação, o que significa maior dedicação às atividades de pesquisa, pode-se observar que, ao longo da implantação do ReUni, praticamente não houve alteração, mantendo-se na porcentagem de 18%, com exceção de 2011, que teve queda de um ponto, ficando com 17%.

Nos anos posteriores a 2012, houve certa flutuação dessa porcentagem, ficando entre 16% a 20%. No que se refere aos docentes, observa-se aumento significativo no número de professores, no mesmo período, saindo de 1.390 em 2008 para 2.787 em 2017. A elevação maior se deu nos números de docentes atuando na pós-graduação, totalizando 1.927 a mais no mesmo período, o que infere maior quantitativo de professores/pesquisadores.

TABELA 8. Índice de GEPG (discente), IQCD (docentes) e número de professores na UnB – 2008 a 2017

Ano	Total de alunos de graduação	Total de alunos de pós-graduação	Discentes envolvidos da pesquisa (GEPG)	Qualificação Docente (IQCD)	Total de docentes na UnB	Total de docentes na pós-graduação	Docentes na pós-graduação %
2008	25.314	6.971	18%	4,54	1.390	223	16,04
2009	27.944	5.774	18%	4,46	1.736	357	20,56
2010	29.775	5.590	18%	4,53	2.074	470	22,66
2011	31.496	6.582	17%	4,50	2.279	792	34,75
2012	32.516	6.885	18%	4,52	2.355	1.324	56,22
2013	34.453	7.394	18%	4,64	2.663	1.401	52,60
2014	36.372	7.509	20%	4,46	2.695	1.594	59,14
2015	37.982	8.153	18%	4,59	2.749	1.808	65,76
2016	37.071	7.599	16%	4,33	2.744	1.997	72,77
2017	39.624	8.048	18%	4,39	2.787	2.150	77,14

Fonte: Elaboração própria a partir do Relatório de Gestão da UnB, 2011, 2014 e 2017.

Já o Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD), que pontua numa escala de até 5 aquelas instituições que possuem todos os docentes doutores, o índice da UnB chegou a 4,33 em 2016, com tendência de crescimento no ano seguinte. Porém, se forem considerados os anos de 2008 a 2017, a pontuação flutuou, mas não passou de 4,65, o que demonstra certa dificuldade para atingir a pontuação máxima do IQCD (5).

Diante das perspectivas de expansão da UnB, dadas com a criação das unidades de Planaltina, Ceilândia e Gama, e ainda com a incorporação dos recursos por meio do Plano de Reestruturação que viabilizará o crescimento da instituição em diferentes aspectos – número de cursos, vagas, matrículas, número de *campi*

e de servidores, faz-se necessária a criação de um amplo e contínuo sistema de avaliação e acompanhamento de todo o processo expansionista. Nesse sentido, R1 e R2 estabeleceram estratégias para acompanhamento e avaliação dos respectivos planos. Vê-se:

QUADRO 28. Estratégia para o acompanhamento e avaliação do R1 e R2

R1			
Ano	Estratégia	Responsabilidades	Avaliação
Início 2009	Constituição de uma Comissão Técnica do Decanato de Graduação, em articulação com a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e a Secretaria de Planejamento da UnB (SPL).	- Verificação da aplicação dos recursos previstos (financeiro, material e humano); - Verificação dos indicadores de desempenho que avaliem a execução das metas previstas (número, taxas, índices, condições, situações, produtos e serviços) e os alcances atingidos; - Medida dos impactos gerados pelos diferentes programas para melhorias da qualidade de ensino e da assistência estudantil.	Indicadores qualitativos e quantitativos
R2			
Sem especificação	Criação de uma Comissão Permanente do ReUni, a qual será vinculada ao Cepe, constituída por membros designados pelo Cepe e pelo Conselho de Administração e Finanças (CAD). A estruturação dos trabalhos ocorrerá no Cepe, com auxílio da DEG e também do Centro de Planejamento Oscar Niemeyer (Ceplan) e pela Secretaria	Obrigatoriedade de prestação de contas a cada 6 meses ao Cepe, por parte da Administração Superior da UnB, em relação ao andamento do projeto, incluindo: cronograma de execução, implantação e situação dos cursos, alocação de docentes e de servidores técnico-administrativos e distribuição de recursos de investimento e custeio.	Indicadores qualitativos e quantitativos

	de Planejamento (SPL) ⁴⁴ . O acompanhamento ocorrerá nas esferas acadêmico-pedagógica, administrativa, orçamentária e financeira.		
--	--	--	--

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa.

Assim, os indicadores quantitativos a serem considerados no R1 foram: a) vagas de ingresso nos cursos de graduação; b) taxas de conclusão dos cursos de graduação; c) relação professor/aluno. No que se refere à avaliação qualitativa, é esperado que a UnB atinja padrões mais elevados, com as seguintes metas a serem alcançadas até 2012:

- Ter ao menos 80% dos cursos de graduação avaliados com conceito máximo das dimensões previstas nesse sistema;
- Reduzir a evasão a índices não superiores a 15%;
- Reduzir a zero o número de pedidos de matrículas negados em disciplinas de graduação;
- Reduzir o tempo médio de formatura a período não superior a 20%, além do tempo regular sugerido para o curso;
- Aumentar, anualmente, em 10% os estudantes de graduação e docentes envolvidos em atividades de iniciação científica;
- Aumentar a média de avaliação dos cursos da UnB no sistema Capes de 4 para 5;
- Aumentar anualmente em 10% a pós-graduação;

⁴⁴ O Ceplan e o SPL são órgãos de assessoria de Administração Superior da Universidade, responsáveis, respectivamente, pelo desenvolvimento de estudos, planos e projetos nas áreas de arquitetura e urbanismo e pelo planejamento, avaliação e desenvolvimento organizacional da instituição.

- Aumentar, anualmente, em 50% o intercâmbio internacional (recebimento de visitantes e envio de discentes e docentes para o exterior);
- Aumentar em 10%, anualmente, o número de docentes engajados em projetos de pesquisa financiados;
- Aumentar, anualmente, em 10% o envolvimento da comunidade universitária em projetos de extensão de ação contínua.

Os indicadores de acompanhamento propostos pelo R2 são os mesmos previstos no Decreto nº 6.096/2007: a) taxa de conclusão média dos cursos de graduação presencial; b) relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professores; c) vagas de ingresso nos cursos de graduação presenciais. Para o acompanhamento da qualidade institucional R2, a Comissão Permanente deverá utilizar indicadores que contemplem os registros no Sinaes, do Inep e da Capes, bem como de outros registros de acompanhamento da gestão administrativa, acadêmico-pedagógica e orçamentário-financeira de universidades públicas. Assim, em vez de apresentar a meta geral da UnB, R2 elencou 80 indicadores, os quais estão relacionados às dimensões do plano de reestruturação.

QUADRO 29. Resultados esperados (R1 e R2)

R1	R2
• Reorganização dos modelos pedagógicos recuperando elementos das propostas iniciais e incorporando novas práticas; • Melhorias da capacidade tecnológica da instituição;	• Integração entre a graduação e a inserção nas atividades de extensão e na interação com a sociedade nas estruturas curriculares; • Contínua avaliação da proposta pedagógica institucional, promovendo os devidos ajustes para que a UnB se mantenha na vanguarda, destacando-se entre as melhores;

• Melhorar o aproveitamento do trabalho docente, quanto do aprendizado discente; • Ampliação do quadro de professores qualificados e das bolsas de pós-graduação; • Ampliação das atividades de pesquisa e cursos de pós-graduação; • Integração organizada de atividades de pesquisa na formação de graduação, assim como a inclusão sistêmica de atividades de extensão e de interação com a sociedade; • Atender a demanda por ensino superior da região tanto quali quanto quantitativamente; • Ampliação da capacidade de atendimento da pós-graduação com vistas a consolidar sua posição no cenário nacional e internacional; • Promoção da inclusão social dará por meio da melhora da assistência estudantil, ampliação do acesso para estudantes de escolas públicas, mas também criando estratégias para a permanência dos estudantes em condições de vulnerabilidade social até a conclusão do curso.	• Promoverá maior acesso ao ensino superior na região, considerando que a instituição é pública e que trabalhará para a melhoria contínua da qualidade educacional; • Reestruturação acadêmico-curricular e administrativa, com vistas a buscar maior eficiência na utilização dos recursos financeiros, humanos e materiais, além de aumentar a qualidade dos cursos de graduação e ampliar a inclusão social; • Construção do PPPI; • “Interferir”⁴⁵ de forma sistemática e gradual nas práticas pedagógicas em diferentes disciplinas, valorizando a prática docente, com vistas à melhoria da qualidade; • Flexibilização dos processos de mudança de cursos, transferência facultativa, associada à padronização de nomes e ementas de disciplinas para viabilizar a redução da evasão de cursos e promovendo a ocupação de vagas ociosas com ênfase na eficiência de recursos públicos; • Criação de estratégia para viabilizar maior aproximação dos cursos no trabalho interdisciplinar. O ingresso por área de conhecimento é considerado uma ferramenta importante para minimizar a profissionalização precoce de nossos estudantes, permitindo-lhes criar seu próprio itinerário formativo, reduzindo assim os índices de evasão; • A contratação de professores qualificados e a concessão de bolsas de pós-graduação possibilitarão o crescimento da pesquisa de dos cursos de pós-graduação;
---	---

⁴⁵ Manteve-se o termo utilizado no projeto – R2.

	• Programa de capacitação de servidores do quadro da instituição; • Manter a posição de destaque da instituição no âmbito nacional e internacional, ampliando os espaços de discussões com a comunidade acadêmica, promovendo o aperfeiçoamento do referido projeto, com avaliação contínua e transparente.
--	--

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa.

Em ambos os casos (R1 e R2), a construção do PPPI tornar-se-á um balizador das ações, considerando que esse documento deverá contemplar as novas práticas e tecnologias pedagógicas para potencializar a aprendizagem. Essa ação será alinhada ao sistema de tutoria em parceria com a pós-graduação, com vistas a permitir melhor aproveitamento das atividades desenvolvidas no âmbito acadêmico. Com isso, espera-se melhoria da qualidade formativa e melhoramento dos índices de rendimento acadêmico e institucional.

Capítulo 3

UnB: crises, disputas, desafios e perspectivas

3.1. UnB: sonho, perseguições, diáspora e a primeira crise institucional¹

Para os educadores Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, a nova capital, Brasília, era digna de uma nova universidade, a qual pudesse ser exemplo para a construção de um novo Brasil. Nesse sentido, torna-se importante “reconhecer que, construindo-se uma cidade no centro do país, e nela instalando o Governo da República, tornara-se inevitável a instituição de um núcleo cultural a que não pode faltar uma universidade” (UnB, 1962, p.18).

Reconhecendo a importância de uma universidade para formação humana e para sociedade em geral, Anísio Teixeira defendeu a ideia de que a universidade brasileira deveria ser aberta a todos os jovens, cabendo-lhes o direito de organizar seu itinerário formativo, fazendo as opções dentre as possibilidades que a instituição oferecesse. Para Anísio, a universidade tem como função: 1) formação profissional; 2) promover o alargamento da

¹ Os termos, primeira, segunda, terceira e quarta crise na UnB, são distintos das derrotas de Anísio Teixeira, embora estejam relacionados.

mente humana que se dá com a busca do saber; 3) desenvolver o saber humano; 4) ser transmissora de uma cultura comum. Sendo assim, a universidade torna-se o centro do saber, o espaço destinado a ampliar o conhecimento “humano, um noviciado de cultura capaz de alargar a mente e amadurecer a imaginação dos jovens para a aventura do conhecimento, uma escola de formação profissional e o instrumento mais amplo e mais profundo de elaboração e transmissão da cultura comum brasileira” (Teixeira, 2010, p. 170).

Nesses moldes, a universidade continuará alimentando o desejo dos estudantes a permanecerem na busca de novos conhecimentos e novos saberes. Isso significa que a universidade não pode se limitar à formação básica, mas deve dar aos estudantes a oportunidade de irem além. Após o curso básico/introdutório, o estudante seria “selecionado para os cursos regulares de graduação nas carreiras acadêmicas ou profissionais. Depois dessa formação, nova seleção far-se-á de imediato ou posteriormente, para a escola de pós-graduação” (Teixeira, 2010, p. 157).

Entretanto, apesar de a proposta de universidade possuir grandes possibilidades de modernização da educação superior brasileira, ela foi interrompida pelo governo militar. Nesse período, as universidades foram duramente atingidas, sobretudo a UnB, devido a sua proximidade com o governo federal, além das questões políticas que envolviam os antecessores e os idealizadores do projeto de criação da UnB (Salmeron, 2012). Isso se justifica pelo fato de que

A lei que criou foi proposta por Juscelino Kubitschek – o presidente que passou a ser tratado como inimigo pelo novo governo – e sancionada por João Goulart – o presidente deposto pelo golpe de Estado –, e porque Darcy Ribeiro – cujos esforços para que a UnB existisse eram bem conhecidos, tendo sido o seu primeiro reitor – tornou-se aliado de Goulart. (Salmeron, 2012, p. 178).

Anísio Teixeira era um intelectual fortemente perseguido pelos seus ideais para a educação brasileira, além disso, atacar a UnB significaria, também, combater as ideias dos governos anteriores. No dia 9 de abril de 1964, enquanto a comunidade acadêmica da UnB cuidava de suas tarefas acadêmicas, o reitor e o vice-reitor, Anísio Teixeira e Almir de Castro, respectivamente, foram surpreendidos por uma operação militar dentro da instituição: “tropas do Exército e da Polícia Militar de Minas Gerais tomaram de assalto o campus, como se estivesse tomando uma fortaleza. Foram transportadas em quatorze ônibus acompanhados de três ambulâncias, demonstração de que esperava resistência armada” (Salmeron, 2012, p. 174).

Certamente, os invasores ficaram frustrados ao perceberem a tranquilidade do ambiente acadêmico em que pairava o estudo e o trabalho. Ainda assim, procuraram por armas e não encontraram, inspecionaram minuciosamente a reitoria, biblioteca, escritórios e demais setores. E, tal qual aconteceu na UDF, na década de 1930, Anísio Teixeira², então reitor da UnB, foi demitido juntamente com o vice-reitor, sem direito à defesa, sendo as ações autoritárias justificadas como necessárias para a manutenção da ordem e da disciplina³. Além disso, professores e estudantes foram presos e alguns materiais foram apreendidos, entre eles: panfletos e livros (Salmeron, 2012).

Zeferino Vaz⁴, nomeado o novo reitor (*pro tempore*) da UnB, iniciou os trabalhos buscando a liberdade dos presos. Porém, a aparente calma foi quebrada com a expulsão de treze docentes, entre os quais estava Sepúlveda Pertence, que mais tarde seria presidente do Supremo Tribunal Federal. Esses

² Após o episódio, Anísio foi forçado a se aposentar (compulsoriamente) dos cargos públicos que acumulava – inclusive o de Secretário Geral da Capes, instituição que havia fundado com Rômulo Almeida (1914-1988).

³ Justificativa análoga ao fechamento da UDF.

⁴ Atuou ativamente na preparação do golpe de 1964. (Salmeron, 2012).

docentes foram punidos sem acusações e sem direito de defesa, foram presos apenas com a justificativa de que se tratava do interesse da administração (Salmeron, 2012).

Após 18 meses das primeiras expulsões, o novo reitor Laerte Ramos de Carvalho, nomeado pelo presidente da República, demitiu 15 docentes, os quais foram acusados de serem indisciplinados e subversivos. A ferida mal cicatrizada de abril de 1964 foi reaberta, provocando desconforto a toda comunidade acadêmica (Salmeron, 2012).

No ano de 1965, a universidade tinha 305 docentes e as demissões⁵ provocaram efeito cascata – a grande maioria do corpo docente⁶, cerca de 223 professores, reagiu contrariamente, pedindo demissão. Isso significou evasão de, aproximadamente, 80% dos docentes, entre os quais estavam os renomados Cláudio Santoro, Oscar Niemeyer, Alcides da Rocha Miranda, Ana Mae Tavares Barbosa, Athos Bulcão, Roberto Aureliano Salmeron e tantos outros que formavam a cepa intelectual do país (Salmeron, 2012). Isso representou a maior diáspora acadêmica da UnB, com sérias consequências para o desempenho da instituição.

No ano de 1968, em plena ditadura militar, a UnB se viu diante da segunda crise. O movimento estudantil se reuniu nas proximidades da Faculdade de Educação em forma de protesto contra a ordem vigente e em solidariedade ao estudante secundarista, Edson Luís de Lima Souto, assassinado por militares no Rio de Janeiro quando lutava por melhorias na educação (Rodrigues, 2016). Ressalta-se que os alunos da UnB se achavam no dever de contestar e lutar contra a ditadura, especialmente por estarem na capital federal. O ambiente de repressão e indignação serviu de impulso para o fortalecimento do movimento. Isso, no entanto,

⁵ Em 45 dias de mandato, o reitor Laerte Ramos de Carvalho desligou 16 docentes da UnB.

⁶ Cf. Salmeron (2012, p. 248-251).

foi entendido pelos governantes como ameaça à segurança nacional, devendo, portanto, ser reprimido e fortemente combatido (UnB/FAC, 2016).

Destarte, os estudantes foram surpreendidos com a chegada de diversos carros e caminhões de choque, centenas de soldados equipados com metralhadoras, bombas de gás lacrimogêneo e fuzis, no intuito de reprimir o movimento e promover a prisão do presidente da Federação dos Estudantes Universitários da Brasília (FEUB)⁷, Honestino Guimarães. Além disso, inúmeros estudantes foram presos, sofreram perseguições, acusações e maus-tratos (UnB/FAC, 2016).

O ambiente acadêmico, nos finais da década de 1960, foi marcado por insegurança, incertezas, perseguições e torturas. Esses acontecimentos representaram a segunda crise na UnB e, por conseguinte, a segunda diáspora acadêmica, uma vez que muitos professores e estudantes foram expulsos ou saíram por conta própria da universidade (UnB/FAC, 2016).

A terceira crise aconteceu no ano de 1977 quando, mais uma vez, a universidade foi invadida por tropas militares. Nesse período, a UnB era administrada pelo reitor José Carlos Azevedo⁸, capitão-de-mar-e-guerra, o mesmo que baixou o Ato da Reitoria nº 412/76, estabelecendo punições aos estudantes “rebeldes”.

O movimento estudantil da UnB iniciou o ano de 1977 justamente em torno de reivindicações ditas locais,

⁷ A Federação dos Estudantes Universitários de Brasília (FEUB) foi “criada e registrada em cartório ainda em 1962, tinha como sede uma das salas do prédio baixo, de madeira, de 10 a 15 metros de fachada, conhecido como Barracão, à época situado em frente ao bloco FE-3 da Faculdade de Educação” (UnB/FAC, 2016, p. 246).

⁸ O reitor José Carlos Azevedo teve o maior período na administração da UnB, dois mandatos consecutivos (1976-1985). A sua demissão representou o fim de um período persecutório, que marcou profundamente a história da Universidade.

pontuais ou imediatas, ligadas ao cotidiano dos alunos. Buscavam enfrentar um problema recorrente, relativo ao Restaurante Universitário: o aumento do preço das refeições. Assim, durante o mês de janeiro, estudantes retomaram o “Bandejinha”, experiência bem-sucedida no ano anterior, e voltaram a preparar e servir refeições a preços módicos, boicotando, uma vez por semana, o “Bandejão”. Nem tudo (ou melhor, muito pouco) era festa: alguns estudantes chegaram a ser presos e fichados pela polícia na avenida L2 Norte, ao realizarem um “pedágio” (arrecadação de doações, em geral dinheiro miúdo) para custear a aquisição de produtos para as refeições elaboradas para o “Bandejinha”. No plano nacional, uma iniciativa do regime logo mostrou que o ano de 1977 traria muitos sobressaltos, pondo em xeque a tímida abertura prometida. [...]. Na UnB, o Diretório Universitário coordenava discussões em torno do problema do jubileamento. Tratava-se, vale relembrar, do mecanismo que, ao exigir o cumprimento de requisitos como uma alta Média Global Acumulada (MGA), ausência de reprovações ou trancamentos de matrícula em semestres seguidos ou, ainda, a aprovação em dado número de disciplinas obrigatórias por certo período, fazia com que muitos estudantes fossem desligados da universidade. (UnB/FAC, 2016, p. 80-81).

As reivindicações dos estudantes e mobilizações resultaram na suspensão de 13 discentes, cancelamento de bolsas e proibição de autorização ou renovação de uso do Alojamento Estudantil ao término do período letivo, além de estabelecer sanção disciplinar para os alunos grevistas (UnB/FAC, 2016). Tais medidas, no entanto, impulsionaram os estudantes a iniciar um movimento grevista mais intenso, como protesto às medidas impostas. Essa greve foi fortemente reprimida – houve ocupação policial, repressão, violência, suspensões e expulsões de muitos envolvidos.

O projeto da UnB contrariava os amplos e fortes interesses educacionais, burocráticos e ideológicos do grupo que estava

no poder. Daí o resultado foi a expulsão de Anísio Teixeira da reitoria, oficializando-se, assim, a interrupção de um projeto que foi cuidadosamente elaborado para a nova capital, no âmbito da educação superior. Para Cunha (1989), alguns fatores explicam a violência e a perseguição sofrida pela UnB: a localização, a ousadia de seu projeto e os interesses educacionais, burocráticos e ideológicos de muitos que foram contrariados. Assim, a interrupção do projeto da universidade, pensada e idealizada para trazer inovações ao país, pode ser entendida como *a segunda derrota* de Anísio Teixeira.

O fim da ditadura militar e os anseios pelas eleições diretas no país elevam as expectativas da comunidade acadêmica. No ano de 1985 foi realizada a eleição para escolha do reitor que substituiria José Carlos Azevedo. Segundo Faria (2012), o processo foi longo e com muitos candidatos – o professor Dércio Garcia Munhoz ficou em primeiro lugar, mas não aceitou assumir o cargo, passando para o professor Cristovam Buarque, segundo colocado, o direito de assumir a reitoria por quatro anos (1985-1989).

O período de gestão universitária de Cristovam Buarque foi marcado pela efervescência dos movimentos sociais em prol da democratização do país, intensificada após a promulgação da Constituição Federal (1988). No ano seguinte, aconteceram importantes mobilizações de estudantes⁹ em prol da democratização

⁹ Vale destacar que, nesse período, a União Nacional dos Estudantes (UNE) se mobilizou contra a candidatura de Fernando Collor de Melo à Presidência da República. Os estudantes criticavam os aspectos neoliberais que não atendiam às reivindicações históricas defendidas pelos movimentos sociais nacionais. Após a eleição e as denúncias de envolvimento nos escândalos de corrupção por parte do então presidente, os movimentos estudantis atuaram com protagonismo liderando o movimento dos jovens de caras pintadas na campanha “Fora Collor”. Em 1992, as manifestações estudantis ganharam repercussão nacional e, para não sofrer processo de impeachment pelo Congresso Nacional, o presidente renunciou ao cargo.

do acesso à universidade. Na ocasião, foram criados os primeiros cursos noturnos na UnB, sendo o curso de Administração o pioneiro.

Ao término do mandato, Cristovam teve como substituto o seu opositor, o professor Antonio Ibañez, um dos presidentes da associação docente, à época. Contudo, os interesses políticos favoreceram a aproximação entre os dois. Filiado ao Partido dos Trabalhadores, Cristovam foi eleito governador do Distrito Federal e convidou Ibañez para ser Secretário de Educação, finalizando então as críticas e fortalecendo as alianças entre os dois (Faria, 2012).

Na década de 1990, o fortalecimento das críticas contrárias à partidarização política na Universidade de Brasília refletiu nas eleições seguintes para o cargo de reitor, primeiro com a eleição de João Cláudio Todorov (1993-1997), seguindo de Lauro Morhy (1997-2005) e, depois, com Timothy Mulholland (2005-2008). As características desses reitores são expressas nas palavras de Faria (2012, p. 33):

[...] a gestão de Todorov avançou em direção ao trabalhador, especialmente com o ensino noturno. A do Lauro avançou mais na vertente social, na direção das ligações com as demandas mais gerais da sociedade como um todo, público e privado, mas das quais tiveram projeção maior aquelas afetadas aos projetos de extensão universitária, [...]. Timothy seguiu na linha de ambos, aprofundando estas conquistas, mas tinha um diferencial, [...] que era a preocupação com os modelos institucionais e as relações que implicavam para o país.

Na gestão do reitor Timothy houve investimentos na área social, com a ampliação de vagas e incentivo ao programa de políticas afirmativas. Assim, entre os anos de 1993 até 2008, a UnB teve como representantes, da comunidade acadêmica, reitores apartidários, que tinham afinidades entre si, os quais

contribuíram, de maneira significativa, para o desenvolvimento da Universidade, apesar dos desafios (Faria, 2012).

Anos mais tarde, a Universidade ganha visibilidade nos meios de comunicação (jornais e TV) em decorrência dos escândalos envolvendo o reitor. Este foi acusado de improbidade administrativa e a denúncia foi originada “pela investigação em uma das fundações de apoio da UnB (FINATEC), que aceitou aplicar as verbas administrativas, obtidas em projetos com UnB, na reforma e montagem de uma residência oficial para o reitor da UnB” (Faria, 2012, p. 11), sendo as lixeiras o ícone do episódio, uma vez que as compras foram superfaturadas, gerando, com isso, mais uma crise institucional.

3.2. Novos cenários: perspectivas, desafios e perseguições na UnB

1º Ato - A UnB como objeto dos desejos

Em 2007, a Universidade de Brasília vivenciava momentos férteis – com inúmeros eventos científicos, discussões sobre a implantação das cotas¹⁰ e produções acadêmicas –, que colocaram a instituição em visibilidade na imprensa local. Segundo Farias (2012), esse foi, sem dúvida, um momento de grande otimismo institucional, “um apogeu de muitos acontecimentos positivos que frequentemente a projetavam no cenário nacional! 2008 era o ano promissor do bilhão de reais no orçamento desta Universidade, motivo de muita cobiça!” (Ibid., p. 19). Nesse cenário, o reitor Timothy Martin Mulholland estava no auge de sua

¹⁰ A UnB foi a primeira universidade federal a adotar o modelo de quotas raciais, em 2003. Foi precedida apenas pela UERJ.

administração, recebendo apoio para concorrer à (re)eleição ao cargo de reitor, com grandes possibilidades de êxito.

Na ocasião, o projeto ReUni foi elaborado, discutido e aprovado no Consuni em outubro de 2007 e, por isso, a UnB saiu à frente das demais, recebendo, portanto, mais recursos, sendo, *a priori*, cerca de R\$ 100 milhões. O projeto foi aprovado pelo MEC sem ressalvas e “ficou conhecido entre os membros do comitê de avaliação como a melhor proposta apresentada, servindo de referência para solicitar ajustes e adequações em projetos de outras universidades” (Camargo; Lazarte, 2012, p. 212). Três dos nossos entrevistados¹¹ afirmaram que a UnB foi a primeira a entregar o plano (R1) ao MEC – apresentando as metas, estratégias e os objetivos para o processo de expansão da universidade, sendo, por isso, muito criticada pelos opositores¹². Esses se mobilizaram para voltar à arena das decisões na universidade, articulando estratégias para a vitória. Para tal, posicionaram-se contrários às diferentes ações da gestão Timothyana: combateram a abertura de vagas para o ensino noturno, bem como a criação dos novos *campi*, a expansão da UnB para as Regiões Administrativas e as cotas para afrodescendentes¹³, sempre com o argumento

¹¹ Os entrevistados são pessoas que integraram o movimento de elaboração e/ou implantação do ReUni na UnB, inclui professores, estudantes e gestores. Para preservar a identidade destes atores, optou-se por qualificá-los como Entrevistado 1, Entrevistado 2, Entrevistado 3 e assim por diante. Ressalta-se que será mantido o termo no masculino ENTREVISTADO, ainda que a pessoa não se reconheça como tal.

¹² Segundo Faria (2012), os interesses pela gestão da UnB incluíam diversos atores, tais como: representantes partidários, especialmente do PT, PC do B, PSTU, PSB, PPS, PV e do PDT (tendo um de seus membros o senador Cristovam Buarque), o setor imobiliário local, o ensino privado, os interesses midiáticos etc.

¹³ A própria Andes, que aglutinava o pensamento dos opositores da gestão do reitor Timothy, posicionou-se contra as cotas no 23º Congresso de Salvador e o ratificou no 25º, realizado em Cuiabá. Só veio a aprovar as cotas no 30º Congresso realizado em Belém. ANDES – Sindicato Nacional, Relatório Final do

de que precisava melhorar as condições relativas aos espaços-físicos, a qualidade do ensino e do trabalho docente antes de promover a expansão (Entrevistado 1¹⁴; Entrevistado 8¹⁵).

Naquele cenário, a procuradoria do DF denunciou uma das fundações ligadas à UnB, a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (FINATEC), Fundação de Apoio devidamente credenciada segundo as normas da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, com base nas acusações de um dos dirigentes que dela fora afastado. E, no bojo das denúncias, ganhou destaque a compra superfaturada das lixeiras para o apartamento em reforma destinado à moradia oficial do reitor¹⁶. Diante dos fatos, os estudantes ocuparam a reitoria reivindicando a renúncia do dirigente máximo da instituição, o que ocorreu 15 dias depois.

Nas palavras da professora Dóris Faria (2012), após a ocupação, as primeiras pessoas a chegar permaneceram no lado de fora, mantendo contato, via celular, com os estudantes/ocupantes, foram os professores ligados aos mesmos partidos¹⁷ dos discentes. Na sequência, outros grupos foram chegando, incluindo membros da direção do Andes-SN e da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB-SS)¹⁸, na sua maioria com camisetas padronizadas dos partidos políticos – “quando vi isso soltei imediatamente uma mensagem para todos os

25º Congresso da ANDES-SN, 2006. Disponível em: <http://antigo.andes.org.br/secretaria/arquivos/default.asp>. Acesso em: 25 set. 2019.

¹⁴ Representante docente.

¹⁵ Representante da reitoria (R1).

¹⁶ O fato ganhou repercussão nacional, e o reitor Timothy Martin Mulholland foi pressionado a dar explicações à comunidade acadêmica e à sociedade, sendo, por isso, processado por improbidade administrativa.

¹⁷ PT, PSOL, PSTU.

¹⁸ É interessante observar que no ano de 2008, em meio à ocupação da reitoria/UnB, a professora presidente da entidade sindical docente contribuiu com o movimento juntamente com o Andes/PSOL/PSTU pagando “quentinhas” para os alunos se manterem resistentes no movimento de ocupação, sendo, por isso, processada na entidade sindical (Faria, 2012).

docentes, por uma lista de *e-mail*, narrando a invasão e a presença desses partidos por meio de nossos dirigentes docentes. Isso provocou quase instantânea reação nos estudantes que comandavam a operação” (Faria, 2012, p. 70).

Entre os docentes que apoiavam o movimento, cita-se uma professora do Departamento de Serviço Social¹⁹, esposa do professor de Direito José Geraldo de Souza Júnior. Esse se tornou o grande articulador das ações estudantis, bem como no Consuni, uma vez que integrava o Conselho Universitário, à época, e foi um dos indicados para assumir a reitoria *pro tempore*. No entanto, não aceitou a indicação, pois ficaria impedido de se candidatar ao cargo. Com efeito, ele obteve o poder de influência para indicar o reitor *pro tempore*, que dirigiria a instituição até que novas eleições acontecessem (Faria, 2012). Diante dos fatos, o professor José Geraldo fez a opção por indicar seu amigo, Roberto Aguiar.

Como reitor *pro tempore*, Aguiar teve respaldo para protelar o novo processo eleitoral, alterando, inclusive, as regras para as eleições na UnB, com a anuência do Consuni, “de modo que, em alguns meses, finalmente conseguiram estabelecer todas as condições para a eleição” do professor José Geraldo, mesmo sem a maioria dos votos dos docentes (Faria, 2012, p. 70). Cabe salientar que ambos os docentes (Roberto Aguiar²⁰ e José Geraldo²¹) eram muito próximos do senador Cristovam Buarque,

¹⁹ O líder do movimento, Fábio Félix, era estudante do Departamento de Serviço Social.

²⁰ Reitor da UnB no período de 13/04/2008 a 20/11/2008. Em 1996, foi consultor jurídico do governo Cristovam Buarque nos primeiros seis meses de gestão, assumindo logo depois a Secretaria de Segurança Pública, onde ficou até o fim de 1999.

²¹ Professor da UnB desde 1985, assumiu o cargo de Reitor da UnB no período de 21/11/2008 a 20/11/2012. Ocupou postos importantes dentro e fora da Universidade, sendo, inclusive, nomeado chefe de gabinete e procurador jurídico na gestão do professor Cristovam Buarque. Foi também diretor da Secretaria de Ensino Superior – SESu na gestão de Cristovam à frente do MEC.

tornando-se assim os elos que entraram para a história da instituição, configurando, nas palavras da professora Dóris Faria, o “golpe” da UnB.

2º Ato - Ocupação da Reitoria: DCE *versus* UNE

No processo de ocupação da reitoria, representantes do DCE (contrários ao ReUni) e da UNE (favorável ao ReUni) entraram em consenso para ficarem contra o reitor, reivindicando esclarecimento das denúncias e, principalmente, a sua renúncia²². A polêmica (grupo contra *versus* grupo favorável ao ReUni) perdurou por todo o período da ocupação (15 dias), momento em que aconteceram seis assembleias, com 1000, 1500, 2000 estudantes e em todas elas a temática ReUni foi pautada – de um lado o DCE defendendo que um dos motivos da ocupação era o ReUni e, de outro lado, os representantes da UNE defendendo o plano do MEC como possibilidade de ampliação do acesso ao ensino superior e de expansão da universidade, obtendo o apoio da maioria dos estudantes, vencendo todos os debates nesta questão e que, portanto, não era o motivo da ocupação.

Ficou explicitado que as intenções dos líderes estudantis (DCE) eram influenciar outros discentes para uma mobilização maior, a ponto de fortalecerem o movimento contra o ReUni na UnB, tendo em vista ser ela a única universidade pública localizada nas proximidades do governo federal e, portanto, uma forte influenciadora das demais. Com isso, ela se tornou uma possibilidade para incitar a oposição ao ReUni, com metas de atingir o governo, ainda que o projeto R1 já tivesse sido aprovado no Consuni e no MEC. Nesse sentido, o movimento poderia ganhar

²² O posicionamento do reitor diante do movimento estudantil fez muita diferença, pois não havia diálogo. Por isso, os discentes se juntaram, inclusive o grupo que o ajudou a se eleger. A maioria ficou contra o dirigente máximo e a favor da ocupação (Entrevistado 3, discente à época).

proporções nacionais, caso os estudantes dirigissem à Esplanada. Para tal, um número considerável de alunos universitários, de diferentes estados, viajou para Brasília, no intuito de fortalecer o movimento na UnB, tanto a favor como contra o ReUni (Entrevistado 3)²³.

Quando surgiram as primeiras denúncias contra o reitor, a gestão da ADUnB, à época, convocou os associados para assembleias docentes, a fim de validar o pedido de afastamento do reitor, mas não conseguiu, *a priori*. Enquanto isso, as pressões aumentaram, novas denúncias surgiram e houve a ocupação da reitoria pelos estudantes, momento em que dirigentes da ADUnB se aproximaram dos discentes alegando a necessidade de apoiá-los, evitando, com isso, possíveis confrontos/violências, mas principalmente para fortalecer o movimento, uma vez que as reivindicações eram análogas (Entrevistado 10)²⁴.

Na ocasião, a presidente da Associação dos Docentes forneceu “quentinhas”²⁵ aos discentes da ocupação, como forma de mantê-los ativos, sendo, por isso, muito criticada pelos associados²⁶. No momento em que os policiais chegaram à reitoria com o mandado de reintegração de posse, a liderança da ADUnB estava presente a fim de evitar a execução da ordem judicial. Outro ponto a destacar foi o apoio de parlamentares aos discentes, entre eles: o senador Cristovam Buarque, a deputada distrital Erika Kokay e o deputado distrital José Antônio Machado Reguffe, que se reuniram²⁷ na própria reitoria com os estudantes e

²³ Representante discente.

²⁴ Representante sindical/docente à época.

²⁵ Refeições. A então presidente da ADUnB era Rachel Nunes da Cunha, que ocupou o cargo de Decana de Assuntos Comunitários no início da gestão do reitor José Geraldo.

²⁶ A crítica não era pelo fato de estar matando a fome dos estudantes naquele contexto, mas em decorrência do uso indevido dos recursos da Associação Docente, sem anuência da categoria.

²⁷ Não necessariamente no mesmo dia e horário.

representante da ADUnB, além disso a mídia e professores simpatizantes do movimento também davam suporte aos discentes (Entrevistado 10).

Passados 15 dias de ocupação da reitoria, nova assembleia foi realizada, tendo como pauta validar o pedido de afastamento do reitor. Em meio aos debates acalorados, uma pessoa, representante do dirigente máximo da UnB, pediu a palavra para informar que Timothy havia renunciado. Cabe ressaltar que nessa ocasião, em nenhum momento, foi pautado o ReUni, a ênfase dada foi apenas nas questões que envolviam o reitor (Entrevistado 9; Entrevistado 10).

3º Ato - O ReUni como degrau

Cabe registrar que, além dos objetivos propostos pelo ReUni, de expansão e reestruturação das universidades federais, havia intenções político-eleitorais. De um lado, o governo federal desejando que os resultados do Plano de Expansão fossem positivos (inauguração de obras, interiorização da educação superior, ampliação de vagas, matrículas, cursos nas universidades públicas) a ponto de refletirem nas eleições de 2010. De outro lado, o grupo opositor, temendo tal acontecimento, fortaleceu o movimento, sendo contrário à multiplicação de alunos nas universidades, alegando que não havia infraestrutura e pessoal suficientes para atender à demanda e nem mesmo os recursos anunciados dariam conta de tamanha expansão (Entrevistado 3; Entrevistado 8).

É bem verdade que “muitas das críticas eram procedentes. O governo tinha metas nobres, mas os critérios eram duvidosos e os prazos no limite do exequível. Não se expande uma instituição complexa, como uma universidade, de qualquer maneira, sem prejuízos de toda sorte, alguns irreversíveis” (Entrevistado 8). Com efeito, diversas obras foram inauguradas ainda que não

tivessem sido concluídas, muitas universidades enfrentaram o problema de terem alunos sem professores, além da estrutura física insuficiente para abarcar a demanda que chegava à instituição. Mas, apesar dos desafios, não podemos esquecer dos efeitos positivos dados pelo ReUni – ampliação do acesso à educação superior nas universidades públicas federais (Entrevistado 8).

De acordo com o Entrevistado 3, o que se observou naquele cenário foi mais uma resistência ao governo federal, considerado “traidor”, e isso implicava combater tudo o que vinha dele, inclusive a proposta de ampliação de vagas nas universidades públicas, poucos eram os interesses num debate técnico sobre um projeto educacional, em especial sobre o ReUni e o que ele representava para a população de jovens que estava fora da universidade.

Compactuando com essa opinião, o Entrevistado 8 afirma que o governo federal tinha pressa na implantação do ReUni, pois via nele uma possibilidade de reeleição – era pegar ou largar! As possibilidades de investimentos nas universidades eram grandes, especialmente considerando um longo período de escassez de recursos orçamentários que as instituições passaram no decorrer do governo FHC.

No âmbito da UnB, o ReUni tornou-se ponto de apoio e referência para grupos políticos e ideológicos voltarem ao poder.

4º Ato - O protagonismo midiático

Apesar de a UnB não fazer parte da lista de interesse da imprensa local²⁸, justamente por não representar aporte financeiro, ao contrário do setor privado que promove campanhas milionárias, muito mais interessante para as emissoras, essas tiveram participação ativa no momento da ocupação – noticiando 24 horas os acontecimentos dentro da instituição e principalmente da reitoria, como as inúmeras entradas no Jornal Nacional (JN), dando visibilidade ao caso da UnB, ainda que não tivessem fatos novos. Aquela persistência chamou atenção de alguns membros da comunidade acadêmica, especialmente pela ligação de docentes, politicamente atuantes da UnB e contrários à reitoria de Timothy, os quais estavam em contato direto²⁹ com jornalistas da referida emissora.

Outro fato curioso destacado por três dos nossos entrevistados foi a participação do jornal Correio Braziliense (CB) como um dos meios de comunicação que mais combateu a UnB naquele cenário. Chama-se a atenção para a participação de uma jornalista³⁰, que dispunha de informações privilegiadas sobre os

²⁸ Faria (2012) adverte que a mídia local interfere nos assuntos da UnB, pois muitas pessoas ligadas aos meios de comunicação local são oriundas dessa instituição. Além disso, membros da comunidade acadêmica geralmente têm ligação de amizade ou parentesco com pessoas do meio jornalístico.

²⁹ Havia um time de futebol de professores, “os eméritos”, com encontros periódicos na UnB. Nos momentos de jogos e festividades importantes, personalidades locais estavam sempre presentes, entre eles “dois repórteres locais que atuam na Rede Globo e frequentemente no Jornal Nacional” (Faria, 2012, p. 29).

³⁰ A jornalista em questão, Ana Beatriz Magno da Silva, foi orientanda no curso de mestrado do então Secretário de Comunicação, Luiz Gonzaga Figueiredo Motta, que deixou o cargo por motivos de saúde, abrindo espaço para que ela assumisse a responsabilidade. Cabe destacar que esse mesmo professor/orientador foi candidato derrotado pelo professor Timothy, nas eleições ao cargo de reitor da UnB.

fatos da UnB. Informações essas que deveriam ser de acesso limitado, seja do Ministério Público que acusava, seja do acusado, mas eram escandalosamente divulgadas pelo CB e passaram a ser também da Rede Globo, com ênfase no Jornal Nacional.

Posteriormente, a referida jornalista tornou-se Secretária Adjunta de Comunicação da UnB, cargo de extrema confiança, e, sem demoras, com a saída do titular³¹, assumiu a Secretaria de Comunicação da UnB, tornando-se a pessoa com poderes na instituição, aquela “que define (e definiu) todas as estratégias de comunicação que montaram a opinião favorável aos interesses da derrubada do Reitor Timothy”, afirma Faria (2012, p. 60).

O que se observa em todo o movimento de resistência, especialmente durante a ocupação da reitoria, com a participação da mídia, são os interesses para o fortalecimento de um movimento nacional anti-Lula – “um movimento que pudesse descer para a Esplanada e desgastar o governo federal” (Entrevistado 3), tanto é que o grupo da UNE (favorável ao ReUni) foi deixado de lado durante as reportagens, em decorrência de os estudantes não falarem o que eles queriam³² ouvir. Nas palavras do Entrevistado 10, “a mídia estava conosco... tínhamos interesses comuns...”.

Se por um lado havia interesses políticos para desgastar e enfraquecer o governo federal para não se reeleger, de outro lado, a gestão timothyana sofreu os mesmos ataques, também para não correr o risco de uma reeleição. E o que ambos os líderes tinham em comum e tornaram-se alvo de perseguições? Há de se

³¹ Entre os cargos ocupados pelo professor Luiz Gonzaga Mota, estão: 1) Secretário Nacional de Cultura do Ministério da Cultura; 2) Secretário de Estado da Comunicação do GDF, no governo de Cristovam Buarque; 3) Assessor de Comunicação da Liderança do PSB na Câmara Federal; 4) Foi editor da revista *Brazilian Journalism Research* e do observatório de mídia “Mídia&Política”; 5) Foi Secretário de Comunicação da Universidade de Brasília, o que evidencia certa proximidade com o grupo cristovista.

³² Apesar das intenções do grupo opositor, a maioria dos estudantes compactuava com a proposta apresentada pelo R1.

considerar que tanto o presidente da República quanto o reitor da UnB estavam trabalhando para ampliação do acesso à educação superior e em prol das ações afirmativas na universidade e isso incomodava os opositores. Nesse cenário, havia pressa para combater os “inimigos” políticos, ainda que isso significasse a degringolada do ReUni.

5º Ato - A aprovação da Ata

Com o cenário construído para a saída de Timothy, um reitor *pro tempore* assumiu o posto³³ e, já nas primeiras ações, nomeou a professora Márcia Abrahão Moura³⁴ para assumir o Decanato de Graduação e conduzir as mudanças institucionais no âmbito do ReUni. A equipe, então, solicitou ao MEC prorrogação do prazo para entrega do Plano de Reestruturação no âmbito do ReUni, com a justificativa da necessidade de (re)elaborar o projeto³⁵, uma vez que a proposta anteriormente validada e aprovada tinha inconsistências e precisava de ajustes. Assim, com prazo concedido pelo MEC, a segunda versão do projeto ReUni/UnB foi (re)adequada e novamente submetida à

³³ Foi nesse período que se orquestrou boa parte das ações que viriam a ocorrer posteriormente nas universidades públicas, como a “Operação Ouvidos Moucos”, da Polícia Federal, que resultaria no suicídio do reitor da UFSC. No período *pro tempore* da UnB, o interventor escancarou a UnB para servir de laboratório para os órgãos de controle, como CGU, TCU, que desde então iriam ser implacáveis com as universidades, confrontando o artigo 207 da Constituição Federal, que lhes assegura autonomia.

³⁴ No contexto de elaboração deste trabalho, a professora em tela é a atual reitora da instituição.

³⁵ Na concepção de Faria (2012), apesar da presença de testemunhas/servidores da instituição na reunião que consagrou a aprovação da ata e do pré-projeto/ReUni/UnB no conselho maior, criou-se um “factoide” para justificar a necessidade de reformulação do projeto. Resultaram-se, daí, a criação de cursos desconexos e a elevação dos custos a médio e longo prazos.

apreciação do Consuni na 339ª reunião³⁶, realizada no dia 4 de julho de 2008. Após debates, críticas e elogios, a proposta foi aprovada por 36 votos favoráveis, três votos contrários e duas abstenções.

Uma das justificativas do R2 para pedido de ajuste ao plano R1 aprovado pelo MEC foi a alegação de que a proposta não havia sido aprovada pelo Conselho Superior. Cabe ressaltar que a reunião do Consuni nº 333 foi realizada na tarde do dia 19 de outubro de 2007, no auditório da reitoria e teve pauta única: o pré-projeto³⁷ de adesão ao ReUni, intitulado “A UnB Rumo aos 50 anos: Autonomia, Qualidade e Compromisso Social”. A reunião registrou a presença do reitor, bem como de 5 decanos, 18 diretores e 3 vice-diretores de faculdades/institutos, outros 16 representantes de unidades acadêmicas, 8 de discentes, 6 de técnico-administrativos, além de representante de ex-aluno e de órgãos complementares, como é o caso da Biblioteca Central e a convidada professora Rachel Nunes da Cunha, presidente da ADUnB. A reunião foi aberta e diferentes membros da comunidade acadêmica se posicionaram, contra e a favor da proposta ReUni apresentada naquela ocasião. Vê-se:

³⁶ Ata da 339ª Reunião do Conselho Superior da UnB. Este documento não foi transcrito como aconteceu no contexto da aprovação do R1.

³⁷ Chama-se pré-proposta, pois ainda passaria por idas e vindas até se chegar à proposta final. A pré-proposta passaria por uma comissão formada por representantes da comunidade acadêmica, indicada pelo MEC, que faria a avaliação de todas as propostas. Após a devolutiva, cada instituição conheceria a opinião do Ministério e as possíveis indicações de ajustes – se há glosas, recomendações e justificativas necessárias. A partir de então, “conhecendo a situação concreta, que é o que nos interessa... é saber que condições nós teremos para desenvolver nossos projetos, nós poderemos avaliar caso a caso cada situação e avaliar o quê que é possível efetivamente avançar... o quê que fica aí com a sua viabilidade comprometida... o quê que é impossível levar adiante” (333ª ATA/UnB, 2007, p. 2).

QUADRO 10. Síntese do debate durante a reunião do Consuni nº 333 na UnB

Representantes	Trechos das falas
Discentes	• Precisamos decidir o futuro da UnB, mas não por decreto. • Gostaria que não discutisse nada sobre o projeto agora. Antes de discutir o próprio, se discutisse o ReUni. • A universidade precisa mudar... precisamos, inclusive, otimizar como a universidade vem trabalhando, mas que isso não resulte em uma superlotação. • Os cursos que já existem têm muitas deficiências, faltam professores, há falta de laboratórios, há falta de funcionários, principalmente nos cursos noturnos, então a ênfase maior deveria ser dada em resolver os nossos problemas que existem atualmente que é um saldo qualitativo. • Qualquer proposta que seja feita na Universidade de Brasília tem que ser feito baseado em um debate, e um debate que seja não apenas com os institutos, em reuniões de colegiados, mas que se tenha debates amplos para toda a comunidade, não só acadêmica... quanto para a sociedade em geral, afinal nós somos uma universidade pública. • Nós somos a favor da interdisciplinaridade. • A formação intermediária configura precarização do ensino e precarização do profissional. • Professores da Medicina não sabem o que é o projeto, não sabem que ele existe. • Recursos previstos pelo governo federal, próprio ReUni... eles são muito escassos como vai ser essa permanência considerando a entrada vias BGAs. • Projeto que traz muito avanço em suas metas, é importante que a gente veja se forem cumpridas não tenho medo de ser chamado de conservador, acho que negar um projeto de expansão a primeira vista pode ser um erro.

Professor	• Temos salas insuficientes para a expansão... a gente vive num ambiente de carência. • Nós discutimos o ReUni, e no nosso departamento a gente discutiu, discutiu bastante... temos debate com docentes, com os discentes é... e depois quando veio a proposta da Reitoria para a Universidade de Brasília, nós também discutimos... • Se posicionar contrário ao ReUni, dizer que somos sim a favor da expansão, somos sim a favor da universalização, somos sim a favor de uma ampliação qualificada do ensino. • Então nós podemos, sim, avançar com essa pré-proposta, o trabalho de aperfeiçoamento vem sendo diário pelas sugestões e pelas recomendações, ela vai ser diária daqui para frente.
Técnico-administrativo	• Concurso público (reposição dos servidores) como se dará? • Mais debate sobre a proposta. • Esse diabo de ReUni. • Não estamos aproveitando a capacidade intelectual que tem a Universidade de Brasília. • Discutir ReUni, discutir projetos das universidades sem bater na ferida, nós vamos estar cometendo alguns erros... • Esse Conselho vai pensar só em obras e mais obras, 200 e poucos professores, 400 e poucos funcionários... e é isso que nós vamos fazer? • Essa pressa aí me assusta... essa pressa me assusta né... essa pressa. • Uma carta de intenção é algo que ainda vai ser julgado... por um comitê <i>ad hoc</i>. ... um comitê de referias... e vamos dar essa chance cara, pra gente, tá?... nós vamos ser beneficiados com isso... e nós estamos pensando nisso em termos de a longo prazo... e não a curto prazo... a gente... não tô olhando para o meu umbigo... eu posso estar saindo daqui a seis anos... mas eu estou vendo para gerações futuras... • Nós temos que ter a clareza política de crescimento de universidade que atenda a sociedade... • Se não nós vamos ficar de fora... e aí companheiro... e aí... e aí o prejuízo é maior... então essa questão... eu tenho essa posição firme né com os companheiros de que deve ser encaminhado.

Representante Unidade Acadêmica	• Futuro projeto da UnB. • Metas quali/quantit... • Aprimoramento do projeto pedagógico... • Quantitativo docente <i>versus</i> expansão... • Sobrecarregadas com essa nova expansão e nova criação de cursos. • Não dá para deixar passar a vez... A gente já teve provas disso, de que entrar na primeira chamada, de alguma forma a gente vai levar vantagens, de que o projeto não envolve somente expansão, criar novos cursos. • Quanto a discussão nas unidades, o edital ReUni, o documento do ReUni está circulando desde o final do primeiro semestre... A minha Unidade discutiu isso, teve a visita três vezes da Reitoria no Conselho da Unidade, com participação dos professores, onde eu convidei os professores das unidades, convidei os estudantes. • Não estamos apresentando um projeto fechado, que vai ser isso, que nós vamos ter que fazer. Nós temos que apresentar uma pré-proposta que vai ser avaliada por nossos pares dentro do MEC, da SESu que vai retornar para a gente... Retornar para a gente melhorar. • É muito importante e pode fazer diferença a quantidade de recursos capitados, ela entrar na primeira fase, a experiência em outras circunstâncias mostra isso... Nós temos que nos valer dessa experiência. • Nossa biblioteca já estourou a sua capacidade em termos de área física. • Projeto Pedagógico Institucional, isso estava fazendo falta mesmo. • Modificação drástica no SIGRA. • Nós discutimos até... • Velocidade dos fatos sim, prejudicou um debate qualificado. • A proposta é consistente né é... Espero... O Instituto de Química né... Acredita né... Que é importante a ampliação de vagas no ensino superior público a... E tem algumas coisas em relação ao projeto, que já foram colocadas aqui como preocupação, que é a questão do quantitativo <i>versus</i> qualitativo. • Posiciona na entrada no ReUni, na primeira oportunidade de entrada. • Eu ficaria muito frustrado se ela não viesse a ser votada.
---	---

	• Frustrado se nós abrímos mão dessa oportunidade de captação de recursos e vagas. • Tendência clara, pelo que eu ouvi dos diretores, de adesão ao edital-ReUni. • Temos aqui uma janela de oportunidade e não podemos jogar fora né. • Acho que é extremamente urgente é... Começar a discussão desse Projeto Pedagógico Institucional imediatamente... • Eu não consegui mobilizar, e a Faculdade de Educação. • Mas a UnB tem, sim, que mandar uma pré-proposta gente... • Os 8 anos antes deste governo, então eu não posso negar... Foi uma miséria, a UnB não pode dizer não... Ela tem que entrar e transformar... • A proposta do ReUni que foi construída a partir das discussões feitas nos departamentos. • Você vai ver que toda a juventude secundarista é a favor da expansão da universidade, a expansão é necessária... A gente precisa expandir a universidade pública. • Então a gente tem que desconfiar sim de um projeto desse, um projeto que vem depois do ReUni... Vem depois... Da forma que foi colocado o ensino a distância, a gente precisa desconfiar desse projeto. • “eu sou contra ao ReUni”.
Representante Sindicato	• Há um cronograma já previsto pelo MEC, então é possível submeter a proposta mais tarde – não há necessidade de celeridade. • Pouco tempo para análise. • Nós estamos pensando numa expansão que não temos o número de docentes insuficiente. • Nós não somos contra o aumento de vagas na universidade... Agora nós queremos um crescimento com muita responsabilidade, com financiamento é... Garantido. • Em relação os bacharéis nas grandes áreas... Eu acho que na proposta faltou o argumento pedagógico que justificasse esses bacharéis, e a importância deles. • O professor Murilo fez parte do grupo de assessoria, a maior parte das verbas... A maior parte das verbas que serão alocados para esses programas, serão em outros governos e não no presente Governo. • O ReUni, ele tem reflexo negativo no que diz respeito à autonomia universitária, no que diz respeito à democracia da universidade, e

	no que diz respeito a um financiamento... A um financiamento público adequado. • Discutir de uma maneira mais abrangente.
--	--

Fonte: Elaboração própria a partir da Ata 333ª do Consuni/UnB.

O tema foi colocado em discussão e após intensos e acalorados debates, entre os presentes e em meio às palavras de ordem: “DEMOCRACIA, EDUCAÇÃO, QUERO DEBATE PARA FORMAR... DEMOCRACIA, EDUCAÇÃO, QUERO DEBATE PARA FORMAR...” a pré-proposta foi aprovada (UnB/ATA, 2007). De acordo com um dos nossos entrevistados, a maioria das lideranças políticas estudantis queria barrar o ReUni e, somente, o grupo ligado à UNE, à União da Juventude Socialista, votou favorável, sendo, por isso, duramente criticado pelos demais, recebendo, inclusive, acusações de peleguismo³⁸. “A reunião de aprovação do ReUni foi uma reunião muito tensi-onada”, afirma o Entrevistado 3.

Vale informar que o reitor tinha programado a reunião do Consuni para a semana seguinte, o que demandaria mais tempo para análise da proposta pela comunidade acadêmica. No entanto, a notícia logo se espalhou e militantes³⁹, contrários à proposta, se organizavam para impedir e/ou conturbar a reunião, objetivando a sua não aprovação. Sabendo dessas estratégias, o gestor máximo da UnB decidiu antecipar a reunião do Consuni, a fim de evitar confrontos durante o encontro. Destarte, a reunião aconteceu antecipadamente e, apesar das críticas em relação ao pouco tempo dado aos Conselheiros para análise da proposta e

³⁸ Ressalta-se, como destacado inicialmente, que o Andes autorizou em um dos seus Congressos financiar estudantes que combatessem o ReUni. Isso se deu com a criação da Associação Nacional dos Estudantes Livres – ANEL, entidade fortemente controlada pelo PSOL/PSTU, inicialmente.

³⁹ Esperavam-se militantes de outros estados para o fortalecimento do movimento opositor ao ReUni na UnB (Entrevistado 1; Entrevistado 3; Entrevistado 8).

dos argumentos insuficientes dos opositores, a proposta foi validada (Entrevistado 1; Entrevistado 3; Entrevistado 8).

Na ocasião, a professora convidada, presidente da ADUnB, fez suas intervenções contrárias e, após o resultado favorável da votação, exigiu a completa transcrição das falas, o que gerou 50 páginas e atrasou a sua aprovação⁴⁰. Dada somente na 433ª reunião realizada no dia 26/08/2008, já sob a direção da reitoria *pro tempore*⁴¹. Por que tanta demora para a transcrição de uma Ata? De acordo com dois dos nossos entrevistados, no período em que a Ata estava sendo lentamente transcrita, membros da oposição fizeram visitas ao MEC com o objetivo de denunciarem a não aprovação do projeto ReUni (R1) no Consuni, favorecendo, com isso, a abertura de processo investigativo no âmbito da SESu, sendo posteriormente arquivado por falta de subsídios.

Nossos entrevistados sinalizaram que as visitas e denúncias realizadas junto ao MEC foram feitas pela pessoa que passou a ser responsável pelo Decanato de Graduação, quem conduziu todo o processo de elaboração e execução do R2 na UnB. De acordo com o Entrevistado 11⁴², a gestão *pro tempore* só ficou sabendo do projeto R1 após assumir a reitoria – “nós não tínhamos ciência disso [...] fomos surpreendidos porque a UnB tinha submetido um projeto Reuni ao MEC, sem anuência do seu próprio Conselho Superior [...] ficamos muito assustados”. Diante de tal realidade, a Decana de Graduação fez visitas ao MEC a fim de resolver o problema, momento em que teve acesso ao projeto

⁴⁰ Geralmente, a leitura final da Ata e a aprovação da redação acontecem na reunião subsequente.

⁴¹ Trecho final da Ata nº 333: “Sendo dezoito horas e trinta e sete minutos, o Presidente deu por encerrada a sessão, da qual eu, Noeli Osterkamp, Secretária do CONSUNI, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada na Reunião 433ª, realizada em 26/09/2008, será assinada por mim e pelo Vice-Reitor *pro tempore* e Presidente da Mesa, José Carlos Balthazar”.

⁴² Representante reitoria (R2).

R1, uma vez que não encontrou na instituição nenhum registro⁴³ – “não havia documento, não havia registro, não havia projeto”. Assim, após realizar consultas aos Conselhos das Unidades Acadêmicas da UnB, sobre a proposta R1, decidiu-se elaborar outra proposta, com anuência do MEC⁴⁴, como já referenciado anteriormente. Na ocasião, foi criada uma comissão para acompanhar todo o processo de execução.

Na fala do Entrevistado 1⁴⁵, após o cenário criado para retardar a assinatura da Ata 333^a, ficou fácil dizer que “a reitoria entregou a proposta em dezembro de 2007 sem a aprovação no Consuni, mas isso não é real e a ata detalhada no nível exigido para atrasar o máximo possível acabou sendo o verdadeiro registro histórico do evento, muito conturbado por essa gente”.

Apesar da proposta inovadora do R1, construída mediante consultas à comunidade acadêmica com aprovação dada pelo Conselho Superior da Universidade e pelo MEC, ela incomodou algumas pessoas (Camargo; Lazarte, 2012). Fato que resultou num confronto muito forte, evidenciando resistência para as mudanças culturais, especialmente numa universidade já consolidada, como é o caso da UnB, que ainda teve o agravante do embate político que provocou a saída do reitor, o fortalecimento e a nomeação de outros grupos aos cargos de gestão da Universidade.

Camargo e Lazarte (2012) advertem que, para o R2, “foram feitas duas consultas, na forma de seminário com uma participação muito escassa (não mais de 40 pessoas em cada evento), e o projeto final, reapresentado em julho de 2008, foi mais

⁴³ Ainda que não tivesse o projeto físico, o mesmo foi registrado no Simec – sistema acessível aos gestores da UnB.

⁴⁴ O MEC recomenda à UnB que, caso desejasse alterar o projeto, poderia fazer desde que não houvesse mudanças no quantitativo de docentes, servidores e volume financeiro alocado.

⁴⁵ Entrevista via *e-mail*, arquivo pessoal da autora deste trabalho.

conservador do que aquele elaborado pela comunidade” (Ibid., p. 212). Isso significa que a proposta R2 apenas ratificou o que já existia na instituição, mais conservadorismo. Após as alterações no R1, a (re)pactuação foi (re)feita com a nova gestão, que logo iniciou o processo de implantação das metas propostas no segundo Plano de Reestruturação. Diante dos fatos, torna-se factível a existência de manipulação para que o R1 não vingasse. Fato ratificado pelo interesse de membros envolvidos e que posteriormente assumiram cargos no alto escalão da instituição.

3.3 Os efeitos colaterais das crises da UnB

Apesar das iniciativas realizadas pela Comissão Permanente do ReUni, não demorou para que o cronograma do “Plano de Trabalho 2008-2012” começasse a ser alterado, isso devido ao atraso nos processos licitatórios de obras, reformas e aquisição de equipamentos e materiais (UnB/DEG, 2009). De acordo com a Decana de Graduação, à época, no ano de 2009, a UnB enfrentou dificuldades⁴⁶, apesar de alguns avanços no processo de execução do ReUni, entre os quais estão:

- atrasos na entrega de projetos previstos no planejamento inicial decorrentes de problemas com a empresa contratada para a execução de projetos de arquitetura;
- foram efetuadas alterações no projeto da Casa do Estudante Universitário no sentido de incorporar projetos passíveis de serem licitados;
- em virtude de dificuldades operacionais decorrentes da complexidade do processo de compras internacionais, não foi possível concluir a importação de

⁴⁶ Apresentado no 2º Relatório da Comissão Permanente do ReUni (2009).

todos os bens licitados pelas unidades acadêmicas e BCE em 2009;

- em algumas áreas, identificou-se dificuldade em contratar doutores;
- poucas unidades responderam a todas as questões solicitadas pela Comissão Permanente, em particular a questão sobre as atividades acadêmicas e administrativas de expansão e reestruturação na UnB, realizadas em 2009;
- houve muitas reclamações quanto à burocracia existente no processo para a aquisição de equipamentos e ainda quanto ao prazo de entrega, o que dificulta o processo de implementação do ReUni;
- unidades solicitam ações mais efetivas quanto à execução das obras e o cumprimento de seus prazos;
- há preocupações sérias quanto a salas para os novos docentes e desconhecimento quanto ao planejamento de curto e longo prazo para o problema;
- as unidades solicitam nomeações de docentes e/ou técnico-administrativos (UnB/DEG, 2009).

Ratifica-se que a UnB começou a implantação do ReUni tardiamente, fato que contribuiu para potencializar as dificuldades listadas. Estima-se que essa situação tenha provocado o “efeito dominó”, ou seja, atrasos e mais atrasos que, direta ou indiretamente, impactaram a implantação do ReUni na UnB. Além dessas questões, a Controladoria Geral da União (CGU), ao realizar auditoria na instituição, encontrou transparência incipiente quanto às justificativas e à definição dos critérios de priorização para realização de obras com recursos do ReUni. A análise priorizou cinco processos, sendo elas:

QUADRO 31. Processos de obras concluídas do ReUni analisados pela equipe de auditoria CGU

Processo	Imóvel	Valor Contrato R\$
23106.037902/2010-52	MASC Centro/Sul/Norte	4.086.900,00
23106.016717/2009-54	Bloco de Salas de Aula Norte (Atual BAES)	2.142.515,74
23106.016716/2009-99	Bloco de Salas de Aula Sul - 1ª Etapa	4.371.899,42
23106.037932/2010-16	Bloco de Salas de Aula Sul - 2ª Etapa	7.795.137,32
23106.016712/2009-37	Prédio do CIC/TEST (UED)	7.143.391,01

Fonte: CGU (2017, p. 9).

De acordo com a CGU (2017), não foi possível encontrar “formulação prévia de estudos de demanda, de forma a garantir o dimensionamento das necessidades e a justificar adequadamente a tomada de decisão quanto à construção dos imóveis com os recursos então disponíveis” (CGU, 2017, p. 9). Como justificativa da necessidade, a UnB faz referência à Ata 339^a, porém, ao ser solicitada, a CGU constatou “que a Ata não traz maiores detalhes quanto à realização ou não de estudos prévios que justificassem a priorização desta ou daquela obra na utilização dos recursos do ReUni” (CGU, 2017, p. 9).

Importa registrar que a situação da UnB, no período de implantação do ReUni, era peculiar em relação às outras instituições do país, isso devido à expansão que aconteceu em anos anteriores. Em outras palavras, diferentemente de outras universidades, na UnB “não tínhamos espaço físico ou pessoal ‘ociosos’ de modo a permitir a efetivação imediata de novas matrículas, além disso, os espaços institucionais, equipamentos e pessoal já estavam muito sobrecarregados com as demandas internas” (Entrevistado 8). Ainda assim, apesar do processo expansionista da

UnB que estava em andamento, dado pelos próprios recursos da instituição, foi estipulada a seguinte sequência para implantação do ReUni, na perspectiva do R1:

Obras -> Pessoal -> Novos Alunos, ou seja, os professores e técnicos seriam contratados uma vez que tivéssemos como abrigá-los produtivamente e, só então, os novos alunos seriam matriculados. Qualquer atraso por parte do governo em liberar recursos e vagas poderia ser compensado no cronograma de matrículas, sem prejuízos maiores para a UnB. O MEC teria que “pagar adiantado”. (Entrevistado 8).

Além disso, havia a possibilidade de recursos vindos do GDF, que se somariam aos do ReUni para potencializar a expansão da UnB. Entretanto, com a substituição do R1, novas estratégias foram utilizadas e caminhos foram alterados, de modo que impactaram os resultados.

Assim, considerando as crises institucionais da UnB, destacam-se os seguintes efeitos colaterais: 1) interrupção de aspectos importantes do Plano Orientador da UnB; 2) diáspora acadêmica (professores, servidores e alunos), causando impacto no processo de ensino/aprendizagem, bem como no desenvolvimento de pesquisas na instituição; e 3) queda nos índices de avaliação e *ranking* da universidade, no âmbito nacional e internacional.

Referindo-se ao *ranking*, Faria (2012) salienta que, no ano de 2000, a UnB conquistou o primeiro lugar entre as melhores universidades do país e nessa época o reitor era Lauro Morhy e o vice-reitor, Timothy Mulholland. Essa notícia repercutiu em diversos jornais, fato que deu maior visibilidade à UnB. Apesar das mudanças nos critérios de avaliação nos anos posteriores, a UnB continuou se destacando nas primeiras colocações.

Considerando o *ranking* da *Quacquarelli Symonds Universities* (QS)⁴⁷, a UnB registrou, em 2019, o patamar nacional de 11^a colocada, ficando atrás da USP, Unicamp, UFRJ, Unifesp, Unesp, UFMG, UFRGS e da UFSCar, além de outras do setor privado. No âmbito da América Latina, ocupou a 27^a colocação, no mesmo período. Vê-se:

TABELA 9. *Ranking* da UnB e USP na perspectiva da QS (2012 a 2023)⁴⁸

Ano	USP (Melhor colocada entre as universidades brasileiras)	UnB
2012	139	551
2014	127	551
2015	132	551
2016	143	491
2017	120	601
2018	121	651
2019	118	751
2020	116	801
2023	115	801

Fonte: QS World University Rankings, anos de 2012 a 2023.

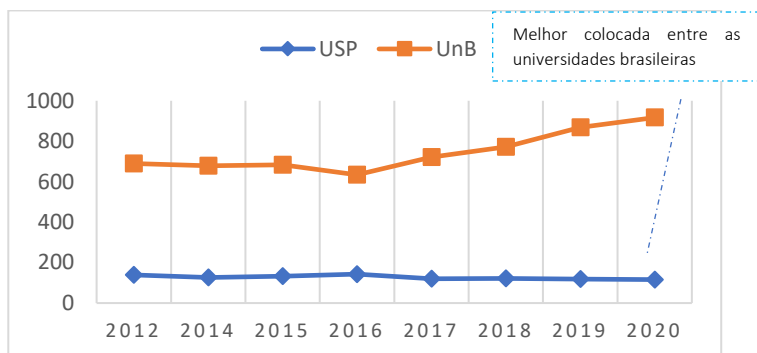
Os dados indicam certo distanciamento da UnB em relação à primeira colocada, Universidade São Paulo (USP), nos critérios QS que incluem avaliação nos quesitos da reputação acadêmica, reputação por empregadores, os docentes, citações por

⁴⁷ Tendo como referência a avaliação do *ranking* das melhores instituições de ensino superior da América Latina, no âmbito do *Times Higher Education* (THE), a UnB alcançou a 15^a colocação entre as mais bem-conceituadas da região, sendo a USP a primeira colocada entre as universidades brasileiras. Vale salientar que, no ano de 2018, a UnB ficou na 16^a colocação e, no ano de 2016, na 19^a na avaliação do THE.

⁴⁸ Não foi possível contabilizar o *ranking* de anos anteriores.

faculdade, faculdades internacionais, estudantes internacionais. Vê-se por outro ângulo:

GRÁFICO 1. *Ranking* da UnB e USP na perspectiva da QS (2012 a 2020)



Fonte: QS World University Rankings

Embora a UnB tenha apresentado tendência de aproximação do *ranking* no ano de 2016, na administração de Ivan Marques de Toledo Camargo⁴⁹, com a nova gestão na liderança da instituição os números ficaram cada vez mais distantes da primeira colocada. O *Ranking* Universitário Folha (RUF) ratifica a avaliação da QS no que se refere à divulgação de que a USP é a instituição que conquistou primeira colocação por anos consecutivos, incluindo o período do ReUni. No caso da UnB, ao longo de oito anos (2012 a 2019), em vez de diminuir a distância houve ampliação – saindo do 8º lugar para a 9ª colocação, no mesmo período.

⁴⁹ Ivan Marques de Toledo Camargo como reitor e Mauro Rabelo como Decano de Graduação, que havia sido diretor do Cespe/UnB. A equipe formada nessa gestão traçou metas e objetivos para elevação dos índices da UnB – promoveu diversas ações direcionadas à comunidade acadêmica, de modo que os resultados não demoraram a surgir.

QUADRO 32 – *Ranking* das universidades (2012 a 2019) - RUF

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
1ª	USP	USP	USP	USP	UFRJ	UFRJ	USP	USP
2ª	UFMG	UFRJ	UFMG	UFRJ	USP	Uni-camp	UFRJ	Uni-camp
3ª	UFRJ	UFMG	UFRJ	UFMG	Uni-camp	USP	UFMG	UFRJ
4ª	UFRGS	UFRGS	UFRGS	Uni-camp	UFMG	UFMG	Uni-camp	UFMG
5ª	Uni-camp	Uni-camp	Uni-camp	UFRGS	UFRGS	UFRGS	UFRGS	UFRGS
8ª	UnB	UnB	UnB	UFPR	UFSC	UFPR	Unesp	UFPR
9ª	UFSC	UFPR	UFPR	UnB	UnB	UnB	UnB	UnB

Fonte: Elaboração própria a partir de RUF (2012 a 2019).

As crises não foram refletidas somente na queda do *ranking*, mas também no Índice Geral de Cursos (IGC), que piorou após o episódio que culminou com a substituição do reitor em 2008. Cabe ressaltar que o IGC

[...] é um indicador de qualidade que avalia as Instituições de Educação Superior. O cálculo é realizado anualmente e leva em conta os seguintes aspectos: média do Conceito Preliminar dos Cursos (CPCs) do último triênio, relativos aos cursos avaliados da instituição, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados; média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* atribuídos pela Capes na última avaliação trienal disponível, convertida para escala compatível e ponderada pelo número de matrículas em cada um dos programas de pós-graduação correspondentes; distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação *stricto sensu*, excluindo as informações do item II para as

instituições que não oferecerem pós-graduação stricto sensu. Como o IGC considera o CPC dos cursos avaliados no ano do cálculo e nos dois anos anteriores, sua divulgação refere-se sempre a um triênio, compreendendo todas as áreas avaliadas previstas no Ciclo Avaliativo do Enade. (Brasil, 2019, p. 1).

Ainda no ano de 2008, a UnB ficou com 3,84 pontos e nota 4. No ano de 2009, com quase a mesma nota (3,86 pontos), ficou em 27ª posição. Em 2010 não foi diferente e a UnB fez 3,91 pontos, ficando no 30º lugar (Borges, 2012, p.1).

TABELA 10. Índice Geral de Curso da UnB (2008 a 2018)

IGC		
Ano	Contínuo	Faixas ¹
2008	3,84	4
2009	3,86	4
2010	3,91	4
2011	3,88	4
2012	3,88	4
2013	3,94	4
2014	4,01	5
2015	4,01	5
2016	3,95	5
2017	3,96	5
2018	3,94	4

2019	3,94	4
------	------	---

Fonte: IGC/Inep (Brasil, 2019).

¹Indicador prévio que assume valores de 1 a 5, obtidos pelo resultado do IGC-Contínuo.

Observa-se que, entre os anos de 2008 a 2013, a UnB manteve o conceito 4 no IGC, justamente o período do ReUni. No final de 2012, uma nova gestão (professor Ivan Toledo) assumiu a reitoria e desde então outras estratégias foram usadas pelo Decanato de Graduação, com vistas à elevação do conceito IGC. O intenso trabalho realizado junto à comunidade acadêmica e nos cursos avaliados pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) resultou na conquista do conceito 5, por quatro anos consecutivos. No entanto, em 2018, o índice cai e retorna ao patamar de 2013, IGC 4. Apesar de algumas conquistas, as crises da UnB implicaram, também,

[...] perdas ocorridas no Centro Internacional de Física (CIFMC), que transferiu-se para a UFRN levando consigo um imenso programa de pesquisa e pós-doutoramento e inúmeros pesquisadores e professores da UnB; nas perdas de projetos do Centro de Pesquisa em Transporte Urbano (CEFTRU); na miniatura que está ficando o Centro de Excelência em Turismo (CET) e por aí vai... [...] Até as avaliações da Pós-Graduação, ou mesmo da Graduação, também deverão mostrar os caminhos e os descaminhos nesta universidade que há uma década atrás era a primeira no ranking nacional. (Faria, 2012, p. 41).

Quanto às diásporas da instituição, é importante destacar que a UnB teve três grandes crises no século XX e “todas elas seguidas de uma diáspora sem igual no Planalto Central Brasileiro, celeiro pretendido para a grande transformação do Brasil, desta feita na região Centro-Oeste” (Faria, 2012, p. 24). Professores pediram demissão, aposentadoria ou transferência para outras universidades, fato que justifica a queda nos índices após a

crise. No entanto, apesar dos desafios e dificuldades enfrentadas ao longo de sua história, a UnB se firmou como instituição solidamente constituída e continuou a funcionar, ainda que seus projetos originais tenham sido podados.

Não é demais lembrar que o montante de recursos da UnB, recebido do governo federal, cresceu gradativamente no período de 2008 a 2012.

TABELA 11. Orçamento da UnB

Ano	US\$		
	R\$	(dólar média anual)	IPCA
2008	700.575.088,00	389.385.839,06	1.260.901.268,71
2009	776.526.231,00	394.108.386,20	1.319.734.476,66
2010	978.455.409,00	556.660.015,14	1.594.209.983,78
2011	1.180.911.399,00	707.578.876,11	1.816.706.762,80
2012	1.300.795.466,00	668.500.279,11	1.879.000.626,29
2013	1.294.373.010,00	602.216.302,54	1.766.556.482,25
2014	1.575.450.885,00	671.449.160,11	2.030.186.706,15
2015	1.652.428.228,00	503.216.192,93	2.001.111.433,10
2016	1.654.370.629,00	477.732.324,29	1.810.304.242,54
2017	1.667.645.015,00	522.923.830,09	1.716.840.542,94

Nota: Valores correntes em reais atualizados pelo dólar meio anual e pelo IPCA, a preço de 2017.

Fonte: Senado Federal – Siga Brasil.

O ápice foi no ano de 2014, com um total de R\$ 2.030.186.706,15, com tendência de baixa a partir de 2015/2016,

momento em que o país passou por uma crise política e econômica que coadunou com a saída do governo petista do poder⁵⁰.

3.4. O resgate: o Plano Orientador e o primeiro projeto do ReUni na UnB

Referindo-se ao Projeto Orientador da UnB, não se pode esquecer que outras ações também se fizeram presentes na história que contribuíram (direta ou indiretamente) para o desmonte do projeto original. No entanto, faz-se necessário lembrar que, apesar das demissões de quase 80% dos professores após o golpe de 1964, muitos aspectos da organização acadêmica permaneceram, a exemplo do curso básico, a admissão para grandes áreas e os institutos centrais. Isso serviu de base, inclusive, para a criação da Unicamp. Contudo, a maior parte das características da UnB que a diferenciava do modelo de universidade adotado no Brasil foi se perdendo ao longo de sua história – estudos dirigidos, a aprovação por módulos e os ciclos básicos, dentre outras características (Camargo; Lazarte, 2012).

Além da presença marcante do conservadorismo na instituição, houve, também, a contribuição da legislação que representou, na prática, a retirada do “caráter de fundação da UnB, sujeitando-a ao mesmo regime administrativo de qualquer autarquia pública, ou que impõe a contagem de horas que o aluno deve permanecer sentado numa cadeira na sala de aula para conceder certificação” (Camargo; Lazarte, 2012, p. 208).

No início do século XXI, o contexto social, político e econômico favoreceu o repensar a universidade e, no caso da UnB, o Plano Orientador da década de 1960 com vistas a trazer

⁵⁰ Na ocasião, Dilma Rousseff passou por um processo de impeachment e Michel Temer assumiu o poder.

à tona o que havia se perdido ao longo dos anos. Em meio às possibilidades de promover a reforma universitária no governo de Lula da Silva, os gestores da instituição começaram a articular as ideias, promover debates, reuniões, seminários para discutir a temática. Um desses encontros aconteceu no ano de 2006, momento em que foram apresentadas as ideias básicas do Plano Orientador e das propostas de Anísio Teixeira.

Assim, após inúmeras reflexões da equipe gestora, diretores das unidades acadêmicas, professores da própria instituição, incluindo de outras universidades, o debate foi ampliado. Um seminário foi então realizado entre os dias 29 e 31 de março de 2007, no auditório Dois Candangos da Faculdade de Educação da UnB: “2º Seminário Nacional Universidade Nova: Anísio Teixeira e a Universidade do Século XXI”⁵¹. A receptividade foi tamanha que o auditório Dois Candangos lotou, bem como os “anfiteatros 8 e 9, no Instituto Central de Ciências, foi palco de assembleias, envolvendo um público total de mais de mil pessoas” (Camargo; Lazarte, 2012, p. 207).

Apesar da significativa participação da comunidade acadêmica no evento, fez-se necessário o envolvimento de setores relevantes da UnB, não apenas para discutir, mas para contribuir para a construção do projeto com sugestões e críticas. Nesse processo, houve muitas respostas favoráveis, mas também muita resistência: “a universidade, apesar do que deveria ser um polo de

⁵¹ O primeiro foi realizado na Bahia e o II Seminário Nacional Universidade Nova: Anísio Teixeira e a Universidade do Século XXI, realizado em Brasília, teve os seguintes palestrantes: Hêlgio Trindade (UFRGS); João Augusto Lima Rocha (UFBA); Ana Waleska Mendonça (PUC-Rio); Timothy Mulholland (UnB); Carlos Benedito Martins (UnB); Márcia Pontes (UFBA); Leonardo Lazarte (UnB); Naomar de Almeida Filho (UFBA); Fernando Haddad (Ministro da Educação); Paulo Speller (Presidente da Andifes); Edson Nunes (UCM); Ennio Candotti (SBPC); Manuel Palacios (MEC/SESu); Luiz de Sousa Santos Júnior (A Universidade Nova da UFPI); Luiz Bevilacqua (O projeto pedagógico da UFABC).

inovação, e pensamento renovador, é muito conservadora” (Entrevistado 2)⁵². Além desse conservadorismo natural, também se faz presente a política e as relações interpessoais que, de uma forma ou de outra, interferem no caminhar da instituição. Ainda assim, foram realizadas, aproximadamente, 70 visitas⁵³ aos institutos e faculdades, incluindo os colegiados.

Na concepção de Camargo e Lazarte (2012), as visitas foram enriquecedoras, pois possibilitaram identificar os perfis dos docentes, a saber: um número significativo desconhece o funcionamento da própria universidade, bem como do departamento do qual faz parte e até da disciplina que ministra. Outros são divididos em três grupos, são eles:

1) um grupo que se alinha politicamente, em geral contra a administração atual da universidade e, portanto, é contra qualquer proposta com ela identificada; 2) um grupo ativista na área de ensino de sua especialidade, disposto a se envolver ativamente na proposta, seja para apoiá-la, criticá-la ou para acrescentar sugestões; 3) um grupo que reage fortemente contra qualquer mudança no *status quo*, que até tem noção das propostas, mas as combate ferrenhamente, apenas por serem diferentes das práticas predominantes. (Camargo; Lazarte, 2012, p. 208).

No processo de elaboração da proposta do ReUni, os ajustes foram sendo realizados com o propósito de incluir as sugestões das unidades acadêmicas que se manifestaram favoráveis/interessadas na participação do ReUni, pois muitas “estavam dispostas a expandir o acesso, reconhecendo a demanda social, mas não a reestruturar as práticas pedagógicas ou conteúdos curriculares” (Camargo; Lazarte, 2012, p. 208).

Nesse cenário, membros da gestão da UnB traziam consigo marcas de uma formação internacional, a exemplo do reitor,

⁵² Representante dos docentes.

⁵³ Algumas unidades foram visitadas mais de uma vez.

à época, que tinha suas origens nos Estados Unidos, com formação na área da psicologia e trazia consigo os ensinamentos de John Dewey. Essas influências se somam às do professor Naomar de Almeida Filho, conterrâneo de Anísio Teixeira que pensava possibilidades inovadoras para a UFBA. Ambos estavam dialogando sobre as melhorias educacionais, no âmbito das universidades, sem esquecerem do contexto nacional e internacional, onde as discussões sobre a reforma universitária se intensificavam. Toda a efervescência do momento desaguou como um redemoinho de ideias, tocando profundamente a UnB naquele momento (Entrevistado 1).

Assim, considerando ser a UnB a única instituição de educação superior pública federal na capital do país, portanto, no celeiro da tomada de decisões políticas e econômicas do país, ela deveria ser exemplo como um projeto nacional, modelo de universidade que pensa o Brasil, seu povo, sua cultura e que tenha um projeto de inserção social, pelas minorias, pelos excluídos. As discussões foram aprofundadas e amadurecidas a ponto de entenderem que a formação na UnB seria estruturada em três fases: o acesso amplo aos candidatos e “depois teria o processo de formação profissional propriamente dito (que é a universidade hoje em dia, especializada, em que cada um vai para as suas áreas), mas também teria o terceiro nível que é a excelência na pesquisa advinda dessas colocações – essa era a discussão na UnB” – a seleção aconteceria no processo (Entrevistado 1).

Após um demorado processo de elaboração, a proposta foi definida e, para evitar embates acadêmicos com as estruturas predominantes, foi proposto, *a priori*, “manter os cursos existentes com sua arquitetura acadêmica consolidada, e iniciar o processo de reestruturação pelos cursos novos propostos pelas unidades acadêmicas, já adequados ao contexto do ReUni” (Carmargo; Lazarte, 2012, p. 208). Portanto, ao iniciar a implantação do R1, a UnB teria duas arquiteturas diferentes: 1) cursos

existentes com processo de formação verticalizado e mais linear; 2) novos cursos⁵⁴ organizados em dois ciclos. A intenção seria que ambos os modelos dialogassem para, gradativamente, se tornar um modelo único, conforme apresentado pelo R1. Esse diálogo se daria da seguinte maneira:

Cada estudante teria duas opções de formação em sua área de atuação: uma no bacharelado geral da área e outra em um curso específico, também na grande área. Essas opções eram ordenadas como primária e secundária. A opção primária corresponderia, inicialmente, ao curso em que o estudante foi aprovado no processo seletivo de acesso à Universidade e poderia mudar ao longo da sua formação. A secundária seria uma opção de formação específica dentro da grande área de ingresso. Por exemplo: um estudante que entrasse para a UnB no curso de Ciências da Computação teria a opção primária o curso de ingresso nessa área, sendo a secundária o Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnologias. Para cada grande área, haveria uma bolsa de vagas para os vários cursos e, na medida em que os estudantes solicitassem e houvesse disponibilidade, as trocas de opções poderiam ser realizadas. Nesse contexto, os estudantes poderiam cursar disciplinas que fizessem parte dos currículos dos cursos de suas duas opções, a primária e a secundária. (Camargo; Lazarte, 2012, p. 212).

No âmbito da gestão acadêmica da UnB, as opções primárias e secundárias serviriam de suporte básico para o planejamento das ofertas de disciplinas nas áreas de interesse dos discentes. Para Camargo e Lazarte (2012), o Projeto ReUni da UnB convergia para o seu projeto original (Plano Orientador de 1962), embora continuasse sendo uma referência inspiradora para novos projetos de universidade, o projeto original já não existe mais na UnB. Esse documento apresenta diferentes possibilidades de

⁵⁴ De acordo com Camargo e Lazarte (2012), foram propostos pelas Unidades Acadêmicas, no contexto do ReUni, mais de 30 cursos novos.

modo avançado, com vistas a solucionar inúmeros problemas estruturais das universidades brasileiras. No entanto, por serem distantes do viés conservador de nossas atuais universidades são, também, difíceis de se colocar em ação, tornando-se, assim, tão perto e, ao mesmo tempo, tão longe (Camargo; Lazarte, 2012).

3.5. ReUni na UnB: da expectativa à realidade

De acordo com um dos nossos entrevistados, foi no período em que Fernando Haddad atuou como secretário executivo do MEC que começou a se pensar numa proposta mais ousada de reestruturação da universidade. Daí a ideia de um programa abrangente para todas as universidades que desejassem aderir, respeitando a autonomia de cada instituição. Nesse contexto, três grupos ficaram responsáveis para desenhar o que poderia ser feito: 1) equipe do MEC, liderada pelo professor Manuel Palacios, da UFJF, que era o secretário da SESu; 2) equipe da UnB, liderada pelo professor Murilo Camargo; 2) equipe da UFBA, liderada pelo professor Naomar de Almeida (Entrevistado 2).

Para tal, foram realizadas inúmeras reuniões e, apesar da resistência, foi decidida a ampliação do número de vagas, além da entrada aberta, no sentido de o estudante não escolher precocemente o curso – exemplo disso aconteceu com a UFABC, que foi criada no contexto das discussões. A proposta era priorizar os seguintes aspectos: a) aumentar significativamente o número de vagas; b) modificar a estrutura pedagógica com a reestruturação; 3) promover a interiorização – continuar a ideia de extensão universitária, só que de maneira mais organizada. Esse movimento culminou na realização dos seminários (na UnB e na UFBA), como já referenciados antes, e posteriormente foi incorporada pelo ReUni, para que as universidades elaborassem seus respectivos planos de adesão ao programa (Entrevistado 2).

Ressalta-se que, no fórum de pró-reitores das universidades federais, outras reuniões foram realizadas para análise e elaboração do ReUni, bem como de outros documentos complementares a essa expansão. Nesse sentido, o Entrevistado 6⁵⁵ expõe suas impressões sobre o processo de expansão ao ensino superior:

Eu vejo que a expansão foi mais do que necessária para o momento. Nós temos uma dívida social na área da educação para com o nosso país, que ainda não foi resgatada, embora tudo que tenhamos feito com celeridade, com qualidade e responsabilidade, ainda não resgatou a dívida social que temos com o país. Nós ampliamos o acesso, nós democratizamos o acesso sem perda de qualidade, mas ainda há muito a se fazer. A expansão teve fases, uma delas foi a interiorização – aonde o governo percebeu a importância de levar o ensino superior para regiões mais longínquas, no sentido de reduzir as assimetrias regionais, e no sentido de propiciar acesso a quem não tinha condições e também de forma a contribuir com a cadeia produtiva local. Ter a cadeia produtiva vinculada à educação, porque quando a educação superior chega no município ou numa região, ela começa a transformar, porque ali se assenta um conjunto de jovens, conjunto de técnicos administrativos qualificados, e vem os estudantes e aquilo ali tem uma vivência, uma dinâmica e é uma mola propulsora sem precedente. [...] basta analisar o antes e o depois. [...] Em ato contínuo veio o ReUni, que foi muito criticado por ter sido adotado por meio de um Decreto, por não ter sido mais discutido, por não ter sido um Projeto de Lei, uma Lei, [...] não me furto a dizer que nós não tínhamos tempo para diagnóstico e discussões mais do que nós necessitávamos atender à sociedade. Então esse decreto não era compulsório e as universidades, para aderirem, precisavam pactuar. (Entrevistado 6).

⁵⁵ Representante do MEC.

No caso da UnB, foram realizadas visitas e reuniões nos departamentos, recebendo o aceite, mas, também, muita resistência, a exemplo do curso de Medicina que simplesmente recusou qualquer mudança estrutural e expansão de vagas. Com efeito, o Governo do Distrito Federal (GDF) criou uma faculdade de medicina denominada Escola Superior de Ciências da Saúde (ESCS) financiada pela Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (Fepecs), pois havia necessidade de mais médicos e a UnB não respondeu à demanda. Ratificando tal realidade, o Entrevistado 5⁵⁶ afirma que a Faculdade de Saúde da UnB não ampliou o número de formados em Medicina, embora houvesse crescimento na área da Enfermagem com a criação do campus de Ceilândia.

QUADRO 33. Evolução do número de ingressantes e formados nos cursos de Medicina da UnB (2006 a 2018)

Ano de referência	Ingressantes	Formados
2006	84	71
2007	85	85
2008	Não disponível	Não disponível
2009	Não disponível	Não disponível
2010	88	68
2011	Não disponível	Não disponível
2012	86	80
2013	95	72
2014	81	65
2015	91	65
2016	83	69

⁵⁶ Representante de Unidade Acadêmica 2.

2017	88	83
2018	97	98

Fonte: Elaboração própria a partir dos anuários estatísticos da UnB (variados anos).

Nota: A UnB não disponibilizou os anuários estatísticos dos anos 2009, 2010 e 2012, os quais fazem referências aos anos anteriores (período do ReUni).

O Entrevistado 9⁵⁷ afirmou que o interesse maior das unidades acadêmicas era a ampliação no número de docentes e menos a ampliação das vagas e matrículas. Como um dependia do outro, algumas unidades aceitaram o ReUni, ampliando infimamente o número de vagas, apenas para garantir a chegada de novos docentes.

Os BGAs foram pontos extremamente criticados e combatidos pelos adversários do R1. Na ocasião, alegaram que a proposta curricular não havia sido aprovada pela maioria das Unidades Acadêmicas e pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE/UnB). O grupo opositor aproveitou essa justificativa para solicitar maior tempo ao MEC para os devidos ajustes na proposta. Na fala do Entrevistado 11 – “ninguém queria os BGAs”. É sabido, no entanto, que os BGAs convergem para os princípios pedagógicos que nortearam a UnB, em 1962, quando Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro pensaram o projeto da instituição.

De acordo com Rocha e Almeida Filho (2012), a proposta da Universidade Nova e, conseqüentemente, do ReUni foi a iniciativa mais recente de se repensar a reforma universitária brasileira, sendo Anísio Teixeira o grande inspirador para modernizá-la frente aos desafios e exigências dos novos tempos. Um

⁵⁷ Representante sindical/docente (R1).

dos principais pontos foi a implantação dos Bacharelados Interdisciplinares⁵⁸ (BIs), que têm suas peculiaridades. Vê-se:

QUADRO 34. Nuances dos Bacharelados Interdisciplinares e similares

CARACTERÍSTICAS	PERFIL DO EGRESSO
Formação acadêmica geral alicerçada em teorias, metodologias e práticas que fundamentam os processos de produção científica, tecnológica, artística, social e cultural;	Capacidade de identificar e resolver problemas, enfrentar desafios e responder a novas demandas da sociedade contemporânea;
Formação baseada na interdisciplinaridade e no diálogo entre as áreas de conhecimento e os componentes curriculares;	Capacidade de comunicação e argumentação em suas múltiplas formas;
Trajetórias formativas na perspectiva de uma alta flexibilização curricular;	Capacidade de atuar em áreas de fronteira e interfaces de diferentes disciplinas e campos de saber;
Foco nas dinâmicas de inovação científica, tecnológica, artística, social e cultural, associadas ao caráter interdisciplinar dos desafios e avanços do conhecimento;	Atitude investigativa, de prospecção, de busca e produção do conhecimento;
Permanente revisão das práticas educativas tendo em vista o caráter dinâmico e interdisciplinar da produção de conhecimentos;	Capacidade de trabalho em equipe e em redes;
Prática integrada da pesquisa e extensão articulada ao currículo;	Capacidade de reconhecer especificidades regionais ou locais, contextualizando e relacionando com a situação global;
Vivência nas áreas artística, humanística, científica e tecnológica;	Atitude ética nas esferas profissional, acadêmica e das relações interpessoais;

⁵⁸ Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e similares são um documento elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria SESu/MEC nº 383, de 12 de abril de 2010, constituído dos professores: Murilo Silva de Camargo, DIFES/SESu/MEC; Cleunice Matos Rehem, DESUP/SESu/MEC; Yara Maria Rauh, UFSC; Derval dos Santos Rosa, UFABC; Murilo Cruz Leal, UFSJ; Eduardo Magrone, UFJF; Naomar de Almeida Filho, UFBA, publicado em novembro de 2010. Citar que os BIs foram aprovados pelo CNE.

Mobilidade acadêmica e intercâmbio interinstitucional;	Comprometimento com a sustentabilidade nas relações entre ciência, tecnologia, economia, sociedade e ambiente;
Reconhecimento, validação e certificação de conhecimentos, competências e habilidades adquiridas em outras formações ou contextos;	Postura flexível e aberta em relação ao mundo do trabalho;
Estímulo à iniciativa individual, à capacidade de pensamento crítico, à autonomia intelectual, ao espírito inventivo, inovador e empreendedor;	Capacidade de tomar decisões em cenários de imprecisões e incertezas;
Valorização do trabalho em equipe	Sensibilidade às desigualdades sociais e reconhecimento da diversidade dos saberes e das diferenças étnico-culturais;
	Capacidade de utilizar novas tecnologias que formam a base das atividades profissionais;
	Capacidade de empreendedorismo nos setores público, privado e terceiro setor.

Fonte: Referenciais Orientadores dos Bs. (Brasil, 2010b).

Os BIs possibilitam diversificação na organização curricular, bem como a articulação entre as áreas do conhecimento, a flexibilidade de escolhas e a autonomia para o estudante construir seu itinerário formativo. Os projetos pedagógicos devem explicitar o modo como as linguagens⁵⁹ são incorporadas à estrutura curricular como eixo formador fundamental. No âmbito da progressão dos estudantes, os Referenciais Orientadores para os BIs recomendam que seja processual, considerando, dentre outros, o rendimento, aproveitamento e desempenho. No que se refere à avaliação da aprendizagem, as possibilidades incluem processos de natureza diagnóstica, formativa e somativa (Brasil, 2010b). O acesso pode ser quadrimestral, semestral e anual, porém, sem excluir outras possibilidades. De acordo com Rocha e Almeida Filho (2011), os BIs devem oferecer

⁵⁹ Língua brasileira e língua estrangeira moderna, história, antropologia, literatura e estudos clássicos, pensamento matemático, política e cidadania, ecologia e artes, entre outras).

[...] cursos de formação geral como requisito para a graduação de carreiras profissionais e para a formação acadêmica de pós-graduação. O BI terá currículos flexíveis, predominantemente optativos, em três Eixos Temáticos Interdisciplinares: Cultura Humanística, Cultura Artística e Cultura Científica. Os módulos incluirão uso instrumental da língua brasileira e de língua estrangeira moderna, filosofia (lógica, ética e estética), história, antropologia, literatura e estudos clássicos, pensamento matemático, princípios e uso de informática, política e cidadania, ecologia e artes. Serão oferecidos módulos de introdução às profissões, o que contribuirá para escolhas maduras de carreira profissional. Os módulos específicos serão optativos e oferecidos aos que concluíram a formação geral e pretendem antecipar cursos básicos das carreiras profissionais. Como a prioridade de matrícula será concedida por rendimento, haverá permanente estímulo ao bom desempenho dos alunos que pretendem usar o BI como via de entrada à formação profissional ou à pós-graduação acadêmica. (Rocha; Almeida Filho, 2012, p. 3).

Os BIs, ainda que em manifestação inicial, estavam presentes no Projeto de Lei enviado ao Congresso Nacional, em 21 de abril de 1960, com o objetivo de instituir a UnB. Esse documento foi elaborado por uma comissão cujo presidente era Anísio Teixeira, e explicita, no item 12 da exposição de motivos, a criação da universidade como

[...] uma estrutura nova do corpo universitário, para dar-lhe unidade orgânica e eficiência maior. O aluno que vem do curso médio não ingressará diretamente nos cursos superiores profissionais. Prosseguirá sua preparação científica e cultural nos Institutos Centrais, de pesquisa e de ensino, dedicados às ciências fundamentais. Nesses órgãos universitários, que não pertencem a nenhuma Faculdade, mas servem a todas elas, o aluno buscará, mediante opção, aqueles conhecimentos básicos indispensáveis ao curso profissional que tiver em vista prosseguir. (Salmeron, 2007, p. 62; grifos do autor).

Anísio defendia que a expansão da educação superior deveria acontecer, não só em patamares horizontais, mas verticalmente, de modo a possibilitar ao estudante a escolha do prosseguimento ou não dos estudos. A divisão poderia ser constituída em níveis: 1) ensino superior geral e básico, propedêutico ou de carreiras curtas, com dois ou três anos de duração; 2) cursos profissionais ou acadêmicos longos, com três ou quatro anos de estudos; 3) os estudos se voltam para a pós-graduação de no mínimo dois anos de duração, na qual o estudante dedicaria às pesquisas (Teixeira, 2005, p. 273).

Não é demais lembrar que Anísio Teixeira e Darci Ribeiro, ao estabelecerem as funcionalidades de uma instituição educacional na nova capital, elencaram os seguintes pontos⁶⁰: 1) Aumentar o número de oportunidades de ensino superior disponíveis para os jovens do Brasil; 2) Diversificar a educação científica e tecnológica, estabelecendo novos cursos técnico-profissionais voltados ao aumento da produção, à expansão e melhoria dos serviços prestados às pessoas e ao desenvolvimento de suas atividades intelectuais; 3) Contribuir para o papel de Brasília no país, trazendo estudantes de todas as partes do Brasil e alguns de outros países, especialmente os da América Latina, para trabalharem juntos em estudos de grande importância nacional e internacionalmente; 4) Ajudar as agências governamentais federais com conselhos e pesquisas especiais em todos os campos do conhecimento relacionados a seus problemas; 5) Proporcionar ao povo de Brasília uma perspectiva cultural que os ajudará a evitar que se tornem medíocres e provinciais neste centro urbano arquetonicamente mais moderno do mundo (UnB, 1962).

No entendimento de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, nenhuma dessas funções poderia ser bem executada por uma instituição universitária estruturada no modelo tradicional existente

⁶⁰ Cf. UnB (1962).

no Brasil. Se tais instituições não conseguem desenvolver suas atividades adequadamente, mesmo nos principais centros culturais tradicionais, provavelmente, em uma cidade nova e artificial, “sua réplica estaria condenada a uma mediocridade ainda maior” (Teixeira; Ribeiro, 1962, p. 309-319).

O modelo apresentado para a UnB significou a possibilidade do desenvolvimento de um verdadeiro campus universitário. Estruturado nos diferentes Institutos Centrais, as Faculdades e suas agências auxiliares, os estudantes e os professores estarão todos reunidos em uma localidade. Os estudantes de diferentes áreas receberão seu treinamento científico básico nos institutos centrais, circularão pelos mesmos espaços (refeitório, bibliotecas), poderão praticar esportes e frequentar os mesmos centros recreativos e culturais, o que viabilizaria trocas de experiências, de conhecimento e interação entre os alunos. A presença do Museu, do Instituto de Arte, da Biblioteca Central, da Rádio da Universidade e da *University Press* facilita o acesso dos estudantes que, independentemente de suas especializações, poderão ser influenciados por eles (Teixeira; Ribeiro, 1962, p. 309-319). Entre os pontos que convergem para a Universidade Nova com as ideias anisianas, estão:

QUADRO 36. Pontos convergentes da Universidade Nova com o pensamento anisiano

Pontos convergentes	Onde encontrar – Obra
Sobre os componentes curriculares gerais e específicos.	<i>Ensino Superior no Brasil</i> (TEIXEIRA, 2005, p. 273).
Conceito de cursos-tronco e o caráter majoritariamente optativo do BI.	<i>Ensino Superior no Brasil</i> (TEIXEIRA, 2005, p. 273)
Sobre a articulação entre os bacharelados curtos, as carreiras profissionais de média duração e as carreiras longas, incluindo a possibilidade da interdisciplinaridade.	<i>Educação e universidade</i> (TEIXEIRA, 2010, p. 154-160).
Organização por níveis de formação do sistema de unidades e das escolas de pós-graduação.	<i>Ensino Superior no Brasil</i> (TEIXEIRA, 2005, p. 202).
Sobre o ciclo de formação (pré-graduação)* ser composto de dois níveis de formação: curso básico e curso propedêutico.	<i>Ensino Superior no Brasil</i> (TEIXEIRA, 2005, p. 273).
Sobre o ciclo de formação com a introdução da formação acadêmica ao lado e independente da profissional.	<i>Educação e universidade</i> (TEIXEIRA, 2010, p. 156).
Autonomia das instituições universitárias para protagonizarem sua própria reestruturação.	<i>Ensino Superior no Brasil</i> (TEIXEIRA, 2005, p. 178-179)

*Equivalente ao BI da nossa Universidade Nova

Fonte: Rocha e Almeida Filho (2002; adaptado).

Apesar da proposta dos BGAs ser convergente com as ideias de Anísio Teixeira, alguns membros da comunidade acadêmica, no contexto do ReUni, foram resistentes, quando surgiu a oportunidade de promover a reestruturação acadêmica (R1), que poder ser por três principais motivos: 1) não entenderam a proposta; 2) tiveram receio de perder o monopólio da disciplina⁶¹

⁶¹ Muitos professores são contra as matérias optativas e preferem manter o poder sobre suas disciplinas, fato que dificulta a interdisciplinaridade entre os cursos.

(minha disciplina, meu horário); 3) sabiam muito bem o que estavam fazendo.

Importa destacar que no ano de 2005, a UnB divulgou um documento denominado “Plano de Expansão da Universidade de Brasília” esclarecendo como se deu o processo de planejamento para a criação dos *campi* Planaltina, Ceilândia/Taguatinga e Gama. A justificativa foi o crescimento populacional do DF e Regiões de Influência do Campus UnB (RICs UnB), bem como o desejo de ampliar o acesso ao ensino superior para diferentes públicos. A proposta estrutural dessas unidades seria organizada da seguinte maneira:

QUADRO 37. Regiões de Influência da UnB

RIC I: Campus Universitário UnB – Plano Piloto (Campus Universitário Darcy Ribeiro),	abrangendo as Regiões Administrativas de Brasília, Candangolândia, Cruzeiro, Guará, Lago Sul, Lago Norte, Núcleo Bandeirante, Sudoeste e Octogonal, Setor Complementar de Indústria e Abastecimento, Varjão e Park Way;
RIC II: Campus Universitário UnB – Planaltina,	abrangendo as Regiões Administrativas de Sobradinho, Planaltina, Brazlândia e Sobradinho II e os municípios de Formosa, Buritis, Cabeceiras, Planaltina de Goiás, Vila Boa e Água Fria de Goiás;
RIC III: Campus Universitário UnB – Ceilândia/Taguatinga,	abrangendo as Regiões Administrativas de Ceilândia, Taguatinga, Riacho Fundo, Recanto das Emas, Samambaia e Águas Claras, e os municípios de Mimoso de Goiás, Padre Bernardo, Cocalzinho de Goiás, Pirenópolis, Águas Lindas de Goiás, Corumbá de Goiás, Alexânia e Abadiânia;
RIC IV: Campus Universitário UnB – Gama,	abrangendo as Regiões Administrativas de Gama, Santa Maria, São Sebastião, Paranoá, e os municípios de Cristalina, Luziânia, Valparaíso de Goiás, Novo Gama, Cidade Ocidental, Santo Antônio do Descoberto, Cabeceira Grande e Unai

Fonte: FUNB, (2005, p. 6; adaptado).

A proposta de criação de Regiões de Influência do Campus da UnB (RICs) foi mediada por estudos, debates, planejamento e avaliação do “impacto da criação de novas unidades de educação superior em áreas de elevado adensamento populacional, grandes carências sociais e necessidade de ampliação de

investimentos e de criação de novos postos de trabalho” (FUnB, 2005, p. 10). Foi então, a partir dos estudos realizados sobre a demanda que abrangia a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), que a UnB estabeleceu como estratégias expansionistas quatro sub-regiões de características análogas: 1) Plano Piloto; 2) Planaltina; 3) Centro de Taguatinga e Ceilândia; 4) Gama.

O PPPI da UnB explicita que foi aprovada, na 339ª reunião do Consuni, a inclusão dos novos *campi* – Planaltina, Gama e Ceilândia⁶² –, prevista no PDI (2002-2006), na proposta de adesão ao ReUni (UnB/PPPI, 2018). Cabe lembrar que os mesmos *campi* já estavam em processo de implantação mediante o acordo expansionista entre UnB/SESu/MEC, denominado fase I do Programa de Expansão e interiorização da educação superior do governo federal, momento em que o professor Lauro Morhy era o reitor e Timothy Martin Mulholland, o vice-reitor. Não obstante, no dia 26 de agosto de 2005, na 317ª reunião do Consuni na UnB, momento em que, de fato, houve a aprovação para a criação de três novos *campi* FUP, FGA e FCE e a imediata implantação do campus de Planaltina⁶³.

No ano de 2006, sob nova gestão na universidade (empossada em novembro de 2005⁶⁴), os cursos da FUP, criados anteriormente, “foram modificados para Gestão do Agronegócio e Licenciatura em Ciências Naturais, como registrado na Ata da 320ª reunião do Consuni, em 3 de fevereiro de 2006, desconsiderando-se a decisão anterior” (Melo, 2013, p. 116).

⁶² PDI afirma que, em julho de 2008, o Consuni aprovou a criação dos *campi* Gama e Ceilândia, a ampliação de vagas no *campus* de Planaltina.

⁶³ Uma das pessoas que mais ajudou na efetivação do campus de Planaltina foi o deputado distrital Daniel Marques (morador da região), que se empenhou ativamente em diferentes instâncias para que o projeto acontecesse (Entrevistado 8).

⁶⁴ Gestão de Timothy Mulholland.

Passada uma década da criação do campus Planaltina, a instituição divulga um documento intitulado “FUP 10 anos: um campus por inteiro”, afirmando que esta unidade foi “criada em 16 de maio 2006⁶⁵, no âmbito de um plano de expansão da Universidade de Brasília (UnB), anterior ao programa do Governo Federal, o REUNI [sic]”, em 2007 (UnB, 2016, p. 3).

Planaltina saiu à frente com os cursos de graduação: Licenciatura em Ciências Naturais Diurno (CND) e Gestão do Agronegócio (GeAgro). Após dois anos, foram acrescentados três novos cursos: Licenciatura em Ciências Naturais Noturno (CNN), Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) e Gestão Ambiental (GAM).

A Faculdade de Ceilândia iniciou suas atividades após a crise que a UnB enfrentou no primeiro semestre de 2008, embora tivesse havido todo um planejamento para tal. No entanto, diante do cenário, a sua implantação foi (re)discutida tanto no Cepe, quanto no Consuni, de modo que, pela primeira vez na história da instituição,

[...] o Consuni – composto por membros da comunidade acadêmica – professores, servidores e alunos e presidido pelo Reitor pro tempore Prof. Roberto Aguiar – abriu as portas para dar voz à comunidade do Distrito Federal (DF). Representantes de grupos que lutavam pela implantação da universidade pública nas cidades de Ceilândia e do Gama discutiram, na reunião realizada em 9 de maio de 2008, o projeto de expansão da UnB para essas cidades. (UnB/FCE, 2019, p. 1).

Entre os representantes da comunidade ceilandense e ativa do Movimento Pró-Universidade Pública de Ceilândia

⁶⁵ A ideia de criação de novos *campi* foi incluída no Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI), de 2002 a 2006. No entanto, a execução, de fato, se deu com o amadurecimento do projeto, em 2006 (Planaltina) e posteriormente no de 2008 (Ceilândia e Gama).

(Mopuc) estava a estudante do 1º semestre do curso de Geografia da UnB, Agnes Serrano, que defendeu a abertura dos espaços de discussões e deliberações da universidade para os discentes. Na ocasião, Eliceuda Silva de França, coordenadora do Mopuc, ratificou a fala anterior, manifestando-se favorável ao diálogo para que a UnB considerasse as particularidades da população de Ceilândia. “A coordenadora defendeu, ainda, que uma das principais necessidades da comunidade de Ceilândia diz respeito ao acesso à universidade. Manifestou a importância de se facilitar o transporte, a manutenção do aluno e, principalmente, a reserva de vagas para alunos moradores da região”. Assim a Diretoria do novo Campus Ceilândia foi empossada no dia 2 de julho de 2008 (UnB/FCE, 2019, p.1).

No caso da Faculdade do Gama, foi realizada uma reunião na tarde do dia 28 de setembro de 2007, com a presença da professora Maria Ieda Diniz (Departamento de Desenvolvimento do Ensino Superior), Sandra Vidal (Coordenadora Geral de Desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior), professor Leonardo Lazarte (Diretor de Tecnologias de Apoio à Aprendizagem) e o professor Murilo de Camargo (Decano de Ensino de Graduação), para discutirem sobre o futuro da Faculdade do Gama (FGA). Entre os assuntos abordados citam-se: “Projeto Acadêmico, bem como planilhas relacionadas ao quantitativo de docentes, liberação de recursos da expansão referente ao orçamento de 2006 e 2007, investimentos e quadro de pessoal da instituição” (Cunha, 2014, p. 1), além da pactuação dos cursos ofertados no campus do Gama durante a Fase I do Programa de Expansão das Instituições de Ensino Superior.

No segundo semestre de 2008, as aulas da FGA começaram em local improvisado (antigo Fórum da cidade), sem ar-condicionado e nem laboratórios de química e informática, ficando aí até que houvesse a inauguração do campus definitivo, dado somente em 25 de abril de 2011. Com a ampliação da demanda,

houve a necessidade de alugar outros espaços, sendo eles: espaço do estádio Valmir Campelo Bezerra (Bezerrão), ficando de 2009 a 2010, além do terceiro e o quarto andar do prédio que o Sesc do Gama estava construindo – de 2010 a 2011 (Cunha, 2014).

É bem verdade que o ReUni impulsionou a estruturação e a ampliação da FUP, mas contribuiu significativamente para a implantação das faculdades de Ceilândia (FCE) e do Gama (FGA), que, a partir de 2008, passaram a receber novos estudantes, professores e técnicos. Após aprovação do Consuni e apoiadas pelo ReUni, as novas unidades foram oficialmente criadas com o objetivo de ampliar o acesso e descentralizar atividades acadêmicas, bem como contribuir para o desenvolvimento regional de diferentes áreas do DF. No que se refere à abrangência dedicada às áreas do conhecimento, a divisão foi distribuída da seguinte maneira: o campus do Gama é especializado em engenharias e o de Ceilândia, em cursos de saúde.

Não é demais lembrar que todo o processo expansionista foi mediado pelo contexto de influência, disputas por espaços e por maior poder nas decisões. Fato esse que não foi diferente na interiorização da UnB, momento em que os interesses do setor privado foram manifestados na intenção de barrar a instalação da UnB nas cidades-satélites. Iniciada na gestão de Lauro Morhy (criação dos *campi* Planaltina, Ceilândia/Taguatinga e Gama)⁶⁶ e intensificada com a proposta do ReUni, pois a ampliação da UnB causaria grandes impactos nas políticas de expansão do ensino privado nessas localidades (Faria, 2012). É importante destacar que, até a decisão de a UnB se instalar como *campi* em Ceilândia,

⁶⁶ Para o Entrevistado 8, um dos protagonistas no processo de expansão da UnB foi o ex-governador Joaquim Roriz, que tinha referência e respeito pela UnB e muito ajudou nas conquistas para a instituição, a exemplo da ampliação da pista da L3 em atendimento ao pedido do professor Lauro Morhy. Ele contribuiu em todo o processo que permitiu as doações de terrenos para a ampliação da UnB, diferente de outros governadores que se dizem defensores da instituição.

não havia nenhuma universidade ou faculdade no maior aglomerado urbano do DF. Após a decisão, o Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB), Centro Universitário de Brasília (CEUB) e outros para lá convergiram.

Com efeito, o setor privado ampliou o número de cursos e vagas exatamente nas cidades onde a UnB planejava chegar. Nesse aspecto, Faria (2012) afirma que, diante dos fatos, não era possível retroceder “os compromissos já assumidos pela universidade, diante dos fatos, o “que pode acontecer é uma demora maior, atrasos na implantação da infraestrutura e um número menor de vagas a serem ofertadas. Mas, certamente, o processo não poderá parar” (Faria, 2012, p. 57). Assim, tornou-se inegável que o sucesso do Plano de Expansão exigisse, além de recursos financeiros, interação entre a Universidade e os líderes locais e regionais, bem como o apoio

[...] dos Governos Federal, Estaduais e Distrital. A administração da Universidade entende que a maior parte do caminho já foi cumprido: foram realizadas as parcerias básicas, a proposta de expansão foi acolhida no Plano de Desenvolvimento Institucional e em outros instrumentos de planejamento institucional, sendo aprovado em todos os colegiados superiores da UnB e da FUB e, ainda, foram concluídas as instalações físicas do Projeto Piloto do Campus UnB-Planaltina. (FUnB, 2005, p. 65).

O governo local (GDF) também tinha interesse pela expansão do ensino superior na capital federal. No entanto, em acordo com a UnB, o GDF deixou suspensa a criação de uma universidade pública local (regional) para investir na UnB, que, em contrapartida,

[...] cumpriria esta função com a sua expansão planejada e dirigida para atender também a esta finalidade regionalizada, pública e gratuita. Mas, ainda, o governador do GDF (na época Arruda, do partido DEM), comprometeu-

se em investir bem mais na UnB: para cada real que o governo federal colocasse na UnB, o GDF colocaria a mesma quantia para que investíssemos na expansão para as cidades-satélites. (Faria, 2012, p. 57).

Não é de se estranhar que essa notícia tenha gerado certa euforia na instituição, uma vez que o montante financeiro deu outra dimensão ao projeto. Nesse processo, o reitor Timothy empenhou-se, na oportunidade nunca antes vista na UnB, especialmente por considerar o momento em que o governo local e o federal, DEM e PT, respectivamente, convergiam para a opinião em relação ao crescimento da UnB, “pela democratização do acesso a um ensino público de qualidade para as classes mais populares” (Faria, 2012, p. 57).

Importa destacar que quatro de nossos entrevistados fizeram referência aos cursos de engenharias do Gama, como sendo os únicos da Universidade que mantiveram maior proximidade com os BGAs – ao permitirem maior flexibilidade curricular, acesso amplo e com opção de o estudante escolher mais adiante o curso. Mas por que somente no Gama? A resposta obtida durante as entrevistas foi justificada pelas pessoas que estavam envolvidas⁶⁷ e que realmente se convenceram da proposta, “acreditaram mais... que fazia mais sentido o acesso amplo e porque era um campus novo, não tinha por que criar resistência” (Entrevistado 2).

Assim, o curso de engenharia do Gama/UnB oferece acesso amplo para os estudantes, ou seja, os estudantes têm entrada comum para os cinco cursos de Engenharia, não havendo escolha precoce para a área, pois essa possibilidade acontece ao longo do curso, momento em que o graduando escolhe a área de preferência: Engenharia Automotiva, Engenharia de Energia,

⁶⁷ Entre eles, o professor Adson Ferreira da Rocha da Faculdade de Engenharia, um dos fundadores do FGA.

Engenharia de Software, Engenharia Eletrônica e Engenharia Aeroespacial. A proposta dos cursos se diferencia, também de engenharia, do campus Darcy Ribeiro.

Observa-se que, embora os cursos ofertados no Gama e no campus Darcy Ribeiro sejam semelhantes, a estrutura curricular difere uma da outra, pois no campus-sede os candidatos fazem a escolha precocemente do curso, no momento da inscrição do vestibular, podendo ser Engenharia Mecânica, Engenharia da Computação, Engenharia das Redes de Comunicação e Engenharia Elétrica, mantendo, assim, a estrutura semi seriada como os demais cursos da instituição.

O Entrevistado 5 afirmou que a organização curricular do Gama tem dado certo desde a implantação, a interdisciplinaridade acontece, ainda que existam certas resistências internas. Não se pode esquecer que existe todo um corporativismo interno dos professores, carregado de conservadorismo, o que potencializa a necessidade de a instituição criar estratégias de convencimento antes da implantação de qualquer projeto e/ou mudanças acadêmicas.

Portanto, o que aconteceu no Gama em relação ao acesso aberto/único foi viabilizado pela presença de novos professores na universidade, ao contrário das unidades estabelecidas há décadas, onde a implantação do acesso único/aberto torna-se muito difícil em decorrência das resistências, do conservadorismo, como é o caso do campus Darcy Ribeiro. Contudo, a temática sempre tem voltado à mesa para discussões. Em algumas unidades, o conservadorismo prevalece.

Não obstante, para que haja a implantação de um modelo como os BGAs é importante que haja toda uma distribuição interna de competências e isso demanda preparação dos professores, o que não temos nas universidades brasileiras, nem mesmo na UnB (Entrevistado 5).

Na mesma linha, o Entrevistado 7⁶⁸ afirma que, com a incorporação dos *campi* FGA, FCE, FUP, a UnB ganhou nova configuração, pois estas unidades são mais abertas, têm “uma visão mais inclusiva [...], uma visão bem mais moderna sobre os processos ao ensino/aprendizagem, os professores estão mais dispostos a pensarem inovações para a educação, quando se compara com o campus Darcy Ribeiro”. Muitos desses professores são oriundos da UnB, os quais possuem perfis diferenciados, o que favorece a busca de novas possibilidades educacionais, que demoram a chegar no campus Darcy Ribeiro em decorrência da cultura muito tradicional que ainda prevalece.

No que se refere ao Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) foi citado pelas duas propostas de projeto de reestruturação da UnB e ambos os projetos (R1 e R2) reconhecem que a UnB tem carência de um documento estrutural, basilar e orientador das ações institucionais. R1 coloca como ponto de prioridade a elaboração do PPPI com vistas a estabelecer as bases, diretrizes e orientações pedagógicas e acadêmicas dos cursos de graduação e formação dos estudantes. No referido documento, deveria constar todas as diretrizes, princípios dos cursos, bem como o perfil de egresso dos BGAs, a estrutura curricular flexível e as possibilidades para o estudante construir seu itinerário formativo, contendo ainda todas as orientações e demais informações concernentes à nova proposta didático/pedagógica. Entre as características do PPPI /R1, estão:

QUADRO 38. Princípios norteadores e perfil do egresso dos BGAs (PPI – R1)

Princípios norteadores PPI	Perfil do egresso dos BGAs
Crescente universalização da formação universitária, de qualidade, pública e gratuita;	A formação para a prática da cidadania ativa;

⁶⁸ Representante dos técnico-administrativos.

Democratização do acesso à universidade pública;	O desenvolvimento de cultura humanística, científica, artística e tecnológica nas primeiras etapas da formação universitária;
Abordagem multidisciplinar;	A formação de competências fundamentais no mundo do trabalho, independente da área de atuação profissional;
Articulação ensino-pesquisa-extensão;	O desenvolvimento da autonomia de aprendizagem e a capacidade de aprender ao longo da vida;
Formação de valores culturais humanísticos, científicos, artísticos e tecnológicos;	A aquisição de valores de respeito de seus grupos sociais e dos outros, além de motivação para interferir e propor mudanças significativas em seus contextos locais, nacionais e internacionais;
Desenvolvimento do pensamento reflexivo, crítico e transformador;	Formação do cidadão comprometido com questões ambientais, éticas, políticas, sociais e de qualidade de vida;
Desenvolvimento da autonomia e da motivação para o aprendizado ao longo da vida;	A capacitação de pensamento crítico e independente.
Formação acadêmica e profissional de largo espectro, em variados campos de conhecimentos.	
Flexibilização de arquitetura curricular propícia à criação de diferentes trajetórias acadêmicas e profissionais;	
Incentivo à mobilidade acadêmica, nacional e internacional.	

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa.

Baseado nas diretrizes que estarão presentes no PPI, incluindo os BGAs, R1 propõe que esses sejam integrados aos currículos dos diferentes cursos da instituição. Estima-se que os egressos dos BGAs tenham uma formação ampla, pois o projeto R1 pende para uma consistente formação teórica, além de diversidade de conhecimento e de práticas, iniciação científica e práticas de extensão.

R2, por sua vez, planejou a elaboração do PPPI, como o documento fundamental e basilar para a execução das metas e estratégias apresentadas no plano de reestruturação. O objetivo era consolidar a Universidade como um conjunto harmonioso, em todos os espaços da instituição, reconhecendo a importância do equilíbrio entre ensino, extensão e pesquisa, e estabelecendo as bases, diretrizes e orientações pedagógicas e acadêmicas, bem como as estratégias para o aperfeiçoamento da gestão universitária. Passados dez anos é que o ReUni começou a ser implantado na UnB, o PPPI finalmente foi aprovado pelo Consuni e este se fundamenta nas seguintes diretrizes: 1) Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; 2) Interdisciplinaridade e dinâmica curricular integrada; 3) Flexibilidade; 4) Compromisso público com a missão institucional; 5) Universidade inovadora; 6) Busca da excelência; 7) Ética e respeito à dignidade, à liberdade intelectual e às diferenças. Vale destacar que a missão da UnB se define nos seguintes termos:

Ser uma universidade inovadora e inclusiva, comprometida com as finalidades essenciais de ensino, pesquisa e extensão, integradas para a formação de cidadãos e cidadãos éticos e qualificados para o exercício profissional e empenhados na busca de soluções democráticas para questões nacionais e internacionais, por meio de atuação de excelência. (UnB/PPPI, 2018, p. 19).

Com o entendimento de que o Plano Orientador, elaborado em 1962, carecia de revisão e ajustes, bem como da necessidade de inserir no novo documento as propostas (metas e estratégias) do R2, foi constituída uma comissão para a elaboração do Projeto Institucional, com início no ano de 2009. Entre os membros da comissão responsável pelo documento institucional, estavam as professoras Márcia Abrahão Moura (Decana de

Graduação e também presidente da comissão) e a professora Denise Imbroisi (representante do DEG e vice-presidente da comissão).

Entre os anos de 2009 e 2011, a instituição realizou seminários e fóruns com o objetivo de ampliar as discussões sobre a construção do PPPI com a participação da comunidade acadêmica. Concluída essa etapa (2011), o documento foi disponibilizado para consulta pública e depois de consolidado foi encaminhado ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, onde ficou por um longo período de discussão até a sua aprovação no dia 7 de março de 2013⁶⁹, com indicações de ajustes textuais, antes de ser apreciado pelo Conselho Universitário (Consuni), e aprovado com uma abstenção na 450ª reunião, realizada em 6 de abril de 2018, no Auditório da Reitoria (UnB/PPPI, 2018).

Este documento faz referência e elogios ao Plano Orientador da instituição e o coloca como instrumento necessário e orientador para novas propostas educacionais. Com a discussão de que é preciso refletir sobre a universidade que se deseja ter para os próximos anos, a comissão coloca a construção do PPPI como um desafio, tendo em vista as demandas do contexto atual. Esse deve conectar com as tradições de enfrentamento e cultura de luta, bem como responder

[...] aos desafios cotidianos, sobretudo neste momento em que a redução dos investimentos em educação, ciência e tecnologia causa prejuízos para as atividades de ensino, pesquisa e extensão e para o futuro do ensino superior público no país; que ouse para a inovação, mas que reconheça os valores que nos são caros e devem ser preservados; que trame a coletividade a partir da diversidade

⁶⁹ A Reitora constituiu uma comissão formada pelas professoras Cristina Masot Madeira Coelho (DEG), Ilma Passos Alencastro Veiga (FE) e Claudia Mafini Griboski (DPO) para, sob a presidência da primeira e no prazo de 30 dias, avaliar o PPPI aprovado pelo CEPE em 07/03/2013, de modo a, se necessário, atualizá-lo e adequá-lo à legislação vigente, para fins de submissão ao Consuni.

das singularidades que nos compõem; que, a partir de nossa pluralidade não neutra, explicita para a sociedade nossa proposta pedagógica; que nos ponha em conexão com os contextos sociais locais, regionais e globais a partir da nossa própria dimensão social, mas que, sobretudo, indique nossas concepções sobre que universidade e para qual sociedade estamos nos dirigindo, explicitando que relação entre sociedade e universidade pretendemos construir. Enfim, que nos lance definitivamente em uma agenda do século XXI com trajetórias possíveis para enfrentar os desafios da nossa contemporaneidade. (UnB/PPPI, 2018, p. 12).

No entanto, as críticas ao projeto original não demoraram a aparecer, a exemplo dos ciclos básicos, uma vez que esses acabaram gerando, pelo menos, três problemas: a) a excessiva dicotomização em relação às práticas profissionais e o embasamento teórico dessas práticas; b) a inexistência de conexão entre os conhecimentos básicos e os que seriam vistos na formação profissional ou, o que era ainda mais grave, o estudante só tomava contato com a carreira após a conclusão do Básico; c) conteúdos muito específicos das disciplinas destinadas a carreiras correlatas, que todos eram obrigados a cursar (UnB/PPPI, 2018). Com efeito, no período de redemocratização do país, a UnB aproveitou para fazer ajustes no projeto institucional extinguindo a distinção formal entre as grandes áreas, Ciências e Humanidades, e decretou⁷⁰ o fim do Ciclo Básico. E ao mesmo tempo em que acontecia a reestruturação do ensino presencial, foi criado o Centro de Educação a Distância (CEAD) na instituição. Posteriormente, a UnB aderiu ao Programa Universidade Aberta do Brasil, criado pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006.

Nesse processo, os cursos de graduação foram estruturados em dois módulos: o Integrante e o Livre. O primeiro era formado pelas diferentes Áreas de Conhecimento ou de caráter

⁷⁰ Cf. Resolução nº 027/1987 do Conselho Universitário (Consuni).

disciplinar. O segundo cabe ao estudante escolher seu itinerário formativo, buscando complementar seu aprendizado. Contudo, essa reestruturação dada pela Resolução nº 027/1987 do Consuni mostrou-se incapaz de “solucionar vários problemas pedagógicos presentes no sistema de Ciclo Básico e Profissionalizante. Além disso, gerou outros, novos e graves problemas, como a estrutura seriada nos currículos de vários cursos, sem espaços para qualquer formação interdisciplinar” (UnB/PPPI, 2018, p. 14).

Cabe ressaltar que o PPPI/UnB reconhece que o Consuni “aprovou”⁷¹, em sua 333ª reunião, realizada no dia 19 de outubro de 2007, o documento intitulado “A UnB rumo aos 50 anos: Autonomia, Qualidade e Compromisso Social”, como carta de intenções para que a UnB aderisse ao ReUni (UnB/PPPI, 2018, p. 16; grifo nosso). E, sem trazer à tona o episódio da ocupação da reitoria e as suas causas e consequências, o documento afirma que, “em julho de 2008, houve grandes mudanças no contexto político-econômico-administrativo interno da Universidade. Em decorrência dessas mudanças político-administrativas, foi negociada com o MEC uma extensão em relação ao prazo para que a UnB aderisse ao Projeto ReUni” (UnB/PPPI, 2018, p. 16).

Nas palavras do Entrevistado 11, em nenhum momento o documento aprovado no Consuni dizia ser o projeto ReUni, apenas foi apresentado como carta de intenções. No entanto, a própria Ata 333ª apresentou uma pré-proposta e justificou a utilização do termo como sendo um projeto inacabado, uma vez que ainda passaria por ajustes após a avaliação do MEC.

Dessa avaliação haverá um retorno para as instituições. E a instituição então... nosso conselho poderá conhecer qual é a opinião do ministério da nossa proposta se há glosas, recomendações e justificativas necessárias. E

⁷¹ No mesmo dia, o Consuni da UFBA aprovou a proposta do ReUni dessa universidade.

então esse processo de vai e vem se dá por um tempo, não muito longo creio...e aí haverá uma definição da parte do MEC daquilo que nós estamos encaminhando e solicitando, daquilo que o MEC propõe efetivamente para a UnB a partir daí então, conhecendo a situação concreta, que é o que nos interessa... é saber que condições nós teremos para desenvolver nossos projetos, nós poderemos avaliar caso a caso cada situação e avaliar o quê que é possível efetivamente avançar... o quê que fica aí com a sua viabilidade comprometida... o quê que é impossível levar adiante. Mas tem que ter um começo, um ponto de partida. Esse ponto de partida foi... é o documento ou é parte objetiva de metas, etc. do documento que circulou e temos mais cópias aqui, para quem quiser, que não tiver trazido e não tiver acesso. E é... esse é o ponto de partida que nós propomos para o conselho, ou seja, a UnB em todas as suas unidades, nas suas conversas e... e foram muitas deliberações em unidades acadêmicas e discussões... saiu com uma proposta que é esta aqui. E o MEC então recebe esta proposta e vai prosseguir como eu esclareci. É uma negociação, é um vai e vem, não há nada impositivo e nem poderia haver, afinal a Universidade é autônoma para decidir sobre os cursos que oferece, enfim, é um processo que nós temos a perspectiva, de ter controle, diferentemente das décadas passadas em que essas condições eram prometidas, mas de maneira bastante teórica, na prática as universidades, e a nossa entre elas, sofreram muito com a tentativa de corresponder a demandas da sociedade. (UnB/ATA 333^a).

Cabe ressaltar que membros da oposição estavam na 333^a reunião e presenciaram todos os debates, inclusive a sua aprovação, mas se apegaram ao fato de o documento não ter sido apresentado como “projeto”.

O próprio PPPI reconhece que foram modificadas características importantes no Plano Diretor de 1962, entre elas: o

sistema tripartido⁷² (institutos, faculdades e órgãos complementares) e o sistema de ciclos. No entendimento de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, o sistema tripartido evitava multiplicação desnecessária e onerosa dos gastos institucionais. Além de viabilizar ao estudante maior oportunidade de amadurecimento intelectual para escolha profissional, esse sistema possibilita maior flexibilidade formativa, maior interação entre as áreas do saber, alunos e professores teriam convívio contínuo nos mesmos espaços, o que possibilitaria trocas de experiência, de aprendizagens, de ideias, opiniões, de dúvidas e, principalmente, de conhecimento. Nas palavras de Salmeron (2012), a existência das faculdades com fins profissionalizantes era justificável, pois sempre existiram, mas a criação dos Institutos Centrais tinha como propósito

[...] evitar a constituição de vários departamentos da mesma disciplina nas diferentes escolas da universidade, mas para que especialistas suficientemente numerosos pudessem trabalhar juntos, constituindo grupos fortes dedicados às letras, às artes ou às ciências, formando ambiente estimulante para a criação intelectual. A motivação essencial era de que os institutos centrais e também as faculdades deveriam ser lugares de atividades criadoras, não somente de ensino. (Salmeron, 2012, p. 93).

Importa frisar que esse sistema ainda permanece na UnB, porém, com outras características – não há divisão de tarefas (Institutos: pesquisa e pós-graduação; as faculdades: profissionalização). Agora, tanto os Institutos quanto as Faculdades oferecem os cursos de graduação (bacharelado ou licenciatura), além de pós-graduação (*lato e stricto sensu*) e atividades de extensão e pesquisa (UnB/PPPI, 2018).

⁷² O sistema tripartido refere-se à “estrutura acadêmico-administrativa da universidade, era composto pelos institutos (pesquisa e pós-graduação), faculdades (profissionalização) e órgãos complementares (serviços de apoio interno e interface campus-cidade e universidade-sociedade)”. (UnB/PDI, 2019, p. 52).

O segundo (sistema de ciclos) foi substituído pelo sistema semi seriado, com a manutenção do sistema de créditos que possibilita a flexibilização de currículos com a oferta de disciplinas do Módulo Livre. Em outras palavras, o estudante segue, *a priori*, uma lista de disciplinas pré-determinadas, semestral ou anualmente. A outra opção se dá pelas disciplinas que podem ser cursadas a qualquer momento, desde que observados os pré-requisitos, quando houver. Assim, o sistema permite certa flexibilidade para a construção dos itinerários formativos, conforme definido pelo PPPI da UnB (UnB/PPPI, 2018).

Há de se reconhecer que embora haja defesa de maior flexibilidade curricular no sistema adotado pela UnB, não se pode negar a existência de rigidez – os estudantes precisam seguir uma “grade curricular” predeterminada – e como próprio nome já diz “grade” – algo fechado, rígido, inflexível, portanto, vem de encontro com os propósitos da flexibilização. No caso das disciplinas optativas, a escolha se dá mediante uma listagem pré-selecionada, as quais são oferecidas pelo Departamento, mas o estudante tem a possibilidade de cursos em outras unidades da UnB. As disciplinas do Módulo Livre (ML) poderão ser escolhidas pelos estudantes, em número limitado, entre todas as que foram ofertadas na graduação da UnB e que não sejam restritas a um ou mais cursos.

Um problema a ser levantado, na organização curricular, é a dificuldade de gerência de vagas, uma vez que muitos estudantes poderão optar por determinadas disciplinas enquanto a outra correrá o risco de ter ou não candidatos. Uma possível discrepância entre o número de vagas e demanda poderá induzir o estudante a optar por outra, apenas para cumprir os créditos⁷³.

⁷³ De acordo com o modelo em vigor na UnB, o controle da integralização curricular em diferentes cursos é feito pelo sistema de créditos que equivale a 15 horas de aula ou de trabalho acadêmico efetivo sob coordenação docente.

Entendendo que tais alterações foram dadas ao projeto original da UnB, cabe registrar os princípios norteadores da instituição e o perfil do egresso da UnB, em vigor. Vê-se:

QUADRO 39. Princípios norteadores e perfil do egresso na perspectiva do R2

Princípios norteadores do PPPI	Princípios institucionais
Afirmar sempre os valores da igualdade e da liberdade, de forma a auxiliar vigorosamente sua difusão e articulação com os demais valores sociais;	Espírito científico, pensamento reflexivo e estímulo à criação cultural;
Afirmar sempre a harmonia dos seres humanos e de suas sociedades com o meio ambiente;	Capacidade crítica para emitir juízos reflexivos sobre as relações entre contextos sociais, culturais, econômicos e políticos, coerentes com os princípios dos Direitos Humanos;
Atender à sociedade, conhecendo-a e a natureza que a cerca e condiciona, e comunicando à sociedade tais conhecimentos;	Capacidade ética relacionada a atitudes orientadas por valores humanizadores, como a dignidade, a liberdade, a igualdade, a justiça, a paz, a autonomia, o coletivo, entre outros;
Fazer das aulas espaços de ensino por meio da pesquisa e ampla possibilidade de divulgação do conhecimento, de atuação profissional, de estabelecimento de diálogo com a sociedade;	Domínio de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos, e capacidade de comunicar esses conhecimentos por meio do ensino, de publicações e de outras formas de divulgação científico-cultural;
Promover a excelência em ensino, pesquisa, extensão e gestão;	Capacidade de investigação científica, de criação e difusão da cultura;
Atuar em defesa da universidade pública, comprometida com o desenvolvimento científico, tecnológico, artístico, cultural, econômico e socioambiental.	Aptidão para a inserção nos diversos setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira.
Promover a universidade colaborativa, diversa, comprometida com a dignidade das condições de trabalho, estudo e convivência;	Capacidade de desenvolver trabalho colaborativo;

Afirmar valores e práticas que atendam à sustentabilidade como princípio sistêmico que integre âmbitos ambientais, sociais e econômicos.	Desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional;
Promover as condições de acessibilidade e a construção de um ambiente de trabalho e estudo inclusivo, respeitoso, solidário e colaborativo.	Capacidade para a tomada de decisão e o compromisso social, ético, político.
Exercer a democracia e autonomia universitária.	

Fonte: Elaboração própria a partir do PPPI (UnB/PPPI, 2018).

Se de um lado o R1 procurou resgatar características do Plano Orientador, por meio dos BGAs, R2 reconfigurou o projeto, inserindo “novas” possibilidades de organização curricular. O fecho dessas alterações está explicitado no primeiro Projeto Político Pedagógico Institucional na UnB, o qual indica como princípios orientadores da organização curricular os seguintes itens:

QUADRO 40. Princípios orientadores da Organização Curricular (PPPI – R2)

Interdisciplinaridade	Promover a integração curricular de modo a ultrapassar as fronteiras disciplinares em diferentes áreas do conhecimento.
Transversalidade	Promover a aproximação entre a realidade e a ciência pela inserção de temas da vida cotidiana na estrutura curricular dos cursos, tais como questões relacionadas aos direitos humanos, étnico-raciais e à educação ambiental.
Contextualização	A contextualização busca a superação do ensinar, do aprender, do pesquisar e do avaliar apenas para atender às necessidades acadêmicas. Busca dar sentido social aos conhecimentos, conceitos e procedimentos metodológicos.
Flexibilidade	Aplicado às possibilidades, diversificar as formas de produção do conhecimento e desenvolvimento intelectual e profissional
Diversidade	Potencializar políticas de inclusão social, de ações afirmativas e políticas de atenção à diversidade.
Acessibilidade	Promover o acesso, a permanência e a participação dos estudantes em diferentes atividades acadêmicas.

Sustentabilidade socioambiental	Fortalecer as ações de sustentabilidade implica a necessidade de se multiplicarem as práticas sociais baseadas no fortalecimento do direito ao acesso à informação e à educação ambiental em uma perspectiva integradora. E demanda iniciativas baseadas na premissa da transparência na administração dos problemas ambientais urbanos.
---------------------------------	--

Fonte: Elaboração própria a partir do PPPI (UnB/PPPI, 2018).

É bem verdade que a interdisciplinaridade, flexibilidade, expansão do acesso e permanência são pontos requeridos pela proposta do ReUni para todas as universidades que aderissem ao Plano. No entanto, a UnB propõe tais princípios, mas, ao mesmo tempo, age em contradição, a exemplo da manutenção da organização curricular (70% obrigatória e 30% mais flexível), utiliza as modalidades de acesso para cursos específicos, com escolha precoce por parte dos estudantes, o que pode gerar desmotivação e o consequente aumento da evasão, mantém o sistema departamental e o tradicional vestibular.

No ano de 1967, o governo federal aprovou o Decreto-Lei nº 252, que define, no parágrafo 1º, o departamento como sendo a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica, no qual se encontram lotados os servidores docentes e técnico-administrativos. No entendimento de Chauí (2000), a partir de então, o significado de departamento diferencia do que foi pensado por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro – passou a ser entendido como uma reunião de todas as disciplinas afins,

[...] de modo a oferecer cursos num mesmo espaço (uma única sala de aula), com o menor gasto material (desde que o giz e o apagador até mesas e carteiras) e sem aumentar o número de professores (um mesmo professor devendo ministrar um mesmo curso para maior número de alunos). Além de diminuir os gastos, a departamentação facilita o controle administrativo e ideológico de professores e alunos. (Chauí, 2000, p. 48).

Nesse sentido, Camargo e Lazarte (2012) criticam a manutenção do sistema departamental no contexto atual das universidades, pois, em meio às intensas mudanças sociais, tecnológicas e globalizadas, a instituição de educação superior é instada a atender às necessidades da sociedade. Ela é chamada a (re)pensar sua organização, sua estrutura, seu papel na sociedade, incluindo as formas de acesso e a estrutura curricular. Assim, embora o Plano Orientador ainda seja muito atual em diferentes aspectos, o sistema departamental pensado na década de 1960 como inovador não cabe mais no cenário atual, pois se tornou obsoleto, especialmente considerando as alterações introduzidas durante o regime militar, carecendo, portanto, de modernização, com outras formas de organização acadêmica.

Ao fazer uma discussão sobre os departamentos no âmbito acadêmico, Nacif *et al.* (2012) salientaram que diversos fatores organizacionais e ainda o próprio avanço das ciências favoreceram para que tal estrutura recebesse críticas, o que resultou na extinção deles em algumas universidades e a não previsão de implantação em outras.

Entre as principais críticas está o “nível de poder refratário a interações, que dificulta a integração entre as unidades, sendo altamente resistente a mudanças decorrentes de necessidades institucionais ou da própria ciência que o departamento representa na universidade” (Nacif *et al.*, 2012, p. 9). Nesse aspecto, em alguns casos o departamento se subdivide em pequenos departamentos, provocando a fragmentação do conhecimento. Cita-se como exemplo quando determinada área do saber possui diferentes departamentos, porém, sem muito intercâmbio entre eles. Em outras palavras, a estrutura departamental mal planejada pode

[...] levar ao que alguns estudiosos chamaram de “departamentalismo”⁷⁴ estreito e arrogante” que gera um provincianismo maléfico no qual se esvai a própria ideia de universidade. Não são raros os casos de departamentos que se transformaram em feudos de poder, retratados na sua face mais perversa num corporativismo maléfico em que um pacto de mediocridade permite que processos de avaliação docente sejam ignorados sistematicamente ou que o desrespeito a determinadas regras da academia (por exemplo, a dedicação exclusiva) sejam encobertas nessas relações de compadrios. (Nacif *et al.*, 2012, p. 9).

A UnB mantém a estruturação departamental, conforme propunha o Plano Diretor na década de 1960. No entanto, o modelo pensado por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro foi se alterando, deixando os objetivos primários do departamento como alternativa para promover a democratização da universidade, além de eliminar o poder das cátedras vitalícias, transferindo para os docentes o direito de decidir e deliberar, para se adequar às normas e tendências definidas pelo regime militar – reunião de todas disciplinas afins, sem conexão, que representa fragmentação do conhecimento (Chauí, 2000).

Considerando a perspectiva de R2, a possibilidade de integração curricular foi dada pela criação dos Consórcios de Cursos – caracterizada pela aproximação de diferentes cursos com o objetivo de manter certo grau de compartilhamento na oferta das disciplinas e uso de laboratórios etc. Dentre os cursos de graduação criados, no ano de 2009, estão:

Engenharia da Produção (FT), Licenciatura em Música/Noturno (IDA), Geofísica (IG), Letras – Tradução/Espanhol (IL), Licenciatura em História/Noturno

⁷⁴ O sufixo *ismo* pode ser entendido como significado pejorativo ao designar generalização ou depreciação do substantivo primitivo, a exemplo de outros termos: governo (governismo), capital (capitalismo), órgão (organismo), cliente (clientelismo), assistência (assistencialismo) etc. (Gianastacio, 2009).

(IH) e os cursos executados por consórcios entre Institutos/Faculdades: Ciências Ambientais (IB, IG, IQ, ECO, CDS), Gestão de Políticas Públicas (IPOL, ADM, ECO), Museologia (IDA, HIS, CID) e Engenharia da Computação (CIC, IE, ENE). (UnB, 2010, p. 112).

Além desses, outros consórcios foram feitos, como é o caso do Centro de Excelência em Turismo, em parceria com os Departamentos de Administração, de Economia, de Geografia, de História, com a Faculdade de Educação e com o Instituto de Ciências Biológicas, para oferta de cursos no campus Darcy Ribeiro. Em 2009, o Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) incorporou-se a um consórcio de unidades acadêmicas que criou o curso de graduação em Ciências Ambientais. O curso de Políticas Públicas (GPP⁷⁵) da UnB é um exemplo que foi criado dentro dessa proposta:

O Departamento de Gestão de Políticas Públicas (GPP) da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas (FACE) foi criado no ano de 2015, sendo que o curso de graduação em gestão de políticas públicas existe desde 2009. Desde o seu início, o curso oferta 50 vagas para ingresso de estudantes de graduação a cada período letivo. Até meados de 2013, o curso funcionava sob o formato de consórcio, então constituído pelos Departamentos de Administração (ADM) e de Economia (ECO), da FACE, e pelo Instituto de Ciência Política (IPOL). Dali em diante, passou a vincular-se diretamente à FACE até que, em 2015, foi criado o Departamento de Gestão de Políticas Públicas (GPP). (UnB/FACE, 2019, p. 1).

Verifica-se que o termo consórcio não aparece na apresentação do projeto do R2, apenas sinaliza a possibilidade de

⁷⁵ Esse formato durou até 2013, quando o consórcio foi dissolvido e registrado em Ata 45º do Conselho da FACE, em 2013, e posteriormente tornou-se departamento da FACE, dado pela Resolução nº 4 do Consuni, 2015.

“parcerias entre unidades acadêmicas”. Certamente, a proposta foi construída posteriormente, uma vez que R2 indicou a criação de cursos de caráter interdisciplinar, sendo indicada apenas a criação dos seguintes cursos: Noturno (Arte e Comunicação Digital; Ciências Ambientais; Gestão de Políticas Públicas), no Diurno (Música Popular e Turismo). Essa proposta veio como alternativa para substituir os BGAs, uma vez que possibilitava o trabalho interdisciplinar.

No entanto, o Consórcio de Curso pareceu, *a priori*, interessante, mas não teve força para se manter na instituição em decorrência de inúmeras dificuldades de gestão (Entrevistado 2). A UnB reconhece que a falta de detalhamento na execução dos cursos, via consórcio, inviabiliza a apuração financeira (custo/aluno) de cada curso, uma vez que “as despesas de um determinado curso estão pulverizadas entre Faculdades e/ou Institutos diferentes. Por esta razão, o custo do aluno destes cursos está diluído entre as unidades responsáveis por administrá-los” (UnB, 2010, p. 112).

Outro ponto a destacar é que promover a integração das disciplinas não significa necessariamente um trabalho interdisciplinar. De acordo com Fazenda (2011), o termo integração, como o fim em si mesma, é fator de estagnação, é limitado e representa a manutenção do *status quo*. Pode acontecer em diferentes aspectos parciais: confronto de métodos, teorias-modelo ou conceitos-chave das diferentes disciplinas. Já interdisciplinaridade significa ir além da integração entre as disciplinas, é quebrar barreiras entre elas, de modo que haja enriquecimento mútuo pela intensa reciprocidade nas trocas, é possibilitar a transformação, mudança social. Em outras palavras, para que haja interdisciplinaridade, é preciso que se tenha uma

[...] “sintonia” e uma adesão recíproca, uma mudança de atitude diante de um fato a ser conhecido; enfim, o nível

interdisciplinar exigiria uma “transformação”, ao passo que o nível de integrar exigiria apenas uma “acomodação”. O aspecto integração poderia ser identificado, dentro da terminologia que vem sendo usada, como multi ou pluridisciplinar, onde não existe uma preocupação com a “interação”, mas apenas com a justaposição de conteúdos de disciplinas heterogêneas, ou com a integração de conteúdos numa mesma disciplina, ao passo que a “interação” seria condição necessária para a interdisciplinaridade. (Fazenda, 2011, p. 87-88).

O homem está no mundo e pelo simples fato de estar no mundo é agente e sujeito transformador do próprio mundo. Nesse sentido, torna-se necessário que, no processo formativo, o homem tenha condições e oportunidades de conhecer as suas múltiplas e variadas formas e possibilidades de compreender e modificar a si próprio e à sociedade em que está inserido. Caso contrário, permanecendo numa única perspectiva do conhecimento, o homem adquirirá uma visão distorcida da realidade, uma vez que a sociedade é multifacetada, produto desse mundo em processo dinâmico de mudanças. Com a formação adequada, com caráter interdisciplinar, as múltiplas possibilidades de visão de determinado fato/objeto possibilitarão ao homem ampliação de conhecimento e evidentemente as oportunidades serão ampliadas, no sentido de modificar a sociedade “na medida em que a conhecer como um todo, em seus inúmeros aspectos” (Fazenda, 2011, p. 81-82).

No entanto, para que isso aconteça, é necessário que haja preparação, ou seja, implica a universidade, instituição formativa, o reconhecimento de seu papel, não se furtando a essa realidade. Ela é chamada a rever sua organização curricular de modo a promover a formação integral de seus estudantes, evitando a fragmentação do conhecimento. No caso da UnB, a proposta do trabalho interdisciplinar em vigor não se efetiva na sua plenitude, pois os cursos, ainda que haja proximidade nas áreas do

conhecimento, não dialogam, são separados em departamentos e, quando muito, as disciplinas promovem integrações das atividades acadêmicas. Além disso, os professores são lotados em suas áreas/departamentos sem a flexibilidade para a atuação em outro departamento, ainda que funcionem lado a lado. Fato que compromete significativamente o grande dinamismo do trabalho docente na universidade.

Se por um lado a universidade precisa se preocupar com a formação dos discentes na perspectiva do trabalho interdisciplinar, de outro lado não pode esquecer que essa ação requer preparo do corpo docente da instituição, com destaque para aqueles que não possuem licenciatura – muitos sabem o conteúdo, mas têm dificuldades de passar didaticamente para seus alunos. Se dificuldades básicas como essas se fazem presentes, e precisam ser superadas na instituição, então como seria um trabalho mais elaborado, com profundidade multi, pluri, inter e transdisciplinar.

Outro ponto a destacar, no contexto atual da UnB, são as inúmeras disciplinas com conteúdo análogo que se repetem na instituição, apesar de ter sido uma das metas a ser combatida na UnB, tanto por R1 quanto por R2. O entendimento que se tem é que a redundância curricular poderia ser minimizada se houvesse diálogo entre as áreas do conhecimento, se houvesse maior flexibilidade para os estudantes circularem em diferentes disciplinas, não somente nos 30% dedicados às optativas ou Módulo Livre, mas em diferentes cursos e áreas do saber, a exemplo dos estudantes de humanas nas áreas de exatas e vice versa.

Sobre essa possibilidade interativa, um de nossos entrevistados fez referência à fala de um aluno de engenharia que cursou disciplina de Módulo Livre na área de humanas: “eu jamais pensei que uma disciplina de Módulo Livre fosse provocar tanta transformação em mim como ser humano, como aconteceu nesse

semestre” (Entrevistado 4)⁷⁶. A expressão desse estudante ratifica a importância de se pensar a formação integralizada, conforme foi projetada no Plano Orientador – dando-lhe (estudante) oportunidade de circular em diferentes áreas e disciplinas, incluindo a formação humanística.

Pegando a concepção heideggeriana de ser do homem, a universidade constitui-se como *pro-jeto*, que significa projetar-se para frente, rumo a possibilidades de ocorrências, de ir além, projetar-se com base no porvir, do que pode ser, de lançar ideias à frente para que sejam pensadas, questionadas, problematizadas, avaliadas e realizadas de modo a abrir caminhos, indicar novas possibilidades e novos rumos (Heidegger, 2012). Como *pro-jeto*, a universidade está em um processo contínuo de inacabamento, pois não é algo pronto, mas “verdadeira obra de arte, cuja criação e produto prossegue em nosso fazer, não se situa no plano do modismo, mas possui um sentido pleno” (Coêlho, 1999, p. 92). Por isso, ela não pode ser fechada, isolada, engessada, mas aberta à realidade que se insere, ao debate, à crítica e à criação do novo, o que está diretamente ligada à estruturação curricular e ao fazer docente.

Pensando a UnB no contexto atual, o Entrevistado 4 afirma que em muito se perdeu com a alteração do R1 para o R2 e o grande desafio da interdisciplinaridade ainda não se efetivou na instituição, pois até hoje se faz presente “a dimensão de humanas e exatas separadas, ainda não houve tanta interpenetração dos currículos que era outra dimensão da reestruturação... ficou muito disciplinar, separado”.

Enquanto a comunidade acadêmica tem essas percepções, o PPPI da UnB propõe a “formação humanista, crítica e reflexiva, em que a responsabilidade em estimular e oportunizar a vivência de diferentes formas de pensar, produzir e socializar

⁷⁶ Representante de Unidade Acadêmica (1).

conhecimentos assume lugar de destaque para uma melhor compreensão da sociedade” (UnB/PPPI, 2018, p. 24). Cabe aqui o questionamento se tais objetivos serão alcançados, mantendo a estruturação curricular como se encontra (departamentos, disciplinar, com ínfimas possibilidades de flexibilização curricular).

Embora o PPPI queira se aproximar do Projeto Orientador, numa versão mais moderna de educação, as estratégias utilizadas para resolver os problemas da evasão, da interdisciplinaridade, da flexibilidade e de um acesso mais democrático não funcionam conforme previam Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. De acordo com esse documento,

[...] a criação de sistema semisseriado, em lugar do sistema de ciclos inicial, manteve o sistema de créditos que permitiu flexibilizar currículos com a oferta de disciplinas do Módulo Livre. Outro ponto em favor da flexibilidade curricular foi a decisão sobre a obrigatoriedade regimental de teto máximo de 70% de disciplinas obrigatórias para cada curso. Os 30% restantes eram compostos por disciplinas optativas e de Módulo Livre e permitiam a construção de uma trajetória acadêmica mais adequada a cada estudante, de acordo com suas expectativas de formação. (UnB/PPPI, 2018, p. 18).

No item que trata da “diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada”, o projeto apresentado ao MEC, na perspectiva do R2, explicita que “as estruturas de currículos em vigor apresentam, de forma geral, elevado grau de rigidez, com cerca de 70% dos créditos em disciplinas obrigatórias”⁷⁷ (Brasil,

⁷⁷ Cabe aqui esclarecer que as mudanças promovidas na década de 1968, no âmbito universitário, tiveram reflexos na organização curricular das universidades. A crítica de Chauí (2001, p. 48) é que, a partir desse período, as matrículas passaram a ser “por disciplinas (o curso parcelado e por créditos), que levam a uma divisão das disciplinas em obrigatórias e optativas”.

2007a, p. 190), pois se apresentam com alto grau de rigidez, são fechadas em grades curriculares, ficando, assim, engessadas. As críticas de R2 ao modelo de estruturação curricular na UnB, antes do ReUni, são estendidas às disciplinas optativas e de módulo livre, afirmando que elas se fazem presentes na UnB, ainda que não sejam generalizadas, mas apresentam demanda de aperfeiçoamento.

Observa-se que a equipe responsável pela elaboração do R2 e pelo PPPI era presidida pela mesma pessoa e, ainda assim, a contradição presente no item que trata da “diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente com superação da profissionalização precoce e especializada”, permaneceu, dando a entender que a proposta de mudança curricular do R1 para R2 serviu apenas de pretexto para permanecer como estava. Em outras palavras, não havia intenções de promover inovação, nem possibilitar a superação da escolha precoce da profissão, conforme previam as dimensões do ReUni, pois os estudantes da UnB continuam fazendo a escolha dos cursos precocemente, no momento da inscrição do vestibular e as disciplinas seguem o mesmo modelo que vigorava antes do ReUni (70% obrigatórias e 30% mais flexíveis), fatos que potencializam a elevação dos índices de evasão, um problema crônico da instituição. Evasão que pode ser exemplificada nos números discrepantes dos cursos de licenciatura (ingressantes e formados), conforme apresentado anteriormente. A situação torna-se ainda mais grave em alguns cursos da UnB que superam os 70% das disciplinas como obrigatórias, a exemplo do curso Medicina Veterinária.

Não é demais lembrar que a reforma do Ensino Médio, dada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), determina o aumento da carga horária de 2.400 para 3.000 horas, até o ano de 2021. A distribuição das disciplinas dar-se-á com 60% para todos os estudantes, garantindo os conhecimentos básicos de formação geral, o restante, 40% da carga horária, será mais flexível,

momento em que o estudante poderá construir seu próprio itinerário formativo. Isso significa que, nos próximos anos, a UnB receberá os egressos do Ensino Médio com uma formação diferenciada dos que estão chegando agora. Em outras palavras, a aprovação do PPPI com a estrutura (70% obrigatórias e 30% mais flexíveis) demonstra que a instituição não se antecipa no que se refere ao preparo antecipado de sua equipe, do corpo docente e técnico-administrativos, a fim de estarem à frente para oferecer além do que encontram no ensino médio. Pelo contrário, mantendo a estrutura como está, o estudante, em vez de encontrar uma universidade mais aberta, com mais possibilidades, encontrará mais rigidez, menos flexibilidade curricular.

Ora, Anísio Teixeira combateu essa rigidez no contexto acadêmico, de maneira intensa. Para ele, a universidade deveria ser aberta, flexível, com o livre circular de ideias, de interação nos debates entre alunos/alunos, alunos/professores/alunos, professores/professores, enfim, a universidade como ambiente propício para os debates, de ampliação do conhecimento, de oportunidade para descobrir, inventar e reinventar, de buscar o saber. Nesse sentido, os idealizadores da UnB desejaram que, no campus universitário, alunos e professores convivessem numa

[...] comunidade⁷⁸ efetivamente comunicada tanto pelo cogoverno de si mesma, como pela integração dos estudos curriculares com amplos programas de atividades sociais, políticas e culturais, com o propósito de criar um ambiente propício à transmissão do saber, à criatividade e à formação de mentalidades mais abertas, mais generosas, mais lúcidas e mais solidárias. [Este ambiente deveria] oferecer a todos os estudantes durante os seus dois

⁷⁸ O conceito de comunidade, na perspectiva de Chauí (2001, p. 68), é originário de democracia e se “define pela presença de uma medida comum que torna os membros da coletividade equivalente – essa medida é a liberdade pela qual será estabelecida a igualdade de condições na participação no poder e na repartição dos bens”.

primeiros anos de cursos tanto programas científicos como humanísticos, a fim de proporcionar ao futuro cientista ou profissional oportunidade de fazer-se também herdeiro do patrimônio cultural e artístico de humanidade, e o futuro graduado de carreira humanística, uma informação científica básica. (Ribeiro, 1990, p. 120).

Anísio vislumbrava uma universidade moderna, acessível, que formasse o homem como um todo, em que o estudante escolhesse o curso com mais amadurecimento, evitando, com isso, as probabilidades de desmotivação e/ou desistência. Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro acreditavam que o modelo inovador de universidade pensado para a nova capital do Brasil tinha inúmeras vantagens, entre elas: 1) Evitar a multiplicação desnecessária e onerosa de equipamentos e instalações de laboratório; 2) A concentração de recursos humanos; 3) Dar ao aluno a chance de escolher uma profissão quando ele estiver mais maduro e mais bem informado do que no final do ensino médio; 4) Oportunidade de desenvolver novas especializações científicas e profissionais; 5) Proporcionar uma melhor seleção dos suprimentos futuros dos líderes científicos e culturais do país; 6) Estabelecer uma distinção mais clara entre as atividades de educação científica e formação profissional; 7) Permitir uma integração mais completa da Universidade com as áreas produtivas para as quais deve preparar técnicos (UnB, 1962).

Ao realizar a leitura de alguns Projetos Pedagógicos de Cursos de graduação da UnB, escolhidos aleatoriamente, pode-se observar que a estrutura curricular, majoritariamente, segue o modelo semi seriado, com disciplinas obrigatórias, optativas e módulo livre, com exceção do curso de engenharia do Gama, que utiliza modalidade diferenciada, como já foi discutido anteriormente. A escolha pelos cursos de graduação na UnB acontece previamente, no ato da inscrição, semelhante como era antes da

proposta do ReUni e R1 tentou combater, mas não vingou na UnB.

Entre as formas de ingresso, o tradicional Vestibular, Programa de Avaliação Seriada (PAS) e Sistema de Cotas, via Transferência Obrigatória, Transferência Facultativa, Portadores de Diploma de Curso Superior, além de outras formas de ingresso, tais como Mobilidade Acadêmica Nacional, Acordo Cultural PEC-G, Convênio Interinstitucional – Internacional, Matrícula Cortesia, Programa de Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G). Cabe salientar que Sistema de Seleção Unificada do MEC – SiSU/MEC foi utilizado pela UnB até 2019, quando fez a opção de não mais adotar esse sistema como ferramenta para a seleção de estudantes de graduação, sob a justificativa de incompatibilidade com o calendário do SiSU e da Universidade. Além disso, o discurso salientava que havia pouca adesão dos estudantes, o que demandava várias chamadas para o completo preenchimento das vagas. No entendimento dos gestores institucionais, muitos que entravam por essa modalidade de acesso desistiam ao longo do curso, elevando, com isso, a taxa de evasão da UnB (UnB/ASCOM, 2019).

Não é demais lembrar que o egresso do ensino médio, geralmente entre 16 e 18 anos, ao fazer a inscrição no sistema SiSU, faz a escolha do curso precocemente e, muitas vezes, a opção profissional é realizada sem o devido amadurecimento do candidato. Com efeito, quando é selecionado, assume o curso superior insatisfeito, por não ser o que ele realmente desejava, mas o que foi possível alcançar ou até mesmo a opção de lhe restou para ingressar na tão sonhada universidade. Assim, não é difícil imaginar que a consequência de tal situação seja o desestímulo do estudante, o abandono ou um profissional frustrado. Nesse cenário, em vez de buscar corrigir tal situação e promover o acesso mais aberto e flexível, contribuindo inclusive para a redução da evasão acadêmica, a UnB optou por abrir mão do SiSU e manter

suas tradicionais modalidades de acesso, incluindo o velho vestibular. Nas palavras de Neves e Martins (2016), as transformações sociais, nos últimos tempos, trouxeram características básicas para a educação superior brasileira, uma delas é a manutenção do acesso altamente excludente, apesar das políticas de inclusão, sendo o vestibular um dos principais vilões.

3.6. O desfecho

3.6.1. O projeto da UnB: uma utopia

Na perspectiva de Santos e Almeida Filho (2008, p. 135), o projeto original da UnB foi fortemente influenciado pelo modelo flexneriano de universidade. E esse foi baseado em ciclos formativos, flexíveis, com itinerário acadêmico em que alunos e professores tinham a liberdade de escolher o que ensinar e o que estudar. No âmbito organizacional, era dada pelo sistema departamental a separação entre gestão institucional e gestão acadêmica, a qual passa a ser conduzida pelos departamentos compostos por todos os professores titulares, em substituição à cátedra vitalícia. Era uma inovação de universidade para o Brasil, porém, nas palavras dos idealizadores, o modelo não é novo, mas suas

[...] características essenciais foram testadas em muitos dos países mais avançados. Na Alemanha, Inglaterra, Estados Unidos e Rússia, a ciência e a tecnologia modernas foram colocadas nas universidades por uma estrada que hoje recomendamos ao Brasil. Às vezes, sentimos que nosso país é o único que resta no mundo que ainda tenta educar cientistas e tecnólogos pela mesma estrutura e métodos tradicionais empregados no desenvolvimento do aprendizado clássico. Isso pode ter sido suficiente nos dias em que o ensino superior aqui era necessário apenas

para qualificar socialmente jovens para classes altas, para treinar um punhado de médicos com maneiras impecáveis à beira do leito, e educar engenheiros suficientes para construir mansões senhoriais e um ocasional edifício público monumental. Hoje não é enfaticamente suficiente. (Teixeira; Ribeiro, 1962, p. 1).

Ainda assim, apesar da proposta de modernização da universidade brasileira, idealizada por Anísio Teixeira, no caso da UnB em parceria com Darcy Ribeiro, a qual foi pensada e planejada para a nova capital, esta não seguiu adiante. Tal qual aconteceu com a UDF, a UnB teve seu projeto interrompido por governo ditatorial, que, sob a alegação de manter a ordem e a disciplina, precisava intervir. Tempos depois, prestes a completar meio século de existência, surge a oportunidade de retomar características do Plano Orientador, que novamente foi barrado.

Portanto, foi nessa direção que o R1 caminhou, espelhado no ideário de Anísio Teixeira. R1 pensou, pois, um projeto educacional para a UnB. No Projeto de Reestruturação (R1), havia preocupação com um projeto nacional, havia planejamento e fundamento. Ele foi “o primeiro projeto do país, aprovado pelo Consuni, derrubado num golpe interno, levado um tempo para se apresentar de novo ao MEC, se apresenta sem ser um projeto estruturado, tardiamente, com dificuldade para implantação” (Entrevistado 1). Assim, o projeto que era para ser a vanguarda tornou-se um dos últimos a ser implantado. O que era para ser um modelo nacional tornou-se mais do mesmo – um projeto fragmentado por unidades.

Em outras palavras, quase 100% dos nossos entrevistados afirmaram que houve alteração considerável no R1, o que significou perda para a universidade, perda para a comunidade acadêmica, em especial para os discentes, pois o Plano de Reestruturação implantado não se apresenta como um projeto institucional. Existem, sim, propostas fragmentadas nas unidades, ao

passo que o projeto R1 tinha um corpo teórico, era uma proposta institucional, abarcava uma concepção acadêmica e tudo isso foi perdido. Com efeito, os problemas não demoraram a aparecer – obras inacabadas, recursos insuficientes, contratação de professores sem a devida estrutura.

De acordo com o Entrevistado 7, o ReUni possibilitou ampliação do acesso à educação superior no âmbito da UnB, porém, este crescimento não foi acompanhado pela ampliação da estruturação física da instituição e nem do aumento no número de docentes e de técnico-administrativos. Se por um lado houve o aumento das vagas e cursos, de outro lado houve resistência por parte dos docentes que se sentiam sobrecarregados, além de sentirem dificuldades de adaptação ao novo perfil de alunos que chegariam à universidade para os cursos noturnos – geralmente aquele trabalhador, que requer certa flexibilidade nas demandas de trabalho/textos e atividades acadêmicas. Diante de tal realidade, a estratégia utilizada pela gestão foi designar os professores recém-contratados para atuação nos cursos noturnos, na sua maioria licenciaturas, os quais já carregavam um histórico de altos índices de evasão.

Cabe aqui salientar que uma das preocupações do R1 era justamente as aulas do primeiro semestre, pois careciam que fossem ofertadas pelos professores mais experientes, mais preparados na instituição, de modo a ampliar as possibilidades de permanência do estudante no curso e reduzir os índices de evasão. Fato que foi alterado com a implantação do R2 e ratificado pela estratégia utilizada para atender à demanda dos cursos de graduação no noturno, sendo os professores recém-chegados.

Outro ponto a destacar foi que, naquele cenário, a UnB deu início ao processo de implantação dos cursos à distância (EaD), via sistema Universidade Aberta (UAB). Esses cursos, assim como os do noturno, também tiveram resistência do corpo docente, que não queria assumir mais essa responsabilidade,

incluindo os professores recém-contratados, pois já estavam com carga horária elevada ao assumirem atividades tanto no ensino quanto nas questões administrativas na instituição, tendo em vista que a entrada de servidores técnicos só aconteceu posteriormente.

Com a ideia de que a Universidade tinha sido pensada para o Brasil, e não apenas para Brasília, a gestão à época, em meio à expansão do ReUni, criou cursos⁷⁹ na modalidade EaD em diferentes regiões do país, entre elas: Norte, Nordeste e Sudeste. Com efeito, a UnB se viu diante de um grande desafio (oferta da EaD, criação dos cursos noturnos e ampliação dos cursos no período diurno) sem que houvesse estrutura para tal. Naquele cenário, ficou perceptível o sufoco que a Administração Superior da Universidade enfrentou ao ter de ampliar o acesso para não perder os recursos vindos do ReUni e do Sistema UAB, pois havia a possibilidade de que, se não utilizasse todo o recurso orçamentário, num determinado ano sofreria penalidades de cortes no ano seguinte – “então chegou ser uma esquizofrenia... eu não consigo abrir, mas tenho que abrir, tenho que expandir, porque senão eu não consigo me manter” (Entrevistado 7).

A Universidade sofre as consequências dessa expansão sem planejamento, pois ainda enfrenta dificuldades para envolver a comunidade acadêmica para atuação nos cursos EaD, em especial os docentes que estão com carga horária pesada, mediante a ampliação das demandas que lhes são dadas com os cursos presenciais. No entendimento do Entrevistado 7, os professores estão cansados, doentes, muitos enfrentam dificuldades para produzir e desenvolver suas atividades acadêmicas, pois a pressão sobre eles é grande para dar conta do ensino, da pesquisa e da extensão, além de outras responsabilidades que incluem gestão e

⁷⁹ Na maioria, cursos de Licenciaturas que não eram ofertados pelas instituições dessas localidades.

participação em inúmeras comissões, organização de eventos e orientação discente. Tais fatos potencializam o desenvolvimento do mal-estar docente que, direta ou indiretamente, tem refletido nas cobranças acadêmicas aos estudantes. Diante de tal realidade, não se pode esquecer que a UnB tem registrado altos índices de suicídio⁸⁰ entre os alunos, porém, cabe apurar se tais números estão relacionados ao contexto acadêmico.

Além disso, afirma o Entrevistado 7, a UnB tem alta rotatividade dos servidores – há de se reconhecer que os aprovados em concurso público geralmente possuem boas qualificações profissionais e quando chegam à instituição se depararam com certo mal-estar entre os servidores, fato que impulsiona a busca de novas possibilidades de trabalho, seja por transferência para outros órgãos ou enfrentando novos concursos. Para os que ficam, esses recebem a carga de trabalho maior – acumulando as funções e, inúmeras vezes, dando treinamento aos novos servidores, sejam efetivos ou provisórios, muitos deles estagiários.

No que se refere à estrutura física no contexto atual, o PPPI afirma que a UnB está constituída

[...] por oito decanatos, 12 institutos, 14 faculdades, 53 departamentos, 12 centros de pesquisa especializados, quatro centros de ensino e pesquisa, 36 núcleos, quatro secretarias, seis órgãos complementares, dez órgãos diversos, um hospital universitário, dois hospitais veterinários, quatro bibliotecas, uma fazenda (Fazenda Água Limpa) e quatro *campi* (Darcy, Planaltina, Ceilândia e Gama). Oferece 139 cursos de graduação, sendo 30 noturnos e nove a distância. Oferece 155 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sendo 87 de mestrado e 68 de doutorado. (UnB/PPPI, 2018, p. 17).

Em relação à infraestrutura da instituição, a UnB possui:

⁸⁰ Disponível em: <https://pleno.news/brasil/cidades/em-brasilia-estudante-morre-em-campus-de-universidade.html>. Acesso em: 18 mar. 2018.

[...] o Campus Darcy Ribeiro tem 395 hectares, em que 552 mil metros quadrados são de área construída. O campus da UnB-Ceilândia tem instalados 199 mil metros quadrados de área total e 9,8 mil metros quadrados de área construída. O campus da UnB no Gama ocupa área total de 335 mil metros quadrados e 6,7 mil de área construída. O campus da UnB de Planaltina tem 301 mil metros quadrados de área total e 12,5 mil metros quadrados de área construída. (UnB/PPPI, 2018, p. 17).

No âmbito da organização acadêmica, a UnB reconhece que a separação entre a profissionalização, oferecida pelas faculdades, e a de pesquisador, oferecida pelos institutos, presentes no Plano Orientador de 1962, foi descaracterizada quando a distinção entre as estruturas acadêmicas foi desfeita e atualmente a formação caracteriza-se como uma “profissionalização que atende à concepção da unidade entre atuação e pesquisa” (UnB/PPPI, 2018, p. 17). O R2 seguiu os princípios orientadores para a organização curricular (interdisciplinaridade, transversalidade, contextualização, diversidade, acessibilidade e sustentabilidade socioambiental) no intuito de promover a modernização e inovação no processo formativo.

Contudo, o que se vê é mais do mesmo. As mudanças promovidas pelo R2 reproduziram as estruturas tradicionais da universidade que foram sendo afirmadas com o fim do ciclo básico, a manutenção dos departamentos, o caráter disciplinar, 70% da carga horária rígida, obrigatória, sem flexibilidade para a interação/integração, entrada única nos cursos de graduação e a dificuldade de se promover a interdisciplinaridade entre as disciplinas e os cursos.

Durante as entrevistas, foi sinalizado que o ReUni foi uma das vítimas dos interesses político-partidários, tanto em âmbito nacional quanto na UnB, local onde os atores atuaram de maneira intensa para a obtenção do poder de influência nas decisões institucionais. Havia membros da oposição dedicando-se a

campanhas contra o R1, ainda que não tivesse participado das discussões para a sua elaboração/construção e, ao mesmo tempo, saindo em defesa de um novo projeto. Na mesma linha, outros atores atuavam na representação sindical, os quais estavam engajados nos ataques ao ReUni na ADUnB. Como recompensa da atuação e dos resultados obtidos, receberam a premiação – cargos nobres na reitoria, a exemplo das lideranças de decanatos.

A implementação do ReUni na UnB, dada a sua importância para a instituição, não teve um grupo para acompanhamento e monitoramento. Embora o Entrevistado 11 tenha afirmado que a Comissão Permanente do ReUni tenha feito este trabalho, o Entrevistado 5 afirma que “nunca foi feito uma auditoria clara [...] dos resultados específicos do ReUni na UnB [...] durante o processo de implantação não houve avaliação” e se acaso estivesse acontecendo internamente, certamente o viés seria muito ideologizado. O ideal é que fosse feito por profissionais externos, realizando uma auditoria de todo o processo de implantação/resultados do ReUni.

A coleta de dados realizada ao longo desta investigação demonstrou que a avaliação do projeto não foi objeto de prioridade dar transparência nas informações, exemplo disso são as ausências dos anuários estatísticos da UnB, referentes aos anos 2009, 2010, 2012, que fazem parte justamente do período de implantação do ReUni. As dificuldades para encontrar os dados demonstram que, enquanto várias universidades se aperfeiçoaram na compatibilização dos dados e transparência das informações, a UnB manteve-se à parte nesse processo e hoje corre atrás para adotar um sistema desenvolvido na UFRN, como já referenciado anteriormente.

Mas o que tudo isso significou para a UnB? Nas palavras do Entrevistado 8, significou desperdício de nove meses para aprovarem um novo projeto, desgastes emocionais entre os servidores, milhares de alunos sem salas de aula ou professores,

centenas de professores sem salas ou laboratórios, além de centenas de técnico-administrativos sem o devido suporte para o exercício profissional.

Portanto, foi nesses moldes que a proposta original da UnB, no ideário de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, consubstanciada no Plano Orientador, foi revogada e substituída por um novo referencial, conforme explicita a própria reitora em anúncio sobre a aprovação de tal descaracterização pelo Consuni/UnB, que na 450ª Reunião, realizada em 6 de abril de 2018, teria aprovado o seu primeiro PPPI da UnB, 56 anos depois do seu efetivo funcionamento. Com efeito, esse “documento revisa, atualiza e *substitui* o Plano Orientador, de 1962, elaborado por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira” (UnB/SECOM, 2019, p.1; grifo nosso). Embora o PPPI ressalte continuamente a importância do resgate do projeto que deu origem à UnB, é fato que ele o desconstitui como orientação. Dessa forma, consideramos que a desfiguração do projeto idealizado por Anísio Teixeira concretiza a sua *terceira derrota*, logo ele que dedicou sua trajetória e empreendeu esforços para erigir juntamente com Darcy Ribeiro, na nova capital, uma universidade diferente daquela que se conhecia.

E, nas palavras de Ribeiro (1990, p. 128), o sonho continua, “apenas confio e desejo que a UnB venha a ser, amanhã, o que teria sido ontem”.

Considerações Finais

A UnB não é uma universidade qualquer, pois ela foi cuidadosamente pensada e idealizada para trazer inovação e modernização ao ensino superior. Ela possui características únicas e tem o poder de instigar o pensamento das pessoas, despertar desejos, deixar pessoas inquietas, despertar medo, receio e promover o conhecimento, a ciência e a tecnologia. Apesar de seu pouco tempo de existência, possui raízes profundas e, por isso, desde seu nascimento, é uma referência nacional.

Ratifica-se que a UnB, diferentemente de outras universidades, teve o projeto R1 aprovado com tranquilidade, apesar de algumas manifestações contrárias. Isso certamente demandou, aos opositores, a criação de estratégias para barrar a implantação das metas e estratégias já pactuadas com o MEC. Assim, aproveitando-se da situação das denúncias contra o reitor, promoveu a degringolada do ReUni na UnB. Pergunta-se: a quem serviu a interdição do ReUni? Não resta dúvida de que o setor privado se beneficiou enormemente dos atrasos da ampliação atabalhoada da UnB.

Destaca-se, também, que, durante a ocupação da reitoria, o DCE, grupo opositor ao ReUni, insistentemente trazia à tona o Plano de Expansão e Reestruturação como forma de mobilizar os estudantes a rejeitarem o R1, o que não aconteceu.

A resistência para a aceitação dos BGAs e a retomada das ideias de Anísio Teixeira estão intrinsecamente ligadas ao

conservadorismo acadêmico e à educação elitizada, isso foi mais do que reiterado, inclusive o processo continua, quando, nesse ano de 2019, a UnB se retirou do SiSU alegando que a universidade tem prejuízos com determinados perfis de estudantes. A entrada única e a escolha da profissionalização, ao longo da formação, incomodavam muitas pessoas. Promover a interdisciplinaridade e a flexibilidade curricular significava uma ameaça para a perda de poder sobre a disciplina.

Nesse contexto, ainda que o discurso não tenha sido esse, mas de modernização da universidade, a equipe *pro tempore* que assumiu a reitoria, após a renúncia do reitor Timothy, (re)elaborou a proposta ao ReUni, anulando a anterior, sob a justificativa de que havia necessidade de ajustes, uma vez que o R1 apresentava inconsistência em alguns pontos, mas especialmente pelo fato da não aprovação do projeto (R1) pelo Consuni, o que foi demonstrado que a aprovação foi mais do que justificada. No entanto, a pesquisa para esta obra mostrou o contrário, conforme apresentado no último capítulo, uma síntese das discussões realizadas no Conselho Superior da UnB, a proposta R1 foi aprovada pela maioria dos presentes. Contudo, com o cenário construído em torno desse documento, houve o retardamento para a coleta das assinaturas, dado apenas em setembro de 2008, na 433ª reunião do Consuni, praticamente 12 (doze) meses depois.

No processo investigativo para este livro, foi identificado quase 100% de similaridade no diagnóstico da instituição apresentado pelo R1 e R2. Em outras palavras, R2 reproduziu o texto construído por R1, em todos os itens das dimensões do ReUni que trata do diagnóstico da UnB, com ênfase nas dificuldades da instituição:

- a) baixo quantitativo de jovens na educação superior pública, com ênfase no DF, o que demanda maior

ampliação de vagas, estrutura física e contratação de docentes e técnico-administrativos;

- b) altos índices de evasão nos cursos de graduação na UnB, com destaque para os cursos de licenciatura. Este é um problema crônico que requer estratégias para sua superação, a exemplo da possibilidade da escolha profissional após certo amadurecimento intelectual do estudante;
- c) reorganização acadêmico-curricular, promoção de maior flexibilidade e interdisciplinaridade entre os cursos e disciplinas, com vistas a promover uma formação ampla;
 - a. reorganização dos cursos de graduação com novas modalidades de acesso à educação superior e garantia de permanência;
 - b. estrutura curricular da UnB (70% obrigatória e 30% mais flexível) é rígida e pouco flexível, com o agravante de ter cursos com mais de 80% da grade curricular obrigatória;
 - c. ausência de Projeto Institucional da UnB que sirva de base orientadora para a formação da UnB;
 - d. na UnB existem inúmeras ações análogas dispersadas em diferentes unidades acadêmicas, gerando ampliação dos custos e desgastes profissionais;
 - e. com o crescimento das vagas em instituições privadas no DF, a UnB deixou de ser uma opção para muitos egressos do ensino médio, com destaque para os oriundos das escolas públicas;
 - f. estruturação das disciplinas, as quais são direcionadas para um público relativamente

- pequeno e geralmente com um único professor responsável pelas atividades, o que dificulta o aproveitamento do potencial docente;
- g. a UnB contrata um número elevado de docentes sem habilitação no magistério superior e a instituição não possui tradição de capacitação continuada dos professores, especialmente no que se refere às práticas pedagógicas;
 - h. a UnB possui carência de mobilidade discente e docente e dificuldade nos critérios para o aproveitamento de créditos das disciplinas realizadas em outras unidades/instituições;
 - i. requer maior aproximação da universidade com a sociedade, por meio dos projetos de extensão;
 - j. necessárias são as melhorias na estrutura física da universidade, com modernização e ampliação dos laboratórios e seus respectivos equipamentos, bem como de melhores condições técnicas, atendimento a normas de segurança e acondicionamento dos insumos; ampliação do cerco das bibliotecas, investimentos tecnológicos nos anfiteatros são alguns exemplos a serem superados.

Assim, com o diagnóstico apresentado, R1 elaborou as metas e estratégias para a superação dos desafios da UnB, sendo os BGAs uma base estrutural que possibilitaria a redução dos índices de evasão, uma vez que o estudante faria a escolha do curso com mais amadurecimento intelectual. E ainda essa proposta ampliaria as possibilidades do trabalho interdisciplinar, bem como a

flexibilidade curricular dando aos estudantes maiores oportunidades para a construção do seu itinerário formativo, além de viabilizar a transferência de cursos, sem prejuízo para o graduando.

Para tal, seriam ampliados os números de vagas (incluindo para cursos já existentes)¹, matrículas (tanto no diurno quanto no noturno), com crescimento no número de docentes e técnicos, bem como a estrutura física da UnB. Nesse sentido, o R1 acreditava ser possível, ao final de cinco anos, alcançar melhoria nos trabalhos da UnB, com ampliação da estrutura física, de professores e estudantes, com maior envolvimento desses atores nas pesquisas e na interação com a comunidade. A reorganização dos modelos pedagógicos era uma preocupação a ser priorizada, de modo a recuperar elementos do Plano Orientador, com incorporação de novas práticas, com vistas a melhorar o aproveitamento do trabalho docente e a aprendizagem discente.

O R2, por sua vez, não acreditava nos BGAs e propôs outras estratégias para a superação dos desafios da UnB, sendo uma das possibilidades a criação dos consórcios de cursos, que possuía similaridades com os BGAs, apesar das diferenças: a escolha do curso se dava na entrada e não ao longo da formação, não havia certificação intermediária, mas somente ao final. Os estudantes cursariam disciplinas comuns até um certo período e depois completariam a carga horária com aprofundamento dos conhecimentos do curso escolhido previamente.

A proposta de estruturação curricular adotada por R2 se dá com a divisão das disciplinas 70% obrigatórias e 30% mais flexíveis. Ressalta-se que, na proposta apresentada ao MEC em 2008, a UnB/R2 fez críticas a essa organização como extremamente rígida. Passados dez anos, o mesmo grupo que elaborou o

¹ Uma das justificativas do R2 para a interrupção do R1 foi a alegação de que o primeiro projeto não contemplou a ampliação de vagas nos cursos existentes, fato que não procede.

R2 retorna ao poder das decisões e publica o PPPI da UnB, mas agora fazendo elogios para a estruturação curricular 70/30, como possibilidade de flexibilização para a construção do itinerário formativo por parte dos estudantes, além de viabilizar o trabalho interdisciplinar. Contudo, há de se considerar que tal proposta vai de encontro às metas do ReUni, uma vez que o trabalho interdisciplinar vai muito além da integração das disciplinas. Além disso, a UnB mantém o caráter departamental, dificultando a dinâmica do trabalho docente em outros departamentos.

Para viabilizar a execução das metas e estratégias, R2 propôs, ainda, a readequação dos espaços físicos, sem necessidade de ampliação dos anfiteatros, como pensava o R1, uma vez que a proposta pedagógica não exige tal demanda, mas com investimento em reformas e construções, e ainda compras de novos equipamentos, contratação de docentes e ampliação de vagas, matrículas e cursos.

Com essa perspectiva, R2 acreditou que seria possível alcançar, ao final de cinco anos de implantação do ReUni, melhorias na UnB, entre as quais destacam-se: a) manter a UnB entre as melhores universidades do país; b) ampliação do acesso ao ensino superior público; 3) promover a reestruturação curricular em busca de maior eficiência; 4) flexibilização curricular, mudança de cursos e transferências facultativas; 5) padronização nos nomes das disciplinas e ementas; 6) promover a interdisciplinaridade; 7) contratação de professores e investimento da capacitação de servidores.

A análise do contexto dos resultados/efeitos foi feita com base nos dados estatísticos disponíveis nos anuários e relatórios de gestão da UnB. Estratégia que possibilitou identificar que a UnB, após a implantação do plano R2, expandiu o número de vagas, bem como o número de cursos e matrículas, especialmente com efetivação dos *campi* de Planaltina, Gama e Ceilândia. No entanto, tal crescimento ficou abaixo do esperado pelo R2 – a

RAP não foi alcançada, ficando abaixo 6 pontos da meta. Além disso, a Taxa de Sucesso dos cursos de graduação caiu, em vez de subir, chegando a 59% em 2012 e 48,8% em 2016. Dados que evidenciam maior quantitativo de estudantes que não chegam ao final dos cursos.

A eliminação da redundância nas disciplinas também não foi atingida, pois ainda se faz presente na universidade, em diferentes cursos, a exemplo das licenciaturas que possuem disciplinas análogas – políticas educacionais e didática. Outro ponto destacado pelo R2 diz respeito à ampliação do número de vagas para educação superior, que teve crescimento considerável no período do ReUni, mas não alcançou a meta esperada do R2, uma vez que carecia de mais 1.648 novas vagas até 2012. O crescimento das matrículas representou 54,2%, no mesmo período. No entanto, a meta do R2 era uma ampliação de 101,7% até 2012, ou seja, aproximadamente 47% das novas matrículas não foram alcançadas.

Além disso, R2 esperava alcançar 34,1% no número de formados, mas só atingiu 10,4% do planejado. Com efeito, a Taxa de Sucesso dos Cursos de Graduação caiu de 75% em 2007 para 59% em 2012. Fato que ratifica a ampliação no número de evasão nos cursos de graduação da UnB. E, ao invés de a UnB conduzir ações que se antecipassem aos problemas, culpou exatamente o modelo de acesso, vindo a substituir um dos mecanismos mais importantes do ReUni, o SiSU.

A pesquisa para esta obra revelou que, nos últimos anos, a UnB tem perdido, cada vez mais, espaço para as instituições do setor privado. Para se ter uma ideia, em 2007, o Distrito Federal registava 128.081 matrículas no ensino superior, sendo 85,10% no setor privado e apenas 14,87% na instituição pública. Em 2013, o quantitativo de matrícula chegou a 203.821, sendo 84,01% no setor privado e 15,98% nas IES públicas. A diferença entre o setor público e o privado, no ano de 2018, em relação ao número de matrículas foi de 82,03% e 18,03%, respectivamente.

Observa-se ainda que o número de bolsas Prouni cresceu significativamente no mesmo período, pois saiu de 15.145 em 2007 e pulou para 50.700 em 2018, o que representou maior investimento do governo federal nas instituições privadas. Se for comparado o crescimento das matrículas nas IES públicas do DF, será encontrado o percentual de 109,63% no período de 2007 a 2018, enquanto as bolsas do Prouni cresceram 234,76% no mesmo período.

Apesar de a UnB ter apresentado um crescimento considerável no quantitativo de estudantes, número de professores e docentes com atuação na pós-graduação após a implantação do ReUni, observa-se que a UnB se manteve estável ou até mesmo com tendência de queda no *ranking* da RUF – saindo das primeiras colocações no início do século XXI para a 9ª no ano de 2015, ficando atrás de instituições como USP, Unicamp e UFMG, entre outras, que foram consideradas as melhores universidades do país. No caso do IGC, a UnB manteve o conceito 4 entre os anos de 2008 a 2013, subindo para o conceito 5 somente no ano de 2014, após um intenso trabalho realizado pela gestão de Ivan Marques Camargo.

A pesquisa possibilitou a descoberta dos interesses para invalidar a primeira proposta do ReUni na UnB, a qual tinha como marco principal o resgate das ideias de Anísio Teixeira, por meio do Plano Orientador que deu origem a essa instituição. Para tal, foram usadas estratégias para a saída do reitor, acusando-o de improbidade administrativa.

Importa destacar que, embora o R2 tenha retirado da proposta os BGAs no processo de reelaboração do projeto, deixou explícito que coaduna com a ideia de que o “ingresso por área de conhecimento é considerado uma ferramenta importante para minimizar a profissionalização precoce de nossos estudantes, permitindo a eles criarem seu próprio itinerário formativo, reduzindo assim os índices de evasão” (Brasil, 2007a, p. 238). No

entanto, apesar dessa afirmação, foram priorizados os seguintes pontos: a) o estudante escolhe a profissão/curso no ato da inscrição do processo seletivo; b) entre as modalidades de acesso, mantém o tradicional vestibular que é altamente excludente; c) a UnB abriu mão do SiSU, alegando que os estudantes aprovados por esse sistema ampliavam significativamente os índices de evasão na UnB, nos primeiros anos dos cursos.

O ápice de todos esses acontecimentos, mediados pela equipe do R2, se deu com a efetivação da meta para a elaboração do Projeto Político Pedagógico Institucional, o qual coloca um fim nas propostas de seu idealizador, Anísio Teixeira, uma vez que o documento legitimado pelo Consuni no ano de 2018, ratificando o dito anteriormente, “revisa, atualiza e *substitui* o Plano Orientador, de 1962, elaborado por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira” (UnB/SECOM, 2019, p. 1). Assim, considerando os princípios norteadores para a organização curricular da UnB, explicitados no PPPI (interdisciplinaridade, transversalidade, contextualização, flexibilização, diversidade, acessibilidade e sustentabilidade socioambiental) e as práticas utilizadas pela UnB, pode-se afirmar que tais princípios não se efetivam na sua integralidade, visto que as estratégias da instituição vão de encontro ao que defendia Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, exemplo disso é a rigidez curricular (70/30), o que dificulta o trabalho interdisciplinar e a flexibilização do trabalho docente e da construção do itinerário formativo pelo aluno. A UnB mantém a estrutura departamental, fato que contribui para a fragmentação do conhecimento e o controle administrativo e ideológico de professores e alunos, além das possibilidades de formação de pequenos feudos de poder, sendo maléficos para a instituição, conforme definido por Chauí (2000) e Nacif *et al.* (2012).

Assim, caminhando nessa direção, em especial na substituição do R1 pelo R2 e as respectivas alterações nas características do Plano Orientador da UnB, em detrimento do R2 que

priorizou o conservadorismo, acesso elitista e excludente, com organização curricular rígida e fragmentada, esses pontos foram insistentemente combatidos por aquele que foi derrotado pela terceira vez, no âmbito do ReUni, na Universidade de Brasília, no século XXI, Anísio Teixeira.

Finalizo este livro parafraseando Darcy Ribeiro – o sonho não acabou e, por isso, fica a esperança de que a UnB seja amanhã o que foi ontem, enriquecida com novas possibilidades de acesso, com organização curricular moderna, o verdadeiro centro cultural, da ciência, da pesquisa, do ensino e do aprendizado. Que tenhamos prazer e gosto de nela estar, aprender, ensinar, viver, sentir, pensar, que possamos pesquisar, descobrir, inventar, reinventar e produzir conhecimentos. Assim, com uma formação ampla e profunda, alunos e professores possam crescer mutuamente e ambos conseguirem volver o olhar para a descoberta de novos saberes.

Que a formação acadêmica da UnB possibilite, ao estudante, ver o não visto, ir além das aparências, de não se deixar levar pelas tendências ideológicas, conservadoras, que saiba superar os desafios para uma sociedade mais igualitária, mais humana, solidária, enfim, que a UnB possa abrir seus portões, como bem desejou Anísio Teixeira e tantos outros brasileiros que sonham com uma vaga na educação superior pública e gratuita, promovendo a formação de cidadãos críticos, autônomos e capazes de contribuir para um Brasil melhor. Afinal, educação não é privilégio! Educação é direito!

REFERÊNCIAS

ABMES. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. **A reforma da educação superior**: princípios e diretrizes. Brasília, 13 de agosto de 2004. Disponível em: <http://www.unopar.br/ensul/abmes.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

ABREU, Jayme. Anísio Teixeira e a Educação na Bahia. In: ABREU, Jayme. **Anísio Teixeira: Pensamento e ação**. Por um grupo de professores e educadores brasileiros. Retratos do Brasil, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960. p. 1-68.

ADUnB. **História**. 2019. Disponível em: <https://www.adunb.org/>. Acesso em: 10 mar. 2019.

ADURN. **Sindicato**. História. 2004. Disponível em: <http://www.adurn.org.br/historia/>. Acesso em: 28 mar. 2018.

AGUIAR, Vilma. Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 24, n. 57, p. 113-126, mar. 2016.

ALBERTO, João. **A greve dos professores nas universidades federais em 2012**. Goiânia: Editora Vieira, 2012.

ALMEIDA, Jaime G. de. **Universidade de Brasília**: ideias, diáspora e individualização. Brasília: Editora UnB, 2017.

ALMEIDA FILHO, Naomar. **Universidade, autonomia universitária e liberdade acadêmica Nova**: textos críticos e esperançosos. Brasília, DF: Editora UnB; Salvador, BA: EDUFBA, 2007.

ALMEIDA FILHO, Naomar. Protopia - Universidade Nova: nem Harvard nem Bolonha. In: ALMEIDA FILHO, Naomar.

Universidade Nova: Textos críticos e esperançosos. Brasília, DF: Editora UnB; Salvador, BA: EDUFBA, 2007. p. 259-295.

ALMEIDA FILHO, Naomar. **Dilemas da autonomia** - Plano Institucional. 21 de set. de 2019. Disponível em: https://www.facebook.com/naomaralmeida/posts/2297765750345284?__tn__=K-R Acesso em: 10 nov. 2019.

ALMEIDA, Gabriel Swahili Sales de. A interdisciplinaridade nas novas configurações curriculares da educação superior brasileira: o caso dos BI da UFBA. **EccoS – Rev. Cient.**, São Paulo, n. 47, p. 355-374, set./dez. 2018.

AMARAL, Nelson Cardoso. Autonomia e financiamento das IFES: desafios e ações. **Avaliação**, Campinas, SP; Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 647-680, nov. 2008.

ANDES. **Análise do Projeto de Lei nº 7200/2006** - a educação superior em perigo! 2006. Disponível em: http://www.adur-rj.org.br/4poli/gruposadur/gtpe/analise_PL7200_06.pdf. Acesso em: 23 out. 2019.

ANDES. **Universidade Nova:** a face oculta da contrarreforma universitária. 2007a. Disponível em: <https://exneto.files.wordpress.com/2007/12/universidadenova.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2018.

ANDES. **REUNI, Universidade Nova e o “professor-equivalente”**. 2007b. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=3422>. Acesso em: 1 mar. 2018.

ANDES. CONAD - **Relatório final do 52º CONAD** – Conselho do ANDES-Sindicato Nacional. São Luís, 26 a 29 de julho de 2007c. Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/portal-relatorio-conad-congresso.andes>. Acesso em: 28 mar. 2018.

ANDES. Comando Nacional de Greve: docentes das IFES – A Greve é forte! **CNG/ANDES**, 25 maio 2012. Disponível em: <http://www.adufpb.org.br/site/wp-content/uploads/2012/05/cng3.pdf>. Acesso em: 29 set. 2019.

ANDES. REUNI – **A HORA demanda ATENÇÃO MÁXIMA**. s. d. Disponível em: portal.andes.org.br. Acesso em: 23 out. 2019.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **Memórias estudantis, 1937-2007**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO. **Histórico**. 2019. Disponível em: <http://www.abe1924.org.br/quem-somos>. Acesso em: 10 mar. 2018.

AZEVEDO, Fernando de. **A educação na encruzilhada**: problemas e discussões. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1969. (Obras completas de Fernando de Azevedo). v. VI.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos; Editora USP, 1963.

BANCO MUNDIAL. **La enseñanza superior**: las lecciones derivadas de la experiencia. Spanish: [s. n.], 1994.

BANCO MUNDIAL. **Construir sociedades de conocimiento**: nuevos desafíos para la educación terciária. Washington, DC: World Bank, 2003. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/TERTIARYEDUCATION/Resources/Documents/Constructing-Knowledge-Societies/CKS-spanish.pdf>. Acesso em: 2 set. 2019.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Rio de Janeiro: DOU, 1934. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002498.pdf>. Acesso em: 18 de nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956**. Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1956. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2874-19-setembro-1956-373749-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

BRASIL. **Lei nº 3.273, 1º de outubro de 1957**. Fixa a data da mudança da Capital Federal, e dá outras providências. Rio de Janeiro: DOU, 1957. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3273-1-outubro-1957-354630-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 23 mar. 2018.

BRASIL. **Relatório do grupo de trabalho da reforma universitária, criado pelo Decreto nº 62.937/6**. Rio de Janeiro:

MEC/MPCG/MF, agosto 1968. Disponível em:
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002285.pdf>.
Acesso em: 12 mar. 2018.

BRASIL. Prêmio Grandes Educadores Brasileiros: monografias premiadas 1984. Brasília, DF: MEC/Inep, 1984. (Série Grandes Educadores).

BRASIL. Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado. Brasília, DF: MARE - Ministério da Administração e Reforma do Estado, 1995.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: DOU, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 23 mar. 2018.

BRASIL. Resumo Técnico 2002. Brasília, DF: Inep, 2002. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/resumos-tecnicos1>. Acesso em: 27 fev. 2018.

BRASIL. Decreto nº 4861, de 20 de outubro de 2003. Institui Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de analisar a situação atual e apresentar plano de ação visando à reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES. Brasília, DF: DOU, 2003a. Disponível em: <http://www.sintunesp.org.br/refuniv/GT-Interministerial%20-%20Estudo.htm>. Acesso em: 23 mar. 2018.

BRASIL. Exposição de motivos para a criação do SINAES. Brasília, DF: Casa Civil, 2003b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Exm/2003/EM137-MEC-03.htm. Acesso em: 18 de mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Brasília, DF: DOU, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm. Acesso em: 18 mar. 2018.

BRASIL. Reforma da Educação Superior: reafirmando princípios e consolidando diretrizes da reforma da educação superior. Documento II. Brasília, DF: MEC, 2004.

BRASIL. MEC/SESu/REUNI/PROCESSO - Universidade de Brasília. Número 23000.030326/2007-41. Celebração de acordo de

metas e descentralização de crédito orçamentário. Brasília, DF: MEC, 2007a. Arquivos da Secretaria de Educação Superior no Ministério da Educação.

BRASIL. Reuni: reestruturação e expansão das universidades federais – diretrizes gerais. Brasília, DF: MEC, ago. 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2018.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF: DOU, 25. abr. 2007c.

BRASIL. Plano de Desenvolvimento da Educação. Brasília, DF: MEC, 2007d. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

BRASIL. Plano de Aceleração do Crescimento. Brasília, DF: Ministério do Planejamento, 2007e. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/apresentacoes/2007/070122_pac_medidas_institucionais.pdf/view. Acesso em: 20 mar. 2009.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências (RFEPCT). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 25 nov. 2019.

BRASIL. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: REUNI 2008 – Relatório de Primeiro Ano. Brasília, DF: MEC, 2009.

BRASIL. Parecer CNE/CES 204/2010, aprovado em 27 de janeiro de 2010. Brasília, DF: MEC, 2010a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/15152-ces-2010-sp-1300683077_ Acesso em: 25 nov. 2019.

BRASIL. MEC/BGAs - Referenciais orientadores para os bacharelados interdisciplinares e similares. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria SESu/MEC nº 383, de 12 de abril de 2010, constituído dos professores. Brasília, DF: MEC, nov. 2010b. Disponível em:

http://reuni.mec.gov.br/images/stories/pdf/novo%20-%20bacharelados%20interdisciplinares%20-%20referenciais%20orientadores%20%20novembro_2010%20brasilia.pdf. Acesso em: 23 mar. 2018.

BRASIL. Expansão da educação superior e profissional e tecnológica: mais formação e oportunidades para os brasileiros. Brasília, DF: MEC, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/expansao/images/APRESENTACAO_EXPANSAO_EDUCACAO_SUPERIOR14.pdf. Acesso em: 31 mar. 2018.

BRASIL. Relatório da Comissão Constituída pela Portaria nº 126/2012 - Análise sobre a Expansão das Universidades Federais 2003 a 2012. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/janeiro-2013-pdf/12386-analise-expansao-universidade-federais-2003-2012-pdf>. Acesso em: 23 out. 2019.

BRASIL. Resultados da avaliação da Capes revelam que pós-graduação teve crescimento de 23% no triênio. Brasília, DF: MEC/Capes, 2014. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/36-noticias/6689-resultados-da-avaliacao-da-capes-revelam-que-pos-graduacao-teve-crescimento-de-23-no-trienio>. Acesso em: 10 maio 2017.

BRASIL. Sinopse Estatística da Educação Superior 2015. Brasília, DF: Inep, 2016.

BRASIL. Portaria ministerial nº 388, de 23 de março de 2017. Brasília, DF: DOU, 2017. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20482826/do1-2017-03-24-portaria-no-388-de-23-de-marco-de-2017-20482758. Acesso em: 18 nov. 2018.

BRASIL. Bolsas ofertadas por Unidade da Federação. Brasília, DF: MEC/ PROUNI, 2019. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/dados-e-estatisticas/9-quadros-informativos>. Acesso em: 18 jul. 2019.

BRASIL. Índice Geral de Cursos. Brasília, DF: MEC/Inep, 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/indice-geral-de-cursos-igc->. Acesso em: 25 nov. 2019.

BRASIL. **Diretrizes Gerais do REUNI**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>. Acesso em: 23 out. 2019.

BORGES, Priscila. **Em meio a mais uma greve, UnB cai em ranking de universidades latinas**. Último Segundo - iG @ - 2012. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2012-06-24/em-meio-a-mais-uma-greve-unb-cai-em-ranking-de-universidades-da-america-latina.html>. Acesso em: 25 nov. 2019.

CARVALHO, José Jorge; SEGATO, Rita Laura. **Proposta para implementação de um sistema de cotas para negros na Universidade de Brasília**. Brasília, DF: UnB, 2002. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie314empdf.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

CAMARGO, Murilo Silva; LAZARTE, Leonardo. O Plano Orientador da Universidade de Brasília de 1962 e suas repercussões na universidade brasileira atual. In: VILAR, José Luiz; CASTIONI, Remi (org.). **O Projeto da UnB e a educação brasileira**. Brasília, DF: Verbena Editora, 2012. p. 167-217.

CGU-CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Relatório de Avaliação**: Fundação de Brasília. Exercício 2017. Brasília, DF: Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. Disponível em: <https://auditoria.cgu.gov.br>. Acesso em: 12 jul. 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Introdução à história da filosofia**: dos pré-socráticos a Aristóteles. 2. ed. revisada e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 24, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2018.

CNERR - Coordenação Nacional de Entidades pela Revogação do Reuni. **O Livro Cinza do REUNI**: Dossiê-denúncia das consequências do Reuni. 2. ed. Salvador, jan. 2009. Disponível em: http://www.senado.leg.br/comissoes/CE/AP/AP20090422_REUNI_CarolinaPinhoeMa%C3%ADra%20Gentil-b.pdf. Acesso em: 20 mar. 2018.

COELHO, Ildeu Moreira. Universidade atual e comunidade brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 35, p. 73-76, nov. 1980.

Disponível em:

publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/download/1650/1637.

Acesso em: 5 nov. 2017.

COELHO, Ildeu Moreira. **Realidade e utopia na construção da universidade – memorial**. 2. ed. Goiânia: Editora UFG, 1999.

COELHO, Ildeu Moreira. A Universidade e a reforma universitária. **Nuances: estudos sobre educação** – ano X, v.11, n. 11/12, jan./jun. e jul./dez. 2004.

COELHO, Ildeu Moreira. A gênese da docência universitária. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 14, n. 26, p. 5- 24, jan./jun. 2008.

COSTA, Danielle Dias da; FERREIRA, Norma-Iracema de Barros. O PROUNI na educação superior brasileira: indicadores de acesso e permanência. **Avaliação**, Campinas, SP; Sorocaba, SP, v. 22, n. 1, p. 141-163, mar. 2017.

COUTINHO, Amélia. **Biografia de Anísio Teixeira** (verbetes). São Paulo: FGV, s.d. Disponível em:

<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/anisio-espinola-teixeira>. Acesso em: 14 set. 2017.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade reformada**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade crítica: o ensino superior na República Populista**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior, da colônia à Era Vargas**. São Paulo: Unesp, 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. **As políticas educacionais entre o presidencialismo imperial e o presidencialismo de coalizão**.

Conferência de abertura do VII Seminário Regional Sudeste e VII Encontro Estadual do Espírito Santo da Associação Nacional de Política e Administração da Educação, realizados em Vitória, 17-19 set. de 2008. Disponível em:

<http://www.luizantoniocunha.pro.br/uploads/livros/as-politicas-educacionais-entre-o-presidencialismo-imperial-e-o-presidencialismo-de-coalizacao.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2018.

CUNHA, Eduardo Vital Alencar. **História da Faculdade do Gama**. Brasília, DF: UnB, 5 fev. 2014. Disponível em: <http://fga.unb.br/guia-historia>. Acesso em: 18 de out. 2019.

CUNHA, Célio da *et. al.* Fernando Haddad: um estadista da educação? CUNHA, Célio da (coord.). **O MEC pós-Constituição**. Brasília, DF: Liber Livro, 2016. p. 297-392. Disponível em: https://socialeducation.files.wordpress.com/2016/03/o-mec-pos-constituicao-_site.pdf. Acesso em: 28 fev. 2018.

DANTAS, Rodrigo. **MEC apresenta Documento Base da Reforma do Ensino Superior**. Brasília, 24 de agosto de 2004. Disponível em: www.camara.gov.br/sileg/MostrarIntegra.asp?CodTeor=238162. Acesso em: 28 fev. 2018.

DCE/UFG. Mobiliza UFG. **Carta Aberta do DCE/UFG à Comunidade Universitária**. Goiânia, 2009. Disponível em: <http://mobilizaufg.blogspot.com.br/2009/06/carta-aberta-do-dceufg-comunidade.html>. Acesso em: 10 mar. 2017.

DURHAM, Eunice R. O ensino superior no Brasil: público e privado. **NUPES Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior Universidade de São Paulo**, s.d. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0303.pdf>. Acesso em: 28 de set. 2019.

DUTRA, Norivan L. Lisboa; CASTIONI, Remi. A reforma de Córdoba e os projetos de universidade na América Latina. A proposta de Anísio Teixeira para o Brasil, em que se assemelham? **Integración y Conocimiento**, n. 7, v. 2, 2017. Dossier Especial: A Cien Años de la Reforma Universitaria de 1918. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/integracionyconocimiento/article/view/18688>. Acesso em: 29 set. 2019.

FARIA, Dóris Santos de; MAIA, Denise Maria. **Universidade Nova do Brasil e o Processo de Bolonha da comunidade europeia**: uma comparação entre dois projetos. Flacson, 2012. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/514.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2018.

FARIA, Dóris Santos de. **2008 golpe na Universidade de Brasília**. São Paulo: Acquerello, 2012.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Educar**, Curitiba,

n. 28, p. 17-36, 2006. Editora UFPR. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. UDF: uma concepção alternativa de universidade. *In*: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; LOPES, Sonia de Castro (orgs.) **A universidade do Distrito Federal (1935-1939): um projeto além do tempo**. Brasília, DF: Liber Livro, 2009. p. 13-44.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; LOPES, Sônia de Castro. **A Universidade do Distrito Federal (1935-1939): um projeto além de seu tempo**. Brasília, DF: Liber Livros, 2009.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **O título de doutor honoris causa ao rei dos belgas e a criação da URJ**. s. d. Disponível em:
http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/104_maria_lurdes_a.pdf. Acesso em: 21 set. 2017.

FAZENDA, Ivani. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**: efetividade ou ideologia. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

FGV. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós-1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em:
https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/Vitor_Nunes_Leal. Acesso em: 10 maio 2017.

FOLHA DE S. PAULO. **RUF 2014 - Ranking de universidades**. Disponível em:
<https://ruf.folha.uol.com.br/2014/rankingdeuniversidades/>. Acesso em: 11 maio 2017.

FREIRE, Gilberto. Anísio Teixeira: sua ideia de universidade. **Diário de Pernambuco**, Recife, 18 dez. 1958. Disponível em:
<http://www.bvanisio Teixeira.ufba.br/artigos/ideia.html>. Acesso em: 10 maio 2017.

FUnB. **Fundação Universidade de Brasília: Plano de expansão da Universidade de Brasília**: Campus UnB-Planaltina, Campus UnB-Ceilândia/Taguatinga, Campus UnB-Gama. *In*: MORHY, Lauro (org.). Brasília, DF: FUnB, 2005. Disponível em:
<http://fup.unb.br/wp->

content/uploads/2018/07/planodeexpansao_UnB2005.pdf. Acesso em: 24 fev. 2018.

GENRO, Tarso. **Exposição de motivos**: anteprojeto de lei da educação superior. Brasília, DF: Ministério da Educação, 29 de julho de 2005. Disponível em: <http://firgoa.usc.es/drupal/files/mec.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

GIANASTACIO, Vanderlei. **A presença do sufixo -ismo** nas gramáticas da língua portuguesa e sua abrangência dos valores semânticos, a partir do Dicionário de Língua Portuguesa Antonio Houaiss. Disponível em: <http://www.usp.br/gmhp/publ/GiaD.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2018.

GTPE-ADUFF/Ssind. **Caderno de expansão e condições de trabalho docente**. Niterói, 2013. Disponível em: <https://issuu.com/aduff/docs/cadernoexpansao>. Acesso em: 25 mar. 2017.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Tradução: Fausto Castilho. Petrópolis: Vozes, 2012.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e Políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, SP, ano XXI, n. 55, nov. 2001.

KERR, Clark. **Os usos da universidade**: universidade em questão. Brasília, DF: Editora UnB, 2005. v. 3.

LACERDA, Carla. UFG aprova 29 novos cursos. **Jornal Hoje**, Goiânia, 2007. Disponível em: <https://www.ascom.ufg.br/n/11516-ufg-aprova-29-novos-cursos>. Acesso em: 13 mar. 2017.

LIMA, Kátia. Reuni e banco de professores equivalente: novas ofensivas da contrarreforma da educação superior brasileira no governo Lula da Silva. **Universidade e Sociedade**, Andes. Brasília, DF, n. 41, p. 69-78, 2008.

LOBATO, Monteiro. Carta a Fernando de Azevedo. *In: Anísio Teixeira*: pensamento e ação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

MANIFESTO DE CÓRDOBA (2018). Disponível em: <http://www.reformadel18.unc.edu.ar/manifiesto.htm>. Acesso em: 7 ago. 2017.

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932). **Revista HISTEDBR**, on-line, Campinas, SP, n. especial, p.188-204,

ago. 2006. Disponível em:
http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf.
Acesso em: 10 mar. 2017.

MARTINS, Antônio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, São Paulo, v. 17 (Suplemento 3), 2002. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/acb/v17s3/15255.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2018.

MARTINS, Carlos Benedito. A Reforma Universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n106/v30n106a02>. Acesso em: 25 mar. 2017.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NACIF, Paulo Gabriel Soledade *et. al.* **Gestão dos campos de saber nas universidades federais do Brasil: estruturas sucessoras dos departamentos universitários** In: Segundo Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa, 2012, Macau, China. Segundo Fórum da Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa. Macau, China: Associação FORGES, 2012. p.1-13.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; MARTINS, Carlos Benedito. **Ensino Superior no Brasil: uma visão abrangente**. Brasília, DF: Ipea, 2016. Disponível em:
<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9061/1/Ensino%20superior%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 25 de out. 2019.

OLIVEIRA, Eduardo Rolim; FIGUEIREDO, Gil Vicente de; BRANDÃO, Nilton. **As marionetes do sectarismo serão derrotadas pela história**. Porfies, 2013. Disponível em:
<http://www.proifes.org.br/noticias-proifes/artigo-as-marionetes-do-sectarismo-serao-derrotadas-pela-historia/>. Acesso em: 25 mar. 2018.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek. **Por que construí Brasília**. Coleção Brasil 500 anos. Brasília: Senado Federal, 1975.

OCUPA-UFPE. **A luta só começou**: em defesa da democracia. 2007. Disponível em: <http://ocupaufpe.blogspot.com.br/2007/11/luta-s-comeou-em-defesa-da-democracia.html>. Acesso em: 25 mar. 2017.

OCUPA-UFBA. **Movimento de Ocupação da Reitoria da UFBA – MORU**. 2007. Disponível em: <http://ocupacaoufba.blogspot.com/>. Acesso em: 24 fev. 2018.

PORTO JÚNIOR, Francisco Gilson Rebouças. **Anísio Teixeira e a Universidade do Distrito Federal (UDF)**: um retrospecto. 2003. Disponível em: <https://www.ensayistas.org/filosofos/brasil/teixeira/critica/porto.htm>. Acesso em: 24 fev. 2018.

QS. **University Rankings Brics**. London. Disponível em: <https://www.topuniversities.com/university-rankings/world-university-rankings/2019>. Acesso em: 28 out. 2019.

RIBEIRO, Darcy. Universidade de Brasília. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v.36, n.83, p.161-230, jul./set. 1961. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/unbdarci.html>. Acesso em: 1 maio 2017.

RIBEIRO, Darcy. **Universidade para quê?** Brasília, DF: Editora UnB, 1986.

RIBEIRO, Darcy. **Testemunho**. São Paulo: Edições Siciliano, 1990.

RIBEIRO, Darcy. Carta: falas, reflexões, memórias. **A invenção da Universidade de Brasília**. n.14. Brasília, DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 1991.

RIBEIRO, Darcy. **Universidade de Brasília**: projeto de organização, pronunciamento de educadores e cientistas e Lei nº 399, de 15 de dezembro de 1961. Brasília, DF: Editora UnB, 2011.

ROCHA, João Augusto de Lima. **Anísio Teixeira e a Cultura**. Brasília, DF: Editora UnB, 2014.

ROCHA, João Augusto de Lima; ALMEIDA FILHO, Naomar. **Anísio Teixeira e a Universidade Nova**. 2012. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/515.pdf>. Acesso em: 14 maio 2017.

RODRIGUES, Leonardo Bentes. A juventude toma as ruas: 1968 e os dias de lutas contra a repressão em Manaus. **Revista Eletrônica**

Discente História. Com, Cachoeira-BA, v. 3 n. 6, 2016. Disponível em:
<https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/historiacom/article/view/200>.
Acesso em: 11 maio 2017.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil - 1930/1973**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SALMERON, Roberto A. **A universidade interrompida**: Brasília 1964-1965. Brasília, DF: Editora UnB, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A encruzilhada da universidade europeia. **Revista Ensino Superior**- Revista do SNESup, São Paulo, n. 41, 2011a.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pelas mãos de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A universidade no século XXI**: para uma universidade nova. Coimbra: [s. l.], 2008.

SANTOS, Fernando Seabra; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A quarta missão da universidade**: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento. Brasília, DF: Editora UnB, 2012.

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de suas evoluções até 1969. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

TEIXEIRA, Anísio. **A educação e o mundo moderno**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

TEIXEIRA, Anísio. **Pequena introdução à filosofia da educação**: a escola progressiva ou a transformação da escola. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

TEIXEIRA, Anísio; RIBEIRO, Darcy. Universidade de Brasília. **O Fórum Educacional**, Wisconsin, v. 6, n. 3, Parte 1, p. 309-319, mar. 1962. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/university.html>. Acesso em: 11 maio 2017.

TONEGUTTI, C.; MARTINEZ, M. **A Universidade Nova, o Reuni e a queda da universidade pública**, 2008. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-1/Educacao-MII/Texto%209.pdf>. Acesso em: 11 maio 2017.

UFABC – PPI. **Projeto Político-Pedagógico da UFABC**. Santo André, 2017. Disponível em: http://www.ufabc.edu.br/images/imagens_a_ufabc/projeto-pedagogico-institucional.pdf. Acesso em: 5 de nov. 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Plano Orientador da Universidade de Brasília**. Brasília, DF: Editora UnB, 1962.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Campus Ceilândia/Taguatinga e Gama**. Brasília, DF, ago. 2006.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Revisão do Projeto da Universidade de Brasília no âmbito do Reuni**. Brasília, DF, jun. 2008. Disponível em: http://unb2.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/reuni/doc_reuni_novo.pdf. Acesso em: 8 fev. 2018.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB/DEG. Decano de Ensino de Graduação. **Memorando nº 019/DEG**. Brasília, 5 de fevereiro de 2009. Disponível em: http://unb2.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/relatorio_reuni/1relatorio/Anexo4.pdf. Acesso em: 11 maio 2017.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Relatório/Reuni. **2º Relatório do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais na Universidade de Brasília** (aprovado na 465ª reunião do Cepe, realizada no dia 05/08/2010), Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://docplayer.com.br/11289328-fundacao-universidade-de-brasilia-comissao-permanente-do-reuni.html>. Acesso em: 15 de nov. 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Relatório de Gestão do Exercício de 2010**. Disponível em:

<http://www.dpo.unb.br/images/phocadownload/documentosdegestao/r elatoriogestao-2010>. Acesso em: 12 mar. 2018.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Estatuto e Regimento Interno da UnB**. Brasília, DF, set. 2011. Disponível em:

https://www.unb.br/images/Noticias/2016/Documentos/regimento_est atuto_unb.pdf. Acesso em: 22 nov. 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Anuário Estatístico 2013**. Ano 2014. Fundação Universidade de Brasília. Brasília, DF. Disponível em:

http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view =file&id=852&Itemid=872. Acesso em: 20 de nov. 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. FAC - **Relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília**. Brasília, DF: FAC-UnB, 2016. Disponível em:

http://www.comissaoverdade.unb.br/images/docs/Relatorio_Comissao _da_Verdade.pdf. Acesso em: 18 nov. 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **FUP 10 anos**: um campus por inteiro. Brasília, DF, 2016. Disponível em:

https://noticias.unb.br/images/Noticias/2016/Documentos/2016_sumar io_exec_10_anos_FUP.pdf. Acesso em: 18 out. 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Anuário Estatístico 2017**. Ano 2018. Fundação Universidade de Brasília. Brasília, DF. Disponível em:

http://www.dpo.unb.br/index.php?option=com_phocadownload&view =file&id=852&Itemid=872. Acesso em: 18 de nov. 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **PPPI - Projeto Político-Pedagógico Institucional da Universidade de Brasília**. Brasília, DF, mar. 2018. Disponível em:

http://planejamentodpo.unb.br/index.php?option=com_content&view =article&id=36&Itemid=804. Acesso em: 14 out. 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Ata da Reunião do Consuni nº 333**. Disponível no Decanato de Pós-Graduação. Reitoria/UnB – Brasília, DF, 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Ata da Reunião do Consuni nº 339**. Disponível no Decanato de Pós-Graduação. Reitoria/UnB – Brasília, DF, 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA.SECOM. **Projeto Político-Pedagógico Institucional caracteriza a UnB**. Brasília, DF, jan. 2019. Disponível em: <https://noticias.unb.br/76-institucional/2735-projeto-politico-pedagogico-institucional-caracteriza-a-unb>. Acesso em: 20 nov. 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. FACE. **Departamento de Gestão de Políticas Públicas**, 2019. Disponível em: http://www.gpp.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4&Itemid=615. Acesso em: 18 out. 2019.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. FCE. **História**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://fce.unb.br/10-anos-da-fce>. Acesso em: 18 out. 2019.

UnB/ASCOM. **UnB deixará de adotar o SiSU como ferramenta de seleção**. 2019. Disponível em: <https://noticias.unb.br/76-institucional/3017-unb-deixara-de-adotar-o-sisu-como-ferramenta-de-selecao>. Acesso em: 15 out. 2019.

UNE. **Comissão da Verdade da UNE - Relatório Preliminar nº 1**. 2015. Disponível em: https://une.org.br/wpcontent/uploads/2015/03/CV_UNE_Relatorio_1_Honestino.pdf. Acesso em: 5 nov. 2019.

VELOSO, Serena. **Aprovação das cotas raciais na UnB completa 15 anos**. Brasília, DF, 6 jun. 2018. Disponível em: <https://noticias.unb.br/publicacoes/76-institucional/2319-aprovacao-das-cotas-raciais-na-unb-completa-15-anos>. Acesso em: 5 nov. 2019.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção coletiva**. Brasília, DF: Sinpro-DF, 2014. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/01/PPP-segundo-Ilma-Passos.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2019.

VIDAL, Diana Gonçalves. 80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para debate. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 577-588, jul./set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/aop1177.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2019.

WESTBROOK, Robert B; TEIXEIRA, Anísio. **John Dewey**. Recife: Editora Massangana - Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

WESKA, Adriana Rigon. **O Programa Reuni na Universidade Federal de Juiz de Fora**. 2012. 93 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

Sobre a Autora

Norivan Lustosa Lisboa Dutra possui pós-doutoramento em Políticas Educacionais pela Universidade Federal de Goiás (UFG), doutora em Educação pela Universidade de Brasília, mestrado em Educação também pela UFG. É licenciada em Pedagogia e bacharel em Administração de Empresas. É docente da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com atuação no Instituto Federal Brasília. Atua na área de políticas públicas educacionais, com ênfase na educação superior, formação de professores. Email: nori.dutra@gmail.com

